Atena Editora

Ano 2021

Pesquisas Interdisciplinares Estimuladas por Problemas Concretos das Ciências Sociais Aplicadas 2

Elói Martins Senhoras
(Organizador)

Atena Editora

Ano 2021

Pesquisas Interdisciplinares Estimuladas por Problemas Concretos das Ciências Sociais Aplicadas 2

Elói Martins Senhoras
(Organizador)

Editora Chefe
Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Assistentes Editoriais
Natalia Oliveira
Bruno Oliveira
Flávia Roberta Barão
Bibliotecária
Janaina Ramos
Projeto Gráfico e Diagramação
Natália Sandrini de Azevedo
Camila Alves de Cremo
Luiza Alves Batista
Maria Alice Pinheiro
Imagens da Capa
Shutterstock
Edição de Arte
Luiza Alves Batista
Revisão
Os Autores

2021 *by Atena Editora*
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2021 Os autores
Copyright da Edição © 2021 Atena Editora
Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Atena Editora
Ano 2021

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Atena Editora
Ano 2021

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde
Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias
Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes
Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico
Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Atena Editora
Ano 2021

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Atena Editora
Ano 2021

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Atena Editora
Ano 2021

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Pesquisas interdisciplinares estimuladas por problemas concretos das ciências sociais aplicadas 2

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P474 Pesquisas interdisciplinares estimuladas por problemas concretos das ciências sociais aplicadas 2 / Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5706-814-4
DOI 10.22533/at.ed.144210802

1. Ciências sociais. I. Senhoras, Elói Martins (Organizador). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Atena Editora
Ano 2021

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

O campo científico dos estudos de Ciências Sociais Aplicadas tem evoluído de modo significativo nos últimos dois séculos em função das transformações estruturais nos contextos, tanto, econômico do sistema capitalista, quanto, político do sistema internacional, os quais repercutiram em crescente complexificação da realidade social, organizacional e familiar.

Diante da crescente fluidez e complexidade da realidade, novas agendas temáticas reflexivas aos avanços empíricos e às transformações humanas emergem, introjetando dinamismo para a valorização dos estudos de Ciências Sociais Aplicadas, com consequente demanda para não apenas explicar os fenômenos, mas também apresentar respostas aos problemas.

Nesta contextualização, o presente livro, “Pesquisas Interdisciplinares Estimuladas por Problemas Concretos das Ciências Sociais Aplicadas 2”, apresenta uma diversidade de leituras que valoriza a abordagem interdisciplinar aplicada à análise da realidade empírica por meio do uso combinado de distintos recortes teóricos e metodológicos.

Estruturado em dezesseis capítulos que mapeiam temáticas que exploram as fronteiras do conhecimento sobre as realidades social e organizacional, esta obra é fruto de um trabalho coletivo constituído pela reflexão de vários pesquisadores oriundos das macrorregiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste do Brasil.

As análises destes capítulos foram organizadas neste livro tomando como elemento de aglutinação a abordagem interdisciplinar aplicada à análise da realidade dentro de dois grandes eixos investigativos, respectivamente identificados por abordagens empíricas de estudos de caso sobre: a) temas sociais, e, b) temas organizacionais.

Com base nestes eixos temáticos, a presente obra coaduna diferentes prismas do complexo caleidoscópio interdisciplinar das Ciências Sociais Aplicadas, caracterizando-se por um olhar que estimula a pluralidade teórica e metodológica, bem como a prescrição de soluções para os dilemas existentes na realidade de cada estudo de caso.

A construção epistemológica apresentada neste trabalho coletivo busca romper consensos, findando demonstrar a riqueza existente no anarquismo teórico e metodológico do campo das Ciências Sociais Aplicadas em resposta à complexa realidade empírica, razão pela qual convidamos você leitor(a) a nos acompanhar à luz do ecletismo registrado nos estimulantes estudos empíricos deste livro.

Excelente leitura!

Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 ..... **1**

APRENDIZAGEM PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NA ATIVIDADE EXTENSIONISTA DIALÓGICA DE APRENDIZAGEM COM EFETIVIDADE PARA A GESTÃO NO PARADIGMA DA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Alessandra Mantovaneli
David Ranieri Bulgari
Simone Ferreira de Sousa
Liliane Cristine Schlemer Alcântara
Érica Crespi Amêndola

DOI 10.22533/at.ed.1442108021

CAPÍTULO 2 ..... **14**

ACERTANDO A TEORIA: SERVIÇO SOCIAL, GÊNERO E A REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Brenda Fante da Paixão

DOI 10.22533/at.ed.1442108022

CAPÍTULO 3 ..... **26**

CONTRIBUIÇÕES DA TERAPIA OCUPACIONAL EM UMA ANÁLISE ERGONÔMICA

Fernanda Garcia de Lima
Laís de Marins Patata Ferreira
Larissa Cardoso Almeida

DOI 10.22533/at.ed.1442108023

CAPÍTULO 4 ..... **35**

O PAPEL DO FARMACÊUTICO NO TRATAMENTO DA DOENÇA DE PARKINSON

Ester Elaine Gonsalves de Aguiar
Gustavo Alves Andrade dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.1442108024

CAPÍTULO 5 ..... **46**

SISTEMA PRISIONAL: UMA LEITURA ANÁLITICA COMPORTAMENTAL

Sandro Paes Sandre
Andre Vasconcelos da Silva

DOI 10.22533/at.ed.1442108025

CAPÍTULO 6 ..... **56**

DESENVOLVIMENTO DO JOGO PEDAGÓGICO SER+: GÊNEROS, SEXUALIDADES E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Bruno Cruz Candido
Renata Barbosa Porcellis da Silva
Mariana Piccoli

DOI 10.22533/at.ed.1442108026

CAPÍTULO 7 ..... **66**

INFÂNCIA E DISCURSO: ANÁLISE DISCURSIVA DE JORNAIS EM GUARAPUAVA (1930/1940)

Micheli Rosa
Claudia Maris Tullio

DOI 10.22533/at.ed.1442108027

CAPÍTULO 8 ..... **77**

ENTREVISTA CONSTRÓI IMAGEM EMPRESARIAL discursIVA: ESTUDO tEXTUAL NUM EXEMPLAR DA oDEBRECHT INFORMA

Marta Cardoso de Andrade

DOI 10.22533/at.ed.1442108028

CAPÍTULO 9 ..... **91**

O VIÉS SOCIAL NA FORMAÇÃO DO ADMINISTRADOR: CONTRIBUIÇÕES PARA CIDADANIA

Maria Angelica de Araujo Oliveira
Paulo de Tarso Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.1442108029

CAPÍTULO 10 ..... **106**

O PERFIL EMPREENDEDOR NA INFLUÊNCIA POSITIVA DA BUSCA DE OPORTUNIDADE E INICIATIVA AO EMPREENDEDORISMO

André Luis da Silva
Carlos Takashi Konaka

DOI 10.22533/at.ed.14421080210

CAPÍTULO 11 ..... **128**

EMPREENDEDORISMO E GESTÃO EM GASTRONOMIA

Potiguara Spíndola Alcantara

DOI 10.22533/at.ed.14421080211

CAPÍTULO 12 ..... **141**

GESTÃO DE PROCESSOS: UM ESTUDO DE CASO EM UM RESTAURANTE *FAST FOOD*

Juliana Damaris Candido de Lima
Annah Bárbara Pinheiro dos Santos
Juliana Feres Castelo
Karla Andréa Dulce Tonini
Paula Albuquerque Penna Franca

DOI 10.22533/at.ed.14421080212

CAPÍTULO 13 ..... **152**

FAZENDO POLÍTICA COM O GARFO: POLITIZAÇÃO DO CONSUMO ALIMENTAR EM UM ESPAÇO DE GASTRONOMIA E HOSPEDAGEM NO RIO DE JANEIRO

Paula Albuquerque Penna Franca
Juliana Damaris Candido de Lima
Nicolle de Souza Venturi

Annah Bárbara Pinheiro dos Santos
Anna Paola Trindade Rocha Pierucci
DOI 10.22533/at.ed.14421080213

CAPÍTULO 14.....167

DO FORDISMO AO UBERISMO: REFLEXÕES E NOVOS PARADIGMAS PARA A ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA E DO TRABALHO NA ERA DA INOVAÇÃO
Railson Marques Garcez
Leandro José Teixeira Barros
DOI 10.22533/at.ed.14421080214

CAPÍTULO 15.....182

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NA GESTÃO MUNICIPAL POR MEIO DA PLATAFORMA DE ACOMPANHAMENTO DE LICITAÇÕES PÚBLICAS (PALP)
Victor Gomes Jorge
Renan Antonio da Rocha
José Augusto Lopes Costa
Vinícius Storolli Santos
Caroline Ferreira Gonçalves
Cláudia Souza Passador
DOI 10.22533/at.ed.14421080215

CAPÍTULO 16.....196

O PARQUE TECNOLÓGICO DE MARÍLIA/SP NA INSERÇÃO DA AGENDA GOVERNAMENTAL LOCAL SOB A ÓPTICA DOS MÚLTIPLOS FLUXOS
Nathália Gonçalves Zaparolli
DOI 10.22533/at.ed.14421080216

SOBRE O ORGANIZADOR.....209

ÍNDICE REMISSIVO.....210

CAPÍTULO 1

APRENDIZAGEM PARA A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NA ATIVIDADE EXTENSIONISTA DIALÓGICA DE APRENDIZAGEM COM EFETIVIDADE PARA A GESTÃO NO PARADIGMA DA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Data de aceite: 04/02/2021

Data de submissão: 05/11/2000

Alessandra Mantovaneli
Universidade de São Paulo, Escola de Engenharia de São Carlos
São Carlos, SP - Brasil
http://lattes.cnpq.br/6090192715233011

David Ranieri Bulgari
Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, Secretaria Municipal da Casa Civil
Ribeirão Preto, SP - Brasil
http://lattes.cnpq.br/5183403934175085

Simone Ferreira de Sousa
Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, Secretaria Municipal de Administração
Ribeirão Preto, SP - Brasil
http://lattes.cnpq.br/8910022997485411

Liliane Cristine Schlemer Alcântara
Faculdade de Administração e Ciências Contábeis FACC da Universidade Federal de Mato Grosso UFMT
Cuiabá, MT - Brasil
http://lattes.cnpq.br/5051941963927036

Érica Crespi Amêndola
Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, Secretaria Municipal da Cultura
Ribeirão Preto, SP - Brasil
http://lattes.cnpq.br/0004634274578376

RESUMO: Questões ambientais implícitas nas discussões atuais das áreas e interdisciplinares revelam a importância do desenvolvimento urbano de modo sustentável e a relevância da implementação deste modelo em bases participativas, na aplicação de soluções que visem à busca pela melhoria na qualidade de vida nos dias presentes sem prejuízos para as próximas gerações. Esse estudo insere-se nesse contexto de uma sociedade em transformação que discute suas questões sob uma perspectiva que supera o binômio da preservação e o desenvolvimento, a caminho da sustentabilidade. Na premissa que, novas formas possíveis ao diálogo IES/Município atinjam desdobramentos para as políticas orientadas às mudanças sociais, visando alcançar efetividade para a sustentabilidade, organizou experiência de natureza aplicada em pesquisa-ação estendida aos colaboradores municipais sob o paradigma da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, numa perspectiva pedagógica recíproca, na realização de trabalhos concretos sobre a realidade, precedida de atividades sensibilizadoras, estimulando-se a avaliação de sustentabilidade aplicada aos indicadores sociais. Aferiu resultados de aprendizagem e mudanças consequentes com rebatimentos para a comunidade que corrobora com o paradigma extensionista enquanto prática de transformação social; diálogo que contribui para a sustentabilidade. Aponta caminhos metodológicos para a sociologia aplicada à gestão de políticas em conformidade com os movimentos globais e Políticas Nacionais de Educação para o desenvolvimento com sustentabilidade.

PALAVRAS - CHAVE: Aprendizagem. Transformação social. Gestão de Políticas.

LEARNING FOR SOCIAL TRANSFORMATION IN THE EXTENSIONIST ACT DIALOGICAL LEARNING WITH EFFECTIVENESS FOR MANAGEMENT IN THE PARADIGM OF SOCIAL CHANGE

ABSTRACT: Environmental issues implicit in the current discussions in the areas and interdisciplinary, point to the importance of urban development in a sustainable way, as well as reveal the relevance of the implementation of this model in participatory bases, in the application of solutions that seek to improve in the quality of life in the present day and the guarantee of growth with positive prospects for the future without prejudice to the next generations. This study is inserted in a changing society that discusses its issues from a perspective that goes beyond the binomial of preservation and development toward sustainability. On the premise that new forms possible for the HEIS / Municipality dialogue reach unfolding for policies oriented to social change for local sustainability, aiming at achieving effectiveness in the extensionist dialogue for sustainability, an applied research was organized in the form of action research, extended to municipal employees by way of learning extension practice, in the associated Extension, with the Education, and the Research. Aimed achieving work on the reality, preceded by sensitizing activities, motivated the practice for sustainability assessment applied to social indicators. Measured the learning outcomes and the resulting changes with feedback to the community. It corroborates with the extensionist paradigm as a practice of social transformation like dialogue that contributes to sustainability. It points out methodological paths for applied sociology to the management of policies in agreement with global movements and National Policies of Education for the development with sustainability.
KEYWORDS: Learning. social transformation. Public Policies Assessment. Environmental Education.

1 I INTRODUÇÃO

No cenário social, as cidades do século XXI apresentam a necessidade de buscar o equilíbrio para o desenvolvimento sustentável. Necessidade de uma sociedade que está em transformação e que discute suas questões sob uma perspectiva que supera o binômio da preservação e o desenvolvimento, a caminho da sustentabilidade (VENDRAMINI, BRUNA e MARQUES, 2004), expressa desde o século passado e publicada nos relatórios e protocolos assinados entre as nações em busca do desenvolvimento sustentável (EARTH CHARTER, 2011a, 2011b; ONU, BRUNDTLAND, 1987, RIO 1992, RIO+20, 2012).

Os estudos científicos e as publicações, demonstram essa necessidade através da pesquisa dos problemas urbanos, mais diversos, tais como: o uso inadequado do solo e o crescimento desordenado das cidades, as questões da mobilidade e dos transportes, a temática relativa às águas e ao saneamento, e o fluxo de materiais nas cidades, produção e destinação dos resíduos, questões relativas aos resíduos sólidos urbanos, ao metabolismo urbano, à produção, poluição, à qualidade de vida com equidade, o bem viver e a justiça social, as relações de emprego e renda e o desenvolvimento de novas políticas públicas.

Estas, que são questões ambientais implícitas nas discussões atuais nas áreas e interdisciplinares, apontam para a importância do desenvolvimento urbano de modo sustentável e a relevância da implementação deste modelo em bases participativas, na aplicação de soluções que visem à busca pela melhoria na qualidade de vida nos dias presentes e a garantia de crescimento com perspectivas positivas para o futuro, sem prejuízos para as próximas gerações (ARRETCHE, 2010, 2014; GUERRA, 2006; JACOBI, 1999; RIBEIRO e VARGAS, 2001; PINTO e BRUNA, 2014; RIBEIRO e VARGAS, 2001; RIGHI e BRUNA, 2011).

Em um contexto local, das cidades brasileiras, os instrumentos de política urbana governamental (Brasil, Estatuto das Cidades, Lei 10257/01), o Plano Plurianual (PPA), as Consultas Públicas e o Planejamento Participativo, no Plano de Programas e Metas do governo, sob consulta ao cidadão nas diversas representações setoriais e territoriais constrói conjuntos de ferramentas e indicadores que visam expressar as necessidades percebidas para alcançar o bem viver (ALCÂNTARA, 2018, 2020; SAMPAIO, 2018) para a população e o alinhamento aos conceitos e objetivos do desenvolvimento sustentável da ONU (1987, 2000, 2012, 2015, 2016) e as Políticas Nacionais de Educação. Recorte temporal e geográfico urbano, onde se aplicou este estudo.

Apresenta-se aqui em resumo as discussões, as análises e os resultados alcançados na aplicação do trabalho que pesquisa a aprendizagem para a transformação social na atividade extensionista e caminhos metodológicos para a sociologia no diálogo de aprendizagem com efetividade para a gestão e as políticas públicas no paradigma da transformação social segundo Thiollent; no âmbito do Observatório de sustentabilidade[1], pesquisa de doutorado aplicada ao município, no interior paulista em período compreendido entre 2013 e 2018; bem como de suas análises e discussões frente às temáticas da capacitação, aprendizagem, e a gestão que incorpore sustentabilidade na sua prática visando à transformação social necessária a este século para a melhoria da qualidade de vida (MAX-NEEF, 1986, 2010) no recorte do território urbano[2], sob a perspectiva da multidisciplinaridade implícita às questão socioambientais (GRIMM e SAMPAIO, 2016), conforme os recentes documentos da área das ciências ambientais.

Para tanto, esse trabalho realiza o objetivo de analisar uma experiência sob a forma de atividade de ensino estendida à comunidade de colaboradores municipais a título de extensão, com atividades dirigidas à realização de trabalhos concretos sobre a realidade do município, precedida de atividades para sensibilização. Uma experiência que estimulou a avaliação de sustentabilidade aplicada sobre os indicadores sociais municipais, e assim, visou aferir resultados de aprendizagem e de mudanças efetivas cujos rebatimentos impactam para a comunidade local, na associação das atividades nos âmbitos da pesquisa, e do ensino à extensão e além dos resultados alcançados na experiência prática aplicada

1 Mantovaneli, 2019.

2 Conforme definição na Lei Brasileira, Estatuto das Cidades), compreendido às cidades, zonas de ambiente urbano e rural (Lei 10257/01, Brasil, 2001).

com os indicadores, sob a premissa do paradigma extensionista da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão enquanto prática para a transformação social (THIOLLENT, 2002), o que viria a contribuir para a construção da forma adequada ao diálogo que contribui para a sustentabilidade municipal.

Deste modo, estabeleceu o diálogo extensionista visando alcançar a efetividade, tanto no que tange à aplicação técnica de instrumentos de análise e de avaliação para a sustentabilidade, quanto no que tange à apreensão e transferência de conhecimento na interface do diálogo IES/Município, para a transformação social (FORPROEX, 2006, 2007).

2 | OBJETIVOS E MÉTODOS APLICADOS AO DESENVOLVIMENTO

Partindo da premissa que novas formas possíveis ao diálogo IES/Municípios atinjam desdobramentos para a gestão de políticas públicas orientadas às mudanças sociais para a sustentabilidade local e visando alcançar efetividade para a sustentabilidade, no diálogo extensionista, foi organizada a experiência de pesquisa de campo, pesquisa-ação, de natureza aplicada (GIL, 2007; FONSECA, 2002; THIOLLENT, 1988), sob a forma de atividade de ensino estendida à comunidade de colaboradores municipais, gestores e secretários, a título de extensão.

Nesse plano metodológico se inseriu encontros semanais, em formato de aulas e oficinas de 4h e 30min, com a duração de um semestre de atividades de ensino no paradigma da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão dirigidas à realização de trabalhos concretos sobre a realidade do município; precedidas de atividades para sensibilização nos dois semestres anteriores e apoiadas em reuniões técnicas, essas das quais participaram uma centena de colaboradores.

Na organização desta assumiu uma dinâmica para responder à aprendizagem reflexiva, problematizadora, que visa ser transformadora, numa perspectiva Freireana (CHIARELLA et al, 2015; FEITOSA, 1999). Onde estimulou para a avaliação de sustentabilidade nas ações da gestão urbana, que foi aplicada sobre os indicadores sociais municipais e seu processo de construção e análise.

O que propôs a reflexão permanente da prática, bem como a discussão sistematizada, semanalmente, textualmente; que foi realizada a partir da construção de textos que trazidos para as discussões semanais, finaliza o semestre em um conteúdo escrito reflexivo à aplicação prática que se deu e aos resultados da aplicação do conteúdo apreendido durante a prática de aprendizagem, discutidos pelos seus sujeitos no tempo de aplicação das atividades de ensino, organizados para publicações e apresentações posteriores ao final do período.

3 | RESULTADOS

Considerando que a prática extensionista em questão é ação-social. Além dos resultados alcançados na experiência prática aplicada com os indicadores, objetivos metodológicos das oficinas nas aulas/encontros, também se aferiu resultados de aprendizagem e mudanças efetivas (FIGUEIREDO & FIGUEIREDO, 1986) consequentes da ação social (COHN, 1973), ocorridos e verificáveis, cujos rebatimentos impactam para a comunidade local.

No decorrer do processo da aprendizagem, foram apurados resultados subjetivos, sob pesquisa-ação, e sob a forma de questionamento direto visando os resultados, em uma auto-avaliação, dos participantes.

3.1 Modelo de Avaliação: Interesse e Resultados Pessoais

O resultado expressa a média que foi aferida pelos participantes em suas respostas, conforme questionados sobre o processo de aprendizado e os ganhos que conferem ao processo de sua participação, decorridos sete meses do curso das atividades e possibilitado a aplicação e reflexão de conceitos e valores apreendidos da experiência. Foi solicitado avaliar, como segue:

De 1 a 5, gradue o aproveitamento pessoal e profissional para você da aplicação do curso da disciplina, considerando no aspecto da efetividade:

(1 a 5) o quanto foi aplicável para o gerenciamento e o planejamento municipal

(1 a 5) que grau de aproveitamento pessoal você afere

(1 a 5) que grau de aproveitamento profissional você afere

(1 a 5) o quanto mudou sua percepção da organização do mundo e da comunidade ao seu entorno

(1 a 5) o quanto você percebe que assimilou o conteúdo exposto

Comentários, considerações e justificativa de suas respostas: (_____).

Nessa dinâmica o trabalho possibilitou o ambiente de aprendizagem recíproca, proposta da pedagogia Freireana (CHIARELLA et al, 2015), para a formação profissional baseada na indissociabilidade dos contextos e experiências vivenciais pregressas e atuais no diálogo entre os atores envolvidos, ator/Município e pesquisador/IES.

Unindo-se, atividades nos âmbitos da pesquisa e do ensino à extensão, corroborando com o paradigma extensionista da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão enquanto prática para a transformação social; dando forma ao diálogo que contribui para a sustentabilidade municipal, no âmbito da gestão. Tanto a gestão de políticas, institucionais e públicas, quanto a gestão estratégica sobre o planejamento.

3.2 Rebatimentos e Discussões

Capacitar os profissionais, colaboradores e pesquisadores envolvidos na ação de pesquisa, os torna capazes de realizar e identificar novas formas e aplicações, para

gerar produtos inovadores, ferramentas, sejam processos ou sistemas, que suportam os demais profissionais, gestores, educadores. A metodologia aplicada propiciou desenvolver a autonomia para agir e pensar de acordo com os princípios da sustentabilidade nas suas competências individuais e na sua atuação, com rebatimentos sociais das suas aplicações.

Capacitou-lhes para analisar e avaliar projetos que contribuem para a sustentabilidade. Portanto, alcança resultados além dos da aprendizagem individual e da aplicabilidade à gestão departamentalizada, porque influencia hábitos, ações e decisões individuais, o que traz rebatimentos no entorno, em escalas do local para o global.

Afere-se rebatimentos dos conhecimentos aplicados, o que se insere como efetividade para as políticas públicas, além de benefícios para o ensino e a pesquisa.

3.3 Rebatimentos dos Conhecimentos Aplicados Às Comunidades

Impactos do projeto registrados durante o curso e nos meses imediatamente posteriores à realização das atividades, são observados também por este estudo. Houve desdobramentos das atividades da aplicação de avaliação de sustentabilidade e da reflexão na comunidade, e da cidade no legislativo e executivo, sob a lente da sustentabilidade (HODGE, HARDI, BELL, 1999) numa perspectiva sistêmica (MEADOWS, 1998, 1999); bem como, a internalização de procedimentos metodológicos com rigor científico à aplicação prática na gestão cotidiana da teoria revista. Proporcionou visão estratégica ao planejamento e apoio à construção e à execução das políticas e programas da gestão municipal.

O pesquisador avaliou verdadeiro, o poder de influenciar, enquanto capacidade de transformação exercido e verificado na ação extensionista; tanto na avaliação do próprio sujeito da aprendizagem, como na percepção e na verificação do pesquisador, facilitador. Reavaliou a partir das respostas dissertativas dos participantes, para avaliar a aplicabilidade do modelo.

Os participantes atuaram, enquanto avaliadores, numa perspectiva objetiva. Verificaram na sua atuação profissional que se aplicaram para promover mudança e a replicação dos conhecimentos adquiridos, frente às expectativas pessoais expressas por eles, que são maiores do que o pouco que consideram que estão realizando. Avaliaram que não podem aplicar como julgam adequado os conhecimentos à gestão no seu alcance. Consideraram que há necessidade de envolver suas respectivas chefias, imediatos superiores, na aprendizagem, para que compreendam a real relevância, motivação que trouxeram do conhecimento e o esclarecimento apreendido do estado da arte do tema com o exercício da prática extensionista. Verifica-se, assim nos resultados a alegação de que a aplicação foi baixa, frente suas expectativas, embora reconheçam alta a aplicabilidade do conhecimento adquirido. Abaixo, quadro com as respostas, conforme a auto-avaliação.

Questões propostas (1ª. a 5ª)	*Média aferidas por questão na auto-avaliação dos gestores públicos participantes (valor de 01 a 05)*		
	1º.		***20***
	2º.		***26***
	3º.		***24***
	4º.		***26***
	5º.		***25***
	Soma e Média da avaliação da aprendizagem por colaborador	**25**	***20,16***
	6º. (inserida após análise das respostas)	**30**	***22***
	Média aferida da auto-avaliação (aprendizagem+aplicação)	**30**	***28,83*** *nota de aplicação*
	Parâmetros - nota mínima/máx. 5 a 25 e 5 a 30		

Figura1. Quadro da média aferida na auto-avaliação dos gestores públicos

Fonte: construção da autora, parte integrante da pesquisa da Tese: Observatório de Sustentabilidade: aprendizagem e inovação para a gestão pública urbana.[3]

Verificou-se no aprendizado um grau de bom a ótimo, pela assimilação, e ótimo a excelente na percepção da auto-avaliação; como a competência adquirida para aplicação do conteúdo apreendido e das habilidades desenvolvidas nas suas respectivas funções foi avaliada por ambos como suficiente, e com rebatimentos em sua vida pessoal, de cidadão, para além de sua atuação própria do exercício da função. Sendo, porém unânime a observação dos gestores da necessidade do envolvimento de outras camadas dos colaboradores em atividades similares e que visem aprendizado aplicáveis para a sustentabilidade do município; e da capacitação dos gestores públicos no nível dos gestores políticos e atores públicos de cargos eletivos e comissionados visando o exercício das funções profissionais consciente dos parâmetros, princípios e conceitos atualizados que impliquem nas questões da sustentabilidade. Apontaram a necessidade percebida de integração entre as diversas divisões da gestão na aplicação de soluções e multiplicação de novos valores, conhecimentos e aquisição de nova postura e hábitos, para que seja transformada a realidade local para uma qualidade de vida (JACOBI, 1994; MAX-NEEF, 1986, 2010) condizente com a realidade de alcançar sustentabilidade nas cidades.

É unânime a percepção do reconhecimento de sua própria competência adquirida para agir de modo autônomo para a sustentabilidade em âmbito municipal, com visão do local para o global; reconhecendo as próprias limitações de agir sozinho e de suas atribuições nos papéis que exercem. Foi também expressa como anseio pessoal de cada participante uma necessidade de ampliar conhecimento das ciências ambientais e de dominar novas técnicas para aplicar soluções às questões da sustentabilidade no âmbito local (ACSELRAD, 1999, 2001, 2010; JACOBI, 1999).

3 Mantovaneli A. (2017)

3.4 Didática e Modelo Pedagógico Construtivistas

O ambiente de aprendizagem recíproca, da "pedagogia Freireana" (CHIARELLA et al, 2015), proporcionado para atingir a formação dos profissionais baseada na indissociabilidade dos contextos e vivências dos sujeitos, pregressas e atuais no diálogo dos sujeitos envolvidos no processo ensino-aprendizagem, gerou resultados possibilitados pelo princípio da busca de uma ação educativa problematizadora que visa ser transformadora. Promovendo assim benefícios à comunidade no entorno e benefícios para o ensino e a pesquisa.

4 I CONCLUSÕES

O presente estudo, além das contribuições no entorno que foram rebatimentos da construção da experiência aplicada à comunidade local, com o conhecimento adquirido pelos atores envolvidos durante o curso das atividades de ensino bem como as de sensibilização, tanto para os indivíduos, suas relações e as instituições em que colaboram, contribui com a consolidação construtiva do conhecimento no conceito da indissociabilidade de ensino-pesquisa-extensão como ação para a transformação social (THIOLLENT, 2002); e, à inserção dessa prática pelas IES nas comunidades de seu entorno, tanto em projetos locais e de colaboração global, sob esse paradigma (FORPROEX, 2006,2007), possibilitando a sua aplicação com rigor e método científicos e contribuições efetivas para a sustentabilidade, e nas políticas públicas, como verificada durante esta experiência no diálogo extensionista que se deu entre a Universidade de São Paulo, IES e o Município, através da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, SP, estendida ao diálogo no Legislativo Municipal, resultando em aprovação de nova legislação (em referência à Resolução 64/2017) que contribui à consolidação dos espaços dialógicos – IES/Município, Legislativo e Executivo, Acadêmico, representados.

5 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se finalmente que, experimentando novas formas para o diálogo sociedade/academia, na institucionalização de ações sociais nas relações IES/Municípios, nos diversos espaços de aprendizagem, a pesquisa aponta caminhos metodológicos para a sociologia aplicada às políticas públicas em conformidade com os esforços de lei, governamentais e dos movimentos globais para o desenvolvimento com sustentabilidade.

Essas ações sociais na dialógica IES/Municípios, sob o paradigma da indissociabilidade extensionista refletem nas práticas da gestão, das políticas públicas, como das demais instituições e políticas institucionais, nos diversos setores, com rebatimentos sobre toda a organização da sociedade.

Experiências, chamadas boas práticas, e de pesquisa, que visa à sustentabilidade,

aplicadas nas comunidades locais, setores ou cidades, constituem-se em ação social (COHN, 1973) transformadora – alcançam resultados de transformação para a transformação social (THIOLLENT, 2002).

Organizadas sob as práticas de aprendizagem da educação construtivista, inseridas em novas tecnologias de práticas educativas ativas, consequentemente são modelos que podem contribuir na educação ambiental, possibilitando ambiente de aprendizagem recíproca proposta na pedagogia Freireana (CHIARELLA et al, 2015) em consonância com a Política Nacional de Educação Ambiental PNEA brasileira e o Plano Nacional de Educação PNE (ref. Art. 2o diretrizes do PNE). Indicadas assim às experiências que estejam visando e, contribuindo para alcançar: os resultados da política, atendendo aos seus princípios (conforme art. 4º da Lei 9795/99), objetivos e os seus rebatimentos; e, bem como, ferramentas capazes de incentivar a proteção socioambiental (em conformidade com a legislação federal, Art.225, Constituição Federal Brasileira/1988), de modo a promover a sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (PNEA, Lei 9795/99), com a mudança de paradigmas incorrendo em hábitos, costumes, decisões individuais e na gestão, institucionais.

AGRADECIMENTOS

Ao CNPq, pelos recursos aplicados, o que subsidiou a realização deste estudo, sob contrato 154451-2013; ao PPG SEA da Escola de Engenharia de São Carlos da USP e à Casa Civil da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, SP, que o apoiaram.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD H. **Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. Estudos Avançados**, v. 24, n. 68. 2010.

_____. **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. (Org.) Col. Espaços do desenvolvimento DP&A**. Rio de Janeiro, R.J.: 2001.

_____. **Discursos da sustentabilidade urbana. Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais**, n.9, maio 1999.

ALCÂNTARA, L.C.S.; GRIMM, I. J.; SAMPAIO, C. A. C. **Turismo de base comunitária e bem viver: estratégias de desenvolvimento e redução das desigualdades. Revista Eletrônica PRODEMA**, v. 12, p. 58-73, 2018.

ALCÂNTARA, L.C.S.; SAMPAIO, C. A. C. **Indicadores de Bem Viver: pela valorização de identidades culturais. Desenvolvimento e Meio Ambiente** UFPR, v. 53, p. 78-101, 2020.

ARRETCHE M. **Desigualdades em Saúde e Educação no Brasil. Diagnóstico das grandes cidades brasileiras**. Estudos de transferência Fase III INCT/CNPq- 2009 a 2014. CEM, 2009-2014. Disponível em: < http://centrodametropole.fflch.usp.br/pt-br/downloads-de-dados/estudos-de-transferencia>.

_____. **Justiça Territorial e Governança: A desigualdade em Regiões Metropolitanas brasileiras. Texto para Discussão** nº 004/2010. Série textos para discussão CEM. ISSN: 2177-9015

AZEVEDO L. V., RIONDET-COSTA D. R. T; SANTOS J. R**. Desenvolvimento sustentável e políticas públicas de educação ambiental...** (E-book)

AZEVEDO, Lígia Viana. **Política Nacional de Educação Ambiental: análise de sua aplicação em projetos de pesquisa e extensão de instituições públicas de ensino.** 2016. 138 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade). Universidade Federal de Itajubá, 2016. Disponível em: <http://repositorio.unifei.edu.br/xmlui/handle/123456789/587>

BRASIL**, Estatuto das Cidades, Lei 10257/01**. Brasília, DF: 2001.

_____. **Agenda 21 Brasileira**. MMA, 2002.

_____. **CRFB/88. Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal 1988.

_____.**LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. MEC, Brasília, D.F.:1996

_____. **PNE. LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Casa Civil, Brasília, D.F.: 2014.

_____. **PNEA. Lei 9795 de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. D.O.U. 28 abril 1999.

_____. **PNMA Lei 6938 de 31 de agosto de 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional Meio Ambiente seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. D.O.U. 02 set 1981.

CARLOS, D. M. **Tipos de Pesquisa. Gestão Pública.** 2002.

CHIARELLA, T. et al. **A Pedagogia de Paulo Freire e o Processo Ensino-Aprendizagem na Educação...** Revista Brasileira de Educação Medica, 39, 418-425. Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, SP: 2015. Disponível em: < http://dx.doi.org/10.1590/1981-52712015v39n3e02062014 >

COHN, G. Sociologia da Comunicação. S. P.: Pioneira, 1973.

FEITOSA, Sonia Couto Souza; GADOTTI, Moacir. Método Paulo Freire: princípios e práticas de uma concepção popular de educação. 1999.Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999 Disponível em: < http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/handle/7891/4274 >.

FIGUEIREDO Marcus F. e FIGUEIREDO Angelina M. Cheilub. **Avaliação de políticas...Análise e Conjuntura.,** v1, 3 p. 107-127. Set/Dez 1986. Belo Horizonte, M.G.: 1986.

FONSECA, J. J.S. Metodologia da Pesquisa 2002.

FORPROEX Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Extensão Universitária: organização e sistematização** (Org. Edison José Corrêa) Coordenação Nacional. Ministério da Educação MEC/SESub.H., Coopmed, 2007.a. ISBN:978-85-85002-91-6.

_____. **Indissociabilidade ensino–pesquisa–extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão.** Porto Alegre, UFRGS. Ministério da Educação MEC/SESu. D. F.: 2006.

_____. **Institucionalização da extensão nas universidades públicas brasileiras: estudo comparativo 1993/2004.** Comissão Permanente de Avaliação da Extensão Universitária., 2ªed. MEC/SESu. Ed. UFPB; 2007.b.

GIBSON R. B. **The Pillars of sustainability Journal of Environmental Assessment Policy** v.8, 2006.

GADOTTI M. **Lições de Freire. Rev. Fac. Educ**. vol. 23 n. 1-2, Jan./Dec. São Paulo, SP1997 Disponível em < http://dx.doi.org/10.1590/S0102-25551997000100002 >.

GERHARDT, T. e SILVEIRA; D. **Métodos de pesquisa** Ed. UFRGS 2009.

GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa**, 2007.

GOMES R. V.; SAMPAIO D. R.; ARAGÃO R. F**. Reflexões sobre a política nacional de educação ambiental como ferramenta de preservação do meio ambiente. Revista Jus Navigandi;** JUS-Direito Ambiental: set/2016..

GRIMM I. J. e SAMPAIO C. A. C. **Contribuições para a construção epistemológica nas ciências ambientais In. Meio ambiente e desenvolvimento na grande fronteira Mercosul.** (Orgs. Ronei Baldissera, et al.) 2016. 217p. ISBN: 978-85-68730-11-9

HODGE, R. A.; HARDI, P.; BELL, D. V. J**. Seeing change through the lens of sustainability.** Background Paper for the Workshop ”Beyond Delusion: Science and Policy Dialogue on Designing Effective Indicators of Sustainable Development” The International Institute For Sustainable Development Costa Rica, 6-9 May 1999.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Atlas nacional do Brasil Milton Santos.** Editor IBGE, Diretoria de Geociências. R. J.: 2010.

JACOBI Pedro. **Meio ambiente e sustentabilidade. In O Município no Século XXI**. USP/CEPAM, 1999.

_____. **Pesquisa sobre problemas ambientais e qualidade de vida na cidade de São Paulo.** São Paulo: Cedec/SEI. S. P.: 1994.

JANUZZI, P. **Indicadores Sociais no Brasil.** S.P.: 2001.

MALHEIROS T. F., PHILIPPI Jr. A., COUTINHO S. M. V. **Agenda 21 Nacional e Indicadores de Desenvolvimento Sustentável.... Saúde Sociedade SP**, v.17, n.1, p.7-20, 2008.

MANTOVANELI, A. **Observatório de sustentabilidade - aprendizagem e inovação para a gestão urbana**. 2019. Tese (Doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2019. doi:10.11606/T.18.2019.tde-30092019-113207.

MANTOVANELI Jr. O. **Gestão sustentável em busca de princípios. Gestão Sustentável** FURB, 2014.

MARQUES, E. C.; GONÇALVES R. e SARAIVA C. **Assimetria e descompasso. As condições sociais na metrópole de São Paulo na década de 1990**. **Novos Estudos**, 2005.

MARRA P. & SEPE, S. G**. Indicadores ambientais e gestão urbana: desafios para a construção da sustentabilidade na cidade de São Paulo** – São Paulo: Secretaria Municipal do Verde e do Meio ambiente: Centro de Estudos da Metrópole, 2008.

MAX-NEEF, M. A. **Desenvolvimento à Escala Humana** (Trad. Rede Viva) [Título original Desarrollo a escala humana 1986] EDIFURB, 2010.

MEADOWS D. **Indicators and systems sustainable development.** Sustainability Institute, 1998.

_____. **Leverage points. Places to intervene in a system**. Sustainability Institute, Hartland, VT: 1999.

_____. **Limits to growth**. Library of Congress Catalog Card Number: 73-187907. Universe Books, New York: 1972. ISBN 0-87663-165-0.

ONU ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS **Our Comon Future** - BRUNDTLAND, 1987.

_____. **Agenda 21 Global**. ONU, Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, R.J.:1992/Rio92-CDICP. Disponível em: http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/agenda21.pdf >.

_____. **UNIDAS I Conferência Mundial Homem e o meio ambiente. Conferência de Estocolmo, 1972**. Arquivo digital disponível em: < http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/estocolmo.doc>

_____.**. El futuro que queremos Resolución aprobada por la Asamblea General el 27 de julio de 2012**. 123°Sessão plenária Rio+20, R.J.: 2012.

_____. **UNIDAS Introdução à proposta do grupo de trabalho aberto para os objetivos do desenvolvimento sustentável.** Trad. Centro RIO+ de Introduction to the Proposal of The Open Working Group for Sustainable Development Goals versão de 19/07/2014 às 09h23min. ONU, 2015 Disponível em < https://riopluscentre.org/publications/objetivos-do-desenvolvimento-sustentavel>

_____. **Transformando nosso mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** Trad. UNIC Rio – Ver. CGDES/Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Última edição em 11 de fevereiro de 2016. Disponível em <https://sustainabledevelopment.un.org>.

PHILIPPI Jr. A. et al. **Mecanismos institucionais para o desenvolvimento sustentável. Municípios e Meio ambiente,** S.P.: ANAMA,1999.

_____. **Indicadores de sustentabilidade e gestão ambiental**. S.P.: Manole, 2013.

PINTÉR L. et al. BELLAGIO SATMP**: Ecological Indicators**,17, 2012.

QUIRÓGA**. Indicadores de Sostenibilidad.** ONU, 2001.

SACHS, I. **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento**. S.P.: Vértice, 1986.

SANTOS, M. E.P. **Algumas considerações acerca do desenvolvimento sustentável.... Desenvolvimento sustentável: teorias, debates, aplicabilidades, Textos Didáticos**. UNICAMP, 23, SP: 1996.

SAMPAIO, C. A. C.; PARKS, C. D.; MANTOVANELI JR, O.; QUINLAN, R. J.; ALCÂNTARA, L.C.S. **Bem Viver e Ecossocioeconomias: uma síntese. Desenvolvimento e Meio Ambiente** UFPR, v. 47, p. 121-128, 2018.

THIOLLENT, M. **Construção do conhecimento e metodologia da extensão.** CBEU – Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. João Pessoa, P.B.: 2002.

_____. **Metodologia da pesquisa-ação.** S. P.: Cortez & Associados, 1988.

UNESCO. Educação para um futuro sustentável uma visão transdisciplinar. Brasília: IBAMA 1999.

_____ **Linking education and sustainable development** UNESCO, 2005.

VEIGA, J. E. **Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor**. São Paulo: Editora Senac, 20l0.

VENDRAMINI, P. R. J.; BRUNA G. C. e MARQUES J. Di Cesare M. **Fragilidade ambiental das áreas urbanas: o metabolismo das cidades.** In Clusters Urbanos workshop do programa de pós-graduação em urbanismo na Universidade Mackenzie, S. P.: 2004. Disponível em: < http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.059/472 > Acesso em 055

CAPÍTULO 2

ACERTANDO A TEORIA: SERVIÇO SOCIAL, GÊNERO E A REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Data de aceite: 04/02/2021

Brenda Fante da Paixão
PPGH/UDESC e graduanda de Serviço Social pela UFSC.

RESUMO: O estudo aqui apresentado tem seu escopo nas políticas sociais de enfrentamento à violência contra a mulher, entendidas a partir da concepção de articulação em rede. Assumindo a dimensão da *práxis* como norteadora para o Serviço Social, o objetivo central consiste em investigar como a pressuposta relação dialética entre conhecimento e prática opera no âmbito da intervenção profissional das assistentes sociais que atuam na esfera das políticas públicas de gênero, de modo a inferir sobre os contrassensos epistemológicos, os limites e as potencialidades dessa atuação. Para tanto, faz-se uso de documentação oral coletadas em um estudo de caso realizado em uma Ong no interior de São Paulo. Em termos metodológicos, recorre-se a análise de conteúdo das entrevistas, a qual é posta à luz das categorias *sexo* e *gênero* enquanto chaves analíticas.
PALAVRAS - CHAVE: Serviço Social; Políticas Públicas; Gênero.

ABSTRACT: The present study discuss the combat of violence against women within the scope of the public policies network articulation. Assuming the dimension of praxis as a guideline for the Social Work daily practice, the central objective of this essay is to investigate how the presumed dialectical relationship between knowledge and practice operates within professional intervention of social workers who are adressed in the sphere of gender public policies, in order to open a discussion about the epistemological contradictions, limits and potentialities of this performance. Therefore, the study relies on oral documentation collected in a case study held at an NGO in the interior of São Paulo. In methodological terms, the analysis consist in the content of the interviews, which is brought to light by the sex and gender categories as analytical keys.
KEYWORDS: Social Work; Public policy; Gender.

1 I INTRODUÇÃO

Se haviam dúvidas a respeito do lugar ocupado pela desigualdade sexual no cenário conjuntural da realidade social brasileira, o Anuário da Segurança Pública desenha: segundo o documento, o ano de 2018 deixou consigo 1.206 vidas que, "por razões da condição de sexo feminino"[1] foram hediondamente transformadas em estatísticas. Destas, 61% eram mulheres negras e 70,7% possuíam escolaridade até o ensino fundamental. Quando cruzados, esses dados permitem tatear as especificidades da violência contra a mulher brasileira, que se molda a uma sociedade transversalmente racializada e cuja estrutura econômica situa-se

1 Lei de tipificação do feminicídio (Lei nº13.104, de 9 de março de 2015)

no polo periférico do capitalismo. Em comum, 88,8% dos casos têm o vínculo com o autor, identificado como companheiro ou ex-companheiro da vítima.

Com aumento de 4% em relação ao ano anterior, o feminicídio deixa rastros. Ao segui-los, é possível compreender que, longe de ser uma violência em si mesma, trata-se da expressão máxima de uma violência sistêmica que se faz presente no cotidiano das mulheres brasileiras sob uma pluralidade de meios, instrumentos e disfarces. Cruéis e dolorosos, esses rastros se materializam em números que anunciam que, a cada dois minutos, um novo registro de violência doméstica é feito e, a cada 24 horas, 180 novos casos de estupros são colocados na conta da Segurança Pública sob a tipologia de violência sexual. Das estatísticas que gritam que a cada quatro horas uma menina com menos de 13 anos é violentada sexualmente ao recorde de 66.041 estupros no ano de 2018, pinta-se um quadro de violência que inicia, acompanha e, muitas vezes, interrompe a vida das mulheres em todas as suas fases e esferas.

O artigo aqui apresentado busca visualizar como o Serviço Social, enquanto categoria profissional cuja ambiência de atuação é envolta tridimensionalmente por esses encalços, articula o aparato teórico- metodológico, ético-político e técnico-operativo da profissão ao confrontar-se com essas violências; e, nesse sentido, pensar em que medida o Serviço Social, construído majoritariamente pelo sexo feminino, é *afetado por* e, dialeticamente, *afeta* – positivamente ou não – a processualidade da desigualdade sexual[2] enquanto realidade social brasileira. Assumindo como esqueleto do corpo textual o conceito marxista de práxis para se pensar a unicidade visceral entre teoria e prática (SANTOS; PINI, 2013), entende-se os espaços sócio ocupacionais de atuação profissional inseridos nos múltiplos serviços que, amparados por políticas sociais, respondem à essas questões, como um ponto focal de análise privilegiado para verificar o movimento dialético desta união.

Nesse sentido, para alcançar o objetivo geral exposto acima, foram delimitados dois objetivos específico que são desenvolvidos, respectivamente, nos dois tópicos que compõe o desenvolvimento do trabalho em tela. O primeiro deles consiste em pincelar as fronteiras teóricas, metodológicas e epistemológicas que delimitam as possibilidades para pensar as relações de gênero no campo do Serviço Social. Para tanto, utilizou-se o instrumento qualitativo do estado da arte do tema de gênero no Serviço Social para situá-lo em relação à orientação teórico-metodológica consolidada da profissão. Já o segundo deles, por sua vez, volta-se para a dimensão empírica no intuito de captar os desdobramentos das concepções teórico-metodológicas das relações de gênero, aprofundadas no tópico precedente, na intervenção de assistentes sociais. Metodologicamente, recorreu-se à análise de conteúdo de entrevistas semiestruturadas com dois profissionais de uma ONG localizada em Campinas -SP, coletadas em ocasião de um estudo de caso realizado no ano de 2017. A natureza dos dados, oriundos de uma instituição não governamental com

2 O termo processualidade aqui, foi utilizado no sentido marxista de entender as relações socias a partir da sua inscrição em uma processualidade histórica.

particularidades significativas, justifica a utilização do conceito de “rede de enfrentamento” [3]para se pensar políticas sociais.

2 I O DEBATE DE GÊNERO NO SERVIÇO SOCIAL: UMA ENCRUZILHADA EPISTEMOLÓGICA

> “ I f you want to change the world, you need to get your theory r ight.” (Ramazanoglu, 1989 , p. 12) .

Se você quer mudar o mundo, precisa acertar a sua teoria. Traduzida para o português desta forma, o excerto da pesquisadora feminista Caroline Ramazanoglu transmite uma retórica muita cara à proposta ética e política do Serviço Social enquanto categoria profissional e acadêmica emancipatória[4]. Reproduzida através de outros léxicos e semânticas, noção semelhante foi levantada por Yolanda Guerra sob o jargão “*ousar saber para ousar transformar*” (GUERRA, 2009 p.17) quando, ao discutir o “estatuto da maioridade intelectual” que a profissão foi adquirindo com o aprofundamento da pesquisa científica, a autora evidencia a dimensão investigativa, perpassada pela dialética da teoria e prática, como um elemento *sine qua non* das competências profissionais de assistentes sociais.

Não é decorativa, portanto, a citação que inspira o título deste artigo. Do contrário, Ramazanoglu cumpre o papel de sintetizar previamente a mensagem que se pretende alçar aqui ao entrelaçar Serviço Social e gênero. Mais do que isso, a escolha da autora, cujas obras concentram-se em torno de uma epistemologia e metodologia de pesquisa feminista, vai de encontro com o objetivo específico deste tópico, já que ambos partem de uma preocupação com a rigorosidade teórico-prática no pensar das questões de gênero enquanto análise social transformativa. Situar o debate em um campo de conhecimento específico como o Serviço Social facilita o desafio, o que pode ser explicado pelo processo de renovação presente na narrativa hegemônica da trajetória profissional, a qual destaca a década de 1970 como um ponto de inflexão dos paradigmas que regiam a profissão que, dentre outras ressonâncias, leva o Serviço Social à uma aproximação, hoje consolidada, com a tradição marxista. Da biblioteca básica do Serviço Social[5] aos temas das edições do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), é perceptível uma escolha canônica em adotar o marxismo como método de análise, conformando um lugar social de produção (CERTEAU, 1975)[6] que media a legitimidade dos estudos da área partir da interação entre

3 Conceito apresentado pela Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) como uma ação articulada entre diversos órgãos e instituições de diferentes instâncias – municipal, estadual, federal, não-governamental – no combate à violência contra a mulher.

4 Art. I do Código de Ética dos Assistentes sociais de 1993.

5 Coleção organizada pela Editora Cortez (São Paulo)

6 Embora Michel de Certeau tenha sido historiador e, portanto, o conceito de “lugar social” se refira à escrita da história especificamente, acredita-se que a ideia central contida nele transcende as especificidades da história e se aplica a demais campos de produção do conhecimento. Ler “A escrita da História” (CERTEAU, Michel de. 1975)

os pares.

Em que pese a ausência de cientificidade, o dito popular segundo o qual toda escolha pressupõe uma renúncia é emblemático da reflexão a ser conduzida. Consolidar o marxismo como orientação teórico- metodológica do Serviço Social implica, por silogismo disjuntivo, delimitar algumas fronteiras que demarcam possibilidades direcionais para se criar estudos e análises sobre diferentes fenômenos tocantes à área. Se o Serviço Social é orientado pelo marxismo, é crucial entender onde, epistemologicamente, as bases deste último estão situadas: com quais epistemes dialogam, quais incorporam e à quais se opõem. Tal delimitação, como é esperado, não se dá por imposição direta, mas sim pela premissa científica da coerência. Assim, se o marxismo é materialista, uma teoria que partisse do idealismo para explicar fenômenos sociais enfrentaria dificuldades para se legitimar no campo do Serviço Social, já que utilizaria uma base metodológica incompatível com a orientação própria da área.

Quando transpomos a discussão para o "gênero", a lógica não poderia ser diferente. Sendo a um só tempo um conceito, uma categoria analítica e um campo de estudos, a palavra *gênero* aparece vinculada a uma pluralidade de vertentes intelectuais, cada qual dialogando com métodos e abordagens teóricas distintas. Mais do que isso, em se tratando de interpretações que caminham na via contra hegemônica de uma organização societária milenar, as leituras de realidade e as expectativas de futuro produzidas a partir disso estão circunscritas a um campo politicamente conflituoso em torno de um projeto em aberto de sociabilidades. Pensando nisso, formulou-se a hipótese de que o Serviço Social, dispondo do materialismo histórico dialético como bússola, não se desorientaria neste labirinto teórico composto por um emaranhado de caminhos possíveis.

Uma breve análise do estado da arte sobre gênero no Serviço Social, no entanto, sinaliza um contrassenso epistemológico onde confluem teorias e métodos que são, por essência, excludentes entre si. Para dar corpo à análise que leva a esta conclusão, optou-se por desenvolvê-la em torno de dois eixos, onde o primeiro consiste em um balanço das produções acadêmicas concentradas na área sobre o tema e o segundo, por sua vez, corresponde ao posicionamento do Serviço Social[7] enquanto categoria profissional frente aos temas que tangenciam gênero. Com relação ao segundo eixo, tomou-se como fonte as publicações da seção "CFESS Manifesta", presente no site do Conselho.

2.1 O que tem o Serviço Social a dizer sobre gênero?

Que o Serviço Social é uma profissão "de mulheres para mulheres", a historiografia da profissão, bem como os estudos sobre o perfil profissional, já demonstrou. Iamamoto e Carvalho (1982), no clássico "Relações Sociais e Serviço Social no Brasil", destrincharam o

7 É evidente que o Serviço Social, concretamente, são os assistentes sociais. No entanto, considera-se necessária a abstração do Serviço Social enquanto categoria analítica. Aqui, o "Serviço Social" é analisado, categoricamente, 1) pelo corpo de pesquisadoras da área e 2) pelo CFESS. O primeiro se justifica pelo impacto que operam na relação dialética entre teoria e prática que atravessa todas as demais dimensões do fazer profissional, e o segundo pela dimensão ético-política.

significado social do Serviço Social no capitalismo, evidenciando o papel da igreja católica nesse processo. A partir disso, por um minuto, são dispensáveis referências para explicar a relação entre a gênese católica do Serviço Social e gênero: é sabido do senso comum à academia, por via da defesa ou da crítica, o papel da igreja na manutenção e reprodução de papeis sociais ditos femininos e masculinos. Da laicização da profissão ao processo de reconceituação para o viés crítico, as mulheres ocupam ativamente o Serviço Social, o que implica a necessidade deste marcador sexual ser aprofundado para que se apreenda, em sua completude, o "*significado social da profissão no capitalismo*" (CARVALHO; IAMAMOTO, 2008 p. 71).

Falar de gênero no campo do Serviço Social, pois, não se trata de um recorte, de um tema-acessório ou uma análise de políticas focais. Fosse gênero uma categoria dispensável e, portanto, facultativa ao Serviço Social, a presença majoritariamente feminina na história da profissão não seria um dado bruto. Em um mesmo sentido, se a profissão desempenha um "significado social" no capitalismo, torna-se imprescindível reconhecer que este significado não se realiza se não em companhia de um *significante* e que este, por sua vez, é expresso na figura do sexo feminino das assistentes sociais.

Não obstante o marcador de gênero ser historicamente constitutivo da profissão, as raízes e consequentes implicações deste fato ainda despertam interesse incipiente. Segundo Rita de Lourdes Lima (2012), as disciplinas voltadas para a temática de gênero são preponderantemente enquadradas no caráter de eletivas, não sendo, portanto, constitutivas do currículo obrigatório para a formação. Além disso, concentram-se nos semestres finais, o que indica o ensino desassociado de gênero como elemento basilar da gênese, desenvolvimento e constituição da profissão. A autora chama atenção, ainda, para o prejuízo daqueles que, por estarem nas fases finais, já encerraram o estágio, perdendo a oportunidade de trabalhar o tema neste espaço-tempo privilegiado de aprendizagem.

O lugar subalterno que o ensino de gênero ocupa nos currículos obrigatórios dos cursos de Serviço Social do Brasil auxiliam a compreensão do compilado de dados apresentados no trabalho "O estudo da arte sobre gênero no Serviço Social", de Daiane Dias. Analisando duas revistas de Serviço Social de ampla circulação nacional e com indicadores de qualidade máximos de acordo com as normas da CAPES, constatou-se, em ambos os casos, uma porcentagem inferior à 5% de publicações abordavam gênero, dado que se mostra incompatível com a urgência do tema no Brasil, país que ocupa o quinto lugar[8] no ranking das maiores taxas de violência contra a mulher. Destas publicações, no tocante à orientação teórico- metodológicas das discussões acerca do entendimento de gênero, especificamente, Dias sinaliza uma aproximação com debates fomentados pela segunda onda do feminismo (DIAS, 2014 p. 129), o que indica coerência com a proposta do materialismo histórico dialético como base do curso. No entanto, não se trata de um posicionamento declarado a *priori* por parte das autoras:

8 Segundo dados do Mapa da Violência de 2015.

> "Nos textos há uma preocupação em distinguir sexo de gênero ao abordar as diferenças observadas no comportamento e nas relações entre homens e mulheres sem, no entanto, anunciar a partir de que leitura teórica é construída." (DIAS, 2014 p. 129)

Comportamento semelhante ao supracitado foi observado nas publicações do CFESS que compõe o segundo eixo de análise. Publicado online e, em geral, com a intencionalidade de afirmar um posicionamento frente à alguma questão, o CFESS Manifesta possui um acervo com 168 publicações, sendo a primeira datada de 2004 e a última, por sua vez, de agosto de 2019. Da referida totalidade, 27 textos abordam diretamente temas referentes à desigualdade sexual, gênero e sexualidade, o que representa 16,07% das publicações totais[9]. Esta porcentagem está distribuída em publicações com pautas como o Dia Internacional das Mulheres; contra o aborto; contra a exploração sexual de crianças e mulheres; pelas visibilidades lésbicas e trans, dentre outros. A partir de uma leitura orientada, buscou-se captar a presença de palavras-chave dos estudos de gênero na íntegra dos textos para verificar se haviam termos, citações e referências recorrentes que poderiam dar pistas de um posicionamento teórico padrão - ou, pela via oposta, desvios de teoria significativos entre si.

Como resultado, observou-se o uso majoritário da expressão "identidade de gênero" para caracterizar diferentes manifestações da relação desigual entre homens e mulheres. Quando investigada a origem da expressão no âmbito dos estudos das relações entre homens e mulheres, é possível vinculá-la às vertentes teóricas pós-estruturalistas, utilizado comumente como forma de remeter "*à constituição do sentimento individual de identidade*" (GROSSI, 1998 p.8). Observa-se, assim, que ao contrário ao que ocorre no âmbito das pesquisas acadêmicas onde, conforme elucidado por Dias nos parágrafos acima, há uma aproximação com o feminismo materialista de segunda onda, nas publicações do CFESS Manifesta essa aproximação não é imediata.

Evidencia-se, sobretudo, uma confluência epistemológica onde o entendimento de gênero é posto na chave da opressão feminina enquanto materialidade histórica, reconhecendo-o enquanto um mecanismo ideológico que naturaliza a opressão sexual, ao mesmo tempo em que se mantém o uso do termo "identidade de gênero" em seu sentido desconstrutivista e, portanto, pós-moderno. Embora tenha sido recorrente o uso do termo ao longo das publicações, em nenhum dos textos a expressão foi devidamente conceituada. Em contrapartida, dado importante é a constatação de que, além de "identidade de gênero", em alguns textos foi cunhada a expressão "identidade de gênero trans" ou "identidade trans" unicamente. Neste último caso, em apenas um dos textos foi citada referência para o conceito:

9 Por se tratarem de temas que se interseccionam com outros, é possível que a porcentagem seja maior. Para o cálculo, foram consideradas as publicações que explicitavam estes elementos no título.

> "Partimos do entendimento de que a identidade de gênero trans não é expressão de uma 'performance' (Butler, 2003), mas expressão de construções sócio históricas que marcam a singularidade de indivíduos que não se reconhecem nos papéis de gênero socialmente instituídos como masculino e feminino". (CFESS, 2013)

Analisando o fragmento, é possível reconhecer uma tentativa de afastamento teórico das propostas analíticas queer de gênero, rejeitando a noção de performance em detrimento de uma avaliação que frisa uma perspectiva de *imposição social* e não de identidade individual. Reitera-se, no entanto, que não se oferece, ao longo do texto, uma defesa explícita de com qual conceito se trabalha e com quais teorias dialoga para formular o argumento que orienta o manifesto, fato que coaduna com o observado no âmbito acadêmico.

A contradição se acentua quando, no caderno de número quatro da série "assistente social no combate ao preconceito", o CFESS manifesta uma explicação de todo desconstrutivista sobre sexo/gênero: "*O que defendemos (a partir de muitos estudos de várias áreas do conhecimento, principalmente as ciências sociais), é que as distinções biológicas não existem em absoluto. São múltiplas construções sociais que dão sentido aos nossos corpos e ao que eles fazem". (CFESS, 2015)*. Embora ao longo do texto todo a única referência explícita seja às "ciências sociais" de forma absolutamente genérica, fica sublimada a proximidade com a Teoria Queer, principalmente ao levar a desconstrução proposta no pensamento de Derrida em suas máximas consequências ao suprimir as distinções entre as categorias analíticas de sexo e gênero, tal como Judith Butler, autora legitimada no campo dos estudos queer, defende em sua obra "Problemas de gênero". (BUTLER, 2010).

À primeira vista, a discussão envolvendo a terminologia nos estudos de gênero pode soar exagerada e irrelevante. Considera-se, no entanto, de suma importância a consciência de que elas emergem imbricadas em uma rede de relações epistemológicas que possuem embates e contradições importantes, à nível científico e político. Segundo Gayle Rubin:

> "A literatura acerca das mulheres – tanto a feminista quanto a antifeminista – é uma longa reflexão sobre a questão da natureza e da gênese da opressão e da subordinação social das mulheres. Essa questão não é banal, visto que as respostas dadas a ela são decisivas para o modo como vemos o futuro, assim como para se aferir se a esperança de uma sociedade sexualmente igualitária algo que consideramos realistas ou não. Além disso, é importante notar sobretudo que a análise das causas da opressão das mulheres constitui a base de qualquer avaliação do que deveria ser modificado para tornar possível uma sociedade sem hierarquia de gênero" (RUBIN, 1993)

Longe de objetivar adentrar na discussão epistemológica *per se* destes contrassensos, este tópico buscou unicamente identificar e pautar a existência de um caminho em aberto para o Serviço Social quanto ao uso do conceito, categoria e estudos de gênero. Acredita-se que o desalinhamento entre a orientação teórico-metodológica marxista e interpretações

de gênero na profissão são oriundas de uma lacuna existente na formação no tocante ao tema, que acaba sendo preenchida por teorias que nem sempre estão em consonância com o materialismo histórico-dialético. No tópico que se segue, verifica-se o impacto prático que esta lacuna opera.

Quando deslocada de seu contexto, a frase que nomeia este tópico pode incorrer à uma série de acusações. No entanto, a depender de como é articulada, revela-se capaz de elucidar conceitos complexos. Aqui, ela é mobilizada enquanto um epílogo do conceito marxista de práxis, o qual sustenta, hora nas linhas, hora nas entrelinhas traçadas, a mensagem central que este trabalho enseja manifestar. Se a teoria é a reprodução ideal do real e, dialeticamente, a prática é, portanto, o lugar para onde o pensamento se volta (SANTOS, PINI; 2013 p. 136), neste tópico pretende-se mostrar como a (des)articulação entre a orientação teórico-metodológica materialista do curso e as lacunas explicativa de gênero no Serviço Social, mostradas na seção precedente, reverbera na intervenção profissional de assistente sociais inseridos na rede de enfrentamento à violência contra a mulher.

3 I "NÃO HÁ NADA MAIS PRÁTICO QUE UMA BOA TEORIA"[10]: A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA REDE DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Dentre os diversos serviços e atores que compõe a rede de enfrentamento a violência contra a mulher no âmbito das políticas sociais, optou-se por conduzir a investigação a partir de uma organização não governamental localizada no interior de Campinas-SP[11]. Tendo realizado 21.482 atendimentos, desde sua fundação em 1980 até 2014, a ONG oferece suporte social, psicológico e jurídico para vítimas de violência de gênero e intrafamiliar. Para realizar a investigação proposta, utiliza-se metodologicamente pequenos trechos de entrevistas coletadas em um estudo de caso da instituição realizado entre 2017 e 2018. Semiestruturadas, as entrevistas buscaram explorar os conceitos norteadores da organização e o entendimento teórico desta acerca de conceitos chaves para compreensão da violência contra a mulher, tais quais *gênero, violência, autonomia* e *família*.

Ao explicar o conceito de práxis em sua obra "Sociologia de Marx", Henri Lefebvre desenvolve a tese segundo a qual a decisão teórica pode ser compreendida como a decisão de ação (LEFEBVRE, 1979).

Em um paralelo com a atuação interventiva de assistentes sociais, tal definição

10 "Theory is not automatically saving, liberating or revolutionary. It takes on these functions when we ask it to do so and we direct our thinking to this end. According to a phrase that has been attributed to numerous great men (from Lenin to Che Guevara, via Einstein) and, characteristically, not to any woman, nothing is more practical than a good theory" (ROMITO, 2008)

11 Em que pese a pertinência das discussões no bojo do Serviço Social que problematizam o terceiro setor, a escolha da ONG parte de um método interpretativo compromissado com o materialismo que, ao observar a violência contra a mulher no município e as políticas sociais que respondem ao fenômeno, reconhece a atuação historicamente engajada e socialmente legitimada que a instituição, pioneira ao lado do SOS de SP no acolhimento a mulheres vítimas de violência no Brasil, desempenha desde 1980.

mostra-se verdadeiramente aplicável à consolidação da dimensão investigativa como transversal ao saber e fazer profissional. Mais do que nunca, quando se fala de combate às desigualdades sexuais, a teoria e prática possuem uma relação quase simbiótica. O tratamento que se dá a determinado fenômeno depende da perspectiva que se tem dele. As estratégias e táticas de combate a violência contra a mulher possuem múltiplas possibilidades, a depender de qual conceito de violência, gênero e mulher se está sendo utilizado. De forma ilustrativa, a explanação da assistente social que coordenada a ONG estudada a respeito das alterações de nome pelas quais a instituição passou demarcam bem a relação dialética entre decisão teórica/decisão de ação, defendida por Lefebvre:

> "[...]Ele (a intistuição) começou atendendo a mulher, percebeu as mulheres em situação de violência sempre vinha acompanhadas de entes da família, então passou a ampliar seu atendimento a mulher e à família (e essa família inclui as crianças, os adolescentes, os homens, os companheiros) e 'ação': então 'SOS Ação mulher e família. Ação porque só o atendimento implicava desenvolver ações complementares que ajudasse a prevenção dessas famílias para superar ou a parte financeira, ou a parte, vamos, de qualificação profissional, que são atividades que a gente oferecia até então. Cursos de embelezamento e moda, cursos de qualificação profissional, para que as pessoas pudessem superar". (Assistente Social entrevistada. Trecho de entrevista, 2018)

Verificou-se, ainda, que essas qualificações estavam inseridas nas áreas de embelezamento e moda, sendo ofertados cursos de cabelereiro, depilação, design de sobrancelha, manicure, corte e costuma e arte culinária. O programa tinha como objetivo promover a independência financeira e, consequentemente, a autonomia das mulheres usuárias. Segundo a coordenadora técnica da instituição, o programa de cursos profissionalizantes surgiu ao verificar que a falta de qualificação profissional era um problema comum a diversas usuárias. Ficam visíveis, assim, duas observações. Primeiramente, o conceito de práxis, ali, se expressa em sua essência mais primordial: a realidade concreta do espaço sócio ocupacional demandou outras formas de atuação que diferiam da originária, o que é incorporado, materialmente, nas estratégias de intervenção e, simbolicamente, no nome da ONG, que passa a incluir outros sujeitos que não apenas a mulher.

No entanto, no movimento de reprodução do real para o ideal, é possível observar, em segundo lugar, que foi captada apenas a *aparência* da questão. Como próprio nome sugere, todos eles estão de alguma forma vinculados ao estereótipo feminino, voltado para o cuidado, para a beleza, para a cozinha. Quando questionada a respeito de como foi feita a escolha destes cursos, a entrevistada respondeu que foi mediante a realidade daquelas mulheres. De fato, os cursos oferecidos condizem com a oferta que existirá na sociedade após essas mulheres se desvincularem da ONG; no entanto, trata-se de um encaminhamento que não encara de frente a essência da questão, movimento imprescindível para uma práxis de fato emancipatória. Em linhas gerais, apesar de oferecer a qualificação, o que é

indubitavelmente algo positivo na esfera individual da mulher atendida, o custo que se tem é a manutenção da padronização dos papeis de gênero e da divisão sexual do trabalho, sendo que as profissões ditas "femininas", inclusive o Serviço Social, estão em sua maioria em desvantagem na sociedade. Além disso, se reproduz, principalmente com relação à beleza e moda, o culto de objetificação da mulher. Assim, embora na esfera individual essas mulheres possam vir a romper com a violência a qual sofriam, do ponto de vista coletivo, há uma retroalimentação da ideia de feminilidade e da divisão sexual do trabalho que, a partir de uma leitura materialista da condição sexual de pessoas do sexo feminino no patriarcado, é entendida como algo extremamente opressivo para as mulheres, fato que é apontado desde os escritos clássicos de Simone de Beauvoir.

A lacuna teórica de gênero no Serviço Social pode ser explicitada, a partir desse mesmo caso, na relação implícita na fala da entrevistada entre *autonomia* e *independência financeira*, onde esta última é vista como um meio para se alcançar a primeira. Ora, não é difícil de imaginar o caso de vítimas que, mesmo dispondo de independência financeira, relutam em denunciar o agressor e até mesmo permanecem em um relacionamento conjugal com este. Isso se deve ao *horizonte de possibilidades* disponíveis para ação dessas mulheres que, muitas vezes, se quer enxergam aquilo que estão passando como uma agressão. Trata-se, portanto, de uma autonomia e *agência imperfeita* (BIROLI, 2013): apesar da independência financeira, não há, de fato, uma emancipação da mulher – que, na lógica de uma práxis transformadora, só pode ocorrer em coletividade.

Nesse sentido, chama-se atenção para o debate teórico-metodológico acerca da intersescionalidade/consubstancialidade que, felizmente, vem ganhando fôlego no Serviço Social. A esse respeito, cita-se a referência, apresentada e traduzida para o português por Mirla Cisne (2014), segundo a qual:

> "As relações sociais são consubstanciais: elas formam um nó que não pode ser sequenciado ao nível das práticas sociais, apenas em uma perspectiva analítica da sociologia; e elas são coextensivas: implantando as relações sociais de classe, de gênero e de 'raça', se reproduzem e se coproduzem mutuamente"(KERGOAT, 2012, p. 126-127)

Em que pese a concordância com a frase supracitada, defende-se, conforme os esforços impelidos na escrita deste artigo, a necessidade do Serviço Social se aproximar, ao menos no decorrer da experiência de formação profissional, da "perspectiva analítica sociológica" de gênero enquanto categoria de análise e conceito, visto que se trata, mais do que visões de mundo, de uma disputa política de projetos de sociedade. Nesse sentido, coloca-se a importância do Serviço Social, conscientemente, se apropriar dessa discussão e, a partir de uma construção dialógica da categoria profissional, posicionar-se de forma coerente e crítica com a direção teórico-metodológica e ética-política do curso.

Provoca-se, por fim, uma reflexão em torno da especial predominância do sexo feminino na profissão, o que implica, no âmbito das políticas sociais de gênero, o

estabelecimento de uma relação onde *afetar* e *ser afetado* compõe a mesma sentença dialética. Interpretar a outra, é investigar a si mesma; desvelar a aparência da outra é despir-se a si própria e encarar o denso esqueleto da própria opressão. É precisamente neste encontro que reside a potência ainda dormente do Serviço Social: nascendo no bojo eclesiástico do patriarcado, há uma antítese em potencial ao, no movimento contraditório da história, um grupo de mulheres tomarem às mãos, profissionalmente, aquilo que lhes foi estruturalmente retirado por este mesmo bojo patriarcal - o conhecimento crítico. Acertar a teoria é, portanto, munir-se da coerência necessária para uma transformação que não ocorrerá se não em meio à contradição.

4 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho aqui desenvolvido debruçou-se sobre a relação entre Serviço Social e gênero, a partir da rede de enfrentamento à violência contra a mulher. Tendo como base o conceito de práxis, discutiu-se como a profissão articula suas três dimensões, conforme os marcos regulamentários próprios, ao ter contato com a realidade social da violência contra a mulher. Do ponto de vista teórico-metodológico, observou-se uma inconsistência epistemológica ao comparar as publicações acadêmicas e as manifestações da entidade representativa da profissão. Ao mesmo tempo em que são utilizadas explicações materialistas para explicar a opressão sexual, utilizam-se palavras-chaves que traduzem vertentes pós-modernas do feminismo. Em ambos os casos, notou-se uma tendência de não referenciar as ideais que remetem ao feminismo de segunda onda, o que levanta a hipótese de um projeto velado de apagamento epistêmico da produção de mulheres radicais. Acredita-se que tanto a inconsistência, quanto a carência de referência, são explicadas por uma lacuna na formação sobre o tema. Na prática, a análise de entrevista concebidas em ocasião de um estudo de caso mostraram como a prática profissional, em termos técnicos-operativos, cai na fissura deixada pela formação no tocante ao gênero. Com isso, nota-se a indicação de que as políticas sociais que lidam com as questões de gênero, sendo a violência a mais emblemática, trabalham na esfera da aparência, mas falham em operar com a essência, o que possibilitaria a transformação emancipatória coletiva. Conclui-se, em suma, que sendo teoria e prática uma unidade, “acertar a teoria” abre caminhos para uma práxis efetivamente transformadora. Cabe salientar que as análises de entrevistas não podem ser generalizadas para fins de comprovação empírica, mas tão somente para o exercício reflexivo que orienta a discussão.

REFERÊNCIAS

BIROLI, Flávia. Autonomia e desigualdades de gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática. São Paulo: Editora Horizonte, 2013

BUTLER, Judith. Problemas de gênero. Feminismo e subversão de identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010

CERTEAU, Michel de. A escrita da História. Rio de Janeiro: forense Universitária, 2002

CISNE, Mirla. Relações sociais de sexo, "raça/etnia e classe: uma análise feminista-materialista. In: Revista Temporalis, nº 28, p. 133- 149, jul./dez. 2014

CFESS. Código de ética do assistente social. Disponível em: <http://www.cfess.org.br>. Acesso em: 30 de setembro de 2019

--------. *CFESS Manifesta*. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/manifesta> Acesso em: 30 de setembro de 2019.

-------- Transfobia. *Série assistente social no combate ao preconceito.* Caderno nº 4. Brasília (DF): 2016. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno04-Transfobia-Site.pdf>. Acesso em: 30 de setembro e 2019

DIAS, Daiana Nardino. O estado da arte sobre gênero no Serviço Social. Florianópolis: 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/128872/330815.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 de setembro de 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 13º anuário da segurança pública, 2019. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/13-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional**.** Direitos sociais e competências profissionais. CFESS/ABEPSS. GROSSI, Miriam. Identidade de Gênero e Sexualidade. Antropologia em Primeira Mão, n. 24, PPGASUFSC, Florianópolis, 1998

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 26. Ed. São Paulo, Cortez, 2015.

LEFEBVRE, Henri. Sociologia de Marx. 2ª edição, Rio de Janeiro, Forense, 1979.

NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 17.ed – São Paulo: Cortez, 2015. ROMITO, Patrizia. A deafening silence – Hidden violence against woman and children. Policy press. University of Bristol, 2008.

RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres. Notas sobre a 'Economia Política' do sexo. (Tradução de Christine Rufino Dabat). Recife, SOS Corpo, 1993.

SANTOS, Cláudia Mônica; PINI, Francisca. A transversalidade do ensino da prática na formação profissional do assistente social e o Projeto ABEPSS itinerante. Temporalis n. 25, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/4855/4146> Acesso em: 30 de setembro de 2019.

CAPÍTULO 3

CONTRIBUIÇÕES DA TERAPIA OCUPACIONAL EM UMA ANÁLISE ERGONÔMICA

Data de aceite: 04/02/2021

Fernanda Garcia de Lima
Universidade de Sorocaba
Universidade Estadual de Campinas Campinas/SP;
http://lattes.cnpq.br/5825800301222097;

Laís de Marins Patata Ferreira
Universidade de Sorocaba
Centro Universitário Internacional UNINTER
Votorantim/SP;
http://lattes.cnpq.br/4491850757543253

Larissa Cardoso Almeida
Universidade de Sorocaba
Sorocaba/SP;
http://lattes.cnpq.br/6753509357584609

RESUMO: Este artigo trata-se de um estudo realizado pelas discentes de Terapia Ocupacional durante a disciplina de Saúde do Trabalhador, através da observação direta e utilização de testes ergonômicos, do processo e posto de trabalho de uma alfaiate e trabalhadora autônoma, objetivando, a partir dos resultados encontrados, identificar riscos ocupacionais, realizar orientações e sugestões de melhorias, com a finalidade de otimizar o bem-estar e segurança do trabalhador autônomo.

PALAVRAS - CHAVE: Terapia Ocupacional. Ergonomia. Saúde do Trabalhador. Trabalhador Autônomo.

CONTRIBUTIONS OF OCCUPATIONAL THERAPY IN AN ERGONOMIC ANALYSIS

ABSTRACT: This article is a study carried out by students of Occupational Therapy during the discipline of Worker Health, through the direct observation and use of ergonomic tests, of the process and workplace of a tailor and freelancer, aiming, based on the results found, to identify occupational risks, carry out guidance and suggestions for improvements, in order to optimize the welfare and safety of the freelancer.

KEYWORDS: Occupational Therapy. Ergonomics. Worker Health. freelancer

DISCUSSÃO

Quanto ao trabalhador escolhido trata-se de uma trabalhadora autônoma que presta serviços de alfaiataria para uma determinada empresa localizada na cidade de Sorocaba/SP, além disso, realiza a confecção e conserto de peças para clientes externos o que, complementa sua renda familiar.

Este artigo trata-se de um estudo realizado pelas discentes de Terapia Ocupacional durante a disciplina de Saúde do Trabalhador, e foi desenvolvido considerando fatores importantes em relação ao trabalhador observado, tais como, qual o tipo de processo produtivo, seu modelo operacional, tipo de produção, qual a função exercida e seus objetivos, descrição do ambiente e posto de trabalho, entre outras informações que, são

indispensáveis para a criação e elaboração de um programa de prevenção de riscos, além de, considerar informações a respeito das ações ergonômicas do trabalhador.

Tem por objetivo principal, realizar uma análise do posto de trabalho através de observações visuais, fotos e vídeos gravados com a autorização do trabalhador, a fim de identificar riscos ocupacionais, além de realizar entrevista com o envolvido no processo de produção e aplicação de testes ergonômicos. Além disso, o estudo almeja, através de orientações e sugestões de melhorias, otimizar o bem-estar e segurança do trabalhador autônomo.

A metodologia utilizada consiste na observação direta do trabalhador e seu posto de trabalho, sendo subdividida em:

Identificação do Trabalhador: M. A., Mulher, 48 anos, fez até o 2º ano do Ensino Médio, sua constituição Familiar é composta por esposo, dois filhos e sua mãe. Relata ter desgaste na coluna (CID 10 M50 – Transtornos dos Discos Cervicais e M54.6 Transtorno dos Discos Torácicos) e apresenta dores no punho e braço direito, ainda não diagnosticada. Trabalha como autônoma para complementar a renda familiar, pois, seu esposo é aposentado e o salário não é o suficiente para as despesas mensais. Não tem convênio médico, e por este motivo não procura atendimento com frequência.

Caracterização do Ambiente de Trabalho: O ambiente de trabalho está localizado nos fundos da casa da trabalhadora. Para chegar até o local, é preciso entrar em um quarto onde estão uma cama, um guarda-roupa e uma televisão sobre uma estante, quarto este, em que a mãe da trabalhadora reside. Neste quarto, há uma escada de madeira que leva até um cômodo no andar de baixo, em que a trabalhadora executa suas funções. Neste cômodo, estão localizadas duas mesas, cada uma com uma máquina de costura utilizada pela trabalhadora, uma bancada com tábua de passar roupas, um armário contendo algumas peças de roupas e retalhos, uma arara para provador improvisada para colocação dos ternos prontos e os em concerto, um criado mudo com um rádio, uma cômoda ao lado da mesa da máquina de costura com alguns utensílios de costura, uma cadeira de madeira, alguns cestos de roupas e caixas. O ambiente de trabalho em questão, não possui janelas e portas que possam facilitar a iluminação e circulação de ar do local, como consequência, o ambiente possui iluminação precária, sem luminosidade natural e a artificial é mantida com o auxílio de uma luminária, que não aparenta oferecer boa iluminação.

Descrição do Posto de Trabalho: O posto de trabalho é constituído por uma cadeira de madeira não regulável, máquina de costura sobre a bancada não regulável que não permite a angulação de 90º do cotovelo, o “apoio de pés”, uma luminária em cima da máquina, uma arara de provador improvisada para colocar as peças prontas e reparadas, e uma lata de lixo.

Observação da Situação ou Posto de Trabalho: A trabalhadora realiza essa tarefa sentada com cabeça flexionada a 45º graus, tronco levemente fletido (pela filmagem nota-se melhor posicionamento), MMSS em uma leve abdução, alternando flexão e extensão

de cotovelo e punho, desvio radial e ulnar, movimento de pinça (polpa a polpa e chave), joelhos fletidos a 45º graus com pés sobre o “apoio de pés”.

Observação Sistemática – Análise da Atividade de Trabalho: A jornada de trabalho é realizada pelas seguintes tarefas, sendo que a que foi analisada para nossa intervenção foi “ajuste de perna da calça social”. Essas tarefas irão variar de acordo com sua demanda, pois há momentos que serão ajustados um terno inteiro ou apenas algumas partes destes, e a confecção de peças de clientes externos. Analisando os reparos dos ternos:

Tarefas: Ajuste de camisa (manga, largura, comprimento), calça (largura, comprimento, barra), o terno propriamente dito (manga, largura, comprimento), colete (largura e comprimento).

Tarefa escolhida para análise: Ajuste de perna da calça social)

O ciclo dura 2 minutos e 9 segundos

1º Etapa: Posicionamento da peça sobre a chapa corrediça

2º Etapa: Passar a costura por toda a peça

Durante todo o ciclo é realizado flexão plantar sobre o “apoio de pé” para passar a costura sobre a peça, conforme indica a imagem a seguir:

3º Etapa: Gira o volante para a retirar a agulha da peça

4º Etapa: Ao retirar a calça da agulha e da chapa corrediça é feito o corte da linha

O ciclo 1, 2, 3 e 4 se repete no ajuste da outra perna da calça.

5º Etapa: Retira-se a costura antiga mantendo o ajuste realizado

6º Etapa: Joga-se a costura antiga no lixo

7º Etapa: Eleva o produto para verificar o resultado final

Análises Ergonômicas: A avaliação dos fatores organizacionais é apresentada pelos

métodos de Couto (1998) e estudo das condições ergonômicas através da opinião do trabalhador, seguindo o Questionário Bipolar.

Após analisar o processo de trabalho e o posto foi possível identificar que a trabalhadora se encontra em um posto e ambiente de trabalho inadequado devido a postura, não há pausas para descanso, tendo que cumprir uma meta pré-estabelecida pelos clientes externos e principalmente pela empresa que presta serviço.

A sua jornada de trabalho varia de acordo com a demanda da loja e dos clientes realizando o conserto de, aproximadamente, 3 ternos completos por dia, onde as tarefas exercidas são ajustes do terno e seus acompanhamentos (calças, camisas, coletes), onde cada um exige um tempo aproximado de 3 horas, podendo variar de acordo com a necessidade do cliente, a barra das calças feitas à mão, passar a roupa e pendura-las.

A questão motora é bastante nítida, pois a trabalhadora realiza um ciclo de cada tarefa com movimentos repetitivos, sem pausas para descanso, postura inadequada, e que exigem atenção concentração. As regiões do corpo mais utilizadas e que a trabalhadora relata dores e desconfortos são: coluna, braços, punhos e mãos, visto que sua atividade exige a todo momento coordenação viso-motora, motora grossa e fina, destreza manual e bimanual.

Os equipamentos mobiliários não proporcionam conforto para a realização deste trabalho, visto que a cadeira é de madeira, não possui estofado, e apoio para a coluna durante as tarefas, a bancada está mais alta, não se ajustando a altura ideal (90º de flexão de cotovelo), a iluminação vinda de uma luminária com pouca intensidade de luz podendo prejudicar a sua visão já que seu trabalho é totalmente visual a detalhes, além do barulho da máquina de costura em toda a jornada.

Além dos aspectos motores, cada terno completo da loja em que presta serviço custa em média R$ 990,00 por serem peças confeccionadas em tecidos nobres, devido a isso a trabalhadora relata sentimentos de medo, estresse, ansiedade, caracterizando uma sobrecarga emocional.

As condições e o ambiente de trabalho favorecem um isolamento, além de ser um local fechado, sem ventilação e iluminação adequada levando a um estado de fadiga emocional.

Checklist de Couto

Resultado: 20

Apresentando um fator biomecânico muito significativo, e oferecendo alto risco ao trabalhador.

CHECKLIST DE COUTO Avaliação Simplificada do fator biomecânico no risco para distúrbios musculoesqueléticos de membros superiores relacionados ao trabalho		
1. Sobrecarga Física:		
1.1 Há contato da mão ou do punho ou tecidos moles com alguma quina viva de objeto ou ferramenta?	Não (0)	Sim (1)
1.2. O trabalho exige uso de ferramentas vibratórias?	Não (0)	Sim (1)
1.3. O trabalho é feito em condições ambientais de frio excessivo?	Não (0)	Sim (1)
1.4. Há necessidade do uso de luvas e, em consequencia disso, o trabalhador tem que fazer mais força ?	Não (0)	Sim (1)
1.5. O trabalhador tem que movimentar peso acima de 300g, como rotina em sua atividade?	Não (0)	Sim (1)
2. Força com as mãos:		
2.1. Aparentemente as mãos tem que fazer força?	Não (0)	Sim (1)
2.2. A posição de pinça (pulpar, lateral ou palmar) é utilizada para fazer força?	Não (0)	Sim (1)
2.3. Quando usados para apertar botões, teclas ou componentes, para montar ou inserir, ou para exercer compressão digital, a força de compressão exercida pelos dedos ou pela mão é de alta intensidade?	Não (0)	Sim (1)
2.4. O esforço manual detectado é feito durante mais que 49% do ciclo ou é repetido mais de 8 vezes por minuto?	Não (0)	Sim (1)
3. Postura:		
3.1. Há esforço estático da mão ou do antebraço como rotina na realização do trabalho?	Não (0)	Sim (1)
3.2. Há esforço estático do ombro, braço ou do pescoço como rotina na execução da tarefa?	Não (0)	Sim (1)
3.3. Há extensão ou flexão do punho forçada do punho como rotina na execução da tarefa?	Não (0)	Sim (1)
3.4. Há desvio ulnar ou radial forçado do punho como rotina na execução da tarefa?	Não (0)	Sim (1)
3.5. Há abdução do braço acima de 45 graus ou elevação dos braços acima do nível dos ombros como rotina na execução da tarefa?	Não (0)	Sim (1)
3.6. Há outras posturas forçadas dos membros superiores?	Não (0)	Sim (1)
3.7. O trabalhador tem flexibilidade na postura durante a jornada?	Sim (0)	Não (1)
4. Posto de Trabalho e esforço estático:		
4.1. A atividade é de alta precisão de movimentos? Ou existe alguma contração muscular para estabilizar uma parte do corpo enquanto outra parte executa o trabalho?	Não (0)	Sim (1)
4.2. A altura do posto de trabalho é regulável?	Sim (0) Ou desnecessária a regulagem	Não (1
5. Repetitividade e Organização do Trabalho:		
5.1. Existe algum tipo de movimento que é repetido por mais de 3000 vezes no turno? Ou o ciclo é menor que 30 segundos, sem pausa curtíssima de 15% ou mais do mesmo?	Não (0)	Sim (1)
5.2. No caso de ciclo maior que 30 seg., há diferentes padrões de movimentos (de forma que nenhum elemento da tarefa ocupe mais que 50% do ciclo?	Sim (0)	Não (1) ou ciclo < 30s(1)
5.3. Há rodízio (revezamento) nas tarefas, com alternância de grupamentos musculares?	Sim (0)	Não (1)
5.4. Percebem-se sinais de estar o trabalhador com tempo apertado para realizar a tarefa?	Não(0)	Sim (1)
5.5. Entre um ciclo e outro há a possibilidade de um pequeno descanso? Ou há pausa bem definida de aproximadamente 5 a 10 minutos por hora?	Sim (0)	Não (1)
6. Ferramenta de Trabalho:		
1.1 Para esforços de preensão: o diâmetro da manopla da ferramenta tem entre 20 e 25mm (mulheres) e 25 e 35mm (homens) Para esforços em pinça: o cabo não é muito fino nem muito grosso e permite boa estabilidade da pega?	Sim (0) ou Não há ferramenta (0)	Não (1)
6.2. A ferramenta pesa menos de 1Kg ou, no caso de pesar mais de 1Kg, encontra-se suspensa por dispositivo capaz de reduzir o esforço humano?	Sim (0) ou Não há ferramenta (0)	Não (1)
TOTAL		8

Critério de Interpretação:

Somar o total de pontos

De 0 a 3 pontos : ausencia de fatores biomecanicos: AUSENCIA DE RISCO

Entre 4 e 6 pontos : fator biomecanico pouco significativo - AUSENCIA DE RISCO

Entre 7 e 9 pontos : fator biomecanico de moderada importancia - IMPROVAVEL, MAS POSSIVEL

Entre 10 e 14 pontos : fator biomecanico significativo - RISCO

15 ou mais pontos : fator biomecanico muito significativo - ALTO RISCO

20

Questionário Bipolar

Resultado:

Questionário Bipolar

NOME: Maria Aparecida Pinto de Souza
POSTO DE TRABALHO: Costureira- alfaiate
AVALIADOR: DATA: 28/10/2017

E	D			1ª hora	4ª hora	8ª hora
1	1	Olhos	0	1	1	1
2	2	Cabeça	1	1	2	3
3	3	Trapézio	1	2	3	3
4	5	Ombro	2	4	5	5
5	5	Braço	1	4	5	5
4	4	Toráxica	5	2	2	3
5	5	Cotovelo	1	4	4	5
5	5	Antebraço	1	4	4	5
4	4	Lombrar	1	4	4	5
1	1	Nádega	0	1	1	1
1	1	Coxa	0	1	1	1
1	1	Joelho	0	1	1	1
1	1	Panturrilha	0	1	1	1
1	1	Tornozelo	0	1	1	1
4	4		2	2	3	3
1	1		0	1	1	1
1	1		0	1	1	1
1	3		1	2	2	3
1	3		1	3	3	4
1	5		5	4	4	5

DESCRIÇÃO DO DESCONFORTO	FREQUÊNCIA	EVOLUÇÃO DURANTE A JORNADA
5 INSUPORTÁVEL	5 todo o dia	5 INSUPORTÁVEL
4 SEVERO	4 muitas vezes por dia	4 SEVERO
3 MODERADO	3 1 vez por dia	3 MODERADO
2 PEQUENO	2 3-4 vezes por semana	2 PEQUENO
1 AUSENTE	1 1-2 vezes por semana	1 AUSENTE

Baseado (Cornell)

CONCLUSÃO

Considerando observações realizadas até aqui, concluiu-se que são necessárias intervenções no Posto de trabalho como:

- "Mesa/bancada" regulável, em altura que permita flexão de cotovelo de 90º graus, favorecendo funcionalidade de membros superiores, com espaço para colocar as pernas e proteção para as quinas vivas;
- Cadeira regulável com estofamento, apoio para descanso dos pés e com apoio nas costas que mantenha a posição da coluna e da cabeça alinhadas;
- Objetos e equipamentos de trabalho (ex: lixo) a serem usados, próximos aos membros superiores para que não haja rotação de tronco e outras movimentações inadequadas;
- Pausas para descanso durante o trabalho;
- Multifuncionalidade para que os movimentos repetitivos não ocorram durante toda a jornada de trabalho;

- Melhorias no local de trabalho em relação a iluminação, sendo, colocação de janelas que proporcionem iluminação natural e mais circulação e renovação de ar;

- Protetores auditivos para redução de ruídos.

Além disso, considerando o papel do Terapeuta Ocupacional, este profissional pode além de promover um espaço de escuta para a trabalhadora, possibilitar a realização de uma prática embasada na terapia corporal, através de técnicas variadas como, relaxamento, alongamento, auto massagem, fortalecimento muscular e correção postural. Poderá utilizar recursos como, sessões em grupo com outras trabalhadoras do mesmo ramo de trabalho, para desta forma, oferecer informações sobre a anatomia e fisiologia do sistema músculo esquelético, fisiopatologia das LER/DORT, orientações sobre a ergonomia, noções de limite do seu próprio corpo, questões trabalhistas e previdenciárias, visando sempre a instrumentalização do trabalhador no enfrentamento de seu cotidiano e diminuir suas angústias e dúvidas.

REFERÊNCIAS

ABRÃO M. G. P.; PEDRO G. G.; BRASILINO F. F.; MORALES P. J.C. **– Redução da Sensação de Dor Corporal Por Meio de Exercícios Físicos em Funcionárias de um Confecção de Roupas na Cidade de Joinville/SC.** UNIVILLE Joinville/SC, Brasil FIEP BULLETIN - Volume 83 - Special Edition - ARTICLE II – 2013.

BAUMAN, Zygmunt, 1925. **Vida para consumo: A transformação das pessoas em mercadoria**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008;

HOLLANDER, A.; **O Sexo e as Roupas**: **A evolução do traje moderno.** Tradução: Alexandre TORT. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

LANCMAN, S.; GHIRARDI, M. I. G. **Pensando novas práticas em terapia ocupacional, saúde e trabalho**. Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, v. 13, n. 2, p.44-50, maio/ago. 2002.

MACIEL, A. C. C. et al. - **Prevalência e fatores associados à sintomatologia dolorosa entre profissionais da indústria têxtil**. Revista Brasileira Epidemiol 2006; 9(1): 94-102.

MACIEL, R. H**. Prevenção da LER/DOR T: o que a ergonomia pode oferecer.** Cadernos de Saúde do trabalhador.

MORENO, E. **Métodos de avaliação em ergonomia**. Disponível em: http://www.ciespsorocaba.com.br/documentos/palestras/seg_med_trabalho_julho2012.pdf. Acesso em:15 de maio de 2017.

NEVES, I. R. - **LER: trabalho, exclusão, dor, sofrimento e relação de gênero. Um estudo com trabalhadoras atendidas num serviço público de saúde**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 22(6):1257-1265, jun, 2006.

CAPÍTULO 4

O PAPEL DO FARMACÊUTICO NO TRATAMENTO DA DOENÇA DE PARKINSON

Data de aceite: 04/02/2021
Data de submissão: 06/11/2020

Ester Elaine Gonsalves de Aguiar
Centro Universitário do SENAC
http://Lattes.cnpq.br/5465060119825442

Gustavo Alves Andrade dos Santos
Centro Universitário do SENAC
http://lattes.cnpq.br/4835322024843507

RESUMO: A doença de Parkinson é um transtorno neurodegenerativo progressivo que acomete indivíduos a partir dos 50 anos de idade. Seus sintomas são principalmente motores, porém também pode causar algumas manifestações não motoras como as autonômicas, sensoriais e neuropsiquiátricas. É causada pela perda progressiva de neurônios no córtex cerebral, no tronco cerebral e na medula espinal, envolvendo principalmente o neurotransmissor dopamina. Ainda não há medicamentos capazes de evitar ou promover a cura, mas alguns podem ser utilizados para controlar os sintomas e proporcionar uma melhora na qualidade de vida dos pacientes. O profissional farmacêutico é o principal responsável pelo uso dos medicamentos e tem um papel importante nas recomendações farmacoterapêuticas e acompanhamento do paciente com a Doença de Parkinson, sendo capaz de exercer sua função clínica junto a uma equipe multidisciplinar e promover a orientação e adesão ao tratamento pelo paciente e seus familiares.

PALAVRAS - CHAVE: Doença de Parkinson; antiparkinsonianos; doenças neurodegenerativas.

ABSTRACT: Parkinson's disease is a progressive neurodegenerative disorder that affects individuals from 50 years old. Its symptoms are mainly motor, but it can also cause some non-motor manifestations such as autonomic, sensory and neuropsychiatric. It is caused by the progressive loss of neurons in the cerebral córtex, brain stem and spinal cord and mainly involving the neurotransmitter dopamine. There are still no drugs that can prevent or promote healing, but some can be used to control symptoms and improve patients' quality of life. The pharmacist is the main responsible for the use of the drugs and plays and importante role in the pharmacotherapeutic recommendations and monitoring of the patient with Parkinson's disease, being able to exercise his clinical function with a multidisciplinar team and promote the orientation and adherece of the treatment by the patient and their families.

KEYWORDS: Parkinson's disease; drugs for Parkinson's disease; degenerative disease.

1 I INTRODUÇÃO

1.1 A Doença de Parkinson

A Doença de Parkinson (DP) é um transtorno neurodegenerativo que acomete indivíduos a partir dos 50 anos de idade. Tem caráter progressivo e não tem cura, sendo

necessário tratamento ao longo da vida. No início os sintomas são principalmente motores, podendo-se ao passar dos anos, causar sintomas de depressão e declínio cognitivo (BERTOLUCCI, 2016, p. 429,430).

Foi descrita em 1817 como “paralisia agitante” pelo médico inglês James Parkinson. No século XIX, Jean Martin Charcot concluiu que não ocorria uma paralisia, mas sim problemas locomotores em razão da rigidez muscular, assim denominando de bradicinesia. Charcot também foi o primeiro a propor o uso de medicamentos com propriedades anticolinérgicas e substituiu o termo “paralisia agitante” por “Doença de Parkinson” em homenagem ao seu colega. Em 1960 foi descoberto a deficiência de dopamina no corpo estriado do cérebro de pacientes com DP (BERTOLUCCI, 2016, p. 456).

A DP também apresenta algumas manifestações não motoras, entre elas estão as autonômicas, sensoriais e neuropsiquiátricas. Entre as manifestações autonômicas mais comuns estão a obstipação intestinal, hipotensão ortostática, transtornos da sudorese e disfunções urinárias. Já as manifestações sensoriais estão relacionadas com dores de vários tipos. E entre as manifestações de natureza neuropsiquiátrica estão as alterações cognitivas, depressão, alucinações, delírios, distúrbios do sono, mania, hipomania, hipersexualidade, ansiedade, crises de pânico e transtorno obsessivo compulsivo (MIOTTO, 2010, p. 125).

Em pacientes com DP avançada, principalmente em idosos, pode-se observar casos de demência e em 40% dos casos pode-se observar sintomas de depressão em graus variados, que se manifesta por falta de motivação para exercer funções da vida diária e assim também podendo, além da depressão apresentar sintomas de melancolia, perda de apetite, fadiga e ansiedade (GONÇALVES, 2007).

1.2 Fisiopatologia

A DP é causada pela perda de neurônios da área compacta da substância nigra e o acúmulo de alfa-nucleína no córtex cerebral, no tronco cerebral e na medula espinal e é ocasionada por alterações funcionais dos sistemas dopaminérgico, noradrenérgico, serotoninérgico e colinérgico. No sistema dopaminérgico a degeneração neuronal afeta as vias nigroestriatal, mesocortical e mesolímbica. Os danos provocados nas vias mesocortical e nigroestriatal é confirmado pela redução de aproximadamente 36% a 55% dos neurônios da área tegmentar ventral. Na substância nigra a perda aproximada é entre 50% a 85% de neurônios pigmentados, estas perdas estão relacionadas com a redução de dopamina, ácido homovanílico e da enzima tirosina-hidroxilase. No sistema noradranérgico a perda aproximada é entre 50% a 80% de neurônios pigmentados no *locus coeruleus* e reduções no núcleo dorsal do vago, núcleos hipotalâmicos supraóptico e paraventricular. Já no sistema serotoninérgico há a perda de 57,8% de neurônios no núcleo dorsal da rafe e no sistema colinérgico a redução aproximada é entre 50% a 60% de neurônios colinérgicos no núcleo dorsal da rafe em pacientes demenciados (WERNECK, 2010).

A DP envolve principalmente os neurônios dopaminérgicos da substância nigra que é a área dos gânglios da base responsável por produzir e armazenar o neurotransmissor dopamina. Esta área tem um papel importante que é controlar a postura e coordenação de movimentos motores voluntários. Os movimentos motores refinados se dão da estimulação dos gânglios da base pela liberação de acetilcolina e dopamina, sendo a acetilcolina de caráter excitatória e a dopamina de caráter inibitória, sendo assim, a falta de dopamina e a diminuição dos neurônios dopaminérgicos nesta região, consequentemente levam ao aumento de acetilcolina e consequentes efeitos como rigidez, tremores e bradicinesia (MERKLE, 2007, p. 267).

1.3 Epidemiologia

A DP acomete principalmente indivíduos a partir dos 50 anos de idade e é mais predominante em homens do que em mulheres. Tem uma prevalência em torno de 150 a 200 casos a cada 100.000 habitantes no mundo (BERTOLUCCI, 2016, p. 430).

Acomete cerca de 1% a 2% da população mundial, podendo ser considerada a segunda doença neurodegenerativa mais comum em idosos acima de 60 anos (SAITO, 2011).

Há atualmente no mundo aproximadamente mais de quatro milhões de pessoas com a DP, podendo chegar a mais de oito milhões até o ano de 2030 (MARINHO, 2014).

A DP atinge aproximadamente 3,4% da população acima de 64 anos de idade no Brasil e aproximadamente 1% da população com mais de 50 anos de idade nos Estados Unidos e vem aumentando em 50 mil casos por ano. A incidência vária a cada país, porém não possui diferenças étnicas ou geográficas (SAITO, 2011).

1.4 Diagnóstico

O diagnóstico da DP se dá pela presença de dois ou mais dos quatro sinais cardinais que são: rigidez muscular, tremor de repouso, acinesia e alterações do equilíbrio. Pode ser confundido com outras síndromes relacionadas a função motora, por isso, é necessário acompanhamento por alguns meses antes de fechar o diagnóstico. Leva-se em consideração também o parkinsonismo atípico e o parkinsonismo medicamentoso que pode ser amenizado com outros medicamentos. Conta-se também com a vasta experiência do profissional médico neste tipo de diagnóstico (BERTOLUCCI, 2016, p. 439, 440).

O parkinsonismo atípico pode ser causado por algum tipo de toxina ambiental, por exemplo, uma substância denominada 1-metil-4-fenil-1,2,3,6-tetraidropiridina que é um contaminante químico produzido na síntese de um substitutivo da heroína que causa danos irreversíveis na via dopaminérgica da área nigroestriatal e o parkinsonismo medicamentoso pode ser causado por drogas que bloqueiam os receptores dopaminérgicos estriatais (PAGE, 2004, p. 263).

1.5 Tratamento

1.5.1 Portaria SAS/MS Nº 228 de 10 de maior de 2010

Segundo a Portaria do Ministério da Saúde e Secretaria de Atenção à Saúde, seu objetivo é estabelecer parâmetros e diretrizes nacionais para diagnóstico, tratamento e acompanhamento dos indivíduos com a Doença de Parkinson no Brasil, e considerar que os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) são resultado de consenso técnico-científico e são formulados dentro de rigorosos parâmetros de qualidade, precisão de indicação e posologia.

Contém o conceito geral da Doença de Parkinson, os critérios de diagnóstico, os critérios de inclusão e exclusão, seu tratamento e mecanismos de regulação, seu controle e avaliação e que deve ser de caráter nacional e ser utilizado pelas Secretarias de Saúde dos Estados e dos Municípios na regulação do acesso assistencial, autorização, registro e ressarcimento dos procedimentos. Esse protocolo também determina os procedimentos para fins de dispensação, ciência do paciente e de seus familiares, dos riscos e efeitos indesejáveis com o uso dos medicamentos e que deverá ser formalizado com Termo de Esclarecimento e Responsabilidade. Assim como deve ser garantido rede assistencial, serviços referenciais e atendimento aos indivíduos com DP pelos gestores estaduais e municipais do SUS.

Este protocolo também traz informações completas de orientação ao profissional para os procedimentos necessários, desde metodologia de busca que contém vários estudos para melhor compreensão, estatística internacional da Doença de Parkinson, diagnóstico, complicações e tratamento dos sintomas conforme sua evolução com monoterapias ou com combinação de medicamentos, monitorização e acompanhamento farmacoterapêutico, sendo um ótimo guia para facilitar o entendimento e proporcionar um tratamento correto e benéfico ao paciente.

1.5.2 Medicamentos e mecanismos de ação

Os medicamentos disponíveis para o tratamento da DP nos últimos anos vêm proporcionando aos pacientes uma melhor qualidade de vida. Dentre eles, estão os agonistas de dopamina, os anticolinérgicos, os inibidores da monoaminoxidase-B (MAO-B) e os inibidores da catecol-O-metiltransferases (COMT) (VILHENA, 2014).

Ainda não existem medicamentos capazes de evitar ou promover a cura da DP, mas há tratamento para controle dos sintomas e melhora da qualidade de vida do paciente. O tratamento mais recomendado atualmente é o uso do fármaco levodopa que consiste na reposição de dopamina estriatal (GONÇALVES, 2007).

A levodopa atravessa a barreira hematoencefalica e é convertida pela enzima dopadescarboxilase (DDC) no sistema nervoso central. Sua eficácia pode chegar a 80%

e é apenas contraindicada em paciente com antecedentes psicóticos, cardiopatias e portadores de glaucoma (SAITO, 2011).

A metabolização periférica da levodopa ocorre pela enzima catecol-O-metiltransferase (COMT), que a converte em 3-O-metildopa e a enzima L-Aminácido Aromático Descarboxilase (AADC) que a converte em dopamina. Normalmente é associada a inibidores enzimáticos como carbidopa e benserazida que são inibidores da AADC, e tolcapona e entacapona que são inibidores da COMT. Essa associação causa redução da conversão da levodopa em dopamina na periferia, aumentando assim a quantidade disponível de levodopa para atravessar a barreira hematoencefálica e diminuindo os efeitos adversos causados pelo excesso de dopamina na periferia (VILHENA, 2014).

Os anticolinérgicos utilizados para o tratamento da DP têm atividade apenas nos receptores muscarínicos e foi considerado o único tipo de tratamento por quase um século, mas com a introdução da levodopa, o uso dos anticolinérgicos diminuíram devido a seus efeitos indesejados, que são mais frequentes do que o uso de outros antiparkinsonianos, principalmente efeitos cognitivos e neuropsiquiátricos. Pode ser utilizado no tratamento dos sintomas causados pela DP, porém, não deve ser o medicamento de primeira escolha, principalmente pelos seus efeitos indesejáveis e ação limitada ao tremor (TOSTA, 2010).

A amantadina é uma medicação antiviral que foi utilizada pela primeira vez para o tratamento de influenza e durante essa utilização descobriu-se também, que seu uso trazia melhora dos sintomas nos pacientes com DP, sendo assim, tem sido utilizada para este fim desde 1969. Mas com a descoberta de novos tratamentos, e seu modesto efeito e curta duração, hoje o seu uso é bem limitado. Pode ser utilizada como monoterapia na fase inicial da DP, porém não é um medicamento de primeira escolha (TOSTA, 2010).

O medicamento selegilina é um inibidor irreversível da MAO-B, enzima que degrada a dopamina dentro do neurônio pré-sináptico e das células da glia, causando diminuição de dopamina na fenda sináptica, sendo assim, quando a MAO-B é inibida, a concentração de dopamina aumenta, melhorando a neurotransmissão dopaminérgica. A selegilina é considera um inibidor seletivo de dopamina, porém, um aumento de dose deste medicamento pode levar a inibição de MAO-A, enzima que degrada a serotonina e a noradrenalina, podendo causar alguns efeitos indesejáveis. Pode ser utilizada no tratamento inicial da DP em casos leves, podendo prolongar a necessidade do uso de levodopa (TOSTA, 2010).

Os agonistas dopaminérgicos agem diretamente nos receptores dopaminérgicos D2, estimulando receptores pós-sinápticos, não dependendo das enzimas conversoras de dopamina. São eficazes no tratamento da DP e os mais utilizados são a bromocriptina e o pramipexol. Podem ser utilizados na fase inicial da doença como monoterapia ou juntamente com a levodopa, também podem ser utilizados na fase avançada para o controle das complicações motoras (TOSTA, 2010).

1.5.3 Efeitos indesejáveis

As drogas antiparkinsonianas podem provocar alguns distúrbios psiquiátricos, sendo os fatores de risco mais relevantes: a idade avançada, demência, história pregressa de doença psiquiátrica e exposição a altas doses. Esses medicamentos podem provocar alterações do sono, como: dificuldade em iniciar o sono, pesadelos, fragmentação do sono, sonolência diurna e parasonias como sonambulismo e mioclonias noturnas. Podem também provocar alterações visuais, como delírios que são menos comuns e alucinações, como por exemplo: visão imaginária de pessoas ou animais, principalmente no período noturno (MIOTTO, 2010, p. 129).

O uso prolongado do medicamento levodopa pode levar a diminuição de sua eficácia, tendo muitas vezes que aumentar a sua dose, e sendo assim, pode levar a alguns efeitos indesejáveis como: náuseas, vômitos e arritmias cardíacas. Sendo necessário adicionar outros medicamentos para potencializar sua ação ou diminuir seus sintomas (GONÇALVES, 2007). Também apresenta efeitos indesejáveis no sistema nervoso central, como sedação, sintomas psiquiátricos, flutuações motoras e discinesias (VILHENA, 2014).

A bromocriptina pode causar efeitos como hipertensão arterial, náuseas, vômitos, psicose e confusão mental (SAITO, 2011).

Os anticolinérgicos podem causar borramento visual com dificuldade de acomodação, retenção urinária e náuseas pelo seu efeito antimuscarínico periférico, principalmente nos idosos ou em pacientes com distúrbios cognitivos associados, sendo assim é contraindicado em pacientes com demência (TOSTA, 2010).

Os inibidores de MAO-B podem apresentar alguns efeitos indesejáveis mais comuns como fraqueza, náuseas, boca seca, dor abdominal, insônia, hipotensão ortostática e menos comuns como hipertensão, angina, arritmias, edema periférico, síncope, alucinações, confusão, cefaleia, tontura, ansiedade, depressão, constipação, perda de peso, fotossensibilidade, anorexia, diarreia, hiperplasia prostática, retenção urinária, disfunção sexual, tremores, discinesias e borramento da visão (TOSTA, 2010).

1.5.4 Tratamento não farmacológico

Existem algumas opções de tratamentos não farmacológicos que podem possivelmente restituir a capacidade funcional, assim como proporcionar o bem-estar e uma melhor qualidade de vida para o paciente com DP, entre eles podemos citar os cuidados de enfermagem, de educação física, fisioterapia, fonoaudiologia e terapia ocupacional (GONÇALVES, 2007).

Quando o paciente não responde mais aos tratamentos farmacológicos, o tratamento neurocirúrgico pode ser utilizado, como por exemplos a talamotomia, palidotomia ou estimulação cerebral crônica aplicada no tálamo, globo pálido ou núcleo subtalâmico (GONÇALVES, 2007).

O acompanhamento familiar também é de muita importância para o tratamento do paciente com DP, a família deve ser sempre estimulada a participar de todo o processo de cuidados ao paciente, pois mesmo com dificuldades entre seus familiares em conviver com essa situação, o apoio e carinho é uma forma de tratamento que pode estimular a qualidade de vida e melhora do paciente (MAGALHÃES, 2009).

1.6 O Papel do Farmacêutico

1.6.1 O Farmacêutico Clínico e Hospitalar

A gestão de farmácia hospitalar é de responsabilidade exclusiva do profissional Farmacêutico, que é responsável por todo o ciclo da assistência farmacêutica, desde a seleção, armazenamento, controles, dispensação e uso dos medicamentos para o tratamento dos pacientes. Atua também como Farmacêutico Clínico, onde tem contato direto com o paciente, realizando intervenções farmacoterapêuticas e interagindo com a equipe multiprofissional com o objetivo de identificar e prevenir problemas que poderão ocorrer no tratamento farmacológico (ANDRADE, 2015).

O serviço de farmácia clínica e o acompanhamento farmacoterapêutico tem como objetivo o uso racional dos medicamentos, a segurança de utilização, a identificação de problemas relacionados com medicamentos (PRMs) e as intervenções farmacêuticas (GARSKE, 2016).

O farmacêutico também deve realizar orientações sobre o tratamento medicamentoso para a equipe multidisciplinar e para o paciente e intervir na farmacoterapia prescrita quando necessário. Deve também fazer análise crítica das prescrições com intuito de realizar serviços como a reconciliação medicamentosa, verificação da forma farmacêutica, via de administração, posologia, incompatibilidades entre medicamentos, estabilidade e verificação de diluições adequadas (GARSKE, 2016).

1.6.2 Acompanhamento farmacoterapêutico

Na fase inicial da DP o medicamento de escolha é a levodopa, porém como pode causar alguns efeitos colaterais, também é indicado a associação de outros medicamentos para o alívio desses sintomas, como por exemplo podemos incluir os medicamentos amantadina, anticolinérgicos, inibidores da MAO-B e agonistas dopaminérgicos. Para pacientes com menos de 65 anos é recomendado a monoterapia com anticolinérgico, amantadina, agonista dopaminérgico ou selegilina, já a levodopa deve ser utilizada em dose baixas em caso de impacto social ou na qualidade de vida do paciente. Em pacientes com mais de 65 anos é recomendável iniciar terapia com agonista de dopamina ou se o paciente apresentar distúrbios cognitivos, considerar o uso de levodopa. Em pacientes com mais de 80 anos é recomendável iniciar o tratamento com levodopa. Na fase avançada da DP é recomendado o uso de levodopa de liberação controlada em associação a um

inibidor enzimático como o medicamento entacapona, tolcapona, carbidopa ou benzerazida para diminuir os sintomas causados pelo tratamento prolongado. Em complicações neuropsiquiátricas o manejo deve ser criterioso, no caso de depressão associada à DP é recomendável o uso de nortriptilina com cautela pelos seus efeitos adversos ou uso de desipramina. No caso de ansiedade associada à DP, possivelmente recomenda-se o uso de nortriptilina. Em psicose associada com DP, recomenda-se o uso de clozapina e no caso avançado da DP, que é comum o paciente chegar ao quadro de demência, o tratamento pode ser eficaz com o uso de memantina ou rivastigmina (TOSTA, 2010).

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), Atenção Farmacêutica é a prática profissional em que o paciente é o principal beneficiário do farmacêutico. É um conjunto de atitudes, comportamentos, compromissos, valores éticos, funções, habilidades e responsabilidades na farmacoterapia, com o objetivo de chegar a resultados terapêuticos beneficiando a saúde e a qualidade de vida do paciente (OLIVEIRA, 2008).

O farmacêutico é o elemento essencial na promoção da saúde e no uso racional de medicamentos. Ao dispensar um medicamento tem a função de orientar o paciente sobre o uso correto. Na Atenção Farmacêutica atua com a equipe multiprofissional e com o paciente na escolha, implementação e monitorização da farmacoterapia. Deve ter uma boa relação com o paciente e seus familiares proporcionando um atendimento amigável e de confiança para adesão ao tratamento, demonstrando apoio, solidariedade e esperança de que haverá melhoria do quadro clínico e estimular as atividades de rotina do dia a dia, como exercícios físicos e caminhadas (OLIVEIRA, 2008).

O farmacêutico deve acompanhar todo o tratamento de forma cautelosa, priorizando a cada paciente individualmente. Deve observar criteriosamente as prescrições médicas e cada medicamento utilizado, sempre observando seus efeitos, suas interações e o quanto traz benefícios ao paciente levando em consideração o tempo de tratamento e a idade de cada paciente e quais os medicamentos mais indicados para cada situação. Sendo de responsabilidade do farmacêutico fazer com que o tratamento seja agradável e traga melhor qualidade de vida ao paciente.

2 I METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisas bibliográficas com revisões de artigos científicos em banco de dados da Scielo e Pubmed, consultas a livros disponíveis no banco de dados da Unversidade Braz Cubas, sites relacionados ao Ministério da Saúde, revistas acadêmicas e trabalhos publicados em outras instituições de ensino superior, com intuito de buscar informações pertinentes à descrição da doença e papel do farmacêutico hospitalar e clínico no tratamento da doença de Parkinson.

3 I RESULTADO E DISCUSSÃO

Atualmente o índice de indivíduos com a doença de Parkinson vem aumentando consideravelmente, principalmente pelo aumento da população de idosos, que tende a dobrar nos próximos 30 anos e que são mais vulneráveis ao desenvolvimento de doenças neurodegenerativas. Sendo assim, haverá a necessidade de mais profissionais qualificados para o tratamento e acompanhamento desses pacientes. Dentre vários profissionais que atuam com pacientes idosos, em diferentes patologias, diagnósticos e tratamentos, o farmacêutico hospitalar e clínico é o profissional qualificado e responsável pelo tratamento farmacológico, tendo o papel de acompanhar, orientar, supervisionar e atuar juntamente a um corpo clínico para a recuperação, bem-estar e qualidade de vida do paciente e de seus familiares. Deve ter conhecimento de cada medicamento como seus mecanismos de ação, suas interações, seja com outros fármacos ou alimentos, seus efeitos indesejáveis e qual o tipo de tratamento mais adequado para cada paciente, levando em consideração outros tratamentos já utilizados, outras patologias sejam elas, agudas ou crônicas, o acompanhamento de exames laboratoriais, considerando as funções hepáticas e renais de pacientes com idades mais avançadas. Sendo assim, o profissional farmacêutico é essencial para promover a segurança do paciente e proporcionar um tratamento mais eficaz, com menos problemas relacionados aos medicamentos e auxiliar a toda a equipe multiprofissional para uma boa atuação.

4 I CONCLUSÃO

Conclui-se com esta revisão que o profissional farmacêutico tem um grande papel para proporcionar um melhor tratamento e qualidade de vida aos pacientes idosos, principalmente àqueles acometidos com doenças neurodegenerativas que precisam de um acompanhamento especial e constante, qual será por toda a sua vida. Que é o profissional qualificado para suprir as necessidades de um bom tratamento farmacológico, interagindo e acompanhando diretamente o seu paciente. Que possui conhecimentos específicos da patologia, mecanismos de ação e interações de cada fármaco, assim promovendo a segurança do paciente e a eficácia do tratamento. É também responsável por aconselhar, orientar e fazer com que haja a adesão ao tratamento pelo paciente e seus familiares, dando-lhes confiança e respeito.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luciano Bezerra. **O Papel do Farmacêutico no Âmbito Hospitalar.** Instituto Nacional de Ensino Superior e Pesquisa CCE – Centro de Capacitação Educacional. Monografia de Pós-graduação. Recife. 2015. Disponível em: http://ccecursos.com.br/img/resumos/o-papel-do-farmac-utico-no--mbito-hospitalar.pdf. Acesso em 24 de janeiro de 2018.

BERTOLUCCI, Paulo Henrique Ferreira; FERRAZ, Henrique Ballalai; BARSOTTINI, Orlando Graziani Povoas; PEDROSO, José Luiz. **Neurologia: Diagnóstico e Tratamento.** 2ª ed. São Paulo. Editora Manole, 2016. Pág, 429 – 453.

BRASIL. **PORTARIA Nº 228, DE 10 DE MAIO DE 2010.** Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas – Doença de Parkinson. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Atenção à Saúde (SAS). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2010/prt0228_10_05_2010.html.

Acesso em 29 de janeiro de 2018.

GARSKE, Cristiane Carla Dressier; FREITAS, Alice Pereira; BRIXNER, Betina; MACHADO, Edilberto de Oliveira; SCHNEIDER, Ana Paula Helfer. **Acompanhamento Farmacoterapêutico de Pacientes Atendidos em Pronto Atendimento em um Hospital de Ensino.** Saúde (Santa Maria). Vol. 42. Nº 1. P. 114-119. Santa Maria. Janeiro a Junho de 2016. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/revistasaude/article/download/21031/pdf. Acesso em 24 de janeiro de 2018.

GONÇALVES, Lucia Hisako Takase; ALVAREZ, Angela Maria; ARRUDA, Micheli Coral. **Pacientes portadores da doença de Parkinson: significado de suas vivências.** Acta Paulista de Enfermagem. ISSN 1982-0194. Vol. 20. Nº 1. São Paulo. Janeiro a Março de 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002007000100011. Acesso em 22 de janeiro de 2018.

MAGALHÃES, Fabiana; PETERNELLA, Navarro; MARCON, Sonia Silva. **Descobrindo a Doença de Parkinson: impacto para o parkinsoniano e seu familiar.** Revista Brasileira de Enfermagem (REBEn), 62(1): 25-31. Brasilia. Janeiro a fevereiro de 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/reben/v62n1/04.pdf. Acesso em 22 de janeiro de 2018.

MARINHO, Marina Santos; CHAVES, Priscila de Melo; TARABAL, Thaís de Oliveira. **Dupla-tarefa na doença de Parkinson: uma revisão sistemácia de ensaios clínicos aleatorizados.** Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia. 17(1):191-199. Rio de Janeiro. 2014. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/rbgg/v17n1/1809-9823-rbgg-17-01-00191.pdf. Acesso em 22 de janeiro de 2018.

MERKLE, Carrie. **Manual de Fisiopatologia.** 2ª ed. São Paulo. Editora Roca, 2007. Pág, 267.

MIOTTO, Eliane Correa; SOUZA, Mara Cristina; SCAFF, Milberto. **Neuropsicologia e as Interfaces com as Neurociências.** 1 ª ed. São Paulo. Editora Casapsi, 2010. Pág, 125 – 129.

OLIVEIRA, Nara Cristina de Sousa Cobra; GONÇALVES, Graziela Aparecida Terra Cabral. **Atenção Farmacêutica a Pacientes com o Mal de Alzheimer.** Universidade Federal de Alfenas. Alfenas – MG. 2008. Disponível em : http://www.unifal-mg.edu.br/gpaf/files/file/monografia%20nara%20graziela.pdf. Acesso em: 27/01/2018.

PAGE, Clive; CURTIS, Michael; SUTTER, Morley; WALKER, Michael; HOFFMAN, Brian. **Farmacologia Integrada.** 2ª ed. Barueri. Editora Manole, 2004. Pág, 263 – 268.

SAITO, Tane Christine. **A doença de Parkinson e Seus Tratamentos: uma revisão bibliográfica.** Centro Universitário Filadélfia. 36 f. Londrina – PR. 2011. Disponível em: http://web.unifil.br/pergamum/vinculos/000004/00000414.pdf. Acesso em 22 de janeiro de 2018.

TOSTA, Elza Dias; RIEDER, Carlos Roberto de Mello; BORGES, Vanderci; NETO, Ylmar Correa. **Doença de Parkinson: Recomendações.** 1ª ed. São Paulo. Editora Omnifarma. 2010. Pág,

VILHENA, Raquel de Oliveira; CARDOSO, Marco Andre; PONTAROLO, Roberto. **Terapia Farmacológica dos Sintomas Motores na Doença de Parkinson: Levodopa.** Visão Acadêmica. Vol.15, nº 1. ISSN 1518-8361. Curitiba. Janeiro a Março de 2014. Disponível em: http://revistas.ufpr.br/academica/article/view/35452/22488. Acesso em 24 de janeiro de 2018.

WERNECK, Antonio Luiz. **Doença de Parkinson: Etiopatogenia, clínica e terapêutica.** Revista Hospital Universitário Pedro Ernesto, UERJ. Ano 9, janeiro de 2010. Disponível em: http://revista.hupe.uerj.br/detalhe_artigo.asp?id=146. Acesso em 22 de janeiro de 2018.

CAPÍTULO 5

SISTEMA PRISIONAL: UMA LEITURA ANÁLITICA COMPORTAMENTAL

Data de aceite: 04/02/2021

Sandro Paes Sandre
Universidade Federal de Goiás - UFG,
Delegacia de Repressão a Crimes Ambientais da Polícia Federal em Goiás,
Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão/GO.

Andre Vasconcelos da Silva
Universidade Federal de Goiás – Regional de Catalão/GO,
PUC-GO
CESUC
Universidade de Brasília – UnB.

RESUMO: O presente estudo teve como objetivo final a verificação da possível aplicabilidade e adequabilidade da teoria behaviorista da análise comportamental desenvolvida por WATSON e difundida por SKINNER, bem como, do conceito de sistema social funcionalmente especializado do direito defendido por AGUIAR em organizações que possuem um grupo social de contexto delimitado e fechado, como é o caso dos presídios. No decorrer do desenvolvimento dos estudos, iniciamos uma análise da teoria behaviorista da análise comportamental, fizemos um apanhado da situação atual do sistema prisional brasileiro e sua funcionalidade e, em seguida, promovemos estudos relacionados com a teoria da análise comportamental do direito e o entrelaçamento dessas três vertentes em relação ao sistema prisional goiano e verificamos que é possível aplicarmos a teoria behaviorista da análise comportamental nos presídios de Goiás enquanto sistemas sociais funcionalmente especializados que possuem grupos sociais delimitados e fechados.
PALAVRAS - CHAVE: presidio, comportamento, decisão.

ABSTRACT: The present study had as its final objective the verification of the possible applicability and appropriateness of the behaviourist theory of the behavioral analysis developed by WATSON and disseminated by SKINNER, as well as the concept of a functionally specialized social system of the right advocated by AGUIAR in organizations that have a social group context, such as prisons. In the course of the development of the studies, we began an analysis of the behaviourist theory of behavioral analysis, did a survey of the current situation of the Brazilian prison system and its functionality, and then promoted studies related to the theory of behavioral analysis of law and the interweaving of these three aspects in relation to the Goiano prison system, and we have verified that it is possible to apply the behaviourist theory of behavioral analysis in Goiás prisons as functionally specialized social systems that have delimited and closed social groups.
KEYWORDS: “prison, behavior, decision”

1 I METODOLOGIA

Durante o desenvolvimento do presente artigo, promoveremos uma revisão bibliográfica acerca da teoria behaviorista da análise

comportamental e da atual situação do sistema prisional brasileiro no que diz respeito especialmente à sua funcionalidade, cotejando-os com a teoria da análise comportamental do direito, visando auferirmos eventual existência de possibilidade de aplicação e adequação da teoria behaviorista da análise comportamental geral e do direito ao estudo da análise comportamental dos gestores dos órgãos envolvidos na aplicação da execução penal nos presídios do Estado de Goiás.

2 I APONTAMENTOS SOBRE A ANÁLISE COMPORTAMENTAL À LUZ DA ESCOLA "BEHAVIORISTA"

Na segunda década do século XX, observou-se uma intensa evolução no modelo de estudo científico da psicologia, com a efetiva transição de uma visão estruturalista para uma visão funcionalista, representando um notável avanço na análise comportamental através de métodos mais objetivos, com o respectivo e inevitável afastamento métodos analíticos ligados à introspecção e ao comportamento advindo exclusivamente da mente (IENNACO, 2011)[1].

Nesse contexto, verificou-se o surgimento de um novo entendimento reacionário aos posicionamentos filosóficos até então consolidados, influenciado pelo avanço filosófico objetivista e mecanicista, além do funcionalismo e, especialmente, da psicologia animal, que em 1913 tinha como seu principal mentor o psicólogo americano John Broadus Watson e que foi denominado como "Behaviorismo" (IENNACO, 2011).

De acordo com IENNACO, o "behaviorismo" tem como fundamento essencial a possibilidade de observação de adequação dos seres vivos ao meio-ambiente por influência de aspectos hereditários e habituais, bem como, a forte premissa de que alguns estímulos levam os organismos a apresentarem respostas, razão pela qual seu principal objetivo é a obtenção de conhecimentos acerca dessas duas vertentes. Assim, IENNACO entende que do ponto de vista "behaviorista", a psicologia dever ser entendida como uma ciência que estuda o comportamento e não apenas a mente, ou seja, uma ciência cujo resultado de seus estudos é efetivamente comprovado de forma empírica.

Ainda em conformidade com o entendimento de IENNACO, no "behaviorismo" estudam-se métodos através dos quais o comportamento possa ser observado e controlado na forma de estímulos com consequentes e esperadas respostas e não apenas descrito ou justificado como mero estado de consciência, cujos resultados poderão auxiliar juristas, educadores, profissionais da saúde, agentes políticos e outros tantos em suas respectivas atividades profissionais. Os estudos em questão só aceitam uma metodologia mais objetiva que abarca a observação, o reflexo condicionado, o relato verbal e testes, afastando de vez os elementos subjetivos exclusivamente ligados à introspecção, às atividades da mente.

O "behaviorismo" portanto, se dedica ao estudo de ações que permitam ser

1 IENNACO, RODRIGO. Behaviorismo e criminologia: controle do comportamento desviante. Projeto Busca "Legis". http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/files/anexos/11672-11672-1-PB.htm. Acesso em 13-02-2018, 17:59'.

observadas e descritas objetivamente na forma de estímulo-resposta (IENNACO, 2011).

Segundo IENNACO, o Behaviorismo puro desenvolvido por WATSON se propunha a tratar todas as áreas do comportamento em nível objetivo, em um processo mecanicista de estímulo-resposta, com a respectiva negação do instinto animal, definindo-o como mera resposta socialmente condicionada, expurgando do comportamento humano elementos como: a capacidade, o temperamento e os talentos hereditários, sem os quais, o "indivíduo adulto será o produto do condicionamento de seu comportamento durante a infância, assumindo a aprendizagem, portanto, posição fundamental" no desenvolvimento humano no que diz respeito ao seu respectivo comportamento.

Na primeira metade do século XX, vários foram os filósofos, cientistas e estudiosos que adotaram a teoria behaviorista da psicologia como mola mestra do comportamento humano, vinculando a aprendizagem como forma de condicionamento desse mesmo comportamento. Dentre eles, destacam-se: EDWARD C. TOLMAN, para quem as causas iniciadoras do comportamento eram os estímulos ambientais, a pulsão fisiológica, a hereditariedade, o treinamento prévio e a idade, EDWIN GUTHRIE, para quem o fortalecimento de respostas aprendidas era consequência do condicionamento simultâneo e, CLARK LEONARD HULL que conseguiu amplo destaque em suas investigações sistemáticas desenvolvidas a partir do uso do método hipotético-dedutivo.

SKINNER, B. FREDERIK (1904-1990) adotou uma posição mais radical em sua defesa aos métodos de estudos "behavioritas" e entendia que o reflexo era a pura e plena correlação existente entre um simples estímulo e uma medida resposta, fato que permitia a efetiva descrição do comportamento e não tão somente sua interpretação. SKINNER abraçou a tese positivista da análise comportamental observável e descrita mediante a aplicação do método indutivo.

O fisiologista russo PAVLOV, IVAN[2] (1849-1936) promoveu uma das mais importantes descobertas contemporâneas quando estudou a fisiologia do sistema gastrointestinal: o reflexo condicionado, dando gênese à psicologia científica atrelando-a ao binômio estímulo-resposta, tornando mundialmente conhecida sua experiência realizada com um cão que, ao ser-lhe apresentado um pedaço de carne, ele salivava. Ao tocar a campainha o cão ficava atento tentando identificar a origem do estímulo sonoro. Ao tocar a campainha e mostrar-lhe o pedaço de carne, ofertando-lhe de forma repetida por diversas vezes, com o passar do tempo apenas ao tocar a campainha, o mesmo cão já estará salivando à espera da carne.

PAVLOV, IVAN (1849-1936) mostrou que uma resposta comportamental está diretamente ligada a um estímulo conhecido e apresentado na forma de reforço. À resposta comportamental obtida mediante a aplicação de um estímulo específico e de possível observância, SKINNER (1904-1990) nominou comportamento respondente cujo conceito

2 Ganhou o prêmio Nobel na área de medicina e fisiologia em 1904. http://www.cerebromente.org.br/n09/mente/pavlov.htm

é diametralmente oposto àquele atribuído ao comportamento operante, já que este último ocorre independentemente de qualquer estímulo externo e observável, em que pese existir um estímulo desconhecido provocador da reação na forma de resposta.

SKINNER (1904-1990) desenvolveu inúmeras pesquisas relacionadas com a análise comportamental no que diz respeito às formas de aprendizagem, durante as quais pôde observar o resultado das reações após a punição de ações que lhes deram azo e maneiras de reforço da resposta, seja ele positivo ou negativo. Uma de suas experiências mais conhecidas foi com a utilização de uma caixa, cientificamente denominada câmara de condicionamento operante, que continha uma barra ou chave que um animal poderia manipular a fim de obter alimentos ou água, resultado este que funcionava como um estímulo e um reforço positivo para o animal sempre que este último manipulava referido instrumento[3].

Estribado em seus estudos empíricos, SKINNER (1904-1990) estabeleceu a possibilidade de controle do comportamento humano mediante aplicação de reforços positivos.

Para IENNACO, o controle comportamental exercido em pequenos grupos de pessoas, executado através da aplicação do reforço positivo é técnica usual em escolas, prisões, etc., e que essa mesma técnica poderia ser muito mais utilizada e difundida como forma de tentar a transformação de comportamentos indesejáveis, tais como os criminosos, em comportamentos socialmente aceitos, reforçando-se o comportamento desejável e, por consequência, deixando-se de reforçar o comportamento indesejável, na forma de recompensação ou não do ato praticado.

Anota INNEACO que as teorias defendidas por SKINNER relacionadas ao "behaviorismo" resultariam em benefícios se aplicadas em contextos sociais delimitados, como é o caso dos presídios, asseverando que raramente teriam os mesmos resultados satisfatórios se aplicados em contextos sociais abertos e naturais : "Sob certas condições, em contextos sociais fechados, como a prisão, poderíamos admitir que a modificação do comportamento criminoso, a partir das teorias de Skinner, traga resultados satisfatórios – mas raramente em contextos sociais abertos, naturais. A modificação do comportamento encontraria sua limitação na própria estreiteza do método behaviorista, não se tratando, pois, de um problema circunstancial, mas estrutural. A visão mecanicista do homem, como uma máquina que interage em termos de estímulo-resposta, a ignorância da reciprocidade entre o homem e o sistema social em que se insere; sua limitação, enfim, para controlar a multiplicidade de fatores externos que atuam sobre o indivíduo numa sociedade aberta, além da desconsideração de fatores introspectivos, sem questionar o aspecto ético da modificação do comportamento pelas técnicas empregadas, revelam a limitação do Behaviorismo como referência ao estudo da criminologia.".

3 http://psicoativo.com/2016/08/caixa-de-skinner-o-centro-do-condicionamento-operante.html

3 | ASPECTOS ESTRUTURAIS DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO SEGUNDO A LEGISLAÇÃO EM VIGOR

O sistema prisional brasileiro possui suas diretrizes gerais elencadas na Constituição Federal de 1.988 e específicas na Lei nº 7.210/84 – Lei de Execuções Penais, sendo que esta última foi recepcionada pela primeira em todos as normas que não contrariaram a Constituição Federal de 1.988.

Aos Estados que não possuem uma legislação específica complementar à Lei de Execuções Penais cabe a plenitude do cumprimento da mesma, sendo que àqueles que possuem referida legislação complementar cabe o fiel cumprimento de ambas as leis se a lei estadual não ferir dispositivos da lei federal em questão, conforme preceitua o princípio da hierarquia das leis, já que a Constituição Federal de 1.988 consagrou a competência concorrente entre Estados e União para legislarem sobre direito penitenciário[4].

Contrariamente ao que dispõe Constituição Federal de 1988 e a legislação brasileira em vigor, mais especificamente os arts. 10 e 11 da Lei nº 7.210/84 – Lei de Execuções Penais[5], as diversas e mais variadas unidades prisionais de nosso País não atendem às finalidades propostas pelo sistema penitenciário nacional, quais sejam, a de promover a reabilitação, a reeducação e a ressocialização com a reinserção do detento ao convívio em sociedade. Na contramão da legalidade, essas unidades prisionais que mais se assemelham às masmorras medievais, incrementam um tratamento degradante e, em não raras vezes, desumano aos nelas são atirados indistintamente aqueles que antes mesmo de qualquer condenação prévia, já foram condenados à segregação familiar e ao mundo do crime, dada a falta de assistência médico-psicológica-social contínua por parte de quem tem o dever de assim proceder e se omite: o Estado. Dita omissão, gera reflexos negativos imensuráveis não só aos reclusos como também a todos que, de alguma maneira, seja ela direta ou indireta, interagem com esse sistema pernicioso e decadente que é o sistema penitenciário brasileiro.

Para ROCHA, apesar dos vários problemas existentes e de complexa solução no sistema penitenciário como um todo, o mais grave deles é a superlotação, já que em decorrência dela surgem os demais problemas, pois nesse ambiente sequer os direitos dos presos previstos na Lei de Execuções Penais são respeitados e a ressocialização torna-se apenas uma utópica súplica.

Por consequência dessa despudorada realidade, a reincidência penal é inevitável, pois, ao invés de receberem tratamento digno que lhe proporcione o retorno ao seio familiar, com a sua respectiva reintegração ao convívio social, o recluso do sistema penal brasileiro

---

4 Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

5 Art. 10. A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.
Parágrafo único. A assistência estende-se ao egresso.
Art. 11. A assistência será: I - material; II - à saúde; III -jurídica; IV - educacional; V - social; VI - religiosa.

recebe orientações, ordens, ensinamentos e tarefas que fazem dele um especialista na arte de cometer delitos, na maioria das vezes até mais cruéis do que aquele que eventualmente tenha praticado quando de seu ingresso no sistema carcerário.

Nesse sentido, ROCHA escreve que o presídio tem sua função ressocializadora desvirtuada e transforma-se em um local destinado exclusivamente ao aprimoramento do aprendizado criminoso, fato que imputou o pseudônimo de "Universidades do Crime" aos estabelecimentos prisionais brasileiros.

O sistema penitenciário que se sedimentou a partir dos anos 80 e 90 com a incapacidade estatal de geri-lo, aliada à crescente sensação de insegurança e de impunidade externada pelos cidadãos, caracteriza-se pelo inchaço populacional e pela desorganização estrutural e orgânica dos presídios, onde a violência foi adotada como única alternativa de punição e coibição da criminalidade (ROCHA, 2006)

Segundo ROCHA (2006)[6], o Estado brasileiro contém diversos e variados sistemas penitenciários em razão da competência legislativa concorrente existente entre a União e suas Unidades Federativas, de tal forma que cada Estado gere seu próprio sistema penitenciário tendo como diretrizes as orientações emanadas da Lei de Execução Penal, podendo até mesmo instituir leis de execuções penais suplementares na parte em que não houver conflito com a lei federal[7]. Por tal razão, não existe uma padronização do sistema pelos Estados, sendo que cada um deles possui sua própria estrutura e normas de gestão de seus presídios que se dá pelo Poder Executivo local através de suas respectivas Secretarias de Segurança Pública e/ou Justiça.

A fase de execução da pena envolve a interatividade de vários atores públicos no âmbito do sistema penitenciário, eis que, conforme dispõe o art. 61 da Lei nº 7.210/84, os órgãos incumbidos de darem plena efetividade à execução penal são: o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária; o Juízo da Execução; o Ministério Público, o Conselho Penitenciário; os Departamentos Penitenciários; o Patronato; o Conselho da Comunidade e a Defensoria Pública.

Dado o caráter multidisciplinar do sistema penitenciário brasileiro como um todo, seria necessária uma análise empírica do sistema prisional em cada Unidade da federação com vista a contemplar minuciosamente todas as estruturas e órgãos responsáveis pela execução penal em cada uma delas (ROCHA, 2006).

Cada um dos órgãos ou entes públicos incumbidos de promoverem a plena e efetiva execução da pena no Brasil, possui suas respectivas peculiaridades quanto à sua composição e atribuições, sendo que ao CNPCP que é subordinado ao Ministério da Justiça e composto por 13 (treze) membros escolhidos entres profissionais que se relacionam com o direito penal e processual penal, com mandato de 2 (dois) anos cada um, compete o estabelecimento de diretrizes relacionadas à formulação e definição de política criminal e

6 http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2217/1/Alexandre%20Pereira%20da%20Rocha.pdf
7 Arts. 73 e 74 da Lei de Execuções Penais.

penitenciária[8] no que diz respeito ao sistema prisional (ROCHA, 2006).

Cabe ao Departamento Nacional de Política Penitenciária – DEPEN, composto por uma coordenação geral, uma coordenação de normas, 4 divisões e 1 serviços de apoio administrativo, promover a execução das diretrizes emanadas do CNPCP relativamente ao sistema prisional brasileiro[9], zelando pelo fiel cumprimento da Lei de Execuções Penais.

Os demais órgãos públicos envolvidos na atividade de execução penal e que foram elencados nos incisos II a VII do art. 61 da Lei de Execuções Penais, são afetos a cada Unidade Federativa da Nação e possui regimentos e normas próprias que delimitam seus respectivos funcionamentos, razão pela qual, para uma melhor composição do todo, torna-se necessária uma análise completa de seus respectivos regimentos e normativos de forma individualizada a ser realizada por Estado, estudo este que não será desenvolvido neste trabalho, já que não temos a pretensão de esgotar o tema, mas tão somente de demonstrarmos a necessidade de iniciarmos esse processo, esmiuçando as atribuições e atuações de cada órgão em seus respectivos Estados para que melhor possamos compreender como se dá o funcionamento da engrenagem do sistema prisional brasileiro em suas diversas facetas para que possamos contribuir de maneira efetiva com o possível melhoramento do que aí está.

4 I DA APLICABILIDADE DA ANÁLISE COMPORTAMENTAL NO DIREITO PENITENCIÁRIO

As consequências do comportamento de determinado indivíduo influenciam de maneira efetiva tanto para a preservação quanto para a extinção desse padrão comportamental quando conjugados e combinados os processos seleção comportamental descritos por SKINNER, sendo que a seleção filogenética, ao contrário das seleções ontogenética e sociocultural, não influencia tão somente no comportamento do indivíduo, mas também em seus aspectos físicos (AGUIAR, 2014).

SKINNER observou que cada processo seletivo possui suas respectivas contingências comportamentais e que a seleção ocorre no momento em que essas contingências são ou não satisfeitas pelos indivíduos em função de sua adaptabilidade. Assim, SKINNER estabeleceu que referidas contingências seriam filogenéticas quando relacionadas à sobrevivência e reprodução das espécies; ontogenéticas quando relacionada à modelagem, à manutenção ou à extinção de padrões comportamentais durante o tempo de vida de um indivíduo; e socioculturais quando relacionadas à sobrevivência e reprodução de um determinado grupo social como um todo.

Segundo AGUIAR, na seleção filogenética ocorre a evolução da espécie através da transferência de características comportamentais do indivíduo pela hereditariedade, como é o caso do reflexo em determinadas espécies; já na seleção ontogenética ocorre

8 Arts. 62 e 63 da Lei de Execuções Penais.

9 Art. 71 da Lei de Execuções Penais.

a evolução do repertório de um padrão comportamental do indivíduo com o aumento da frequência de um determinado comportamento e que é transferido ou adquirido por meio da aprendizagem operante, na forma de condicionamento e mediante consequências reforçadoras ou punitivas, em que encontram-se implícitas as seguintes variáveis: probabilidade de ocorrência de um padrão comportamental, o contexto, a motivação (positiva ou aversiva) e as consequências; na seleção sociocultural, por seu turno, ocorre a evolução do ambiente social ou cultural que é transmitido ou adquirido por meio de práticas culturais de determinados grupos de indivíduos através da recompensação ou punição de determinados comportamentos.

As regras, tanto mais as jurídicas e, no caso específico, aquelas que se destinam à efetiva implementação da execução penal, não são consideradas meros objetos para o behaviorismo radical de SKINNER, mas sim padrões comportamentais utilizados como meio de alguém estabelecer um controle comportamental sobre outrem em função de uma contingência instituída, tornando-se efetivo componente linguístico das práticas culturais (AGUIAR, 2014).

Para AGUIAR, "o conceito de seleção sociocultural não se aplica a qualquer modificação comportamental resultante da imposição de regras, mas tão somente à alteração no grupo social do repertório de comportamentos de recompensar ou punir determinados comportamentos".

AGUIAR defende que a evolução sociocultural de determinado grupo de pessoas por meio da seleção de práticas culturais que mais se adequam a seu respectivo modo de vida, fenômeno denominado internalização por Gunther Teubner, é possível por meio da especialização funcional dos sistemas sociais (LUHMANN, 1990) que possui como chave de ignição as regras de controle comportamental, de maneira que determinado grupo social possa manter sua sobrevivência e reprodução, sua "existência e bem-estar" na mais clara acepção da palavra, internalizando as contingências seletivas de determinadas práticas culturais.

De acordo com AGUIAR, podemos "definir sistema social como uma rede de padrões comportamentais entrelaçados, em que cada padrão comportamental serve de contexto e fonte de reforço ou punição para o outro e vice-versa".

Uma organização funciona como um tipo de sistema social em que o comportamento de seus empregados são controlados por meio de reforço ou punição aplicados por seu líder, sendo que o produto do comportamento de seus membros também funciona como meio reforçador ou punitivo de controle comportamental do líder da organização, já que determinado produto pode reforçar ou punir pessoas alheias à mesma e estas pessoas, por seus turnos, reforçam ou punem o dirigente da organização (AGUIAR, 2014).

A especialização das organizações na produção de um elemento de reforço ou de punição propicia o surgimento dos sistemas sociais funcionalmente especializados, entre eles o educacional, científico, político, econômico, jurídico, entre outros tantos (AGUIAR,

2014).

Consoante o entendimento de AGUIAR, a norma penal implícita no tipo penal atua na forma de “dever ser” e visa a obtenção da meta social que, no caso do furto é projetada sob o comando: “não furtarás”, sendo que o tipo penal descrito como conduta comissiva ou omissiva na legislação pátria e sua respectiva sanção é uma contingência comportamental sob o ponto de vista behaviorista radical, um elo entre um comportamento (conduta delitiva) e uma consequência punitiva (sanção), que ele denomina contingência jurídica.

Em que pese o sistema prisional no Brasil possuir diretrizes nacionais unificadas e uma legislação federal específica a ser observada, certo é que cada Unidade da Federação possui seu próprio sistema prisional com suas respectivas peculiaridades, funcionando cada um como um grupo social específico de contexto delimitado e fechado (INNEACO, 2011), na forma de um sistema social funcionalmente especializado, no qual as atribuições de seu gestor, os direitos e deveres dos detentos e as competências de cada órgão público envolvido na fase de execução da pena, estão devidamente disposto em uma legislação federal específica, qual seja, a Lei de Execuções Penais.

5 I CONCLUSÃO

A análise comportamental behaviorista desenvolvida a partir das teorias desenvolvidas por WATSON, cujos estudos foram aperfeiçoados, renovados e ampliados por SKINNER, com a realização de procedimentos empíricos demonstrando que o comportamento não está adstrito tão somente à mente humana sujeito às mais diversas e subjetivas interpretações, mas sim em ações reflexas ou adquiridas individual e hereditariamente na forma de evolução (seleção filogenética), ou ainda, adquiridas na forma de aprendizagem (seleção ontogenéticas) e na forma de escolhas coletivas visando a sobrevivência e bem-estar do grupo (seleção sociocultural), é plenamente passível de ser aplicada em estudos desenvolvidos especificamente direcionados para a análise comportamental de gestores, subordinados e órgãos públicos envolvidos na execução penal em presídios, já que os presídios, de maneira individual, são verdadeiras organizações que possuem pequenos grupos sociais de contexto delimitado e fechado com sugeriu INNEACO e se encaixam perfeitamente no conceito de sistema social funcionalmente especializado desenvolvido por AGUIAR, cuja atuação é submissa às regras jurídicas e legais por meio das quais alguém exerce o controle do comportamento de outrem, em função de uma contingência instituída, tornando-se efetivo componente linguístico das práticas culturais (AGUIAR, 2014).

Assim, o que se pretende a partir do desenvolvimento deste artigo é despertar o interesse de pesquisadores para a realização de estudos científicos mais detalhados que envolvam a análise comportamental de todos os representantes dos órgãos e entidades envolvidas com a prática da execução penal em presídios alocados no Estado de Goiás, esmiuçando-se as atribuições e competências administrativas e legais de cada um, através

de estudos que deverão ser desenvolvidos em legislações, normas, convênios e contratos em todos os seus níveis de hierarquia: federal, estadual e municipal, para que possamos, enfim, apresentar ou sugerir melhores, mais eficazes e mais eficientes formas de gestão que, eventualmente, envolvam a tomada de decisões de seus representantes.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, Constituição Federal da República Federativa do Brasil, 1.988.

- BRASIL, Lei nº 7.210/84, Lei de Execuções Penais.

- IENNACO, RODRIGO. "*Behaviorismo e criminologia: controle do comportamento desviante"*, revista de periódicos da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2011.

- AGUIAR, JÚLIO CÉSAR DE. "*Análise comportamental do Direito: uma abordagem do Direito como ciência do comportamento humano aplicada*". Revista Nomos da Universidade Federal do Ceará. Dezembro de 2014.

- ROCHA, ALEXANDRE P. "*O Estado e o Direito de punir: a superlotação no sistema penitenciário brasileiro*". Repositório da UnB. 2006.

- AZEVEDO, TIAGO. "*Caixa de SKINNER: O centro do condicionamento operante*". 06/08/2016. Disponível em: "*http://psicoativo.com/2016/08/caixa-de-skinner-o-centro-do-condicionamento-operante.html.*" Acessado em 18/02/2018 às 23:31'.

- DO AMARAL, JÚLIO R., SABBATINI, RENATO M.E. "*O que é o reflexo condicionado*". Disponível em: "*http://www.cerebromente.org.br/n09/mente/pavlov.htm.*" Acessado em: 18/02/2018 às 21:18'.

- AGUIAR, JÚLIO CESAR DE. "*Teoria Analítico-Comportamental do Direito*". Ed. Nuria Fabris. Porto Alegre, 2017.

CAPÍTULO 6

DESENVOLVIMENTO DO JOGO PEDAGÓGICO SER+: GÊNEROS, SEXUALIDADES E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Data de aceite: 04/02/2021
Data de submissão: 07/12/2020

Bruno Cruz Candido
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense - Câmpus Pelotas
Pelotas - RS
http://lattes.cnpq.br/9031393968491953

Renata Barbosa Porcellis da Silva
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense - Câmpus Pelotas
Pelotas - RS
http://lattes.cnpq.br/7225665514561551

Mariana Piccoli
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense - Câmpus Pelotas
Pelotas - RS
http://lattes.cnpq.br/6596418378264766

RESUMO: Atualmente temas como gêneros, sexualidades e relações étnico-raciais são pouco discutidos no ambiente escolar, resultando em estigmas e violências. Este artigo tem por objetivo a apresentação da construção de um jogo didático de tabuleiro que aborda essas temáticas, a fim de democratizá-las. A metodologia utilizada no desenvolvimento do projeto foi a *Human Centered Design* (HCD - Design centrado no ser humano), um método focado no usuário e seu comportamento. O jogo foi desenvolvido com foco em estudantes do ensino médio durante três meses do ano de 2018. Como resultado, foi elaborado um jogo de cartas, estilo game show, com perguntas e desafios, bem estruturado, dinâmico e relevante para utilização pedagógica.
PALAVRAS - CHAVE: Gêneros, sexualidades, relações étnico-raciais, jogo, design.

DEVELOPMENT OF THE PEDAGOGICAL GAME SER+: GENDERS, SEXUALITIES AND ETHNIC-RACIAL RELATIONS

ABSTRACT: Currently, genders, sexualities and ethnic-racial relations issues are under-developed in the school environment, resulting in stigma and violence. This article proposes to present the creation of an educational game board that addresses these topics. The methodology used in the project development was Human Centered Design (HCD), a user and behavior centered methodology. The game had been developed for highschool students for three months in 2018. As a result, it is a structured card game, like a game show, with quizzes and challenges, dynamic and relevant for pedagogical uses.
KEYWORDS: Genders, sexualities, ethnic - racial relations, game, design.

1 I INTRODUÇÃO

No Brasil, temas como gêneros, sexualidades e relações étnico-raciais têm sido foco de implementação de políticas públicas educacionais nos últimos anos, com o compromisso de tornar a escola um espaço democrático e inclusivo, onde estudantes possam ter a oportunidade de desenvolver a capacidade de convívio com a diferença,

afastando-se de preconceitos e opressões. Em dada realidade, a busca por estratégias pedagógicas que fomentem o pensamento crítico-reflexivo dos discentes é iminente.

Para além de uma educação focada apenas na dimensão cognitiva da aprendizagem, buscam-se ações educacionais que propiciem um olhar não normatizador, que não bloqueiem processos de singularização (GUATTARI; ROLNIK, 1996). Apesar desses temas estarem pautados em documentos orientadores, ainda são escassas as iniciativas para debatê-los no ambiente escolar e poucas ações são realizadas com esse foco.

Este trabalho teve como preocupação central o silenciamento sobre as diferenças de gêneros e sexualidades no ambiente escolar e das relações étnico-raciais. Tal silenciamento promove uma ótica sexista e cisheteronormativa que patologiza alunas/os LGBTIA+ (LOURO, 2014) e nega a promoção de igualdade de oportunidades, segundo a raça ou a cor (CARNEIRO, 2011), tornando o ambiente escolar hostil a esses sujeitos.

Para tanto, visou-se o desenvolvimento de uma ferramenta pedagógica que proporcionasse deslocamentos nos sistemas normativos sexo/gênero/desejo, abrindo possibilidades para a decomposição da matriz binária feminino-masculino, da heterossexualidade compulsória e do "embranquecimento" escolar. A proposta teve como objetivo central a criação de um jogo pedagógico que aborda as temáticas gêneros, sexualidades e relações étnico-raciais voltadas a estudantes do ensino médio, com idade entre 13 e 19 anos.

Acredita-se que tal ferramenta seja de grande valia pois "a estratégia pedagógica no formato de jogo revela-se alternativa com potencial para instaurar uma vertente problematizadora, capaz de mobilizar os jogadores em seus desejos e suas experiências e favorecer a invenção" (SOUZA, *et al.*, 2017. p. 395). Entende-se que o jogo pode potencializar relações interpessoais e propiciar uma aprendizagem dinâmica e criativa, ideal para jovens no ensino médio.

> Na literatura, são destacadas diferentes potencialidades do jogo como favorecedoras do processo ensino-aprendizagem: atratividade e melhor apropriação do conteúdo, ludicidade, interatividade e papel ativo do aluno no processo de aprendizagem; inventividade, partilha e envolvimento. (SOUZA et al., 2017, p. 398)

O conteúdo do jogo pretende estremecer a produção de verdades instituídas, limitadas à noção de uma matriz binária homem-mulher e hegemonicamente branca, mostrando a existência de outras realidades e tomando-a em sua potência criadora. Assim, são apresentados outros modos de ver, sentir e se relacionar, para além do discurso instituído de coerção e de não reconhecimento das diferenças, discurso que é permeado por estereótipos e preconceitos.

O campo da educação, onde tradicionalmente se vê a busca pela generalização e ajustamento, é desafiado a repensar suas práticas a partir de uma perspectiva da diferença. Nesta perspectiva, considera-se que o papel da educação incluiria uma visão da diferença

que privilegia outras visões, além daquela que trata o diferente simplesmente como algo que deva ser tolerado por todos. Um pensamento da diferença na educação, ciente da precariedade de qualquer noção de identidade, inclui a diferença na própria noção de constituição do sujeito. O outro deixa de ser constituído em relação àquilo que tem de diferente de mim; eu mesmo só me constituo pela própria diferença. Tal pensamento, desestabilizante, torna-se cada vez mais necessário.

Acredita-se que para construir uma educação plural, que considere a diversidade sociocultural no contexto da cultura escolar e da produção do saber no processo de ensino-aprendizagem é preciso criar mecanismos voltados à valorização da diversidade sociocultural das/dos estudantes, pois apenas uma política de tolerância do multiculturalismo é uma estratégia frágil (BUTLER, 2015).

Nesse sentido, o conteúdo do jogo desenvolvido teve por compromisso ser um material cativante e inovador, que incentiva a capacidade de convívio com a diferença. O projeto foi aprovado pelo Edital PROEN-14/2018 e recebeu financiamento do BIC-IFSul.

2 | METODOLOGIA

A metodologia utilizada no projeto foi a Design Centrado no Ser Humano - *Human Centered Design* (HCD, 2010), um método focado no usuário e seu comportamento, e tem como principal elemento as pessoas para as quais o projeto é desenvolvido, visando solucionar os problemas desses usuários. Ela é dividida em três etapas: ouvir (*hear*), criar (*create*) e implementar (*deliver*).

Na etapa ouvir, começou-se por examinar as necessidades, desejos e comportamentos das pessoas diretamente envolvidas, e que foram influenciadas pelo projeto. A equipe de Design coletou histórias e se inspirou nas pessoas. Procurou-se ouvir e entender o que os futuros usuários sentiam em relação ao espaço educacional com relação aos temas abordados (HCD, 2010). Nesta etapa, foram realizadas as seguintes atividades: imersão em contexto, entrevista individual e entrevista em grupo.

A imersão em contexto faz com que os pesquisadores “mergulhem” nas vivências e cotidiano do público alvo, assim compreendendo seus anseios e necessidades. O método de entrevista divide-se em dois: individual e em grupo. A entrevista individual foi realizada por meio de um formulário de forma online, contendo perguntas sobre o nível de conhecimento dos assuntos a abordados, a faixa etária, o gênero, a sexualidade e a etnia dos entrevistados, resultando em um infográfico (Figura 1) do possível público do produto.

Foram entrevistadas 108 pessoas, com idades entre 13 e 25 anos, em sua maioria mulheres cisgênero, heterossexual e branca, com um nível de conhecimento básico em estudos de gênero, sexualidade e relações étnico-raciais. Observa-se também que a maior parte dos entrevistados não possui um nível avançado em tais assuntos.

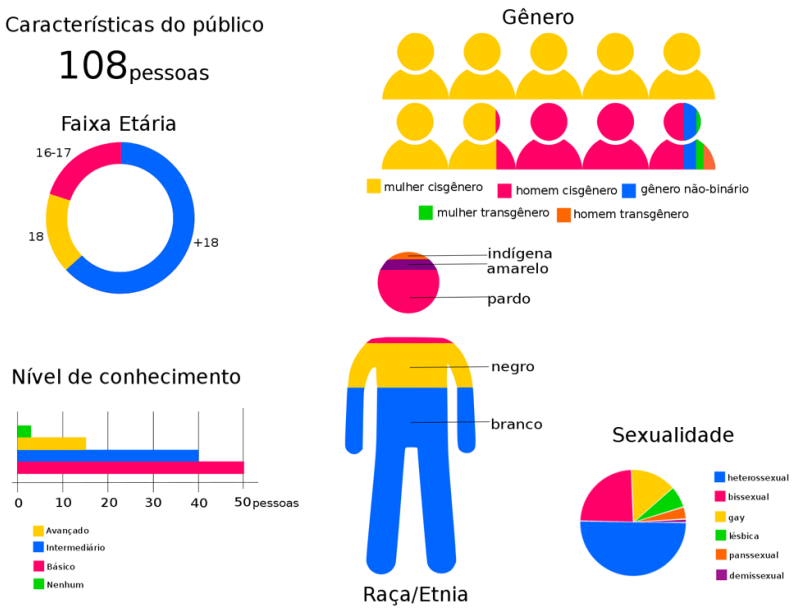


Figura 1: Infográfico de público alvo, resultante de pesquisa online.

As entrevistas focais em grupo foram realizadas com alunos do ensino médio-técnico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense - câmpus Pelotas (IFSul - Pelotas), os principais usuários do produto gerado. Esta etapa é extremamente rica, pois conhecendo histórias e pessoas que se consegue analisar comportamentos do usuário. Foi de grande importância ouvir tanto o corpo discente como o corpo docente, entendendo as dificuldades de ambas as partes no contexto em relação às temáticas abordadas.

Já a entrevista em grupo foi de grande valia para coletar preciosas informações sobre a comunidade, sobre o meio do usuário, a dinâmica do grupo e ainda concedeu à comunidade a chance de expor suas ideias e pontos de vista. Com base nos dados coletados ao final dessas etapas foram desenvolvidas *personas,* personagens fictícios criados para representar os diferentes tipos de usuário (Figura 2), que foram baseadas principalmente nas respostas ao questionário online. Criaram-se três personas diferentes: a Juliana, o Lucas e o Pedro, respectivamente uma mulher cisgênero heterossexual, um homem negro bissexual e um homem transgênero homossexual, todos com a idade entre 16 e 19 anos com níveis variados de conhecimento.

Figura 2: Personas criadas para guiar o desenvolvimento do projeto.

De forma concomitante, além das pesquisas e questionários aplicados com o público alvo, foram realizadas rodas de conversa mensais, para debater e desenvolver o conteúdo do jogo a partir de fundamentação teórica pós-estruturalista sobre gêneros, sexualidades e relações étnico-raciais. Essas rodas de conversa foram promovidas pelo grupo Fora da Caixa - Grupo de pesquisa em educação, gêneros e sexualidades do IFSul-Pelotas, e contavam com a participação de oito pessoas, de movimentos negros, feministas e LGBTIA+.

A segunda etapa, criar, é onde os desejos e necessidades identificados na primeira etapa começam a ser transformados em ideias e protótipos. O trabalho foi em equipe, procurando gerar várias possibilidades e alternativas de solução. Durante essa fase o grupo passou do pensamento concreto ao abstrato de forma a identificar temas e oportunidades para, mais tarde, voltar ao concreto com a criação de soluções.

Foi desenvolvida uma análise sincrônica de *games show* (Quadro 1), que serve para reconhecer os produtos pré-existentes no mercado, evitando possíveis plágios e reproduções (BONSIEPE, 1984) com o propósito de identificar a dinâmica, quantidade de jogadores, estrutura física e pontuação de jogos de auditórios famosos na televisão brasileira, como Passa ou Repassa (SBT), Mega-Senha (RedeTV!), Video Game (Globo) e Show do Milhão (SBT). Esta análise foi de extrema relevância para definir toda a estrutura do jogo.

	Passa ou Repassa (SBT)	Mega-senha (RedeTV!)	Video Game (Globo)	Show do milhão (SBT)
Quantidade de Jogadores	Dois times de crianças e adolescentes.	Normalmente são 4 jogadores, em duplas e essas duplas mudam no decorrer do jogo.	Normalmente são 4 jogadores, em duplas e essas duplas mudam no decorrer do jogo.	Um candidato.
Dinâmica	Jogo de perguntas e respostas, onde cada grupo tem sua vez de responder. Se o grupo acertar a resposta, ganha um ponto, se errar, passa a pergunta para a outra equipe, até que uma das equipes acerte a resposta. Se nenhuma equipe acertar a resposta, é preciso cumprir um desafio.	O jogo tem como objetivo acertar palavras, que estão em um painel atrás da pessoa, com o auxílio da sua dupla. A dupla tem que falar palavras que façam com que o colega chegue na palavra solicitada, sem dizer palavras com o mesmo radical.	O jogo tem como objetivo acertar palavras, que estão em um painel atrás da pessoa, com o auxílio da sua dupla. A dupla tem que falar palavras que façam com que o colega chegue na palavra solicitada, sem dizer palavras com o mesmo radical.	O programa consistia em três rodadas de perguntas e respostas e uma pergunta final: a primeira continha 5 perguntas, cada uma valendo mil reais cumulativos. A segunda, de 5 perguntas valendo R$ 10 mil cumulativos cada. A terceira, de 5 perguntas de R$100 mil reais cumulativos cada. A última pergunta valia R$ 1 milhão.
Estrutura Física	O jogo conta com placar eletrônico, botões para bater, dentre outros objetos necessários para o cumprimento dos desafios.	É bem simples, composto basicamente de uma tela que passa as palavras	É bem simples, composto basicamente de uma tela que passa as palavras	O jogo contava apenas com um telão onde eram exibidas as perguntas e suas respectivas alternativas.
Encerramento	A equipe com mais pontos é a campeã e recebe um troféu, além de diversos outros prêmios oferecidos pelo programa.	Na primeira fase é uma eliminação de duplas, depois a dupla que ganhar segue até o prêmio final de 100.000 reais	Na primeira fase é uma eliminação de duplas, depois a dupla que ganhar segue até o prêmio final de 100.000 reais	O encerramento se dava por três meios: quando o candidato errava uma questão decisiva, quando ele decidia parar e sair do jogo por conta própria ou quando ele ia até a pergunta final e acertava/errava. A premiação era feita em dinheiro.
Informações Adicionais	O jogo ganhou versões de tabuleiro.	Este jogo tem uma versão para celular e em tabuleiro para jogar em casa com os colegas.	Este jogo tem uma versão para celular e em tabuleiro para jogar em casa com os colegas.	O game show fez muito sucesso na época, ganhando versões de jogos eletrônicos e online.

Quadro 1: Análise sincrônica de jogos de auditório.

Ainda na etapa de criação, foram elaboradas as mais diversas possibilidades de jogabilidade e estrutura, como um jogo de tabuleiro, de dados de cartas, de RPG, pensando sempre na aplicação com os usuários pré-definidos, na complexidade e na mecânica. Após, realizou-se a seleção de alternativas, onde foi escolhido por realizar uma mescla de jogos de cartas e jogos de auditório, sendo informativo, mas focando na diversão.

Após estruturar a dinâmica se iniciou o desenvolvimento da criação do nome (*naming).* Alguns princípios norteadores foram: ser um nome fácil de pronunciar, ser curto e atemporal, fazendo o projeto se conectar com os usuários, tendo assim uma consolidação no mercado (WHEELER, 2009).

A terceira e última etapa, implementar, marca o início da implementação de soluções. Desenvolveu-se o detalhamento para a produção (desenho técnico) e o modelo físico em tamanho real, com os materiais adequados à sua utilização. As três etapas da metodologia foram realizadas em oito semanas.

3 I RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este trabalho teve como objetivo a realização de um jogo com intuito pedagógico para jovens adolescentes, buscando introduzir uma aprendizagem por meio de métodos diferentes dos convencionais. O jogo Ser+ (nome definido a partir dos critérios apresentados e que além de ser curto e fácil, sintetiza tudo que o projeto propõe: que ao final do jogo os participantes busquem **serem mais** compreensíveis, empáticos, respeitosos e tolerantes à quaisquer diferenças) foi desenvolvido em diversas reuniões para entendimento e análise das significações dos temas gêneros, sexualidades e relações raciais, bem como público alvo, realizando propostas de gerações de ideias e mapeamento dos usuários finais do

jogo (professores e alunos), sendo assim um projeto com auxílio e participação efetiva dos mesmos.

As perguntas, assim como a dinâmica do jogo, foram sendo desenvolvidas em encontros com as orientadoras do projeto e pessoas das comunidades LGBTIA+, negras e feministas, formando, assim, questões atuais, de grande importância para corpos dissidentes no ambiente escolar, com questões de níveis básicos e intermediário para o ensino médio das escolas públicas e privadas.

Obteve-se, como inovação, um jogo dinâmico e extremamente relevante para utilização pedagógica. O jogo funciona com no mínimo quatro pessoas ou no máximo quatro grupos (foi importante fazer com que o jogo não tivesse um número máximo de jogadores, devido a grande quantidade de alunos em algumas salas de aula).

O jogo Ser+ possui uma roleta (Figura 3) e mais de 90 cartas, ambas divididas nos três temas centrais do projeto: gêneros, sexualidades e relações étnico-raciais, e subdivididas em três categorias: perguntas e respostas, verdadeiro ou falso e desafios. Essa subdivisão ocorreu principalmente como forma de ponderar os conhecimentos, levar informação e trazer dinamicidade e movimento ao jogo.

Figura 3: Roleta do Jogo Ser +, contendo subdivisões de acordo com as temáticas.

As cartas (Figura 4 e 5) seguem as cores de cada temática apresentada na roleta. Seu conteúdo foi desenvolvido a partir das pesquisas e encontros descritos anteriormente, durante setembro e novembro de 2018, e revisado pelas orientadoras.

Figura 4: divisão de cores: cartas cor de rosa referem-se à temática de relações étnico-raciais, cartas azuis são sobre sexualidade e cartas amarelas apresentam questões de gênero.

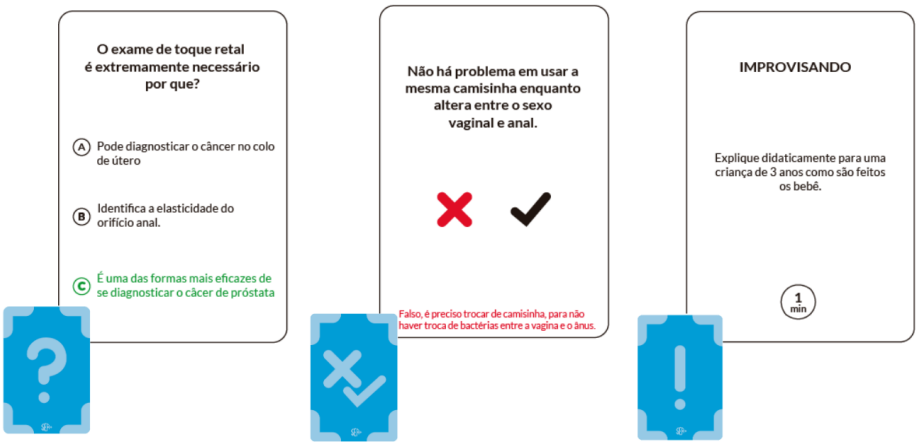


Figura 5: subdivisões das cartas, respectivamente: perguntas e respostas, verdadeiro ou falso e desafios.

Ser+ tem o seguinte modo de jogar: existe a presença de um moderador (sugere-se que o professor assuma esse papel); gira-se a roleta para definir sobre qual temática será a pergunta, e qual será o tipo de pergunta (perguntas e respostas, verdadeiro ou falso e desafios). Na rodada é feita uma pergunta para cada time. O time tem em torno de 15 segundos para chegar a uma conclusão e dar sua resposta final, exceto nas cartas desafios que contém o tempo estipulado de resposta. Cada categoria de carta tem uma pontuação conforme sua dificuldade. O time que acertar a resposta pontua, e o que errar não pontua, mas também não perde pontos. Todas as respostas corretas estão nas próprias cartas, por isso o uso de um moderador é indispensável. A quantidade máxima de pontos que os jogadores podem atingir dependerá da escolha do professor que estará mediando o jogo, observando o tempo proposto e a necessidade de explicação das respostas corretas.

Para testar a mecânica e a aceitação do jogo, ele foi submetido a um teste de usabilidade em contato com os usuários reais, que deram feedback e avaliaram a experiência (Figura 6), a fim de demonstrar se o resultado foi suficiente para o projeto. O teste foi realizado na turma do Curso Técnico em Comunicação Visual, com vinte e dois estudantes, sendo mediado pela professora presente em sala de aula.

Figura 6: Teste de usabilidade em turma do segundo ano do ensino médio integrado do IFSul-Pelotas.

As percepções dos estudantes foram bem positivas em relação ao jogo: muitos acharam de grande importância sua utilização para iniciar a conversa sobre os assuntos propostos, acharam que trazer isto de forma divertida e leve faz com que ninguém tenha vergonha de expor as suas dúvidas e anseios.

Atualmente o projeto está finalizado, contendo duas versões: uma focada para experimentação em sala de aula (versão de tabuleiro de mesa) e uma versão de auditório, para eventos. Ambas as versões foram cedidas ao NUGED (Núcleo de Gênero e Diversidade do IFSul câmpus Pelotas), onde todos os professores da instituição têm acesso. Além disso, o jogo pode a qualquer momento ser emprestado a outras unidades do Instituto.

4 I CONCLUSÕES

As escolas, enquanto espaços plurais, precisam incluir no seu modelo educacional rupturas da norma, visto que essas ainda têm um papel de generalização. Realizar um jogo com essas temáticas nos dias atuais é de grande relevância e incluir essas questões em uma ferramenta de ensino inovadora é essencial para construir um espaço que dialogue com todos, ainda mais se tratando da adolescência, um período de autodescoberta e exploração de diferentes gêneros, sexualidades e relações étnico-raciais.

Aplicar a metodologia HCD nesse projeto foi de grande valia, pois observar os usuários em contexto fez toda a diferença na concepção de um jogo dinâmico, divertido e interessante. A abordagem de temas que ainda podem ser considerados tabus em sala de aula (como sexo, menstruação e masturbação) vai sendo desmistificada, possibilitando que o conhecimento seja uma construção mútua entre alunos e professores.

Através da implementação e teste, conclui-se que o jogo viabiliza aos usuários a capacidade de convívio com a diferença, a redução de preconceitos, o reconhecimento de que todas as formas de viver as sexualidades e gêneros são genuínas, a desconstrução de papeis de gênero e a problematização da normatividade dos corpos, e, portanto, sendo relevante didaticamente em todos os âmbitos de aprendizagem.

Utilizando esse projeto como ferramenta, busca-se que tanto os e as estudantes como as escolas e espaços de ensino construam essa pluralidade, sendo sempre mais.

REFERÊNCIAS

BONSIEPE, Gui et al. **Metodologia experimental: desenho industrial**. Brasília: CNPq/Coordenação Editorial, 1984.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

GUATTARI, F; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 12ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

HCD. **Human Centered Design: Kit de Ferramentas**. 2a ed. 2010. Disponível em: <https://hcd-connect-production.s3.amazonaws.com/toolkit/en/portuguese_download/ideo_hcd_toolkit_complete_portuguese.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2018.

LOURO, G. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 16ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SOUZA, V; GAZZINELLI, M; SOARES, A; FERNANDES, M; OLIVEIRA, R, FONSECA, R. O jogo como estratégia para abordagem da sexualidade com adolescentes: reflexões teórico-metodológicas. **Revista Brasileira de Enfermagem** [online]. Vol.70, n. 2, mar-abr, 2017.

WHEELER, ALINA. **Designing brand identity: an essential guide for the entire branding team** 3rd ed, USA, John Wiley & Sons, 2009.

CAPÍTULO 7

INFÂNCIA E DISCURSO: ANÁLISE DISCURSIVA DE JORNAIS EM GUARAPUAVA (1930/1940)

Data de aceite: 04/02/2021
Data de submissão: 03/12/2020

Micheli Rosa
UEPG
Guarapuava, Paraná
http://lattes.cnpq.br/2853280451101947

Claudia Maris Tullio
UNICENTRO
Guarapuava, Paraná
http://lattes.cnpq.br/9417865332945400

RESUMO: Ariès (1987) argumenta que a ideia de infância, ou o sentimento da infância não existia até a idade média. Portanto, o conceito de infância é algo construído historicamente ao longo do tempo. Nesta perspectiva a pesquisa visa analisar os jornais que circulavam na cidade de Guarapuava (*Correio do Oeste* e *Folha do Oeste*). Este meio de comunicação torna-se importante, pois a imprensa acompanha o movimento da história e se faz sujeito colaborando como memória social e formando a opinião pública. Dentre as manchetes coletadas dos três periódicos acerca da infância pobre escolhemos um artigo para analisar a metafunção ideacional. Este recurso linguístico propicia perceber como os indivíduos expressam a sua experiência do mundo. Desta forma, como a infância pobre é representada para uma Nação que almejava o progresso e a modernidade. Como método teórico-metodológico utilizaremos o estudo de Fairclough (2001).

PALAVRAS-CHAVE: Análise de Discurso Crítica, infância, pobreza, nação.

CHILDHOOD AND DISCOURSE: DISCURSIVE ANALYSIS OF NEWSPAPERS IN GUARAPUAVA (1930/1940)

ABSTRACT: Ariès (1987) argues that the idea of childhood, or the feeling of childhood did not exist until the middle ages. Therefore, the concept of childhood is something historically constructed over time. In this perspective, the research aims to analyze the newspapers circulating in the city of Guarapuava (*Correio do Oeste* and *Folha do Oeste*). This means of communication becomes important, because the press follows the movement of history and makes itself subject collaborating as memory as a social memory and forming public opinion. Among the headlines collected from the three journals about poor childhood, we chose an article to analyze the ideational metafunction. This linguistic resource provides for understanding how individuals express their experience of the world. Thus, how poor childhood is represented for a nation that craved progress and modernity. As a theoretical-methodological method we will use the Fairclough study (2001).

KEYWORDS: Critical Discourse Analysis, Childhood, Poverty, Nation.

1 I INTRODUÇÃO

O conceito de infância que possuímos nos dias atuais é uma construção histórica e social, pois como aponta Ariès (1981, p.18) □até

o fim do século XIII, não existem crianças caracterizadas por uma expressão particular, e sim homens de tamanho reduzido". A maneira diferente de definir a infância se dá por volta do século XVIII em relação a fase adulta. Esse fato possibilitou o surgimento de um novo lugar para a criança e a família nas sociedades modernas.

No que tange ao Brasil percebe-se que no período colonial o sistema escravocrata modelou a economia, as relações sociais e a assistência a infância abandonada e escrava. Com a independência do Brasil podemos observar mudanças na assistência e isso se refletiu na ampliação do atendimento às crianças pobres, órfãs e expostas. Segundo Faleiros (2011, 220) em relação às Rodas, entre 1825 e 1937, foram criadas quatro em doze anos, tanto mantenedoras religiosas quanto particulares começam a estar presente na assistência à infância.

Dadas as conjunturas da proclamação da República entendemos que a infância desvalida é apontada como problema social. A virada do século XIX para XX apresentou um crescimento de entidades assistenciais para os atendimentos de crianças órfãs, abandonados, delinquente sendo que a maior parcela é vinculada à Igreja Católica. Essas entidades exercem forte pressão no Estado e influenciaram para produzir políticas públicas para a infância pobre e abandonada, surge então em 1927 o Código de Menores.

Posto isto, o artigo fundamenta-se na abordagem da Análise de Discurso Crítica (doravante ADC) para analisar o discurso enquanto prática social. Este método e teoria permite estudar nos textos as práticas discursivas e sociais que permeiam determinado contexto, ou seja, propõem criticamente compreender a dinâmica entre linguagem e sociedade considerando o contexto sócio-histórico.

Assim, apresentamos as manchetes coletadas dos seguintes jornais: *Folha do Oeste* e *Correio do Oeste* para refletir sobre os significados construídos pela imprensa no período entre 1930 a 1940 na cidade de Guarapuava. A partir disso, aprofundamos a análise da representação, metafunção ideacional, através do artigo: "*Um problema social e sua fisionomia*" (*Folha do Oeste*, 13 de abril de 1947).

2 | LINGUAGEM E DISCURSO: A REPRESENTAÇÃO DA INFÂNCIA NA IMPRENSA GUARAPUAVANA

Para analisar o corpus, as manchetes e o artigo selecionado, será utilizada a teoria-metodológica proposta por Norman Fairclough em *Discurso e mudança social*. Sendo um dos expoentes do campo disciplinar da Análise de Discurso Crítica que surgiu em 1990 em um simpósio de Amsterdã que possuía outros pesquisadores como Teun Van Dijk e Ruth Wodak.

A ADC, abordagem de Fairclough (2001), busca a relação entre o elemento linguístico com o social "pois o discurso é compreendido como uma forma de prática social, modo de ação sobre o mundo e a sociedade" (RAMALHO E RESENDE, 2004, p.185-186).

Magalhães (2005, p.3), aponta que "estuda textos e eventos em diversas práticas sociais, propondo uma teoria e um método para descrever, interpretar e explicar a linguagem no contexto sócio-histórico".

Desta forma podemos assinalar o que "o discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, moldam e o restringem suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes" (FAIRCLOUGH, 2001, p.91). Em suma, esta perspectiva de análise de discurso não prioriza somente a língua, mas principalmente o que há por meio dela e sua interação com o poder, as identidades sociais e ideológicas.

Para compreender como as práticas discursivas estão conectadas com as estruturas mais amplas de dominação e poder, Fairclough (2001) menciona a Gramática sistêmico-funcional (GSF) como um arcabouço para analisar os textos porque "faz uma apresentação mais avançada de uma forma de gramática particularmente útil à análise de discurso" (FAIRCLOUGH, 2001, p.105). Ao usarmos a linguagem realizamos escolhas no sistema linguístico para interagir com o outro. Tais escolhas apresentam significados em determinado contexto.

Dentre os conceitos abordados pela GSF mencionamos as metafunções (ideacional, interpessoal e textual) em que a linguagem desempenha funções sociais. Então, a partir do léxico gramatical observa-se como as escolhas dos autores sociais manifestam ideologias, crenças e valores. Assim, as práticas discursivas são lapidadas por escolhas gramaticais que constituem um texto e, principalmente, configura conforme a adaptação que os usuários realizam.

A GSF é fundamental, pois possibilita observar o texto (oral ou escrito) sob a ótica sociossemiótica. Desta maneira, o significado encontrado no texto faz parte da escolha linguística do falante/escritor. "As pessoas fazem escolhas sobre o modelo e a estrutura de suas orações que resultam em escolhas sobre o significado (e a construção) de identidades sociais, relações sociais e conhecimento e crença" (FAIRCLOUGH, 2001, p. 104).

Iniciamos a análise, mas salientamos que a ênfase será dada aos aspectos léxico-gramaticais do componente experiencial da metafunção ideacional porque expressa a experiência do mundo material ou interior dos indivíduos. Assim, elencamos também as práticas sociais que perpassam tais escolhas linguísticas do produtor do texto.

O artigo, *"Um problema social e sua fisionomia*", ocupa a primeira página do jornal. Transcrita possui uma lauda e meia. Logo, fez-se necessário delimitar os excertos para a análise a qual o trabalho se compromete. Segue os principais trechos do artigo de 13 de abril de 1947[1]:

1 Preservemos a escrita da época conforme o documento histórico do período. Disponível para consulta no Arquivo Histórico Municipal da cidade de Guarapuava/PR.

1. Tema prosaico e todavia, irresistível, a assistência à infância, desafia pensadores, pedagogos, sociólogos, administradores. Falam os pragmáticos e os imagnificos, todos, procurando desatar o <nó> da questão. Assistência aos menores enfermos, assistência aos menores abandonados e delinquentes, eis o problema até hoje sem solução satisfatória (SIC.).

2. No Brasil, terra eminentemente cosmopolita, de infiltração fácil e desenidade, sem os rigores da seleção, o problema se impõe e clama a solução em todos os pontos habitados de nosso território, pela necessidade de promovermos o preparo de uma infância física moralmente sadia, que amanhã possa colaborar eficientemente nas funções que afirmam e sustentam a democracia (SIC).

3. Uma portaria sábia e salutar, do Juizado de Menores local regulou a frequência de menores aos lugares públicos, visando a preservação moral dos mesmos. Todas essas providencias protetoras dos Poderes públicos, porém, serão insuficientes, si não tiverem o apoio e a compreensão do público do público, por elas beneficiado (SIC).

Os significados experienciais, segundo Cabral (2014, p.39), "relacionam-se com o que se faz no mundo – o campo. A parte da gramática em que se manifestam os significados experienciais é o sistema de transitividade". Este sistema é a relação entre os componentes que formam a figura (processo, participantes e circunstâncias). A análise desses conceitos colabora para compreender como são construídos na estrutura linguística as experiências de mundo.

Nos trechos (1), (2) e (3) nota-se que ocorrem dois tipos de processos: material e relacional. Este estabelece uma relação entre duas entidades diferentes. "As orações relacionais são comumente usadas para representar seres no mundo em termos de suas características e identidades" (FUZER; CABRAL, 2014, p. 65). Aquele se refere a orações de "fazer e acontecer", porque estabelecem uma mudança ao longo do evento. Compreende-se que a mudança é provocada por alguma força realizada por um participante, denominado Ator. Nesse desdobramento, salienta Fuzer e Cabral (2014, p. 46) "um dos participantes (não necessariamente humano) tem alguma de suas características criada ou alterada. Esse participante afetado denomina-se Meta.

Em (1) na primeira sentença observa-se que "desafia" é um processo material. Sendo que o Ator do processo é: "a assistência a infância", pois provoca uma mudança de "fazer e acontecer". Já em (2), os processos "Impor" e "promover" é representado como algo que deve ser modificado, ou seja, que precisa de atenção, pois o problema da infância precisa mudar em terras brasileiras. Iniciado pelo Ator "*No Brasil...*" a qual afeta a Meta *"uma infância física moralmente sadia*", nota-se que essas relações de fazer é a razão pela qual o processo presente denomina-se como material. Haja vista que, a representação exposta gira em torno da criança abandonada e o ideal de infância no período. Além disso existe uma forte preocupação da elite com as crianças perambulando nas ruas e o desenvolvimento de uma nação forte.

Para Rizzini (2005, p.2) “a consciência de que na infância estava o futuro da nação no século XIX estava associada à necessidade de manutenção da ordem e de criação mecanismos que protegessem a criança dos perigos que pudessem desviá-la do caminho da disciplina e do trabalho”. Na virada do século XIX para o XX percebe-se que a criança passa a ser um sujeito em potencial, ou seja, um sujeito que precisa ser investido para tornar-se um cidadão que contribuísse para o progresso do país. As escolhas dos léxicos mostram-nos não somente a preocupação com o bem-estar, mas especialmente a funcionalidade do grupo social para o país.

As ideias e práticas que circulavam no final do século XIX para o XX com elevado interesse na criança pobre deve ser pensadas como um projeto essencialmente político. Haja vista que há um desenvolvimento considerável e uma demanda capitalista, sendo assim a criança pobre torna-se um importante instrumento para futuro do país. Porém, observa-se que elite brasileira se enxergava como moderna, industrial e capitalista enquanto o homem do povo como ignorante, bruto e que precisava ser lapidado. Nesta perspectiva, a criança simbolizava o futuro da nação, mas também representava uma ameaça.

E por fim, em (3) nota-se que “regulou” é um processo material, transforma a força do elemento Ator “uma portaria sábia...” na sentença. Tal transformação aparece na Meta “a frequência de menores aos lugares...”. Na segunda parte, percebe-se que “serão” e “tiverem” estão relacionados à eficácia do participante, “Uma portaria sábia”, ou seja, as medidas tomadas de restringir o deslocamento dos menores em locais públicos são ações racionais para resolver a questão dos menores abandonados.

Sendo assim, temos um processo relacional a qual o participante chama-se Portador “Uma portaria...” e o Atributo “insuficientes. Esta oração relacional expressa a preocupação do produtor do texto em relação a execução das medidas. Nesta perspectiva, identificamos o processo relacional de circunstância “ter”: “si não tiverem o apoio e a compreensão do público”

Ambiguidade nos discursos é perceptível nos jornais guarapuavanos (*Correio do Oeste* e *Folha do Oeste*) como nos seguintes enxertos: “Assistência aos menores enfermos, assistência aos menores abandonados e delinquentes, eis o problema até hoje sem solução satisfatória (SIC.)” e “infância física moralmente sadia, que amanhã possa colaborar eficientemente nas funções que afirmam e sustentam a democracia” (SIC). A criança pobre é um elemento de transformação social, segundo os moldes do projeto político do período, como mencionado, e por isso será justificado e legitimado as variadas medidas repressivas sob a faceta de assistência aos pobres. Desta forma, o futuro da nação e a organização social terão a colaboração de várias instâncias da sociedade:

> Será da medicina (do corpo e da alma) o papel de diagnosticar na infância possibilidades de recuperação e formas de tratamento. Caberá à Justiça regulamentar a proteção (da criança e da sociedade), fazendo prevalecer a educação sobre a punição. À filantropia - substituta da antiga caridade -

> estava reservada a missão de prestar assistência aos pobres e desvalidos, em associação às ações públicas. (RIZZINI, 2005, p.5).

Os movimentos apontados por Rizzini (2005) modelaram a organização da Justiça e da Assistência nas primeiras décadas do século XX. Em alguns momentos os discursos e práticas destes grupos não serão conciliáveis, porém há um propósito igual – salvar a criança para mudar o país.

A dualidade no discurso, problema social x símbolo da nação observado nos enxertos do artigo da Manchete "Um problema social e sua fisionomia" mostrou a representação realizada pela elite Guarapuava. Haja vista, que os donos dos jornais eram pertencentes a elite da cidade. Para compreender em um panorama maior, através de mais manchetes, apresentamos a tabela referente ao período de 1930 a 1940, como mencionado:

Sintagmas Frasais/ Manchetes	Jornais	ano
Pelos pobres	Correio do Oeste	15. 6.1930
O código de menores Aplicado em Guarapuava	Correio do Oeste	30.03.1930
As crianças pobres	Folha do Oeste	10.08.1941
O trabalho de menores	Folha do Oeste	30. 6.1946
Um problema social e sua fisionomia	Folha do Oeste	13. 4.1947
Considerações sobre o problema dos menores	Folha do Oeste	13. 3.1949
Associação de Proteção à Maternidade e a infância	Folha do Oeste	17. 07. 949

Tabela: Representação da Infância em Guarapuava

Autoras, 2020.

A criança fora da instituição familiar, abandonada ou na rua ganha destaque nos periódicos, especialmente quando observamos os dados coletados. Com esta tabela conseguimos visualizar o período como um todo (1930 a 1940), a preocupação que permeia as discussões dos jornais abrangia as crianças pobres, desvalidas que estavam à mercê da sorte. Tais manchetes apontam que a infância é um problema para o município, mas era a infância pobre e abandonada que era a preocupação e cobrava providências imediatas das autoridades. A preocupação torna-se evidente no mesmo período outro discurso tomará espaço nas páginas dos jornais, a modernidade.

No jornal Correio do Oeste há duas manchetes da década de 1930: Pelos Pobres e O Código de Menores Aplicado em Guarapuava. Na primeira compreende-se que a preocupação e a colocação de que o pobre era um perigo social é debatido desde o final do século XIX. Isso se deve ao fato da modernização urbana, sendo assim há uma divisão do espaço urbano (pobres e ricos). Nesta perspectiva Trindade (1998, p.165) argumenta que a "medicina social, e a profilaxia higiênica urbana, surgida no século XVIII, se fortalecem no decorrer do século seguinte e logo a seguir vai se tornar indispensável e institucionalizada, numa forma que articula e quase unifica suas principais vertentes".

Não é o foco do artigo a questão da modernidade, mas a cidade de Guarapuava buscou estar no ritmo do progresso e das transformações que estavam ocorrendo no Brasil no final do século XIX e meados do século XX (TEMBIL, 2007). Então, uma cidade moderna se fazia também na ordenação do espaço, ou seja, as questões sanitárias se faziam urgente. Por isso, a tomada de medidas para a retirada das crianças do centro da cidade. Tais medidas, como exposto, expressam a percepção de um grupo eugenista como, por exemplo, os termos que mais apareceram no levantamento das manchetes são "pobre", "menor" e "problema".

Uma das práticas foi resolver o problema com os leprosos. Nesse sentido, como aponta o nosso levantamento as crianças pobres nas ruas não traziam uma imagem de modernidade para cidade. Isso fica evidente no seguinte trecho: "Uma portaria sábia e salutar, do Juizado de Menores local regulou a frequência de menores aos lugares públicos, visando a preservação moral dos mesmos" (SIC).

Compreende-se que na esfera da Justiça e da Assistência houve um desenvolvimento, uma política no sentido de exclusão social. Isso é perceptível na aprovação da Lei nº4.242 em 1921 que incorporava no orçamento da União possíveis gastos com a recuperação de menores. Este discurso conecta-se ao termo delinquente e para diminuir e impedir à criminalidade a correção vem por meio da educação, pela disciplina. Entretanto, a educação não visava à consciência e emancipação desses sujeitos, mas apenas à disciplina e o mínimo de alfabetização para os menores. A questão de não priorizar a educação fica claro como explana Rizzini (2005, p.8) o "investimento na educação ao acesso de todos. Certamente não interessava aos grupos de elite no poder que a população atingisse consciência de seus direitos, o que, no mínimo, dificultaria o exercício violento e arbitrário de controle sobre a maioria".

Na segunda manchete do Jornal Correio do Oeste nota-se a aplicação do Código de Menores, instituído em 1927, como forma de controle desses sujeitos. Por meio da imprensa conseguimos observar os termos utilizados para designar esses sujeitos e, especialmente, a aplicação do Código de Menores na cidade. Cabe ressaltar que a utilização de termos pejorativos como delinquente, vagabundo é acentuada a partir da década de 1920. Pode-se dizer que essa "forma pejorativa se consolida a partir do Código do Menor de 1927, quando então a filantropia e a caridade são submergidas pela política social" (TRINDADE, 1998, p.163)

A prática de classificar os menores vai, a partir de então, apenas se aperfeiçoar, e de tal forma, definir, qualificar e classificar. Se em períodos anteriores ela era vista como um ser desprotegido e coitado, agora, sobretudo no período entre as duas guerras, ela ganha uma nova conotação e para isso precisa ser protegida. Tem visibilidade, portanto, como futuro trabalhador e, destarte, cidadão, ou quiçá futuro delinquente e eminentemente perigoso

Percebe-se que na primeira República a preocupação com a saúde estava nas

pautas das discussões médicas e políticas, pois a economia dependia dos portos para a circulação da produção. Segundo Pinheiro (2011, p.32) “os governantes, nessa empreitada, buscavam organizar, higienizar e disciplinar os membros das camadas menos favorecidas com o intuito de — limpar as cidades”.

Os debates sobre as práticas higienistas era o aperfeiçoamento da raça. Tal ideia baseava-se na eugenia muito presente no início do século XX. Tal “teoria” acreditava que a misturas de raças traria a degeneração da nação. Observa-se essa questão no discurso do redator no trecho “pela necessidade de promovermos o preparo de uma infância física moralmente sadia” (JORNAL FOLHA DO OESTE, 1947).

A análise discursiva-social pontuou que a preocupação está na infância no plural: a doente, a abandonada, a marginalizada. Através da historiografia, nota-se que a elite não estava apenas preocupada com as crianças pobres. No discurso do produtor do texto nota-se a preocupação com a assistência a infância e principalmente que é um problema de anos atrás que permanece no Município, segue o seguinte trecho: “Assistência aos menores enfermos, assistência aos menores abandonados e delinquentes, eis o problema até hoje sem solução satisfatória” (SIC.). Compreende-se que a concepção higienista e saneadora buscava agir sobre as epidemias, mas especialmente sobre a desordem das camadas pobres da sociedade, pois segundo Rizzini, (2011, p. 25).

> a degradação das classes inferiores é concebida enquanto problema de ordem moral e social. Neste sentido, a criança passou a ser vista como [...] fulcro desse empreendimento, pois constituirá um dos principais instrumentos de intervenção do estado na família, atingindo os transgressores da ordem no nível mais individual e privado possível

A educação terá forte papel no período da República, pois estará atrelada aos discursos higienistas, eugenia e moralizador. Sendo assim, a infância torna-se o centro das discussões. Com a posse de Getúlio Vargas no poder em 1931 é criado o Conselho Nacional de Educação, segundo Freitas (2009, p. 306).

> na campanha educacional, saúde, moral e trabalho compunham o trinômio sobre a qual se deveria assentar a ‘educação do povo’. Montava-se, com ele, uma espécie de jogo de espelhos: hábitos saudáveis moralizam; uma vida virtuosa é saudável; moralidade e saúde são condição e decorrência de hábitos de trabalho; uma vida laboriosa é uma vida essencialmente moral e saudável etc.

Esse jogo de espelho mostra dispositivos modernos para disciplinarização social que contribuíssem para o progresso, bem como por meio da higiene, e educação identifica-se as respostas políticas acerca das camadas baixas e a redefinição dos esquemas de dominação.

Nas décadas de 1930 a 1940, a infância torna-se objeto de debate e o Estado dá uma maior abrangência para a regulamentação da vida social da criança e do adolescente.

Sendo que a infância pobre toma uma dimensão nacional. Isso é perceptível pela coleta de manchetes realizadas nos dois jornais:

> o menor era visto como ameaça social e o atendimento a ele dispensado pelo poder público tinha por fim corrigi-lo, regenerá-lo pela reeducação, a fim de devolve-lo ao convívio social desvestido de qualquer vestígio de periculosidade, cidadão ordeiro, respeitador da lei, da ordem, da moral e dos bons costumes (COSTA, 1985, p.14).

Compreende-se que a preocupação, como já apontado, volta-se para a infância pobre. Desta maneira percebe-se a utilização do termo menor estará vinculada a classe social. Essa questão está atrelada às mudanças históricas, pois no início do século XX houve um grande crescimento no que tange ao surgimento de instituições assistenciais ligadas a Igreja Católica para o atendimento de crianças órfãs com especial atenção aos abandonados e delinquentes.

A pressão exercida pelas entidades católicas e os sindicatos que se preocupavam com a infância, "sempre de forma acirrada, foram influenciando o Estado a produzir políticas para a infância abandonada e pobre (ABREU, 2010, p.47). Nesse sentido Poletto (2012, p.4) comenta que "em 1923 foi criado o primeiro Juízo de Menores do Brasil e, em 1924, foi regulamentado o Conselho de Assistência e Proteção dos Menores, que teve sua consolidação, através do Decreto no. 17.943-A, apenas em 1927".

Neste ano, institui-se o Código de Menores, como já mencionado, a qual pode se observar a criminalização da infância pobre. Tal instrumento jurídico contribuiu para apoiar as instituições por intermédio do Poder judiciário. Neste âmbito que o termo menor se torna um vocábulo de distinção entre infância e infância pobre. Haja vista que passa a ser uma nomenclatura jurídica e social baseada não somente na faixa etária, mas também na classificação social.

Para disciplinar as condutas de crianças e adolescentes, nota-se que foram instituídas várias organizações para o atendimento à infância e à juventude. Isso é perceptível com a criação do Departamento Nacional da Criança (1940) e o Serviço de Assistência a Menores – SAM (1941) por meio do Decreto n°. 3.799. Este Decreto "subordinado ao Ministério da Justiça, possuindo um caráter correcional-repressivo, e que adotava internações, assemelhando-se a um sistema penitenciário" (POLETTO, 2012, p.5). Ainda nessa década observa-se um movimento internacional que debatia a questão da infância, sendo que Organização das Nações Unidas (ONU) criou em 1946 a UNICEF. Tal instituição tornou-se importante devido ao seu apoio relacionado as campanhas, debates etc.

3 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa constitui uma singela contribuição na área da história e Linguística, especificamente no que tange aos estudos sobre a infância. A análise dos periódicos da

cidade de Guarapuava/Paraná leva-nos a refletir sobre a infância, especialmente como a infância pobre foi tratada e entendida na cidade, visto que é um reflexo da mentalidade do período em todo o Brasil nas primeiras décadas do século XX.

A análise de questões políticas mostra o interesse pela infância, pois estava conectado com o projeto civilizatório de modernidade e civilizatório que permeou a passagem do século XIX para o XX. Como observado através da análise textual, pelo viés da Gramática Sistêmico-Funcional, o pensamento da elite, incluímos o produtor do texto no jornal, entrelaçava-se com o projeto de transformação do Brasil em uma nação e isso implicava ações sobre a infância desvalida, abandonada. Para alcançar tal fim era necessário civilizar os pobres, mas a educação não seria para libertar, emancipar essa classe pelo contrário a elite não desejava que o seu poder fosse ameaçado.

Desta forma, educar para trabalhar, educar para amar a sua pátria – educar para controlar. Tarefa que não seria fácil, visto que no contexto internacional havia as insubordinações das classes e as revoltas dos trabalhadores, mas o Estado se veria em uma ambiguidade: futuro da nação e desordem social. Nesse ínterim nota-se a criação de várias instituições, leis, decretos e organizações que refletiam a infância pobre.

Uma das promulgações mais importantes referentes a infância na primeira metade do século XX é o Código de Mello de Mattos (Código de Menores). Sua redação trouxe a terminologia “menor” para referir as crianças abandonadas e delinquentes. Tal código pretendia institucionalizar os menores que viviam na pobreza e, especialmente, nas ruas, pois estava propensa a criminalidade.

Nesta perspectiva, a historiografia e análise dos jornais guarapuavanos possibilitou perceber que tais terminologias eram recorrentes nos discursos. Por meio das manchetes que circulavam no período evidenciamos o retrato da infância no município paranaense como: crianças menores, pobres desvalidos e menores vagabundos. Como comentado, a pesquisa contribui para a reflexão acerca da infância no tempo presente, haja vista que o conceito de infância se modifica ao longo do tempo, bem como o tratamento que recebe por parte do Estado e da sociedade, um ótimo exemplo de debates que circundam o conceito de infância nos dias contemporâneos refere-se a menoridade penal.

Desta forma, a pesquisa crítica, década 1930 a 1940, possibilita entender os discursos que permeiam a infância. Tais questões estão maquiadas por discursos de “civilização”, “futuro da nação”, mas que mostram ideologia (classe dominante sobre a pobre) e a manutenção de poder – sintetizado no tipo de educação oferecido a classe baixa. Fairclough (2001) explana que as ideologias quando não são analisadas criticamente tendem a ser naturalizadas e tem seu domínio mantido e reforçado.

REFERÊNCIAS

ARIES, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradutor: Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1986.

ABREU, Waldir Ferreira. **O trabalho de socialização de Meninos de Rua em Belém do Pará**: Um estudo sobre a República do Pequeno vendedor. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, departamento de Educação, Rio de Janeiro, 2010.

COSTA, Antônio Carlos Gomes. **De menor a Cidadão**. Brasília: Editora do Senado, 1985.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FUZER; CABRAL. **Introdução a Gramática Sistêmico Funcional em Língua Portuguesa**. 1.ed. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2014.

FREITAS, Marcos Cezar de. **História Social da Infância no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez:USF, 1997.

PINHEIRO, Welington da Costa. **A infância nas páginas de jornal:** discursos (re) produzidos nas pela imprensa paraense na primeira década do século XX. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação. UFPA, Belém, 2013.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane C. Vieira Sebba. **Análise de Discurso Crítica, do Modelo tridimensional à articulação entre práticas**: implicações teórico-metodológicas. Linguagem em *(Dis)curso - LemD*, Tubarão, v. 5, n.1, p. 185-207, jul./dez. 2004.

MAGALHÃES, Isabel. **Introdução**: A Análise de Discurso Crítica. D.E.L.T.A., v. 21, n. espec., p. 1-9, 2005.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Orgs.). **A arte de governar crianças:** a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TEMBIL, Márcia. **Em busca da cidade Moderna***:* Guarapuava...recompondo histórias, tecendo memórias. Guarapuava: UNICENTRO, 2007.

TRINDADE, Judite Maria Barboza. **Metamorfose**: da criança para menor, Curitiba – inicio do século XX. Tese de Doutorado. Departamento de História. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1998.

POLETTO, Letícia Borges. **A (des) qualificação da infância***:* A história do Brasil na assistência dos jovens. In: IX ANPEDSUL - Seminário de Pesquisa em Educação da Região sul, 2012. Disponível em http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1953/329. Acesso em: 30.11.2020

RIZZINI, Irene. **A infância perigosa (ou "em perigo de o ser..."):** Ideias e práticas correntes no Brasil na passagem do século XIX para o XX. Anais/revista: II° Encontro Franco-Brasileiro de Psicanálise e Direito Paris, 24, 25 e 26 de outubro de 2005.

CAPÍTULO 8

ENTREVISTA CONSTRÓI IMAGEM EMPRESARIAL DISCURSIVA: ESTUDO TEXTUAL NUM EXEMPLAR DA ODEBRECHT INFORMA

Data de aceite: 04/02/2021
Data de submissão: 05/01/2021

Marta Cardoso de Andrade
Universidade Salvador
Salvador - Bahia
http://lattes.cnpq.br/8667477201125880
https://orcid.org/0000-0003-4461-8139

RESUMO: A imagem é a percepção da empresa tida pelos seus públicos de interesse. Assim, o objetivo deste trabalho foi estudar o discurso da Odebrecht a partir da construção do *ethos* (via léxico), elemento retórico que conincide com a construção da imagem empresarial, e da situação enunciativa numa entrevista da sua revista *Odebrecht Informa*. Para tanto, foi utilizado como aporte teórico pressupostos da Retórica, da Análise do Discurso de linha francesa e da Comunicação Empresarial. Para se empreender este estudo, foram realizadas três análises: a dos dados linguísticos, a dos argumentos usados e a das estratégias de comunicação utilizadas neste texto.
PALAVRAS - CHAVE: *Ethos,* Análise do Discurso, Imagem Empresarial, Entrevista, Odebrecht.

INTERVIEW BUILDS DISCURSIVE COMPANY IMAGE: TEXTUAL STUDY IN AN EXEMPLARY BY ODEBRECHT INFORMA

ABSTRACT: The image is the perception of the company held by its stakeholders. Thus, the objective of this work was to study Odebrecht's discourse from the construction of the ethos (via lexicon), a rhetorical element that coincides with the construction of the corporate image, and of the enunciative situation in an interview in its Odebrecht Informa magazine. To do so, it was used as a theoretical basis assumptions of Rhetoric, Discourse Analysis of French line and Business Communication. To undertake this study, three analyzes were carried out: that of linguistic data, that of the arguments used and that of the communication strategies used in this text.
KEYWORDS: *Ethos*, Discourse Analysis, Corporate Image, Interview, Odebrecht.

1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O homem contemporâneo vive, na dita sociedade de comunicação, na qual os seus membros são obrigados, no dia a dia, a exprimir e defender seus pontos de vista, a debater, a agradar, a seduzir e a convencer. Dentro desse contexto, foi resgatado um campo do conhecimento humano, o qual foi legado pelos gregos, na Antiguidade Clássica, e que poderia responder convenientemente a essa necessidade atualmente: a Retórica. Aristóteles a definiu como uma área que se ocupa "(...) da arte da comunicação, do discurso feito em público com fins persuasivos" (ARISTÓTELES, [V a.C.] 1998, p. 22).

Segundo Meyer, Carrilho e Timmermans (2002), a principal inovação impressa por Aristóteles está na "(...) sistematicidade através da qual ele integra três elementos fundamentais

do discurso (...)" (p. 50): o *ethos* (quem fala), o *lógos* (argumento apresentado) e o *páthos* (a quem se dirige). Cada um desses desempenha um papel fundamental, que se complementa com o dos outros numa articulação complexa. Aquele filósofo também afirmou que a persuasão fornecida pelo discurso pode ser de três espécies: a que reside no caráter moral do orador, ou seja, no *ethos*; a advinda do modo como se dispõe o ouvinte, focalizada no *páthos*; e, por fim, a centrada no próprio discurso devido àquilo que este demonstra ou parece demonstrar, ou seja, no *lógos*.

Detém-se a atenção, neste estudo, apenas no primeiro desses casos. Para se conseguir persuadir pelo caráter, o discurso deve ser montado/proferido de tal forma a passar a impressão de que o orador é digno de fazê-lo. Aristóteles ([V a.C.] 1998) acreditava que o ser humano está sempre mais propenso a acreditar com maior firmeza/convicção e de maneira mais rápida em pessoas tidas como de bem e honestas – usando-se os valores de hoje em dia, essas seriam classificadas como competentes naquilo que elas fazem – ou seja, um dos segredos da persuasão está no orador passar uma imagem favorável de si mesmo, imagem essa que deve seduzir o auditório e captar a benevolência e a simpatia deste. Esta representação do orador é o próprio *ethos*, equivalendo ao caráter que o orador atribui a si mesmo pelo modo como exerce sua atividade retórica. Não se trata deste fazer afirmações auto elogiosas sobre a sua própria pessoa no conteúdo do seu discurso, declarações essas que podem, ao contrário, causar uma impressão desagradável no auditório, mas da aparência que lhe confere a fluência, a entonação calorosa ou severa, a escolha das palavras, dos argumentos (o fato de escolher ou de negligenciar um argumento em específico pode parecer sintomático de uma qualidade ou de um defeito). O *ethos* funcionaria como um elemento que reforçaria a plausibilidade da argumentação exposta, o que, não se deve tanto aos aspectos morais do orador, mas sim àquilo que é resultado do próprio discurso, o que é vital, neste tocante, é que a confiança imputada no orador seja um "efeito" do discurso deste.

O tópico argumentação termina por igualmente auxiliar na construção do *ethos.* Para Philippe Breton (1999, p. 26), "(...) argumentar é raciocinar, propor uma opinião aos outros dando-lhes boas razões para aderir a ela". Com isso, o orador pode utilizar mais esse componente para auxiliá-lo no seu intento persuasivo e na construção discursiva/textual, bem como alguns conceitos da Análise do Discurso (AD) devem ser analisados para que melhor se abarque um discurso.

Sabe-se que todo discurso tem condições de produção específicas e estas são denominadas de enunciações e determinam a elocução de um discurso e não de outros, uma vez que se referem a "(...) determinadas circunstâncias, a saber, o contexto histórico-ideológico e as representações que o sujeito, a partir da posição que ocupa ao enunciar, faz de seu interlocutor, de si mesmo, do próprio discurso etc." (MUSSALIM, 2001, p. 116).

Num discurso, deve-se identificar o "enunciador", o qual, na visão de Ducrot (1987, p. 193), seria um ser de pura enunciação, que determina o ponto de vista a partir do qual

os acontecimentos são apresentados, denominado de “sujeito da enunciação”. Ressalta-se que caso o enunciador seja um efeito do enunciado, tem-se de admitir a existência de enunciados sem enunciadores, uma vez que estes podem ou não se manifestar naqueles. Esse é o caso dos textos sem marcas de subjetividade. Nesse plano de enunciação, os eventos/textos “falam” por si mesmo. Se há um enunciador responsável pela produção do discurso, existe o co-enunciador o qual responde pela recepção discursiva, ou seja, seria um correlativo àquele, uma vez que a enunciação determina uma co-enunciação, na qual dois indivíduos desempenham papéis ativos; e este se refere ao que poderia denominar de “destinatário direto” (MAINGUENEAU; CHARAUDEAU, 2004, p. 156) do discurso.

Sobre a subjetividade, Benveniste (1995) advoga que “(...) é a capacidade (...) [de] se propor como ‘sujeito”. Também aponta as formas disponibilizadas pela língua para esse fim: o pronome “eu”, que é a própria consciência de si mesmo; como o “tu”, que advém do contraste com o “eu” (esses constituem a denominada “intersubjetividade”); as formas temporais; as indicadoras da dêixis e os verbos modalizadores conjugados na primeira pessoa.

Kerbrat-Orecchioni (1993) amplia esse inventário de marcadores de subjetividade ao acrescentar, aos já existentes, os modalizadores (formas indicadoras da atitude do sujeito falante frente a seu interlocutor, a si mesmo e o seu próprio enunciado). Igualmente propõe uma classificação que divide os adjetivos em “objetivos” (aqueles que visam apenas descrever) e “subjetivos” (formas indicadoras da subjetividade enunciativa), estes se subdividem em: “afetivos”, os elementos que terminam por enunciar, simultaneamente, uma propriedade do objeto que determinam e uma reação emocional do sujeito falante frente a esse objeto; “avaliativos axiológico”, os que implicam uma dupla norma, relacionada ao objeto a que se aplicam e ao sistema de avaliação do enunciador, tendo o caráter valorativo mais destacado do que as características desse objeto; e “avaliativos não-axiológicos”, cujo emprego depende da ideia que o enunciador faz da norma de avaliação adequada àquela categoria de objetos. Destes três subjetivos, o último é o que tem o menor caráter subjetivo.

Sabe-se ainda “(...) todo enunciado se realiza numa situação definida pelas coordenadas espaço-temporais: o sujeito refere o seu enunciado ao momento da enunciação, aos participantes na comunicação e ao lugar em que o enunciado se produz” (DUBOIS, 1999, p. 168). Assim, sobre a embreagem textual, essa estaria exposta nas marcas linguísticas por meio das quais se manifesta a enunciação, visto que os enunciados têm como ponto de referência o próprio ato de enunciar, do qual são produto. Porém, só algumas características desses são levadas em consideração, aquelas que são definidoras da situação de enunciação linguística, que são: enunciadores e co-enunciadores, o momento e o lugar da enunciação. Esses elementos formam a denominada embreagem textual à situação de enunciação, sendo apresentadas comumentes pelo “EU” e “TU” (embreagem de pessoa), pelo “agora” (embreagem de tempo), e pelo “aqui” (embreagem

de espaço).

Sobre a questão do tempo, Benveniste apresenta a ideia de “tempo linguístico”, cuja singularidade está

> [...] organicamente ligado ao exercício da fala, o fato de se definir e de se organizar como função do discurso [...] Cada vez que um locutor emprega a forma gramatical do “presente” [...], ele situa o acontecimento como contemporâneo da instância do discurso que o menciona” (BENVENISTE, 1989, p. 75-76).

Pode-se dizer que todo discurso instaura um “agora”, que equivale ao momento da enunciação, o qual transcorre no tempo presente linguístico, em que existe uma “concomitância” entre o evento narrado e o momento da narração e o em que acontece a “não-concomitância”, que se divide em “anterioridade” e “posterioridade” ao “agora”. Fiorin (2002, p. 145) afirma ainda que a temporalidade instaurada pela língua se refere também às relações de sucessividade entre estados e transformações representados no próprio texto. Assim, pode-se notar que existe na língua dois sistemas temporais: o enunciativo - “(...) relacionado diretamente ao momento da enunciação [ME] (...)” (p. 146), organizado em função do presente que já está implícito na enunciação - e o enuncivo, “(...) ordenado em função de momentos de referência (MR) instalados no enunciado” (p. 146). A esses dois sistemas se deve aplicar as categorias de “concomitância” x “não-concomitância” (“anterioridade” x “posterioridade”) do “agora”, com isso, tem-se três MR: o concomitante, o anterior e o posterior ao instante do ME (FIORIN, 2002, p. 145). Sabe-se que quando o MR e o ME são coincidentes, usa-se o sistema enunciativo. Mas, quando a produção e a recepção de um texto não acontecem simultaneamente (para os quais a produção acontece num MA e a recepção em outro), esse MR tem de ser explicitado. Este também será mostrado quando for anterior (tempo pretérito) ou posterior (tempo futuro) ao ME o que ordena os dois sistemas temporais enuncivos. Além dos ME e do MR, tem-se ainda o do acontecimento (MA), o qual se refere aos estados e transformações e está ordenado em relação aos diferentes MR.

De posse desse conhecimento introdutório, deve-se dizer que o objetivo deste trabalho é observar se construção do *ethos* e da situação enunciativa terminam por auxiliar na elaboração do discurso persuasivo. Para alcançá-lo, escolheu-se, como produção textual/discursiva a ser analisada, uma entrevista publicada na *Odebrecht Informa* (LOVATO FILHO, 2003, p. 35-37). De acordo com Rabaça e Barbosa (1987), a entrevista é um tipo de matéria jornalística redigida sob a forma de pergunta e resposta, reproduzindo o diálogo mantido entre o repórter e o entrevistado. É utilizada quando é importante e necessário transmitir ao leitor/co-enunciador o encadeamento dessas perguntas e dessas respostas, uma vez que isso facilitará a construção do sentido que o jornalista quer imprimir àquela matéria, pois cada palavra do entrevistado. Usa-se, assim, a transcrição simples numa espécie de “pingue-pongue”. Dessa forma, o entrevistado se dispõe a prestar informações

que serão levadas ao conhecimento público ao serem publicadas.

No caso da revista empresarial em questão, devido aos seus objetivos, são usadas comumente as ditas entrevistas de opinião (as quais abordam e apresentam o ponto de vista do entrevistado sobre um ou vários assuntos) e as com personalidade, também denominada "de ilustração" (que tem como objetivo demonstrar aspectos biográficos e pessoais do entrevistado, apresentando suas ideias e opiniões, seu modo de falar, seu ambiente de trabalho ou o local em que vive, seus traços pessoais, gostos e planos, enfim, tudo que possa se tornar público acerca dessa personalidade). Sabe-se ainda que as entrevistas compõem as matérias do dito jornalismo opinativo, ou seja, têm como objetivo orientar, persuadir ou influenciar a conduta do leitor.

Feitas essas breves considerações introdutórias referentes à teoria que embasou a análise, passa-se a seguir à leitura do texto escolhido e, logo depois, para a análise propriamente dita.

2 | A ENTREVISTA ESTUDADA

Entrevista Sérgio Leão

O educador itinerante

Cláudio Lovato Filho *texto* Carlos Júnior *fotos*

Sérgio Leão nasceu em Sete Lagoas (MG) e vive em Belo Horizonte. Mas é possível que o verbo "viver" contenha neste caso algum exagero. Responsável pelo Programa Integrado de Saúde, Segurança no Trabalho e Meio Ambiente na Área de Engenharia e construção da Odebrecht, Sérgio França Leão, engenheiro civil de 51 anos (11 deles dedicados à Organização), passa a maior parte de seu tempo nos canteiros de obras do Brasil e dos outros países onde a Odebrecht atua. Sérgio diz que o programa que lidera é itinerante. "É preciso estar presente nos empreendimentos. O apoio só se justifica com essa presença. E quando posso contribuir e aprender". Ele salienta que os avanços da tecnologia da informação têm ajudado bastante. Diz isso, confere o número de vôo em sua passagem, despede-se e parte para alguma obra.

(Embaixo da Foto) Sérgio Leão: saúde, segurança e meio ambiente fazem parte do negócio e são oportunidades de diferenciação no mercado.

Odebrecht Informa - **Como aconteceu a integração dos programas de Saúde, Segurança no Trabalho e Meio Ambiente na Odebrecht?**

Sérgio Leão - Depois de me formar em Engenharia na Universidade Federal de Minas Gerais, em 1974, fiz pós-graduação em Meio Ambiente e Engenharia Sanitária na Universidade da Califórnia, nos Estados Unidos. Em 1992, fui convidado a ingressar na Odebrecht para ser o responsável técnico em uma nova empresa, a Odebrecht Tecnologia Ambiental, voltada para o meio ambiente. A nova empresa foi constituída, mas, em certo momento, houve a opção por não prosseguir com o projeto. Em 1994, como integrante da Construtora Norberto Odebrecht, comecei a prestar apoio na área ambiental aos contratos no Brasil e no Exterior. Em 1999, agregamos o Programa de Segurança no Trabalho, que, dois anos antes, havia passado a ter os mesmos conceitos e a mesma prática em todos os canteiros da Odebrecht, ganhando unicidade. Em 2001, foi acrescentado o Programa de Saúde no Trabalho, por sua elevada sinergia com o Programa de Segurança no Trabalho. Essa integração resultou da busca por mais eficácia interna e também da percepção de que o mercado de engenharia e construção caminhava nessa direção, como indicavam as exigências de nossos clientes internacionais. O consenso hoje é que as empresas com essas áreas integradas se diferenciam pelos melhores resultados em saúde, segurança e meio ambiente.

OI - **Como essa integração de programas se dá no dia-a-dia do canteiro de obras?**

SL - A Odebrecht tem um grupo altamente qualificado de engenheiros, médicos e técnicos que atuam nessas áreas. São eles os líderes e principais indutoras desses programas. Os engenheiros de Segurança estão se capacitando também área de Meio Ambiente. As ações de Saúde são coordenadas pelos médicos do Trabalho. Nossa tarefa é fazer com que esses profissionais atuem de forma cada vez mais sinérgica. Por fim, temos um modelo que orienta a preparação dos programas específicos de cada obra.

OI - **Que tipo de resultado essa integração vem proporcionando à Odebrecht?**

SL - A integração dos programas nos deu um instrumento mais eficaz para mostrar aos empresários da Odebrecht que um tratamento adequado ao meio ambiente, assim como à segurança e à saúde no trabalho, agrega valor ao negócio, reduz os riscos, atende às exigências legais e satisfaz mais o cliente. Essas áreas são, hoje, instrumentos claros de viabilização dos nossos negócios. O foco do nosso programa integrado é na execução, na prática dos canteiros, onde podemos medir os resultados. Nossos indicadores refletem os ganhos com menos acidentes, melhores condições de saúde e adequada proteção ambiental. Demonstramos esses resultados com ganhos econômicos. Essa visão tem sido muito bem-recebida pelos clientes, a quem freqüentemente apoiamos antes mesmo de iniciarmos as obras.

OI - **Essa mudança na maneira de pensar dos empresários exigiu muitos esforços?**

SL - A transição ocorreu na década de 90. Até então, saúde, segurança e meio ambiente eram

tratados isoladamente, às vezes vistos como assuntos problemáticos ou incômodos. Hoje, existe a consciência de que fazem parte do negócio. Na Odebrecht, os empresários são preparados para assumir a gestão plena de seu negócio. Eles sabem que o tratamento dedicado à saúde, à segurança e ao meio ambiente pode fazer a diferença entre o negócio ser bem-sucedido ou não. Fora isso, a legislação é dinâmica e vem se tornando cada vez mais restritiva, no Brasil e no mundo. Enfim, essa mudança de entendimento e postura é fruto de um somatório de elementos, entre os quais se destaca a conscientização. Mas é um processo em curso, pois as exigências legais e contratuais são cada vez mais rigorosas.

OI - **O que é a Câmara de Compensação de Segurança no Trabalho e qual a sua importância?**

SL - A câmara de Compensação foi implantada em 1998 e dela participam todos os contratos da Odebrecht. Os contratos da Odebrecht que não atingem as metas de segurança no trabalho estabelecidas a cada ano pela Odebrecht têm parte de seu resultado financeiro deduzida e destinada a um bônus, que vai para aqueles contratos que superam as metas. Quanto melhores os resultados, maior é a bonificação do empreendimento. Foi uma idéia bem-recebida, em constante aperfeiçoamento, e que vem contribuindo para a obtenção de bons indicadores. Estamos agora iniciando prática similar com a Câmara de Saúde.

OI - **Por que as obras de usinas hidrelétricas se destacam no tratamento das ações de saúde, segurança e meio ambiente?**

SL - As obras em hidrelétricas envolvem várias atividades de risco, como escavações, desmontes e trabalho em lugares altos, geralmente realizadas por um grande número de pessoas. As ações de segurança e saúde precisam ser eficazes diante dos riscos dessas situações, através da preparação adequada e do planejamento, com base na cultura da prevenção. Esses empreendimentos ocupam grandes áreas e alteram as relações das comunidades próximas com o ambiente em que as pessoas que as integram nasceram e vivem. Os clientes não querem que seus projetos resultem em passivos por deficiências nos programas de obras. Por isso, são cada vez mais criteriosos nas exigências e nas contratações. As hidrelétricas são imprescindíveis para o país, mas têm impactos complexos. A Odebrecht é a maior construtora internacional de hidrelétricas, o que nos impõe responsabilidades adicionais.

OI - **As certificações vêm sendo cada vez mais valorizadas no mercado da engenharia e construção. Por quê?**

SL - As certificações são ativos capazes de gerar diferenciação no mercado e têm sido, em alguns casos, decisivas para a conquista de contratos. Há clientes, como a Petrobras, que exigem as certificações e oferecem bônus para as empresas certificadas em áreas específicas, com segurança e saúde. Em 1997, nas obras de ampliação da Copesul, a central de matérias-primas do Pólo Petroquímico de Triunfo (RS), conquistamos a ISSO 14000, a chamada "ISO do Meio Ambiente". Essa certificação, inicialmente restrita a obras petroquímicas, foi ampliada mais recentemente para os segmentos de petróleo e usinas termelétricas. Foi um marco para a empresa. Em 2002, obtivemos a OHSAS 18001, certificação internacional para programas de Saúde e Segurança no Trabalho. Pela primeira vez, uma empresa de construção pesada conseguiu essa certificação no Brasil. Já temos participado de concorrências nas quais os clientes exigem a aplicação de programas conforme a norma OSHAS 18001.

3 I A ANÁLISE

Pela enunciação da produção proposta, notou-se que o texto estudado "encarna" as propriedades associadas comumente aos gestores com preocupações em relação à formação de uma imagem positiva da empresa que administra junto ao seu público interno, ou seja, seus funcionários, bem como em mostrar a eficiência e a eficácia dessa organização para esse auditório.

Com esse intuito, na entrevista da revista *Odebrecht Informa*, o *ethos* construído é de um profissional/gestor que se dedica, integralmente, à empresa para qual trabalha, bem ao estilo dos gestores da Odebrecht, sendo também competente e especializado no desempenho de suas atividades. Esse mesmo *ethos* é estendido aos demais colaboradores da empresa, como atesta as linhas (l.) 35 e 36 do texto.

A seguir, buscou-se apontar os traços linguísticos, as estratégias comunicativas e os argumentos utilizados para se obter essa construção. A análise começa com os dados linguísticos.

Quanto à apresentação dos interlocutores, a troca de papéis entre o enunciador e o enunciatário se estabelece como o preestabelecido para esse tipo de estrutura textual. Dessa forma, quando o entrevistador está de posse da palavra, formulando a pergunta, assume a fala do "EU", dirigindo-se a um "TU" que, nesse instante, é o entrevistado e vice-versa. Observa-se, nesta matéria, que as perguntas versam sobre temas direcionados apenas às ações desenvolvidas na empresa. O leitor termina por pressupor essas entidades discursivas pelo formato textual, conhecido previamente pelo senso-comum. Dessa maneira, o co-enunciador pactua ao preencher esses espaços que ficam implícitos. O entrevistado também não se dirige, nem utilizando um "TU" explícito nem um "você", ao entrevistador. Aquele responderá as perguntas parecendo até que este não está à sua frente. Quanto às marcas a presença do "EU", o entrevistado o faz de formas díspares: ora aparece na própria primeira pessoa do singular (expressa ou com os pronomes indicadores de primeira pessoa do singular, ou ainda com terminações verbais referentes a essa pessoa), ora na primeira do plural (na forma dos pronomes indicadores de primeira pessoa do plural, ou ainda com terminações verbais dessa pessoa) (Quadro 1).

FORMAS DO "EU"	LINHAS
Pronomes da 1ª pessoa do singular	me (18)
Terminações verbais da 1ª pessoa do singular	fiz (19); fui (20); comecei (24)
Pronomes da 1ª pessoa do plural	nosso e flexões (30, 37, 45 -dois registros-, 46); nos (41, 81)
Terminações verbais da 1ª pessoa do plural	agregamos (25); temos (38, 95); podemos (46); demonstramos (48); apoiamos (49); iniciarmos (49); estamos (69); conquistamos (89); obtivemos (93)

Quadro 1: OI – Entrevistas – Formas de explicitação do "EU"

Vale ressaltar que a presença do "EU" é minimamente marcada, ocorrendo poucos registros de cada uma dessas formas, salientando-se que as de primeira pessoa do singular são em menor número ainda. Isso pode ser justificado ao se analisar os papéis assumidos pelo entrevistado. Este, ao se expressar como "EU", fala de uma formação discursiva da administração empresarial, exercendo alguns papéis como: o próprio Sérgio Leão, expondo as suas conquistas; o gestor da Odebrecht e a própria empresa. Observou-se também que esses papéis são apresentados com formas linguísticas diferenciadas (Quadro 2). Neste tocante, pode-se dizer que as formas de primeira pessoa do plural se aplicam ao papel do administrador ou quando esse assume a voz da Odebrecht, representando, portanto, uma equipe, um corpo organizacional; enquanto as do singular são usadas quando Leão fala de si mesmo. Salienta-se que há trechos em que existe uma confusão de papéis entre o Leão pessoa e o administrador, como se pode atestar nas l. 25 e 27. Fica evidente, portanto, que, pela parca quantidade de marcas subjetivas indicadoras do "EU", a intenção do locutor

é apresentar a Odebrecht e não o profissional ou a pessoa Sérgio Leão, que funcionam apenas como pretexto do objetivo maior da matéria, que é a organização, bem ao estilo da Odebrecht, a qual tem sua imagem reforçada a partir do projetado e imputado na pessoa/ profissional/gestor Leão.

A imagem empresarial é a percepção que os públicos de interesse têm da organização e, a partir da análise desses papéis, pode-se notar que o ethos construído é o demandado pela Odebrecht para sim e para os seus gestores.

PAPEIS	FORMAS DO "EU"	LINHAS
Sérgio Leão	Pronomes da 1ª pessoa do singular	18
	Terminações verbais da 1ª pessoa do singular	19; 20
O gestor empresarial	Pronomes da 1ª pessoa do plural	37; 41; 45 (segundo registro)
	Terminações verbais da 1ª pessoa do plural	46; 49
A Odebrecht S.A.	Pronomes da 1ª pessoa do plural	30; 45 (primeiro registro); 46; 81
	Terminações verbais da 1ª pessoa do plural	38; 48; 49; 69; 89; 92

Quadro 2: OI – Entrevistas – Papéis enunciativos

Nesta matéria, não há embreantes de tempo propriamente dito. Sabe-se, porém, como foi mencionado, que os tempos verbais igualmente auxiliam neste tipo de embreagem. Sobre esses, optou-se por seguir a teoria de Fiorin (2002, p. 142- 171). Portanto, pode-se afirmar que, nesta produção jornalística, encontra-se tanto tempos relacionados ao sistema enunciativo (Quadros 3 e 4) quanto os que se referem ao sistema enuncivo (Quadros 3 e 4).

Concomitância MR Presente		Linhas
Concomitância MA Presente		[é] viver (5); [é] contenha (5); [é] estar (10); [posso] aprender (11); [têm] ajudado (12); [estão] capacitando (36); [é] atuem (38); [apoiamos] iniciarmos (49); [sabem] dedicado (55); [vem] tornando (57); [atingem] estabelecidas (65); [têm] deduzida (65); [têm] destinada (66); [estamos] iniciando (69); [envolvem] realizadas (73); [querem] resultem (78); [vêm] valorizadas (83); [são] gerar (85)
Não-Concomitância	Anterioridade MA Pretérito	formar [fiz] (18); [fui] ser (20); [fui] voltada (21); [houve] prosseguir (23); [comecei] prestar (24); [havia] ter (25); [havia] ganhado (26); [deu] mostrar (41); pensar [exigiu] (51); [foi] bem-recebida (68)
SISTEMA ENUNCIVO (Não-concomitância)		
Anterioridade MR Pretérito		Linhas
Concomitância MA Presente		[eram] tratados (53); [eram] vistos (53)

Quadro 3: OI – Entrevistas – Semitempos – Sistema Enunciativo

Nota-se, porém, que há uma predominância dos primeiros, o que cria, para o co-enunciador, a impressão de que também faz parte do ME. Fato também confirmado pelo uso dos semitempos neste mesmo sistema (Quadro 3). Os tempos do segundo sistema servem para ordenar os relatos em função dos MF instaurados no enunciado, o que facilita a narração dos acontecimentos que ocorreram no passado, auxiliando o leitor a se situar nos tempos instalados pela narratividade (Quadros 3 e 4).

As respostas são dadas dentro de um tempo demarcado pela enunciação (Quadro 4), mas não a associa a um momento determinado, uma vez que o MR e o ME são coincidentes. Os acontecimentos passam no tempo presente, enquanto os do passado são delimitados a partir dos ocorridos no presente, com exceção dos dois tempos verbais encontrados nas l. 53 e 54 que estão situados no sistema enuncivo (Quadro 4). Percebeu-se ainda que os resultados encontrados para os semitempos (verbos que não marcam temporalidade, são as formas nominais) (Quadro 3) confirmam os obtidos para os tempos plenos (os que marcam tempo), lembrando-se que para apresentar essa situação peculiar dos semitempos, no quadro 3, foi usado o seguinte procedimento: a forma plena entre colchetes e a linha citada é a do semitempo.

SISTEMA ENUNCIATIVO

Concomitância MR Presente		Linhas
Concomitância MA Presente		vive (4); é (4, 9 -dois registros-, 10, 31, 45, 57, 58, 59, 61, 67, 80); passa (8); atua (9); lidera (9); diz (9, 12); justifica (10); posso contribuir (11); salienta (11); têm (11, 65, 80); confere (12); despede (12); parte (12); fazem (14); são (15, 35, 44, 60, 79, 80, 85); agregamos (25); diferenciam (31); dá (34); tem (34); atuam (35); estão (36); são coordenadas (36-37); é fazer (37); temos (38); orienta (38); vem proporcionando (40); agrega (43); reduz (43); atende (43); satisfaz (44); podemos medir (46); refletem (46); demonstramos (48); tem sido (48); apoiamos (49); existe (54); fazem (54); são preparados (54-55); sabem (55); pode fazer (56); vem (57); destaca (59); participam (63); atingem (64); superam (66); vem contribuindo (68); estamos (69); destacam (70); envolvem (72); precisam (74); ocupam (75); alteram (76); integram (77); vivem (77); querem (78); impõe (81); vêm sendo (83); têm sido (85); há (86); exigem (87, 95); oferecem (87); conquistamos (89); temos participado (94)
Não-Concomitância	Posterioridade MA Futuro	vai (66)
	Anterioridade MA Pretérito	nasceu (4); aconteceu (16); fiz (19); fui convidado (20); foi constuída (22); houve (22); comecei (24); havia passado (25); foi acrescentado (27); resultou (28); caminhava (30); indicavam (30); deu (41); exigiu (51); foi implantada (63); foi (67, 90); foi ampliada (90-91); nasceram (77); obtivemos (92); conseguiu (94)

SISTEMA ENUNCIVO (Não-concomitância)

Anterioridade MR Pretérito	Linhas
Concomitância MA Presente	ocorreu (52); eram tratados (52-53)

Quadro 4: OI – Entrevistas – Tempos Plenos – Sistema Enunciativo

Os embreantes de lugar são inexistentes. Os lugares citados, no texto, servem para situar territorialmente os enunciados. O ME acontece no aeroporto, enquanto Sérgio Leão aguarda a chamada do seu voo. Sabe-se disso devido à afirmação que precede a entrevista propriamente dita (l. 12 e 13): “Diz isso, confere o número de vôo [sic] em sua passagem, despede-se e parte para alguma obra”.

Acerca dos adjetivos, pelo próprio objetivo textual, notou-se que há um equilíbrio total entre dois tipos com cunho avaliativo, foram 17 ocorrências tanto dos não-axiológicos como dos axiológicos. Dos descritivos, encontrou-se 18 (Quadro 5). Ao se comparar com o uso das locuções adjetivas, essa realização de caráter objetivo aumenta em números consideráveis (98,21% de uso), mesmo porque, só se registram 2 locuções com caráter subjetivo (Quadro 6). Donde se conclui que se tentou, o máximo possível, apagar a subjetividade enunciativa.

CLASSIFICAÇÃO DOS ADJETIVOS	LINHAS
Objetivos / Descritivos	Integrado (5); civil (7); itinerante (9); Federal (18); ambiental (24, 48); Exterior (24); internacional e flexões (30, 81); sinérgica (38); legais (44, 60); integrado (45); econômicos (48); contratuais (60); financeiro (65); similar (69); hidrelétricas (72); adicionais (82)
Avaliativos não-axiológicos	técnico (21); antes (25); elevada (27); interna (29); integradas (31); altamente qualificado (34); específicos (39); claros (44); melhores (47); altos (73); grande e flexões (73, 76); eficazes (74); próximas (77); mais criteriosos (79); complexos (80); maior (81)
Avaliativos axiológicos	possível (4); dedicados (7); preciso (9); nova (21, 22); certo (22); melhores (31, 66); principais (35); adequado e flexões (42, 47); problemáticos (53); incômodos (53); plena (55); mais rigorosas (60); imprescindíveis (80)

Quadro 5: OI – Entrevistas – Classificação dos Adjetivos

CLASSIFICAÇÃO DAS LOCUÇÕES ADJETIVAS	LINHAS
Objetivos / Descritivos	de Saúde (5-6); [de] Segurança no Trabalho e Meio Ambiente (6); de Engenharia e construção da Odebrecht (6-7); da Odebrecht (6-7, 27, 42, 64 – dois registros); de obras do Brasil (8); da tecnologia da informação (11-12); de voo (12); do negócio (14); de diferenciação (15); de Minas Gerais (18); da Califórnia (19-20); da Construtora Norberto Odebrecht (23); de Saúde no Trabalho (27); de engenharia e construção (29); de nossos clientes (30); de programas (33); do canteiro de obras (33); de engenheiros, médicos e técnicos (34); desses programas (35); de Segurança (36); de Meio Ambiente (36); de Saúde (36-37); dos programas (39, 41); de cada obra (39); de viabilização dos nossos negócios (44-45); dos nossos negócios (45); do nosso programa integrado (45); dos canteiros (46); de saúde (47); dos empresários (51); de entendimento e postura (58); de elementos (59); de Compensação de Segurança no Trabalho (61); de Segurança no Trabalho (61, 64); no Trabalho (61, 64); de Compensação (63); do empreendimento (67); de bons indicadores (68); de usinas hidrelétricas (70); das ações de saúde, segurança e meio ambiente (70-71); de saúde, segurança e meio ambiente (70-71); de risco (72); de pessoas (73-74); de segurança e saúde (74); dessas situações (74-75); da preparação adequada e do planejamento (75); do planejamento (75); da prevenção (75-76); das comunidades próximas (76-77); de obras (79); de hidrelétricas (81); da engenharia e construção (83-84); de contratos (86); da Copesul (88); de matérias-primas do Polo Petroquímico de Triunfo (RS) (88-89); do Polo Petroquímico de Triunfo (RS) (89); do Meio Ambiente (90); de petróleo e usinas termelétricas (91); de Saúde e Segurança no Trabalho (93); de construção pesada (93-94); de programas (95)
Avaliativos não-axiológicos	de Segurança no Trabalho (25, 28)

Quadro 6: OI – Entrevistas – Classificação das Locuções Adjetivas

Como toda entrevista, pressupõe-se aqui também uma encenação de uma conversa. No caso específico desta, a cena montada, intencionalmente ou não, para o ME, termina por confirmar o *ethos* que está sendo construído, alguém que "(...) passa a maior parte de seu tempo nos canteiros de obras do Brasil e dos outros países onde a Odebrecht atua" (l. 8-9), então, nada mais conveniente do que uma entrevista dada no aeroporto, de forma rápida e provavelmente informal, uma vez que o voo do entrevistado já estava prestes a sair. Isso já está atestado nas l. 12 e 13 do texto inicial escrito pelo jornalista entrevistador, Cláudio Lovato Filho, como já destacado. Com a estratégica sentença, colocada de forma despretensiosa na introdução textual, confirma-se, logo no início, o *ethos* que pairará em todo o texto: o de um gestor que vive para a organização e incorporou toda a filosofia dessa.

Esta matéria ainda pode ser considerada como uma entrevista de personalidade, porém, no global, o discurso é montado sob um grande argumento de competência que aponta para um engenheiro que ocupa uma das muitas posições de gestores existentes

na Odebrecht S.A. Esse argumento supõe a existência de um indivíduo ou uma instituição com competência teórica para embasá-lo, seja esta científica, técnica ou moral. Portanto, essa “pessoa” terminará por legitimar o “olhar” sobre o real que dela derive. Observa-se, no texto em análise, que ainda se podem destacar outros pequenos argumentos que terminam por embasar esse maior.

Nas l. 35 a 40, tem-se um causal que expõe que o sucesso da integração dos programas dá-se via competência do grupo que o gerencia, que também é outro argumento pela competência. Breton (1999, p. 127) afirma que esse argumento “(...) consiste em transformar a opinião que se quer sustentar em uma causa ou em um efeito de alguma coisa sobre a qual exista um acordo”.

Um argumento de autoridade é presenciado nas l. 41 a 51. Nessas, é o gestor Leão que está atestando as vantagens administrativas conseguidas com a integração dos programas de saúde, segurança e meio ambiente. Segundo Breton (1999, p. 76), esse argumento tem uma forma constante: “(...) o real descrito é o real aceitável porque a pessoa que o descreve tem a autoridade para fazê-lo. Esta autoridade deve ser evidentemente aceita pelo auditório para que esse, por sua vez, aceite como verossímil o que lhe é proposto”.

O argumento de superação aparece nas l. 52 a 61, uma vez que os gestores têm que se superar para acompanhar as mudanças constantes no meio organizacional. Esse argumento vislumbra a “(...) possibilidade de ir sempre mais longe num certo sentido, sem que se entreveja um limite nessa direção, e isso com um crescimento contínuo de valor” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 7). Nesse, o que importa não é se possuir um objetivo bem definido, mas sim considerar cada situação como um ponto de referência que servirá para se prosseguir numa direção de crescimento indefinidamente.

Há um outro argumento de autoridade nas l. 64 a 70, quando Sérgio Leão apresenta a importância da Câmara de Compensação de Segurança no Trabalho para o andamento das atividades na Odebrecht S.A.

Ocorre um imbricamento do argumento de autoridade – Leão apresenta o porquê do sucesso no tratamento das ações de saúde, segurança e meio ambiente nas obras das usinas hidrelétricas – com o de superação – a Odebrecht, por ser a maior construtora de usinas hidrelétricas e querendo permanecer nesta posição, cada vez mais impõe novas metas para as ações citadas, visando, com isso, atender às exigências dos clientes que a contratam – l. 73-83.

Por fim, observa-se também, na última resposta (l. 86-97), que existe a junção de dois argumentos, são eles: o de autoridade – quando o gestor explica a dinâmica das certificações no mercado empresarial – e o de superação – ao expor um fato inédito até então: a certificação internacional obtida por uma empresa de construção pesada e esta foi a Odebrecht S.A.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise feita, observou-se que, no texto escolhido, foi construído o ethos de uma empresa que encarna o perfil de sucesso da sociedade contemporânea: os seus colaboradores são estimulados a se superar, tendo suas ações valorizadas; está na vanguarda da administração (concorre a certificações; empreende plano que melhoram o ambiente de trabalho e a vida dos seus funcionários); está sempre atenta às mudanças que ocorrem em sua área de atuação, trabalha para o seu crescimento e dos membros que a integram, bem como utiliza os discursos circulantes adequados ao seu tempo.

Portanto, o que foi observado é que o *ethos* da Odebrecht é o de uma organização voltada para as inovações administrativas, oriundas da teoria produzida para essa área ou da dinâmica inerente ao próprio mercado no qual está localizada, que tem como principal foco de contratação de funcionários que correspondem ao perfil do que se costuma denominar de "gestor" (profissional que administra equipes, cria novas oportunidades para o crescimento da empresa a qual pertence) e que tem como metas constantes a eficiência e a eficácia. Essa também é uma empresa cujo traço predominante seria o senso de corporação. Ethos esse perpetuado mesmo nas condições mais adversas como foi demonstrado do Andrade (2020).

Criando-se essa imagem, pode-se afirmar que esse *ethos* que foi construído serve de forma preponderante para persuadir o co-enunciador do discurso, sendo elaborado a partir tanto das escolhas linguísticas quanto da dos argumentos.

Por fim, alcançou-se o objetivo demarcado para esse trabalho que era o de observar se construção do *ethos* e da situação enunciativa terminam por auxiliar na elaboração do discurso persuasivo. Chegando-se a conclusão que essas entidades discursivas e retóricas são peças imprescindíveis para se construir um discurso persuasivo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Marta Cardoso de. Responsabilidade Social Empresarial como construção de imagem positiva via discurso: estudo de caso da Odebrecht S.A. In: GONZALES, Lucilene et al (Orgs.). **Do ecossistema radiofônico à comunicação de mercado:** novos horizontes. Aveiro, Portugal: Ria Editoral, 2020. p. 404-428.

ARISTÓTELES. **Retórica.** Tradução de Manuel Alexandre Júnior et al. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, [V a.C.] 1998.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral I.** 4. ed. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas, SP: Pontes, 1995.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral II.** Tradução de Eduardo Guimarães et al. Campinas, SP: Pontes, 1989. p. 75-76.

BRETON, Philippe. **A argumentação na comunicação.** Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

DUBOIS, Jean et al. **Dicionário de lingüística.** 7. ed. Tradução de Frederico Pessoa de Barros et al. São Paulo: Cultrix, 1999.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito.** Revisão Técnica e Tradução de Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1987.

FIORIN, José Luiz. **As astúcias da enunciação:** as categorias de pessoa, espaço e tempo. 2. ed. São Paulo: Ática, 2002.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. **La enunciación:** de la subjetividade en el language. 2. ed. Tradução de Gladys Ânfora e Emma Gregores. Buenos Aires: Edicial, 1993.

LOVATO FILHO, Cláudio. Entrevista Sérgio Leão: o educador itinerante. **Odebrecht informa.** Rio de Janeiro, n. 109, p. 35-37, jul./ago./set. 2003.

MAINGUENEAU, Dominique; CHARAUDEAU, Patrick. **Dicionário de análise do discurso.** Coordenação da Tradução de Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

MEYER, Michel; CARRILHO, Manuel Maria; TIMMERMANS, Benoit. **História da Retórica.** Lisboa: Temas e Debates, 2002.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do Discurso. In: _____; BENTES, Anna Christina (Org.). **Introdução à lingüística:** domínio e fronteira. v. 2. São Paulo: Cortez, 2001.

PERELMAN, Chïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação:** a nova retórica. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo Guimarães. **Dicionário de comunicação.** São Paulo: Ática, 1987.

CAPÍTULO 9

O VIÉS SOCIAL NA FORMAÇÃO DO ADMINISTRADOR: CONTRIBUIÇÕES PARA CIDADANIA

Data de aceite: 04/02/2021

Maria Angelica de Araujo Oliveira
http://lattes.cnpq.br/3324383676798180

Paulo de Tarso Oliveira
http://lattes.cnpq.br/1020389453491476

RESUMO: Como recorte de um estudo em andamento, que trata da dicotomia do social frente ao capital na formação do Administrador e suas contribuições para cidadania, este trabalho apresenta a perspectiva social na formação do Administrador e busca suas possíveis contribuições para cidadania. Em contraponto é apresentada a perspectiva de alguns autores que consideram a face do Administrador voltada ao capital, sendo que para muitos esta face não encerra o profissional, mas é parte de um todo que contempla o viés capital mas também o social. Os resultados parciais demonstram estreita relação entre a abordagem social na formação do Administrador e a possibilidade de participação deste como cidadão e contribuindo com a cidadania na execução da sua função.\
PALAVRAS - CHAVE: Administrador, Formação, Cidadania

ABSTRACT: As part of an ongoing study, which covers the dichotomy of social issues versus capital in Management
studies, and its contributions to citizenship, this paper presents the social perspective in the training of the Administrator, and searches for its possible contributions to citizenship. In contrast, the perspective of some authors who consider the Administrator faced to capital is presented. For many of these authors, this behavior does not encompasses the professional only, but is part of a whole that contemplates not only the capital bias, but also the social bias. Partial outcomes demonstrate a close relationship between the social approach in the Management studies and the possibility of the Administrator's participation as a citizen, contributing to the exercise of citizenship in the performance of his/herrole.
KEYWORDS: Administrator, Studies, Citizenship

INTRODUÇÃO

Ao empreender pesquisa da palavra cidadania no documento da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), por meio da ferramenta de busca, recepciona-se a mensagem "nenhuma correspondência encontrada". A ausência da específica palavra no documento, não encerra o fato de que se fala de cidadania na DUDH, mas sem o uso da palavra em si.

No primeiro parágrafo do preâmbulo deparase com parte do que talvez seja cidadania: "Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo,". (ONU, 1948, p. 1) O 5º parágrafo do mesmo documento revelanos um pouco mais sobre cidadania:

> Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta da ONU, sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor do ser humano e na igualdade de direitos entre homens e mulheres, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla,. (ONU, 1948, p. 1)

Os artigos que compõem a DUDH, seguem munidos de palavras e composições em que é possível distinguir a existência de cidadania, sem uso do termo cidadania.

Diferente do que ocorre na pesquisa realizada na DUDH, uma busca efetuada na Constituição Federal (CF) brasileira, retorna com 13 resultados positivos, sendo o primeiro registro encontrado no Artigo 1° do Título I, como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil. (BRASIL, 1988) Destes 13 resultados, 05 são referências ao que pode ser encontrado em pontos específicos do documento. Por sua vez, o preâmbulo, que não traz o termo cidadania no texto, está revestidodela:

> Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil. (BRASIL,1988)

A 1ª CF é datada do ano de 1824 e traz no Título 8, sob a expressão “Das Disposições Geraes, e Garantias dos Direitos Civis, e Politicos dos Cidadãos Brazileiros”, as determinações em relação aos direitos dos cidadãos. (BRASIL,1824)

Após a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, a Constituição Política do Império do Brazil de 1824, é substituída pela Constituição da República dos Estado Unidos do Brasil em 1891. (BRASIL,1891) Nesta Carta, o Título IV Dos Cidadãos Brasileiros traz na Seção II a Declaração de Direitos, que sofreu diversas alterações dadas pela Emenda Constitucional de 03 de setembro de 1926. (BRASIL, 1926)

Nas seções I e II do Título VII da Carta Magna de 1934 (BRASIL,1934) encontramos as disposições relacionadas à cidadania e ao cidadão, na origem dos termos, que evocam aqueles que habitam uma cidade, um estado, uma nação. Os direitos dos indivíduos, para que possam ser chamados cidadãos, foram reservados ao Título XIII Da Declaração de Direitos e Deveres. Nesta CF se vê pela 1ª vez, a atribuição do poder ao povo, em caráter formal (e talvez encerrado como tal).

Após 03 anos de vigência, a CF é revista e substituída por nova Carta, no ano de 1937, com a manutenção do formato e conteúdo do que se refere a cidadania, ao cidadão e aos direitos e garantias, o que se mantém na CF do ano de 1946. A atribuição do poder concedido ao povo em 1934 foi mantida neste documento de 1937, com o acréscimo dos termos bem estar, honra, independência e prosperidade (BRASIL, 1937), mas não

perduraram. A CF de 1946 manteve a sentença “ Todo poder emana do povo e em seu nome será exercido” (BRASIL, 1946) e conclui por aí, mantendose neste formato até a Carta Magna de 1967.

A CF de 1967, restringe a cidadania enquanto objeto de legislação da União e o termo cidadão, ao indivíduo dotado do poder de voto. Talvez o mais próximo que esta Carta Magna tenha se aproximado do que seja cidadania, esteja no 1°parágrafo, do 1°Artigo do Título I: “Todo poder emana do povo e em seu nome é exercido.” (BRASIL, 1967)

A CF em vigor, datada de 1988, mantém o exercício do poder pelo povo e acresce “que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.” (BRASIL,1988)

Para encerrar a revista às Constituições Brasileiras (afinal não se trata do objeto deste estudo, mas detêm importante apoio), vale ressaltar que o Título que trata dos direitos e garantias individuais, ou seja da cidadania, é texto permanente ao longo dos documentos, sendo expresso no Título VIII da Constituição de 1824, na seção II do Título VI da Carta de 1891, no Capítulo II do Título III da Constituição de 1934, nos Artigos 122 e 123 do Título “Dos direitos e garantias individuais” do documento de 1937, no Capítulo II do Título IV da Constituição de 1946, invertendose na Constituição de 1967 em que ocupa o Capítulo IV do Título II e por fim o Capítulo I do Título II da Constituiçãovigente.

Ao confrontar todas as Constituições que foram definidas ao longo da história deste país, cada qual ao seu tempo e contexto, evidenciase a importância dada (ao menos de maneira formal) a questão da cidadania, representada normalmente sob títulos que carregam os termos “Direitos” e/ou”Garantias”.

Após 06 Constituições e 164 anos da promulgação da 1ª Carta Magna, os “Direitos” e/ou “Garantias”, ocupam um lugar inédito e privilegiado na Constituição de 1988. Enquanto os demais documentos relegaram ao tema, espaços que se apresentavam após o tratamento de outros assuntos, talvez considerados mais relevantes, esta última Carta manifesta a questão no seu princípio, cedendo o primeiro espaço somente aos Princípios Fundamentais, sendo a cidadania um destes fundamentos.

Covre (2002) assevera o valor da Constituição para a cidadania, uma vez que este documento contempla os poderes dos governantes (limitandoos) e estabelece os direitos e deveres para todos, sendo esta concepção compartilhada por Novaes e Lobo (2008) que apontam estar nas Constituições os instrumentos para promoção da cidadania.

Como recorte de um trabalho em desenvolvimento, que trata da dicotomia do social frente ao capital na formação do Administrador e suas contribuições para cidadania, este estudo, realizado por meio de levantamento bibliográfico e documental, apresenta a perspectiva social na formação do Administrador e suas possíveis contribuições para cidadania.

O Administrador, profissional entendido como sendo moldado para atendimento ao capital na perspectiva de alguns autores entre eles, Taylor (1990), Covre, (1991), Baldi

(2004), Santos, Ribeiro e Silva Santos (2009), será aqui retratado sob o viés social, em que também recebe a contribuição de diversos autores como Barcellos, Dellagnelo e Saliés (2011), Prieb (2007), Santos (2002), Gonçalves et. al. (2013), Paula (2016) e Azevedo e Grave (2014).

O conceito de cidadania, concebida sob diversos olhares e portanto diversas formas, será aqui abordado na perspectiva de Covre (2002), que abarca os direitos civis, direitos sociais e direitos políticos.

O VIÉS SOCIAL DO ADMINISTRADOR

O Administrador, enquanto profissional contratado pelas organizações para tomada de decisões de grande impacto (positivos ou negativos), detêm autoridade para fazêlo, com base nos conhecimentos desenvolvidos ao longo da sua formação. No processo de tomada de decisão o Administrador definirá quais critérios serão considerados e quais aspectos sofrerão menor impacto para que outros, consequentemente, suportem os maiores efeitos.

Demo (1995) entende a educação de maneira geral, como um processo que abarca dois aspectos, sendo um formal e o outro político. O primeiro aspecto capacita para o manuseio do conhecimento (que poderá ser utilizado para o bem ou para o mal), que segundo o autor é o mais poderoso instrumento de batalha, enquanto o aspecto político, reveste o indivíduo de, e para cidadania (de quem o conhecimento é dependente para ser utilizado para o bem ou para o mal), sendo que esta: "...começa, inapelavelmente, com o gesto contestatório, com a capacidade de dizer não. A crítica é o seu berço. A coragem de transgredir motiva a alternativa. O conhecimento inquiridor provoca a inovação." (DEMO, 1995, p. 50)

A dependência do conhecimento em relação à cidadania, para que seja caracterizado como instrumento à serviço do bem ou do mal, revela o compromisso desta última nas tomadas de decisões assumidas pelo homem em múltiplos contextos.

Definir cidadania, foi tarefa assumida por diversos autores, sendo alguns apresentados na sequência.

Pinsky (2001) considera a cidadania como um conjunto de direitos, deveres e atitudes em relação ao indivíduo, em que a inquietude deste revele o discernimento do que é relevante e coletivo. Ainda segundo o autor, o Brasil está distante do que se possa considerar como prática de cidadania. Esta inquietude trazida pelo autor, aliada à crítica aludida por Demo (1995), revelam importantes características do que seja cidadania.

Neves (2008) traz a palavra "alteridade" para sua definição de cidadania e acrescenta ser esta, a condição que nos reserva a igualdade de direitos. A autora conceitua ainda o cidadão, como indivíduo dotado de direitos, sendo o Estado responsável por garantílos. Desta forma, deve o Estado comprometerse para que a igualdade de direitos, dos quais o cidadão é sujeito, seja efetiva e não somente teórica.

Leite (1989) traz a definição de cidadania como sendo “o exercício pleno dos direitos e deveres de cidadão numa sociedade democrática, incluindo a participação efetiva em todo o processo social como sujeito histórico, de forma crítica e consciente.” (LEITE, 1989, p. 17) Temos mais uma vez a palavra “crítica” utilizada no conceito de cidadania, o que reforça sua relevância nestecontexto.

Segundo Zanella (2008) a palavra cidadania percorre na atualidade, diversos espaços, sendo abordada por diferentes autores e atores, mas que existe grande dificuldade em alcançar o cerne do que seja cidadania. A autora defende que a cidadania não tratase de uma concessão, mas sim do resultado de uma batalha que busca abolir a exclusão e discorre com a seguinte definição:

> Para delimitar um pouco o campo de reflexões, necessário explicitar que cidadania é aqui entendida como condição, na medida em que diz respeito ao lugar ocupado pelo sujeito na esfera social. Diz respeito, portanto, a forma como nos inserimos no contexto social, ao acesso (ou não) que temos aos bens culturais historicamente produzidos pelos homens, à possibilidade de participar das decisões que dizem respeito a coletividade, ao efetivo exercício das possibilidades humanas. (ZANELLA, 2008, p. 88)

Covre (2002) também partilha sobre a livre circulação da palavra cidadania, fazendo parte desde o contexto dos políticos e seus discursos até a população e sua reivindicação. De acordo com a autora:

> Assim, a cidadania é atualmente assunto de debate tanto na democracia ocidental quanto no socialismo do Leste, entre as classes abastadas e as menos abastadas, e aparece na pauta de diversos movimentos sociais que reivindicam saneamento basico, saúde, educação, fim da discriminação sexual e racial. (...) Mas de que cidadania fala cada um desses grupos sociais, personagens que ocupam posições tão diferentes na sociedade? Alguns deles tem acesso a quase todos os bens e direitos; outros não, em virtude do baixo salário e do nãodireito à expressão, à saúde, à educação etc. 0 que é cidadania para uns e o que é para outros? E importante apreender de que cidadania se fala. (COVRE, 2002, p. 8)

Para a autora o conceito de cidadania está atrelado ao próprio direito à vida, tratandose de concepção coletiva que vai além do atendimento às necessidades básicas, abarcando também a função do indivíduo no Universo.

Novaes e Lobo (2008) também associam a cidadania ao direito à vida e concluem: “Cidadãos deveríamos ser todos. Desde o inicio dos tempos. Ao nascer receberíamos, junto com a certidão de nascimento, um certificado de garantia (de cidadania) que nos assegurasse todos os direitos para uma vida justa e digna nesta rápida passagem pela Terra.” (NOVAES E LOBO, 2008, p.5)

Retornando a Covre (2002) é possível contemplar a perspectiva da autora em relação à cidadania, considerandoa em um conjunto que abrange os aspectos dos direitos civis, direitos sociais e direitos políticos. Segundo a autora no aspecto civil concentramse

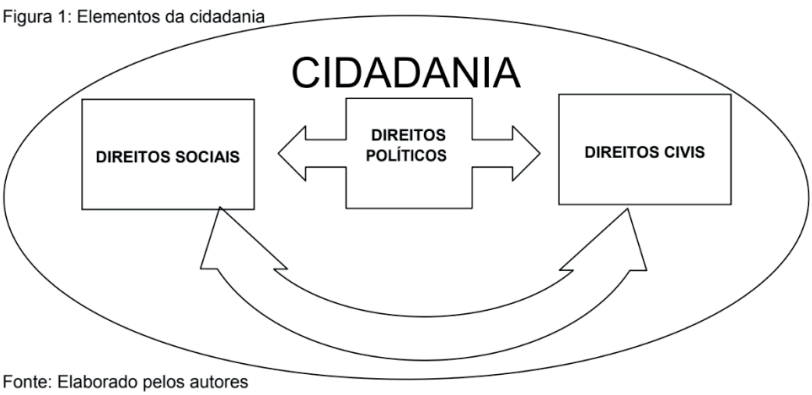
os direitos sobre o nosso próprio corpo, o nosso direito de ir, vir e decidir onde estar, sendo que o tolhimento deste direito conduz ao que a autora chama de anticidadania.

Nos direitos sociais estão o atendimento às nossas necessidades básicas, como por exemplo a alimentação e educação. Sobre estes direitos a autoras faz um alerta:

> Chamo a atenção para a importância que assumiram os direitos sociais na etapa contemporânea; é precisamente sobre esses direitos que os detentores do capital e do poder tem construído a sua concepção de cidadania. Com ela, procuram administrar a classe trabalhadora, mantendoa passiva, "receptora" desses direitos, que supostamente devem ser agilizados espontaneamente pelos capitalistas e pelos governantes. Mas, ao mesmo tempo, essa concepção de cidadania faz parte de um conjunto de modificações do capitalismo contemporâneo que pode acenar com uma sociedade melhor. (COVRE, 2002, p.14)

Em relação aos direitos políticos, a autora esclarece que tratamse das nossas proposições sobre nós mesmos, como por exemplo a liberdade de expressão e prática religiosa, além de/e sobretudo a construção e manutenção de vínculos sociais como em escolas e associações de bairro. De acordo com a autora, os direitos políticos, tem estreita relação com o outros direitos (civis e sociais), pois os define e direciona para que sejam alcançados e ainda não podem ser considerados de maneira apartada, uma vez que a efetivação da cidadania demanda que haja reciprocidade entre todos os direitos, conforme figura1.

Figura 1: Elementos da cidadania



Fonte: Elaborado pelos autores

Vileggas (2012) aponta que ser cidadão hoje, está muito próximo do ser cidadão na Grécia Antiga, sendo que em ambos tempos a questão da cidadania está relacionada à exclusão nem todos podem ser cidadãos.

Guarinello (2003) por sua vez, aponta que o conceito de cidadania considerado por nós hoje, foi construído sob forte influência da antiga civilização gregoromana, sendo composto pelo ideal de democracia, a soberania da população com sua participação no

coletivo e a liberdade do indivíduo. O autor relata que esta influência, embora de grande contribuição, é pertencente à uma época distante na perspectiva histórica e na realidade vivenciada pela sociedade daqueles tempos e a sociedade contemporânea.

Ainda em Guarinello (2003) temos o conceito de que ser um indivíduo dotado de cidadania, na definição histórica para o termo, implicava participar do cotidiano da cidade-estado da qual faziaparte.

Diante os conceitos traçados para cidadania, alçamos o nosso interesse: Qual a relevância do viés social do Administrador para a cidadania? Existem impactos das suas tomadas de decisões na construção e/ou manutenção da cidadania?

Teremos aqui o primordial apoio em Covre (2002) ao considerar que " só existe cidadania se houver a prática da reivindicação, da apropriação de espaços, da pugna para fazer valer os direitos do cidadão. Neste sentido, a prática da cidadania pode ser a estratégia, por excelência, para a construção de uma sociedade melhor." (COVRE, 2002, p.10).

Mintzberg (2007) coopera para trilharmos o caminho das contribuições do Administrador para cidadania, ao apresentar definição para as organizações:

> As corporações são instituições sociais – são comunidades. Funcionam melhor quando seres humanos comprometidos trabalham em relações cooperativas, sob condições de respeito e confiança. Se isso for destruído, a instituição empresarial como um todo entra em colapso. (MINTZBERG, 2007, p. 22)

Ainda neste trabalho, escrito de forma hipotética no tempo futuro, o autor volta seu olhar para um passado também hipotético e assevera: "Naquela estranha época, o "valor para o acionista" nada tinha a ver com o valor da empresa, quanto mais com qualquer valor humano. Era um eufemismo para a prática de aumentar o preço das ações o mais rapidamente possível." (MINTZBERG, 2007, p. 18) Além disso, o autor assinala a referência às pessoas por meio do termo "Recursos Humanos" em detrimento ao que são sereshumanos.

Davok (2007) apresenta elementos que compõem o seu conceito de qualidade, sendo um deles a relevância, que ao ser relacionada à formação do Administrador, encontra consideráveis argumentos apresentados por Teixeira, Salomão e Teixeira (2011):

> Com relação ao futuro da humanidade e da natureza, para além do uso cotidiano de recursos administrativos, fazse necessário pensar a administração para a vida no sentido de contribuição que essa formação pode dar para manutenção das condições necessárias de vida na Terra. O quadro que se delineia traz perspectivas de escassez de recursos e de necessidade do uso da criatividade para o gerenciamento da vida. A administração é uma das ciências que mais têm a colaborar para a definição e manejo das transformações futuras na busca de soluções e de saídas. O curso de administração traz uma formação ampla, contando com os conhecimentos de várias áreas que são aplicados na prática. Essa formação em potencial prepara o profissional para uma visão sistêmica do mundo: consciência da

> interligação e inseparabilidade de todas ascoisas. (TEIXEIRA, SALOMÃO e TEIXEIRA, 2015 p.15)

Borges, Medeiros e Casado (2011) consideram haver entre os estudantes em Administração, uma distorção do que seja administrar e que esta percepção pode ser reforçada ou realinhada ao longo do processo formativo, e que deve existir por parte do profissional um comprometimento com a profissão mas também com asociedade.

Oliveira, M. A. A. e Oliveira (2019) em pesquisae realizada junto à futuros Administradores, constatam esta distorção apontada por Borges, Medeiros e Casado (2011) e destacam a concepção de Administração destes estudantes antes de ingressarem neste ensino, em que existe um foco em atrelar a Administração à questões puramente financeiras.

Leite (1989) aponta o sistema educacional como dispositivo para propagação da ideologia dominante, neste caso o capitalismo, com intuito de incutir no cidadão em formação, o sistema de produção, organização e reprodução adotados. Embora faça tal consideração o autor também apresenta a escola como espaço em que se desenvolve a base para cidadania e consequente enfrentamento da ideologia propagada pela mesma e conclui ser a educação, o processo decisivo para formação do cidadão. Ainda de acordo com o autor, se o processo formativo considerasse as necessidades da comunidade, com foco no desenvolvimento de uma conduta crítica, seria de grande valia para formação da cidadania.

Esta necessidade apontada por Leite (1989) é entendida por Vileggas (2012) como sendo “construções sociais que as pessoas vão fazendo no processo de tornaremse mais conscientes da sua própria realidade.” (VILEGGAS, 2012, p. 24)

A conscientização é a base necessária para transformar o indivíduo em cidadão, com auxílio primordial da capacidade contestatória apresenta por Demo (1995).

Covre (2002) aponta os aspectos ambíguos que compõe o capitalismo, em que se vislumbra traços de cidadania ao impactar de maneira positiva as condições de vida do trabalhador, mas também evidências de projetos que pretendem manter a exploração dos mesmos. A autora também considera a ambiguidade existente na cidadania e ratifica:

> Retomo aqui, pela última vez, a dubiedade da cidadania: de um lado, a cidadania esvaziada, consumista; de outro, a cidadania plena, dos que atuam nos vários níveis sociais, para atingir o nível mais abrangente do mundo, avançando nessa ação como sujeitos em direção a utopia (e ao destino da Terra em seu navegar pelo Universo). (COVRE, 2002, p.74)

Mattar Neto (2004) revela o interesse de diversos autores nas questões que envolvem os princípios da Administração, entre elas a definição de quais e quantos são estes princípios. Assinala o autor:

> Não deixa de ser curioso, assim como a vinculação às operações militares, os primórdios da teoria da administração se fixarem com tanta intensidade na

> busca e definição de princípios. Um bom trabalho de análise poderia, além de comparar rigorosamente os princípios administrativos que surgem neste período, procurar determinar o sentido da palavra princípios na época, para os diferentes autores, assim como a razão latente que teria levado um campo de conhecimento ainda tão novo a logo buscar seus princípios mais íntimos. (MATTAR, 2004, p. 268)

Silva, Carrieri e Junquilho (2011), concebem a estratégia como uma atividade que abarca também aspectos sociais e políticos, com foco nas atividades do nível microssocial e suas influências no nível macro e que o foco é o sujeito na posição de comando, sendo que este o faz de formaexclusiva.

De acordo com Borges, Medeiros e Casado (2011) a função prescritiva das representações sociais, oferta respostas encerradas para todos os questionamentos, de forma que "penetram e influenciam a mente de cada indivíduo que já não as pensa, mas (re) pensa, (re) cita e (re) apresenta." (BORGES, MEDEIROS E CASADO, 2011, p. 539) Os autores apontam as representações sociais como resultado da interrelação entre o individual e o social e destes em relação à situações e objetos, além da maneira como cooperam com a realidade por meio da construção social.

Em relação à prática social com utilização da ferramenta gestão, Silva, Carrieri e Junquilho (2011) discorrem: "A ideia da gestão como prática social permite ampliar o horizonte de análise na medida em que se torna possível visualizar as organizações como resultantes de conjuntos de práticas vivenciadas por seus sujeitos, vinculando estes últimos a contextos por eles manifestos no cotidiano." (SILVA, CARRIERI e JUNQUILHO, 2011, p.123)

Covre (2002) expressa a relevância do envolvimento do alto escalão das organizações para que hajam mudanças reais e profundas: "Determinados empresários e administradores de alto nível podem ter uma visão avançada do processo social, de tal modo que suas empresas tornemse, de certo modo, patrimônio da sociedade." (COVRE, 2002, p.67)

O viés social aqui apresentado precisa ser desenvolvido, sendo o processo de formação do profissional um dos momentos (talvez o mais oportuno) para que a construção seja alicerçada. Vejamos então quais as características da formação do Administrador.

A FORMAÇÃO DO ADMINISTRADOR

A Administração, concebida inicialmente como atividade com o objetivo de coordenar as grandes fábricas no auge da Revolução Industrial, é uma ciência voltada ao comportamento humano dentro das organizações (em geral mas não exclusivamente), o que a categoriza como ciência humanaaplicada.

Antes de alcançar os bancos escolares, as atividades administrativas eram relacionadas ao comércio e ensinadas por meio da vivência diária. Barros et.al (2011)

destacam o pouco interesse contemporâneo em referenciar a origem da Administração aos saberes empíricos das atividades comerciais, e consideram que renunciar a importância desta origem, é assumir uma perspectiva hegemônica desta ciência.

Fazer Administração e ser Administrador são requisitos que sofreram alterações ao longo do tempo, o que impacta de forma contundente na educação para a profissão. Oliveira (2009) apresenta quatro efeitos da globalização em relação à educação, sendo um destes efeitos, considerar a educação com o intuito de preparação para o trabalho em virtude das mudanças nos processos produtivos.

Bertero, Caldas e Wood Jr. (1999) expressam o quão a falta de uma fase preparatória, vivenciada por outros campos do conhecimento e nomeada pelos autores como período gestacional, trouxe consequências que resultam na fragilidade da teoria e da reflexão para estadisciplina.

Além da ausência de preparação apontada por Bertero, Caldas e Wood Jr. (1999), deparamonos também com a forte influência externa no ensino de Administração. Gonçalves et.al. (2013) apontam para a característica “importada” dos conteúdos que preenchem os currículos destinados à formação do Administrador. A adoção de tais conteúdos terminam por preparar um profissional alheio as reais necessidades do seu contexto de atuação.

Fávero (2006) ressalta a importância de que haja estreita relação entre a sociedade e a universidade, em que esta representa espaço de discussão das necessidades daquela, bem como instrumento na busca por soluções às dificuldades vivenciadas. O autor relata ainda que o distanciamento sociedade/universidade, faz com que a última perca o seu sentido de existência, pois tornase restrita como um bem cultural à serviço de umaminoria.

O ensino superior em Administração, assim como as demais ciências deve preparar para a realidade no atendimento à sociedade conforme apontado por Fávero (2006). Educar para atuar na Administração, requer um amplo escopo de disciplinas, pois o Administrador deverá atender a organização de maneira integral, o que demanda abordar temas das ciênias humanas, mas também alguns assuntos das ciências exatas, sendo que ambos não poderão ser limitados somente à transmissão deconhecimento.

Em relação à restrita transmissão de conhecimento, Lourenço, Lima e Narciso (2016) alertam para que a educação não seja reduzida de tal forma, pois o conhecimento, tratase de instrumento formal que conduz à educação e que o atingimento da qualidade desta, se dá por meio da formação plena do indivíduo. Ainda segundo os autores, a qualidade da educação tem sido mensurada em relação ao que o mercadoesperadela. Conceberaqualidadenaeducaçãosomentecombasenaexpectativadomercado, distorce o real sentido de educar, em que o foco deve ser a preparação do indivíduo, para que este seja agente do seu própriodesenvolvimento.

Lourenço, Lima e Narciso (2016) contribuem ainda com a educação específica do Administrador e apontam a importância de que não seja vislumbrada somente sob o aspecto econômico, em detrimento a complementar face social e humana, e ainda defende

que a educação com foco exclusivo na empregabilidade, perde o seu sentido e cede então espaço à instrução. Demo (1999) colabora neste sentido, mas não desconsidera a formação para o mercado, apontando para que este seja um foco secundário, uma vez que primeiramente devese ater a perspectiva dacidadania.

Nussbaum (2015) incentiva para que a educação tenha como propósito a construção de cidadãos e assevera:

> De fato, o que poderíamos chamar de aspectos humanistas da ciência e das ciências humanas o aspecto construtivo e criativo, e a perspectiva de um raciocínio crítico rigoroso também está perdendo terreno, já que os países preferem correr atrás do lucro de curto prazo por meio do aperfeiçoamento das competências lucrativas e extremamente práticas adequadas à geração de lucro. (NUSSBAUM, 2015, p. 4)

A autora manifesta ainda a preocupação de que as competências relacionadas às humanidades, tão importantes quanto aquelas necessárias à lucratividade, sejam vencidas no que se tornou uma competição.

Diante todas estas considerações, é possível haver contribuições do profissional Administrador para cidadania, com base na sua formação?

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Administração é uma ciência social aplicada ao gerenciamento de organizações, mas não exclusivamente. Administrar extrapola as fronteiras das organizações, uma vez que seus princípios podem (e são) utilizados em benefício de diversos contextos.

O Administrador, ator responsável pela tomada de decisões, tem sob seu comando as ferramentas necessárias para condução, entre elas e principalmente, o conhecimento. Este é conhecimento é apontado por Demo (1995) como um dos componentes do processo educativo e expressivo instrumento de batalha. O aspecto político, outro componente da educação destacado pelo autor, será decisivo na utilização do conhecimento, sendo que poderá ser conduzido por um viés favorável ou desfavorável à cidadania.

O pocesso educativo detêm primordial função na formação, e sendo o Administrador profissional que abarca elementos sociais, conforme apontado por diversos autores, é essencial que tais elementos sejam parte desta construção.

A distorção em relação ao que seja a Administração é real e promove uma percepção que oculta o viés social desta ciência e consequentemente do Administrador.

Ao contemplar a importante face social da Administração e do Administrador é possível alçar as contribuições destes para a cidadania, por meio de formação em que os elementos necessários sejam abordados e plenamente desenvolvidos, o que conduz não somente a um profissional dotado de cidadania mas também para cidadania, ao envolver e auxiliar no despertar e desenvolver dos que estão a sua volta.

Pinsky (2001) nos fala de uma inquietude, Demo (1995) traz a crítica, o gesto

contestatório e a conscientização, Covre (2002) contribui com a importância da reivindicação, Mintzberg (2007) coopera trazendo justamente a magnitude das relações cooperativas e fala de seres humanos comprometidos, questões que fazem parte das organizações, que segundo o autor são comunidades. Teixeira, Salomão e Teixeira (2011) argumentam sobre o papel desta ciência para o gerenciamento da vida noplaneta.

Os argumentos levantados neste estudo revelam o quão o Administrador pode contribuir para a cidadania, desde que seja dotado para tal, o que demanda reflexão em relação à distorção do que seja a Administração e o uso do processo formativo para uma preparação em que o viés social seja vigorosamente considerado.

Mintzberg (2007) contribui sobremaneira com o estudo em geral e para finalizarmos ao argumentar que "Só quando entendermos que as empresas trabalham como comunidades para chegar à grandeza, e que as sociedades combinam necessidades sociais e econômicas para atingir o equilíbrio, é que começaremos a sair do abismo em que caímos." (MINTZBERG, 2007, p. 23)

REFERÊNCIAS

BARROS, AmonNarcisode.etal.Apropriação dos saberes administrativos: um olhar alternativo sobre o desenvolvimento da área.**Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo,v.12,n.5,p.43-67, out. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext"pid=S1678-69712011000500003"lng=en"nrm=iso. Acesso em: 20 fev. 2019.

BERTERO, Carlos Osmar; CALDAS, Miguel Pinto; WOOD JR., Thomaz. Produção científica em administração de empresas: provocações, insinuações e contribuições para um debate local. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 3, n. 1, p. 147-178, abr. 1999. Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext"pid=S1415-65551999000100009"lng=en"nrm=iso.Acesso em: 18 mar. 2019.

BIAGGIO, Angela Maria Brasil. Kohlberg e a "Comunidade Justa": promovendo o senso ético e a cidadanianaescola.Psicol. Reflex.Crit.,PortoAlegre,v. 10, n. 1,p.47-69,1997.Available fromhttp://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext"pid=S0102-79721997000100005"lng=en"nrm=iso. accesson16Sept.2019.http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79721997000100005.

BORGES, Jacquelaine Florindo; MEDEIROS, Cintia Rodrigues de Oliveira; CASADO, Tania. Práticas de gestão e representações sociais do administrador:algumproblema?.Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 9, n. spe1, p. 530-568, jul. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext"pid=S1679-39512011000600006"lng=en"nrm=iso>. Acesso em: 15set.2019.http://dx.doi.org/10.1590/S1679-39512011000600006.

BRASIL.Constituição(1824).**Constituição Política do Império do Brazi**l (de25demarçode1824). Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo ImperadorD. Pedro I, em 25.03.1824. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em: 24 jul.2019.

BRASIL. Constituição (1891). **Constituição da República dos Estado Unidos do Brasil (de 24 de fevereirode1891)**.Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm. Acesso em: 24 jul.2019.

BRASIL.Constituição(1891).**Emenda Constitucional de 03 de setembro de 1926**.Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon_sn/1920-1929/emendaconstitucional-37426-3-setembro-1926-564078-publicacaooriginal-88097-pl.html. Acesso em: 30 set.2019.

BRASIL.Constituição(1934).**Constituição da República dos Estado Unidos do Brasil (de16de julhode1934)**.Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm. Acesso em: 24 jul.2019.

BRASIL.Constituição(1937).**Constituição dos Estado Unidos do Brasil,de10 de novembrode 1937.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm. Acessoem: 24 jul.2019.

BRASIL.Constituição(1946).**ConstituiçãodosEstadoUnidosdoBrasil,de18desetembrode1946.** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm. Acesso em: 24 jul.2019.

BRASIL.Constituição(1967).**ConstituiçãodaRepúblicaFederativadoBrasilde1967.**Disponívelem:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm. Acesso em: 24 jul.2019.

BRASIL.Constituição(1988).**ConstituiçãodaRepúblicaFederativadoBrasilde1988.**Disponívelem:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08 dez. 2017.

COVRE, Maria de Lurdes Manzini. **O que é cidadania**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. 78 p. Disponível em: https://www.netmundi.org/home/wp- content/uploads/2017/04/Cole%C3%A7%C3%A3o-Primeiros-Passos-O-Que-%C3%A9- Cidadania.pdf. Acesso em: 21 set. 2019.

DAVOK, Delsi Fries. Qualidadeemeducação.**Avaliação(Campinas)**,Sorocaba,v.12,n.3,p.505-513, set. 2007. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext"pid=S1414-40772007000300007"lng=en"nrm=iso>. Acesso em: 04 jul. 2019

DEMO,Pedro.**Educação e Qualidade**.2ªed.Campinas:Papirus,1995.

DEMO,Pedro**.Educação e Desenvolvimento:mitoerealidadedeumarelaçãopossível fantasiosa.** Campinas: Papirus,1999.

FAGUNDES, Mateus Miranda; ZANELLA, Michele; TORRES, Tatiana Lucena. Cidadão em foco: representações sociais, atitudes e comportamentosdecidadania.Psicol. teor.prat.,SãoPaulo,v. 14, n. 1, p.55-69,abr.2012.Disponívelem<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext"pid=S1516-36872012000100005"lng=pt"nrm=iso>.acessosem18set.2019.

FAVERO,MariadeLourdesde Albuquerque.A universidade no Brasil:das origens à Reforma Universitária de1968.**Educar em Revista**,Curitiba,n.28,p.17-36,dez.2006.Disponívelem:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext"pid=S0104-40602006000200003"lng=en"nrm=iso>. Acesso em: 22 fev. 2019.

FENWICK, T. (2005). Dilemas éticos da educação em gestão crítica: dentro das salas de aulae além. Learning Management, 36 (1), 31-48. https://doi.org/10.1177/1350507605049899

GONÇALVES et.al. O Papel Social do Administrador: Formação e Perspectivas à Luz da Administração Política. In: Encontro de Administração Política para o Desenvolvimento do Brasil, 4, 2013, Vitória da Conquista. **Anais**. Disponível em:http://www.uesb.br/eventos/encontroadministracaopolitica/?pagina=trabalhos-aprovados. Acesso em:06 mai. 2019.

Gonçalves Junior, Jerson Carneiro. O município e a educação para a cidadania. 2005. 323 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em https://tede2.pucsp.br/handle/handle/6302. Acesso em: 15 set. 2019.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Cidades-estado na Antiguidade Clássica. In: História dacidadania. PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi (org.). São Paulo: Contexto, 2003, 2. ed.LEITE, Sérgio Antônio da Silva. A escola e a formação da cidadania ou para além de umaconcepção reprodutivista. Psicol. cienc.prof.,Brasília,v. 9, n. 3,p.17-19,1989.Availablefrom<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext"pid=S1414-98931989000300007"lng=en"nrm=iso>. accesson18Sept.2019.http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98931989000300007.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Cidades-estado na Antiguidade Clássica. In: História dacidadania. PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla Bassanezi (org.). São Paulo: Contexto, 2003, 2. ed.LEITE, Sérgio Antônio da Silva. A escola e a formação da cidadania ou para além de umaconcepção reprodutivista. Psicol. cienc.prof.,Brasília,v. 9, n. 3,p.17-19,1989.Availablefrom<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext"pid=S1414-98931989000300007"lng=en"nrm=iso>. accesson18Sept.2019.http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98931989000300007.

LOURENCO, Cléria Donizete da Silva; LIMA, Manolita Correia; NARCISO, Eliza Rezende Pinto. Formação pedagógica no ensino superior: o que diz a legislação e a literatura em Educação e Admini stração?.**Avaliação**,Sorocaba,v.21,n.3,p.691-718,nov.2016. Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772016000300691&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08 jul.2019

LUCIO-VILLEGAS, Emilio. A construção da cidadania participativa através da educação. Rev. Lusófona de Educação, Lisboa, n. 20, p. 13-29, 2012. Disponível em<http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext"pid=S1645- 72502012000100002"lng=pt"nrm=iso>. Acesso em 15 set. 2019.

MATTAR NETO, João Augusto. Filosofia e ética na administração. São Paulo: Saraiva, 2004.

MINTZBERG, Henry. Produtividade que mata. GV EXECUTIVO, [S.l.], v. 6, n. 6, p. 17-23, out. 2007. ISSN 1806-8979. Disponível em:<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/gvexecutivo/article/view/34731>. Acesso em: 16 set. 2019. doi:http://dx.doi.org/10.12660/gvexec.v6n6.2007.34731.

NEVES, SM. Os papéis sociais e a cidadania. In ZANELLA, AV., et al., org. Psicologia e práticas sociais [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. pp. 28-48. ISBN: 978-85-99662- 87-8. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org>. Acesso em 18 set. 2019. Universitáriade1968.EducaremRevista,Curitiba,n.28,p.17-36,dez.2006.Disponívelem:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext"pid=S0104-40602006000200003"lng=en"nrm=iso>. Acesso em: 22 fev. 2019.

NOVAES, Carlos Eduardo e LOBO, César. Cidadania para principiantes: a história dos direitos do homem. SãoPaulo:Átila,2008.

NUSSBAUM,MarthaCraven.**Sem fins lucrativos:porque a democracia precisa das humanidades.** Tradução Fernando Santos. São Paulo: WMF Martins Fontes,2015.

OLIVEIRA,RomualdoPortela.AtransformaçãodaeducaçãoemmercadorianoBrasil.**Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 739-760, out. 2009. Disponívelem:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext"pid=S0101-73302009000300006"lng=en"nrm=iso>. Acesso em: 27 mar.2019.

OLIVEIRA, MARIA ANGELICA DE ARAUJO; OLIVEIRA, Paulo de Tarso. Perspectivas Profissionaisdo Graduando em Administração: um estudo de expectativas face aos modelos de atuação propostos por Carlos Osmar Bertero. In: Anais do Congresso do Instituto Franco Brasileiro de Administração de Empresas. **Anais**...Uberlândia(MG) UFU, 2019. Disponível em: https://www.even3.com.br/anais/ifbae/136502-perspectivas-profissionais-do-graduando-em- administracao--um-estudo-de-expectativas-de-estudantes-face-aos-modelo. Acesso em: 27 set.2019

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris, 1948. Disponível em:http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf. Acesso: 12 fev.2018.

PINSKY, Jaime. Cidadania e Educação. São Paulo: Contexto, 2001, 5 ed.TEIXEIRA, Hélio Janny; SALOMÃO, Sérgio Mattoso; TEIXEIRA, Clodine Janny. Fundamentosde administração: a busca de essencial, 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

PINSKY, Jaime. Cidadania e Educação. São Paulo: Contexto, 2001, 5 ed.TEIXEIRA, Hélio Janny; SALOMÃO, Sérgio Mattoso; TEIXEIRA, Clodine Janny. Fundamentosde administração: a busca de essencial, 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

SILVA, A.; CARRIERI, A.; JUNQUILHO, G. Strategy as social practice in organizations: links between social representations, strategies andeverydaytactics.Revista de Administração , v. 46, n. 2, p. 122-134, 1 jun. 2011. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rausp/article/view/44530/48150 Acesso em:17set. 2019.

SILVEIRA, AF., et al., org. Cidadania e participação social [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 230 p. ISBN: 978-85-99662-88-5. Available from SciELO Books<http://books.scielo.org>. Acesso em: 15 set. 2019.

WACHELKE, João Fernando Rech; CAMARGO, Brigido Vizeu. Representações sociais, representações individuais e comportamento. Interam. j. psychol., Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 379-390, dez.2007.Disponível em:<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext"pid=S0034-96902007000300013"lng=pt"nrm=iso>. Acesso em: 16 set. 2019.

ZANELLA, André Vieira. Cidadania e Educação. In: Cidadania e participação social [online]. Riode Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: SciELO Books<http://books.scielo.org>. Acesso em: 15 set. 2019.

CAPÍTULO 10

O PERFIL EMPREENDEDOR NA INFLUÊNCIA POSITIVA DA BUSCA DE OPORTUNIDADE E INICIATIVA AO EMPREENDEDORISMO

Data de aceite: 04/02/2021

André Luis da Silva
Universidade Metodista de São Paulo
UMESP
UNIG
FATECSBC
Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza.

Carlos Takashi Konaka
Universidade Metodista de São Paulo
UMESP
Faculdade São Bernardo do Campo (FASB), Centro Universitário Fundação Santo André (FSA)

RESUMO: Pode-se perceber um grande crescimento de atividades empreendedoras, devido à grande dificuldade em se inserir ou retornar ao mercado de trabalho, totalizando em 13,7 milhões de desempregados atualmente. Esse trabalho objetiva analisar se os estudantes de administração de cursos técnicos e graduação apresentam um comportamento de Busca de Oportunidade e Iniciativa em empreender. A pesquisa fundamenta-se em uma abordagem quantitativa, em que foram coletados 187 questionários, e assim, analisar a relação dos construtos Autoconfiança, Correr Risco Calculado, e Planejamento e Monitoramento Sistemático. Para realizar os testes das hipóteses, foi utilizado o software SPSS versão 23, em que observa-se uma significância entre os construtos. Este estudo concluiu-se que a Busca de Oportunidade e Iniciativa é influenciado positivamente pela Autoconfiança, Correr Riscos Calculados e o Planejamento e Monitoramento Sistemático, de forma que, quando esses fatores são percebidos pelo empreendedor, ele aceita buscar oportunidades e iniciar um negócio.

PALAVRAS - CHAVE: Perfil Empreendedor, Estudantes de Administração, Oportunidade

ABSTRACT: One can see a great growth in entrepreneurial activities, due to the great difficulty in entering or returning to the labor market, totaling 13.7 million unemployed currently. This work aims to analyze if the students of administration of technical courses and graduation present a behavior of Search of Opportunity and Initiative in undertaking. The research is based on a quantitative approach, in which 187 questionnaires were collected, and thus, to analyze the relationship of the constructs Self-Confidence, Taking Calculated Risk, and Systematic Planning and Monitoring. In order to perform the hypothesis tests, SPSS version 23 software was used, in which there is a significance between the constructs. This study concluded that the Search for Opportunity and Initiative is positively influenced by Self-confidence, Taking Calculated Risks and Planning and Systematic Monitoring, so that when these factors are perceived by the entrepreneur, he accepts to seek opportunities and start a business.

KEYWORDS: Entrepreneurial Profile, Business Students, Opportunity

INTRODUÇÃO

Presente nas diversas áreas do conhecimento, como na economia, política, religião, educação e demais áreas, o empreendedorismo se apresenta como via oportuna de investimentos rentáveis para o dono do negócio, e alternativa como meio de trabalho e renda ao indivíduo, na criação de novos negócios e empreendimentos, que se denomina como um intraempreendedor.

Estudos apontam um fenômeno social preocupante, no trato do mundo do trabalho no Brasil. O crescimento da taxa de desemprego pela classe social dos "subutilizados". De acordo com IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no Brasil, não há trabalho para 27,7 milhões de brasileiros. Afirma a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), que no 1º trimestre de 2018, a taxa de subutilização da força de trabalho ficou em 24,7%, sendo a maior da história do PNAD Contínua, em comparação ao seu início em 2012. Reforça ainda o IBGE que o contingente de subutilizados é o maior, já registrado pela pesquisa (IBGE, 2018).

Os que pertencem aos subutilizados, são pessoas que não trabalham, porém procuram empregos; totalizando 13,7 milhões de desempregados, já os subocupados são pessoas que trabalham menos que 40 horas por semana, no entanto, gostariam de trabalhar mais, totalizando 6,2 milhões de subocupados, incluindo destes, 7,8 milhões de pessoas que poderiam trabalhar, mas não trabalham (força de trabalho potencial): grupo que inclui 4,6 milhões de desalentados (que desistiram de procurar emprego) e outras 3,2 milhões de pessoas que podem trabalhar, mas que não têm disponibilidade por algum motivo, como as mulheres que deixam o emprego para cuidar os filhos (IBGE, 2018).

Diante deste fato, há um fenômeno considerável, o crescimento da atividade empreendedora. Conforme o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas-SEBRAE, a crise instalada no país, promove o crescimento de empresas abertas. Nos últimos 3,5 anos foram formalizadas 11 milhões de empresas por pessoas que precisavam de trabalho. Com a perda do emprego, os brasileiros identificaram no empreendedorismo, a saída para voltar ao mercado de trabalho (SEBRAE, 2018).

Este estudo tem como objetivo medir e comprovar a validação das variáveis independentes dos perfis empreendedores identificados nas pessoas, que exercem influência positiva na variável dependente que é a busca de oportunidades e iniciativa para as práticas empreendedoras.

O processo empreendedor é a combinação de diversas variáveis, que ultrapassam as fronteiras do negócio, resultante da criação de empresas, com foco na inovação, estrutura de redes, propensão aos riscos, entre outros (BOJICA, 2012).

Logo, o comportamento empreenderor se veste de constantes avaliações. O indivíduo, na função do empreendedor é o comandante do pensamento lógico na busca de novos fins possíveis (BOJICA *et. al.*, 2012).

Quanto a orientação do empreendedor para a inovação, proatividade e assumir riscos nas operações da organização, o propósito é criar novos produtos, serviços e processos ou empresas (LUMPKIN e DESS, 1996; COVIN e SLEVIN, 1989). É uma ação de pesquisa ativa, frente as novas oportunidades empresariais, que se considera um fator-chave para a percepção de necessidades não atendidas em um mercado dinâmico e competitivo (WANG, 2008; LUMPKIN e DESS, 1996).

Locke (1997) explica que o motivador é diferente dos motivos, em que o motivador é o mecanismo específico que leva os indivíduos a agir, enquanto os motivos são a(s) razão(ões) subjacente(s) para as ações.

O planejamento e monitoramento sistemático das metas, apontam a auto-eficácia como ponto crítico e grau de importância na literatura de gestão, validade científica e utilidade na prática Locke e Latham (1990).

A motivação é um processo psicológico resultante da interação entre o indivíduo e o ambiente. O trabalho clássico da teoria da motivação e das necessidades, traços e valores do indivíduo, teoria de Maslow (1943), são seminais exógenas de motivação como cultura nacional. As características do projeto de trabalho e o ajuste pessoa-ambiente foram identificados como importantes condutores de comportamento na literatura recente (KANFER e CHEN, 2016; KORSGAARD e ANDERSON, 2011; LATHAM e PINDER, 2005).

Já Bandura (1997), menciona que a causação recíproca triádica que os eventos são causados, possui três determinantes principais: fatores pessoais internos, eventos comportamentais e ambientais, e que esses três determinantes têm influências bidirecionais um sobre o outro.

Portanto, este artigo apresenta os resultados obtidos e evidenciados quantitativamente, já testado e validado pela academia, e além, corrobora para a confirmação das teorias existentes sobre as variáveis dimensionais que influenciam positivamente o comportamento empreendedor, contibuindo para o avanço das ciências sociais, para as ciências da administração e para toda a sociedade brasileira.

MODELO DA DIMENSÃO DO COMPORTAMENTO EMPREENDEDOR

Busca de Oportunidade e Iniciativa (BOI).

Considerado pela teoria como uma dimensão do comportamento empreendedor, a variável dependente Busca de Oportunidade e Iniciativa (BOI), recebe influências positivas das variáveis independentes (VI), identificados empiricamente pelas teorias como, Planejamento e Monitoramento Sistêmico (PMS), a Autoconfiança (AC), e o Correr Riscos Calculados (CRC).

McClelland (1961) defende que o empreendedor aproveita oportunidades fora do comum para começar um negócio novo, obter financiamentos, equipamentos, local de trabalho ou assistência.

Na visão de Stevenson (1993), empreender é o processo de criação de valor, através da utilização dos recursos de forma diferente, buscando explorar uma oportunidade.

Ainda, o processo empreendedor é dirigido à identificação, avaliação e captura de oportunidades de negócios, é também a perseguição de oportunidade sem se preocupar inicialmente com os recursos sob controle (os quais o empreendedorismo/empresa já possuem), ou seja, sem se colocar restrições iniciais que poderiam impedir o empreendedor de buscar tal oportunidade (MORRIS e KURATKO, 2002)

Timmons (1994) considera que os empreendedores são exímios identificadores de oportunidades, e que são capazes de criar e construir uma visão sem ter uma referência prévia.

Diante do contexto teórico, o estudo permeiam as variáveis independentes (VI), como influenciadores ao comportamento da varíavel dependente (VD), apresentados nos itens abaixo:

Autoconfiança (AC)

O empreendedor deve gozar da autoconfiança para tomar decisões por meio do uso de recursos, estabelecimento de objetivos, escolha de estratégias de atuação e busca de oportunidades relevantes (LONGENECKER e SCHOEN, 1975).

Autoconfiança, diz que é preciso ter seu próprio espaço independente para tomar decisões e escolhas (CUBICO et al. 2010).

Hipótese 1(+): A autoconfiança influencia positivamente a busca de oportunidade e iniciativa para as práticas do empreendedorismo.

Correr riscos calculados (CRC)

Toda iniciativa empreendedora envolve algum grau de risco, e quanto maior o fator de inovação, maior a incerteza, um componente fundamental do risco (LONGENECKER e SCHOEN, 1975)

No que se refere à dimensão que abrange as pessoas, Kuratko e Goldsby (2004) destacaram que os aspectos comportamentais dos dirigentes das equipes podem atuar como estimuladores ou não do empreendedorismo corporativo. Nesse sentido, enfatizaram que as empresas devem estimular os colaboradores a serem flexíveis a eventuais riscos que esses projetos de empreendedorismo corporativo possam representar para ela, como erros de conceito e operação, com seus possíveis prejuízos.

Hipótese 2(+): Correr riscos calculados influencia positivamente a busca de oportunidade e iniciativa para as práticas do empreendedorismo.

Planejamento e monitoramento sistêmico (PMS)

O empreendedorismo está associado a ações inovadoras ou criativas e envolve um planejamento estratégico na criação de produtos, serviços, processos, negócios, mercados alternativos de materiais e mudanças estruturais na organização (LONGENECKER e

SCHOEN, 1975).

Planejamento e inovação deve ter pessoas para gerenciá-lo, com novas habilidades relacionadas ao gerenciamento empresarial, e que são quesitos fundamentais para o êxito e sucesso da materialização da ideia no mercado (BES e KOTLER, 2011).

Hipótese 3(+): O planejamento influencia positivamente a busca de oportunidade e iniciativa para as práticas do empreendedorismo.

Construídas as hipóteses de pesquisa a serem testadas empiricamente e definidos os construtos da escala BOI, esquematiza-se o modelo conceitual de pesquisa na figura abaixo:

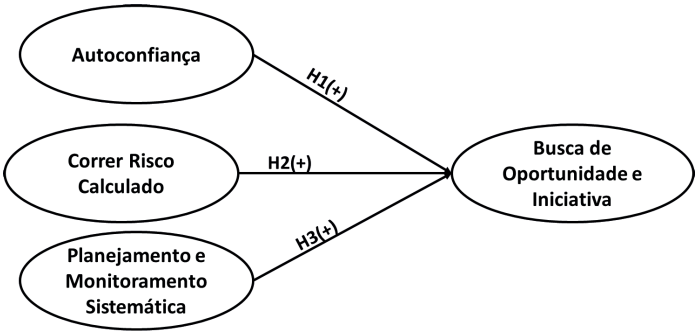


Figura 1- Modelo Conceitual e hipóteses da pesquisa

Fonte: Elaborado pelos autores.

Essas hipóteses surgiram tendo como base a teoria apresentada sobre os perfis empreendedores que exercem influência na busca de oportunidade e iniciativa.

METODOLOGIA

Este artigo tem como estrutura uma pesquisa quantitativa descritiva, já que como método de pesquisa, optou-se por testar hipóteses com dados coletados em dado período de tempo (HAIR *et. al.*, 2005, p.87). O presente estudo envolve a causalidade, que se apropria em testar uma relação de causa e efeito através da busca de correlação entre dimensões independentes com uma dependente.

Corresponde a um modelo já testado e validado sobre as influências dos perfis empreendedores no comportamento empreendedor, proposto por Baquero (1974).

Elaborou-se um formulário de perguntas com escala Likert de 5 pontos, de modo a serem respondidas a partir de uma escala de 1 a 5, sendo que 1 representa que Discorda Totalmente e 5 que Concorda Totalmente.

A pesquisa teve caráter sigiloso, portanto os respondentes não precisavam se identificar. O formulário tinha uma explicação sobre seu preenchimento assim como

questões referentes a algumas variáveis demográficas como: se está trabalhando no momento; gênero; idade; nível de escolaridade; estado civil; experiência profissional; renda familiar; se algum membro da família posssui um negócio próprio.

A escolha dos participantes foi feita de forma aleatória e por conveniência. A amostra foi coletada com alunos de duas instituições educacionais: um *campi* Universitário e uma escola de Ensino Técnico, ambos no ABC Paulista, e por fim foram identificados os resultados com base nas análises do software estatístico (*Statistical Package for Social Sciences)*- SPSS Versão 23.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Dados Demográficos

A amostra foi composta de 195 respondentes, considerando que a literatura prevê 50 respostas no mínimo acrescidas de 8 respostas para cada construto pesquisado ("n>50+8k", onde k é o número de variáveis antecedentes ou preditoras), o número de participantes está dentro do limite mínimo previsto com sobra (TABACHNICK; FIDELL, 2007), sendo que foram validados 187 respondentes.

Dos 187 respondentes válidos, a maioria são do sexo feminino, representados por 65,24%, ou seja, 122 respondentes, e 34,76% do sexo masculino, totalizando 65 respondentes. A escolaridade dos respondentes, indicam 16,58% no ensino médio completo, com total de 31 respondentes, 7,49% no ensino médio incompleto, total de 14 respondentes, 69,52% no ensino superior incompleto, totalizando 130 respondentes, 4,81% com superior completo, total de 9 respondentes. No que se refere a faixa etária, a maioria apresentam 21 anos de idade, ou seja, 13,4%, e 22 anos de idade, sendo 13,9%, do total de 51 respondentes. Sobre a experiência profissional, 36 respondentes não apresentam experiência, totalizando 19,3%. Já, 30 respondentes tem 5 anos, 22 respondentes 4 anos, e 13 respondentes 3 anos de experiência profissional, representados em 16,0%, 11,8%, e 7,0% respectivamente.

ANÁLISE ESTATÍSTICA E DESCRITIVA DOS CONSTRUTOS

Confiabilidade da pesquisa

A tabela 1 apresenta um resumo de processamento do caso, seguido com os demais resultados de confiabilidade indicados pela média, desvio padrão e Alpha de Cronbach da amostra e seus respectivos construtos.

		N	%
Casos	Válido	187	100,0
	Excluídos[a]	0	,0
	Total	187	100,0

Tabela 1: Resumo de processamento do caso

Fonte: Elaborada pelo sistema SPSS Versão 23.

De acordo com os dados do resumo de processamento, dos 195 respondentes, 187 foram validados.

A tabela 2 demonstra os índices do Alpha de Cronbach da (VD) BOI e das (VI's) AC, PMS e CRC.

		Questões	Média	Desvio Padrão	Alpha Cronbach
Busca de Oportunidade e Iniciativa	23	Eu procuro enfrentar meus medos	3,80	0,719	0,504
	25	Eu sempre persisto frente a uma tarefa complicada	4,01	0,740	
	26	Eu gosto de dar minha opinião durante as aulas e em trabalho em grupo	3,87	0,737	
Planejamento e Monitoramento Sistêmico	14	Eu costumo planejar as tarefas e checo posteriormente se as mesmas foram realizadas	3,96	0,822	0,651
	15	Eu avalio os resultados obtidos em um planejamento	4,21	0,659	
	16	Eu costumo conferir extratos e faturas	4,12	1,061	
	17	Eu faço planilhas de contas a pagar	3,22	1,391	
	19	Eu procuro controlar meus gastos, para que não exceda meu orçamento	4,04	1,087	
Autoconfiança	2	Eu mantenho meu ponto de vista, mesmo diante da oposição ou resultados desanimadores	3,91	1,015	0,670
	7	Eu viso ao lucro em todos os meus investimentos	3,90	0,970	
	8	Eu costumo ouvir as pessoas antes de resolver um problema	4,02	0,747	
Correr riscos calculados	10	Eu me arrisco em situações. que implicam desafios ou riscos moderados.	3,52	0,894	0,696
	11	Eu acredito que correr risco faz parte da minha personalidade destemida	3,49	1,018	
	12	Eu me aproximo de alguém em uma festa, mesmo notando que a pessoa está acompanhada e não aparenta ser compromissada, ou seja, um casal de namorados ou casados.	3,54	0,875	

Tabela 2: Média, desvio padrão e Alfa de Cronbach

Fonte: Elaborada pelos autores

O coeficiente de Alpha de Cronbach indica a confiabilidade do instrumento aplicado, porém de acordo com a teoria, o índice ideal é de 0,70. Os construtos de Correr Riscos Calculados, Autoconfiança e Planejamento e Monitoramento Sistêmico foram os de maior confiabilidade, ficando em 0,69, 0,67 e 0,65 respectivamente. Seguido do construto Busca de Oportunidade e Iniciativa, com índice de 0,50. Todos foram considerados confiáveis para as demais análises.

TEST- T

Para a assertividade dos dados, utilizou-se testes para identificar se há diferenças significativas entre grupos distintos (HAIR *et al.* 2009). Optou-se por conveniência aplicar o Test- T para a comparação de grupos da escala demográfica de gênero, representados por feminino e masculino. Os resultados estão descritos, conforme as tabelas a seguir:

A tabela 3 evidencia os testes da variância entre as médias dos grupos relacionados aos construtos do modelo conceitual de pesquisa.

	Sexo	N	Média	Erro Desvio	Erro padrão da média
BOI_M	1	122	3,8470	,53034	,04801
	2	65	3,9795	,48904	,06066
AC_M	1	122	3,8224	,66692	,06038
	2	65	4,1333	,69172	,08580
CRC_M	1	122	3,4699	,76512	,06927
	2	65	3,6103	,66815	,08287
PMS_M	1	122	3,9148	,62874	,05692
	2	65	3,8985	,74257	,09210

Tabela 3- Estatísticas de grupo.

Fonte: Elaborada pelo sistema SPSS Versão 23.

Observa-se na tabela 3, o grupo 1, que é representado pelo sexo feminino, no total de 122 respondentes e o grupo 2, que é representado pelo sexo masculino, no total de 65 respondentes. Os testes revelam que há um equilíbrio das variâncias das médias dos grupos. Se conclui que há um destaque à variável Autoconfiança, que apresentou média para o grupo 2 (masculino) um coeficiente de 4,1333, frente ao grupo 1 (feminino), com um coeficiente de 3, 8224.

Em seguida, a tabela 4 demonstra-se o teste de Amostras Independentes das variáveis: BOI_M; AC_M; CRC_M e PMS_M.

		t	Sig. (2- tailed)
BOI_M	Variâncias iguais assumidas	-1,671	0,096
	Variâncias iguais não assumidas	-1,713	0,089
AC_M	Variâncias iguais assumidas	-2,997	0,003
	Variâncias iguais não assumidas	-2,964	0,004
CRC_M	Variâncias iguais assumidas	-1,246	0,214
	Variâncias iguais não assumidas	-1,299	0,196
PMS_M	Variâncias iguais assumidas	0,158	0,874
	Variâncias iguais não assumidas	0,150	0,881

Tabela 4- Teste-T para Amostras Independentes.

Elaborada pelos autores.

Com base no p-valor > α (sendo: α = 0,05), não se pode rejeitar a Hipótese Nula (H0), portanto conforme os dados apresentados, não há diferença entre grupos aos construtos BOI_M; CRC_M; PMS_M. Já o construto AC_M, apresentou p-valor < α (sendo: α = 0,05), ou seja, rejeita-se a Hipótese Nula (H0), por haver uma diferença dos grupos com relação ao construto independente Autoconfiança.

CORRELAÇÃO E REGRESSÃO

A correlação e a regressão são métodos de cálculos estatísticos aplicados para identificar se há ou não nexo na relação de duas ou mais variáveis (HAIR *et. al,* 2005). De acordo com os teóricos, aceita-se que a hipótese nula (H0) é a de que não há o fenômeno de relação coerente entre as variáveis.

A tabela 5, demonstra os resultados da correlação entre os construtos do modelo conceitual adotado por esta pesquisa, conforme abaixo:

		BOI_M	AC_M	CRC_M	PMS_M
BOI_M	Correlação de Pearson	1	,184*	,587**	,232**
	Sig. (2 extremidades)		,012	,000	,001
	N	187	187	187	187
AC_M	Correlação de Pearson	,184*	1	,126	,288**
	Sig. (2 extremidades)	,012		,086	,000
	N	187	187	187	187
CRC_M	Correlação de Pearson	,587**	,126	1	,156*
	Sig. (2 extremidades)	,000	,086		,033
	N	187	187	187	187
PMS_M	Correlação de Pearson	,232**	,288**	,156*	1
	Sig. (2 extremidades)	,001	,000	,033	
	N	187	187	187	187

Tabela 5- Correlações

Fonte: Elaborada pelo sistema SPSS Versão 23.

* A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

** A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

Se segue a referência do índice pelo p-valor, conforme os dados a seguir:

$$
\begin{array}{ll}
* & \text{se p-valor} \leq 0{,}05 \\
** & \text{se p-valor} \leq 0{,}01 \\
*** & \text{se p-valor} \leq 0{,}001
\end{array}
$$

Com base na tabela 5, a correlação de Pearson, que segundo Hair (2005) é utilizado para medir a associação linear entre duas variáveis métricas. A representação das variáveis métricas da correlação de Pearson é denominado de coeficiente de correlação e sua variação é entre -1 e 1 (ou: $-1<\rho<1$), o qual zero demonstra que não há relação entre as duas variáveis métricas.

Os resultados apontam de acordo com o objetivo deste artigo, que há uma correlação significativa no nível 0,05 da variável dependente BOI_M com a variável independente AC_M (CP=0,184*), e que há também uma correlação significativa no nível 0,01 com as variáveis independentes CRC_M (CP=0,587**) e PMS_M (CP=0,232**). Assim, para os achados descritos anteriormente, a hipótese nula pode ser rejeitada, devido a comprovação da existência significativa da correlação entre estas variáveis métricas.

ANÁLISE DE REGRESSÃO

A análise de regressão é uma ferramenta estatística que permite uma análise de dados para medir as relações lineares entre duas ou mais variáveis, é uma medida de verificação de causalidade, que avalia o grau de intensidade de relação entre as variáveis, de caráter quantitativo para previsões.

Como técnica estatística, a regressão linear bivariada que investiga minuciosamente informações sobre a relação entre uma variável independente e uma variável dependente, que aceita, conforme o quantitativo da fórmula para regressão linear: y=a+bx (y=variável prevista; x=variável usada para prever y; a=ponto de intercepção no eixo y, quando x=0; b=inclinação) (HAIR *et. al.,* 2005).

As premissas da regressão linear bivariada não permite que o gestor afirme as conclusões de causa e efeito, ao fato que as variáveis são mensuradas mediante escalas intervalares ou de razão, vindas de uma população normal, e os termos de erro são independentes e distribuídos normalmente (HAIR *et. al.,* 2005).

Outra questão relevante, é que a análise de regressão múltipla apropria- se de muitas variáveis independentes similarmente ao tipo de equação de regressão, enquanto se prevê uma única variável dependente.

É necessário calcular separadamente um coeficiente de regressão para cada variável independente (VI), provendo análises de relação individual com a variável depedente, permitindo ao pesquisador avaliar com mais precisão as influências das variáveis independentes com a variável dependente.

Contudo, é digno destacar o coeficiente de regressão padronizado, conhecido como Beta (β), em que sua variação é de -1,00 a +1,00, e é aplicado na regressão múltipla como instrumento capaz de determinar qual das variáveis independentes, tem maior influência sobre a variável dependente. A lógica é que quanto maior o valor absoluto de um coeficiente beta padronizado, maior é a influência que a variável independente assume relativo a variável dependente.

Como métodos de análise de regressão, foram utilizazos três testes, conforme mencionados a seguir:

1- Teste de Significância do Modelo:

H0: $\beta 0 = \beta 1 = \beta 2 = ... \beta n = 0$

H1: pelo menos um $\beta i \neq 0$

Para a identificação e validação de qual das hipóteses acima citadas deve ser confirmada, utiliza-se a estatística F e o valor do p-valor deve ser inferior a 0,05. O índice F é um valor estatístico que avalia a significância estatística do modelo global de regressão. A lógica é que quanto maior o índice F, mais variância na variável dependente é explicada pela variável independente (HAIR *et. al.,* 2005).

2- Teste de Coeficiente Parciais:

H0: $\beta i = 0$

H1: $\beta i \neq 0$

Na continuidade de validação dos resultados é preciso verificar os valores do VIF e R^2 ajustado, estes que na análise de regressão múltipla, mostra a quantidade de variação na variável dependente associada com todas as variáveis independentes consideradas juntas (HAIR *et. al.,*).

A premissa lógica é que quanto maior o valor do R^2, mais a variável dependente está sendo associada como influência positiva das variáveis independentes, ou seja, um alto valor R^2 indica que o modelo de regressão estimado funciona bem enquanto que um baixo R^2 indica que o modelo não está adequado (HAIR *et. al.,* 2005).

Já para entender o conceito do valor VIF, ou fator de inflação da variância, deve-se entender o conceito de multicolinearidade, que em regressão é uma condição que ocorre quando algumas variáveis preditoras (variáveis independentes) no modelo estão correlacionadas a outras variáveis preditoras. A multicolinearidade forte é problemática porque pode aumentar a variância dos coeficientes de regressão, tornando-os instáveis. Os fatores de inflação da variância (VIF) medem o quanto a variância de um coeficiente de regressão estimado aumenta se seus preditores estão correlacionados. Quanto maior for o valor de VIF, mais severa será a multicolinearidade. Para este estudo, é assumido que este índice deve ser inferior a 5 (VIF < 5).

3- Teste de Resíduos:

Resíduos são erros não-explicados e a sua análise ajuda a determinar se as suposições que foram feitas sobre o modelo de regressão são adequadas. Considerando

as seguintes suposições: (1) a variância de erro está acima de todos os valores das variáveis independentes; (2) os erros não são correlacionados com nenhuma das variáveis independentes; e (3) os erros são normalmente distribuídos.

Portanto, com base no contexto teórico descritos acima, segue-se os resultados das análises de regressão do modelo conceitual adotado para validação da pesquisa.

Modelo	Variáveis inseridas	Variáveis removidas	Método
1	PMS_M, CRC_M, AC_M[b]	.	Inserir

a. Variável Dependente: BOI_M
b. Todas as variáveis solicitadas inseridas.

Tabela 6- Variáveis Inseridas/Removidas

Fonte: Elaborada pelo sistema SPSS Versão 23.

A tabela 6 apresenta um resumo do processamento das variáveis aceitas para a análise de regressão, sendo aceitas todas as variáveis solicitadas, tanto como a variável dependente BOI_M, como as variáveis independentes AC_M; CRC_M e PMS_M.

1- Teste de Significância do Modelo.

					Estatísticas de mudança				
Modelo	**R**	**R Quadrado**	**R quadrado Ajustado**	**Erro padrão da estimativa**	**Mudança de R quadrado**	**Mudança F**	**df1**	**df2**	**Sig.Mudança F**
1	,609[a]	0,371	,360	,41503	,371	35,920	3	183	0,000

a. Predictores: (Constant), PMS_M, CRC_M, AC_M
b. Dependent Variable: BOI_M

Tabela 7- Resumo do modelo

Fonte: Elaborada pelo sistema SPSS Versão 23.

A tabela 7 apresenta um resumo do modelo[b] em que o R^2 obtido foi de 0,371, ou seja, indica que as variáveis independentes AC; CRC e PMS, explicam 37,71% da variável dependente BOI, e que considera-se um resultado positivo e alinhado com a teoria já testada, comprovada e validada.

Modelo		Soma dos Quadrados	df	Quadrado Médio	Z	Sig.
1	Regressão	18,562	3	6,187	35,920	,000[b]
	Resíduo	31,522	183	,172		
	Total	50,083	186			

a. Variável Dependente: BOI_M
b. Preditores: (Constante), PMS_M, CRC_M, AC_M

Tabela 8- ANOVA

Fonte: Elaborada pelo sistema SPSS Versão 23.

A tabela 8 apontam os resultados obtidos pelos dados estatísticos da técnica ANOVA, tendo como resultado o valor de F= 35,920, e o p-valor= ,000 , portanto, conclui-se que se pode rejeitar a hipótese nula e afirmar, com confiança, que pelo menos um dos β i é diferente de zero.

Desta maneira, de acordo com este teste realizado, é possível afirmar que os preditores PMS_M, CRC_M, AC_M, influenciam positivamente a variável dependente BOI__M e considerar-se que o modelo em questão é válido e pode ser utilizado.

2- Teste de Coeficientes Parciais.

		Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados			Estatísticas de colinearidade	
Modelo		B	Erro Erro	Beta	t	Sig.	Tolerância	VIF
1	Constant	1,687	0,225		7,49	0,000		
	AC_M	0,318	0,055	0,352	5,74	0,000	0,884	1,131
	CRC_M	0,243	0,038	0,38	6,34	0,000	0,925	1,081
	PMS_M	0,088	0,043	0,124	2,04	0,043	0,902	1,109

Tabela 9- Valores de coeficiente padronizado β, p-valor, e VIF.

Fonte: Elaborada pelo sistema SPSS Versão 23.

Modelo	Dimensão	Autovalor	Índice de condição	Proporções de variância (Constante)	AC_M	CRC_M	PMS_M
1	1	3,934	1,000	,00	,00	,00	,00
	2	,034	10,772	,00	,15	,84	,08
	3	,021	13,819	,00	,62	,01	,65
	4	,011	18,677	1,00	,23	,15	,27

a. Variável Dependente: BOI_M

Tabela 10- Diagnóstico de colinearidade.

Fonte: Elaborada pelo sistema SPSS Versão 23.

De acordo com os dados da tabela 9, os valores de VIF são inferiores a 5, e a colinearidade das variáveis independentes estão controladas dentro dos parâmetros

normais conforme a teoria dos testes, não se tornando problema para o êxito dos resultados. Conclui-se que é possível considerar que o modelo em questão é válido e pode ser utilizado.

3- Teste dos Resíduos

		Unstandardized Residual
N		187
Parâmetros normais[a,b]	Média	,0000000
	Desvio Padrão	,41166789
Diferenças Mais Extremas	Absoluto	,043
	Positivo	,043
	Negativo	-,043
Estatística do teste		,043
Significância Sig. (bilateral)		,200[c,d]

a. A distribuição do teste é Normal.
b. Calculado dos dados.
c. Correção de Significância de Lilliefors.
d. Este é um limite inferior da significância verdadeira.

Tabela 11- Teste de Kolmogorov-Smirnov de uma amostra

Fonte: Elaborada pelo sistema SPSS Versão 23.

De acordo com os resultados do teste de resíduos, o p-valor apresenta um índice de 0,2, portanto os resíduos são considerados como distribuição normal, uma vez que a teoria determina que o p-valor < 0,05, não se considera distribuição normal.

Modelo proposto neste estudo com os resultados obtidos e síntese das hipóteses:

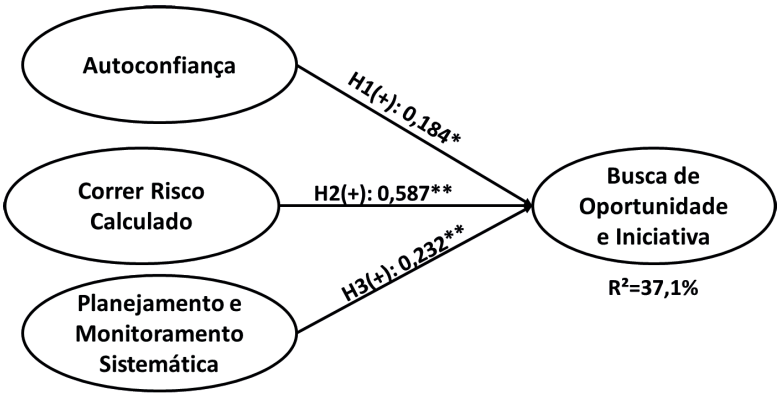


Figura 2: Modelo original proposto com os coeficientes padronizados (β) e suas significâncias.

Fonte: Elaborada pelos autores.

De acordo com a análise de regressão utilizada, seguem os resultados abaixo:

H1(+): A variável independente Autoconfiança apresentou uma significância importante para a variável dependente Busca de Oportunidade e Iniciativa.

H2(+): A variável independente Correr Rsicos Calculados apresentou uma significância importante para a variável dependente Busca de Oportunidade e Iniciativa.

H3(+): A variável independente Planejamento e Monitoramento Sistêmico apresentou uma significância importante para a variável dependente Busca de Oportunidade e Iniciativa.

CONCLUSÕES

Diante dos resultados obtidos, é fato o destaque do tema empreendedorismo como questão de ordem nas discussões na academia, bem como é pertinente e relevante compreender os fenômenos que influenciam um comportamento positivo na busca de oportunidades empreendedoras.

A pesquisa comprovou com assertividade o modelo conceitual proposto. A amostra escolhida permitiu testar e validar as hipóteses correlacionadas entre as variáveis independentes com a variável dependente.

O software SPSS Versão 23 possibilitou trazer os achados empíricos dos principais índices como, confiabilidade, correlações, regressões e testes de resíduos, que são obrigatórios para a credibilidade e validação das hipóteses.

Conclui-se que a busca de oportunidade e iniciativa ao empreendedorismo tem relação direta com os construtos independentes da Autoconfiança, do Correr Riscos Calculados e do Planejamento e Monitoramento Sistêmico, porém como a obtenção dos resultados são oriundos de instituições educacionais, o estudo apresenta limitações, e assim os resultados não podem ser generalizados e, que trabalhos futuros são pertinentes para a continuidade dos achados da teoria do empreendedorismo.

REFERÊNCIAS

BAQUERO, G. Testes psicométricos e projetivos. São Paulo: Loyola, 1974.

BOJICA, A.; RUIZ, M. y FUENTES, M.D. (2012), **"La adquisición de conocimiento através de relaciones interorganizativas y la orientación emprendedora: el papel del capital social de segundo grado"**. *Cuadernos de Economía y Dirección de Empresas*, vol.15, pp. 141- 153.

CUBICO, S.; BORTOLANI, E.; FAVRETTO, G. y SARTORI, R. (2010), ***"Describing the entrepreneurial profile: the entrepreneurial aptitude test (TAI)".*** International Journal of Entrepreneurship and Small Business, vol. 11(4), pp. 424-435.

HAIR, J.F.; BLACK, W.; BABIN, B.J.; ANDERSON, R.E.; TATHAM, R.L. Análise multivariada de dados. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HAIR JUNIOR, F. J. et al. **Análise multivariada de dados**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018.**

KURATKO, D. F. & GOLDSBY, M. G. (2004). ***Corporate entrepreneurs or rogue middle managers? A framework for ethical corporate entrepreneurship.*** Journal of Business Ethic, 55(13), 3-30

LONGENECKER, J.; SCHOEN, J. E. ***The essence of entrepreneurship.*** Journal of small business management, Journal of Small. Business Management, v. 13, n. 3, p. 26-32, 1975.

Locke EA and Latham GP (1990). ***A Theory of Goal Setting and Task Performance***. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.

LUMPKIN, G. y DESS, G. (1996), **"Clarifying the entrepreneurial orientation construct and linking it to performance**". *Clarifying the Academy of Management Review*, vol. 21(1), pp. 135-172.

MCLELLAND, David C. **A sociedade ambiciosa.**(I) edições. Madrid: Guadarrama, 1961.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas- SEBRAE, 2018.

Tabachnick, Barbara G., and Linda S. Fidell. ***Experimental designs using ANOVA.*** Thomson/Brooks/Cole, 2007.

TIMMONS, Jeffrey F. ***The Fiscal Contract: States, taxes and public services***. Tese de Doutorado, University of California, San Diego,2004.

ANEXOS

QUESTIONÁRIO

"O Perfil Empreendedor na influência da Busca de Oportunidade e Iniciativa ao Empreendedorismo"

Prezado participante,

Este questionário é parte integrante do Programa de Mestrado em Administração da Universidade Metodista de São Paulo e pretende coletar dados para um estudo sobre os fatores antecedentes do comportamento empreendedor.

Entendo que o tempo hoje é algo escasso, mas peço sua colaboração para me ajudar nesta pesquisa. Para que suas respostas tenham validade científica para o estudo, é imprescindível responder a todas as questões. Não existem respostas certas ou erradas, o que importa é sua opinião e experiências pessoais. Por questões éticas, irei tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, assim como com anonimato. Os dados serão utilizados exclusivamente para análise investigatória.

As questões foram criadas de modo a serem respondidas a partir de uma escala de 1 a 5, sendo que 1 representa que Discorda Totalmente e 5 que Concorda Totalmente.

Agradeço desde já por sua ajuda e gostaria de contar com a sua colaboração respondendo ao questionário.

Obrigado

André Luis da Silva - aluisdasilva3@gmail.com
Carlos Takashi Konaka - carlos_t_k@yahoo.com.br
Pós-graduandos em Administração
Universidade Metodista de São Paulo

"Aceito participar de uma pesquisa sobre fatores antecedentes do comportamento empreendedor. Sei que minha opinião será mantida anônima, analisada e divulgada apenas para fins educativos, obedecendo a critérios científicos."

☐ Concordo
☐ Discordo

QUESTIONÁRIO

Por favor, assinale todas as questões e/ou afirmações (de **a.** à **u.**) **para assegurar a validade e confiabilidade deste estudo.**

Essa parte consiste de 21 afirmações (de **a.** à **u.**). Por favor, indique o grau em que você concorda ou discorda com cada afirmação. Por favor, marque com um X (xís) um dos números que mais se representa sua opinião (de **1** a **5**).

	Discordo Totalmente	Discordo	Indiferente / Ignoro	Concordo	Concordo totalmente
a) Eu busco as oportunidades que aparecem	1	2	3	4	5
b) Eu procuro enfrentar meus medos	1	2	3	4	5
c) Eu procuro ler bons livros com o objetivo de aperfeiçoar meu vocabulário e agregar conhecimento	1	2	3	4	5
d) Eu sempre persisto frente a uma tarefa complicada	1	2	3	4	5
e) Eu gosto de dar minha opinião durante as aulas e em trabalho em grupo	1	2	3	4	5
f) Eu avalio os resultados obtidos em um planejamento	1	2	3	4	5
g) Eu costumo aceitar a opinião das pessoas sobre a forma de me vestir	1	2	3	4	5
h) Eu costumo planejar as tarefas e checo posteriormente se as mesmas foram realizadas	1	2	3	4	5
i) Eu mantenho meu ponto de vista, mesmo diante da oposição ou resultados desanimadores	1	2	3	4	5
j) Eu me arrisco em situações que implicam desafios ou riscos moderados.	1	2	3	4	5

k) Eu acredito que correr risco faz parte da minha personalidade destemida	1	2	3	4	5
l)Eu procuro me auto avaliar, quando um companheiro(a) termina comigo por achar que eu sou desleixado (a)	1	2	3	4	5
m) Eu costumo conferir extratos e faturas	1	2	3	4	5
n) Eu sou confiante em minha capacidade de realizar uma tarefa difícil	1	2	3	4	5
o) Eu faço planilhas de contas a pagar	1	2	3	4	5
p) Eu fico incomodado quando as pessoas olham para mim com desconfiança	1	2	3	4	5
q) Eu me aproximo de alguém em uma festa, mesmo notando que a pessoa está acompanhada e não aparenta ser compromissada, ou seja, um casal de namorados ou casados.	1	2	3	4	5
r) Eu faço anotações de informações que acho que são importantes	1	2	3	4	5
s) Eu só me arrisco quando tenho certeza	1	2	3	4	5
t) Eu procuro controlar meus gastos, para que não exceda meu orçamento	1	2	3	4	5
u) Eu procuro evitar flertar com alguém que está acompanhado da pessoa amada	1	2	3	4	5
v) Eu viso ao lucro em todos os meus investimentos	1	2	3	4	5
w) Eu monitoro os horários de meu parceiro (a), pois isso me dá mais segurança	1	2	3	4	5
x) Eu costumo ouvir as pessoas antes de resolver um problema	1	2	3	4	5
y) Eu tenho uma tendência em querer controlar as pessoas que gosto	1	2	3	4	5
z) Eu tenho meu estilo de ser e isso me basta	1	2	3	4	5

QUESTIONÁRIO SOBRE OS DADOS DEMOGRÁFICOS DO RESPONDENTE

Essa parte consiste de 8 questões. Por favor, assinale uma das alternativas de cada questão.

1. Você está trabalhando no momento?

☐ Sim

☐ Não

2. Gênero:

☐ Feminino

☐ Masculino

☐ Outro

3. Idade: ____

4. Qual é o seu nível de escolaridade:

☐ Ensino médio completo

☐ Ensino médio incompleto

☐ Superior incompleto

☐ Superior completo
☐ Outro

5. Estado civil:
☐ Solteiro(a)
☐ Casado(a)
☐ Divorciado(a)
☐ Viúvo(a)

6. Experiência profissional em anos, somando todas as empresas que você trabalhou: ____

7. Renda mensal familiar:
☐ Até um salário mínimo (R$ 954,00)
☐ Até dois salários mínimos (R$ 1.908,00)
☐ Até três salários mínimos (R$ 2.862,00)
☐ Até quatro salários mínimos (R$ 3.816,00)
☐ Até cinco salários mínimos (R$ 4.770,00)
☐ Até seis salários mínimos (R$ 5.724,00)
☐ Acima de sete salários mínimos (R$ 6.678,00)

8. Algum membro da família possui um negócio próprio?
☐ Sim
☐ Não

Obrigado pelo seu tempo e contribuição respondendo a esse questionário.

Para concorrer ao singelo brinde: "Cartão NETFLIX Pré-Pago R$ 30,00" escreva seu e-mail com letra legível na linha abaixo:

E-mail: _____

Tabela numerada para a formulação do questionário:

		Discordo Totalmente	Discordo	Indiferente / Ignoro	Concordo	Concordo totalmente
22	Eu busco as oportunidades que aparecem	1	2	3	4	5
23	Eu procuro enfrentar meus medos	1	2	3	4	5
24	Eu procuro ler bons livros com o objetivo de aperfeiçoar meu vocabulário e agregar conhecimento	1	2	3	4	5
25	Eu sempre persisto frente a uma tarefa complicada	1	2	3	4	5
26	Eu gosto de dar minha opinião durante as aulas e em trabalho em grupo	1	2	3	4	5
15	Eu avalio os resultados obtidos em um planejamento	1	2	3	4	5
4	Eu costumo aceitar a opinião das pessoas sobre a forma de me vestir	1	2	3	4	5
14	Eu costumo planejar as tarefas e checo posteriormente se as mesmas foram realizadas	1	2	3	4	5
2	Eu mantenho meu ponto de vista, mesmo diante da oposição ou resultados desanimadores	1	2	3	4	5
10	Eu me arrisco em situações que implicam desafios ou riscos moderados.	1	2	3	4	5
11	Eu acredito que correr risco faz parte da minha personalidade destemida	1	2	3	4	5
1	Eu procuro me auto avaliar, quando um companheiro(a) termina comigo por achar que eu sou desleixado (a)	1	2	3	4	5
16	Eu costumo conferir extratos e faturas	1	2	3	4	5
3	Eu sou confiante em minha capacidade de realizar uma tarefa difícil	1	2	3	4	5
17	Eu faço planilhas de contas a pagar	1	2	3	4	5
5	Eu fico incomodado quando as pessoas olham para mim com desconfiança	1	2	3	4	5
12	Eu me aproximo de alguém em uma festa, mesmo notando que a pessoa está acompanhada e não aparenta ser compromissada, ou seja, um casal de namorados ou casados.	1	2	3	4	5
18	Eu faço anotações de informações que acho que são importantes	1	2	3	4	5
6	Eu só me arrisco quando tenho certeza	1	2	3	4	5
19	Eu procuro controlar meus gastos, para que não exceda meu orçamento	1	2	3	4	5
13	Eu procuro evitar flertar com alguém que está acompanhado da pessoa amada	1	2	3	4	5
7	Eu viso ao lucro em todos os meus investimentos	1	2	3	4	5
20	Eu monitoro os horários de meu parceiro (a), pois isso me dá mais segurança	1	2	3	4	5
8	Eu costumo ouvir as pessoas antes de resolver um problema	1	2	3	4	5

21	Eu tenho uma tendência em querer controlar as pessoas que gosto	1	2	3	4	5
9	Eu tenho meu estilo de ser e isso me basta	1	2	3	4	5

Tabela separada por construtos:

Autoconfiança	*1*	*Eu procuro me autoavaliar, quando um companheiro(a) termina comigo por achar que eu sou desleixado (a)*	*Excluído*
	2	*Eu mantenho meu ponto de vista, mesmo diante da oposição ou resultados desanimadores*	*Manteve*
	3	*Eu sou confiante em minha capacidade de realizar uma tarefa difícil*	*Excluído*
	4	*Eu costumo aceitar a opinião das pessoas sobre a forma de me vestir*	*Excluído*
	5	*Eu fico incomodado quando as pessoas olham para mim com desconfiança*	*Excluído*
	6	*Eu só me arrisco quando tenho certeza*	*Excluído*
	7	Eu viso ao lucro em todos os meus investimentos	Manteve
	8	Eu costumo ouvir as pessoas antes de resolver um problema	Manteve
	9	*Eu tenho meu estilo de ser e isso me basta*	*Excluído*

Correr riscos calculados	10	Eu me arrisco em situações. que implicam desafios ou riscos moderados.	Manteve
	11	Eu acredito que correr risco faz parte da minha personalidade destemida	Manteve
	12	Eu me aproximo de alguém em uma festa, mesmo notando que a pessoa está acompanhada e não aparenta ser compromissada, ou seja, um casal de namorados ou casados.	Manteve
	13	*Eu procuro evitar flertar com alguém que está acompanhado da pessoa amada*	*Excluído*

Planejamento e Monitoramento Sistemático	14	Eu costumo planejar as tarefas e checo posteriormente se as mesmas foram realizadas	Manteve
	15	Eu avalio os resultados obtidos em um planejamento	Manteve
	16	Eu costumo conferir extratos e faturas	Manteve
	17	Eu faço planilhas de contas a pagar	Manteve
	18	*Eu faço anotações de informações que acho que são importantes*	*Excluído*
	19	Eu procuro controlar meus gastos, para que não exceda meu orçamento	Manteve
	20	*Eu monitoro os horários de meu parceiro(a), pois isso me dá mais segurança*	*Excluído*
	21	*Eu tenho uma tendência em querer controlar as pessoas que gosto*	*Excluído*

Busca de Oportunidade e Iniciativa	*22*	*Eu busco as oportunidades que aparecem*	*Excluído*
	23	Eu procuro enfrentar meus medos	Manteve
	24	*Eu procuro ler bons livros com o objetivo de aperfeiçoar meu vocabulário e agregar conhecimento*	*Excluído*
	25	Eu sempre persisto frente a uma tarefa complicada	Manteve
	26	Eu gosto de dar minha opinião durante as aulas e em trabalho em grupo	Manteve

CAPÍTULO 11

EMPREENDEDORISMO E GESTÃO EM GASTRONOMIA

Data de aceite: 04/02/2021

Potiguara Spíndola Alcantara
Senac/SP Penha

RESUMO: O aumento da competitividade no ramo de alimentos e bebidas, aliado ao contínuo avanço da tecnologia e à escassez de pessoal qualificado, exige de proprietários e gestores uma gestão eficiente, que busque a lucratividade e o oferecimento de bons serviços. Neste processo de gestão gastronômica tem um papel importante. Apresenta-se de forma sucinta a metodologia, e os locais que foram estudados e a análise que foi realizada em cada um deles. As fichas técnicas foram instrumentos de grande importância, pois permitem manter a qualidade dos pratos e o controle de insumos e custos. A análise de cardápio, em estreita relação com o público alvo e a proposta do restaurante, mostrou-se um instrumento importante para análise de custo-benefício, fundamental num processo de consultoria e como base de uma boa gestão. Este trabalho pretende contribuir para a abrir perspectivas para a consultoria gastronômica e promover o sucesso dos empreendimentos no ramo de alimentos e bebidas, na medida em que apresenta instrumentos que auxiliam na elaboração de diagnósticos, otimizando tempo e aprofundando a reflexão.

PALAVRAS - CHAVE: gastronomia, negócios, alimentos e bebidas.

ABSTRACT: The increase of competitiveness in the food and beverage sector, aligned with the continuous technology enhancements and the shortage of qualified people, requires from owners and managers efficient management, which addresses profitability and provide good services. In this process the gastronomic consultancy plays an important role. The theme of this dissertation arose from the need of developing standard tools for diagnosis in restaurants consultancy, something that systematically directs the vision for important issues related to the standard of quality in each area. This is a qualitative research work, with characteristics of a case study, whose objective was to create indicators to facilitate the accomplishment of diagnosis, specifically in the area of food services. It focused mainly on the work of waiters and kitchen, as well as in highlighting the important role of the technical sheets and menu engineering techniques for analysis and business management in restaurants. The methodology, and the restaurants where work was developed, as well as the type of analysis performed in each one of them, are summarized. Tables for diagnosis of the work done by waiters and cooks were constructed, which proved to be good evaluation tools in restaurant consultancy and training planning. The technical sheets were very important instruments, as they allowed maintaining the quality of the dishes and the control of materials and costs. The menu analysis, in close relation with the target public and the restaurant aims, proved to be an important tool for cost-benefit analysis, which is fundamental in a consultancy process and as a basis for good management.

This work intends to contribute to open perspectives for the gastronomic consultancy and to promote the success of the enterprises in the food and beverage sector as it presents instruments that help in the elaboration of diagnosis, optimizing time and promoting reflection.
KEYWORDS: gastronomy, business, food and drinks.

INTRODUÇÃO

O aumento da competitividade no ramo de alimentos e bebidas, aliado ao contínuo avanço da tecnologia e à escassez de pessoal qualificado, exige de proprietários e gestores uma gestão eficiente, que busque a lucratividade e o oferecimento de bons serviços. Neste processo, uma boa gestão tem um papel importante para o sucesso do empreendimento. Dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) indicam que boa parte das empresas encerram suas atividades em menos de dois anos de vida (1). As empresas do ramo alimentício são muito importantes para a sociedade, contudo, não existem profissionais qualificados suficientes em termos de gestão gastronômica, bem como é rara a bibliografia neste setor. Mais do que nunca, sente-se a necessidade de estudá-la e melhor entendê-la em seus problemas cotidianos, principalmente no que tange à administração de custos. Estes aspectos abalam a estrutura das empresas e levam muitas à falência. O objetivo deste trabalho é compreender em que consiste uma boa gestão de negócio de alimentos e bebidas e quais fatores contribuem para o desempenho e sobrevivência de uma organização do ramo.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa utilizou como metodologia a revisão bibliográfica abrangendo a leitura, análise e interpretação de livros e periódicos. Todo material recolhido foi submetido a uma triagem, a partir da qual se estabeleceu um planejamento baseado na leitura atenta e sistemática que se fez acompanhada de anotações e fichamentos que, eventualmente serviriam para fundamentação teórica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Gestão de negócio no ramo de gastronomia não é uma tarefa fácil, existem tantos outros negócios, porque investir no ramo de Alimentos e Bebidas? As razões são diversas, muitas vezes motivadas pelo retorno financeiro ou pelo próprio *glamour* associado a este tipo de empreendimento.

Alguns empreendem para obter satisfação pessoal, como o orgulho de ser proprietário de um estabelecimento. Muitos colocam em seu empreendimento suas próprias experiências, vividas enquanto turistas e clientes, importando para seu empreendimento conceitos não necessariamente aplicáveis à realidade de seu negócio

(2). O empreendedorismo no setor de alimentos e de gastronomia, além de cumprir um importante papel no dia a dia de milhões de pessoas que fazem refeições fora de casa, constitui um importante elemento dos serviços ligados ao turismo. O sucesso nesse tipo de negócio, deve levar em conta uma série de fatores complexos, como o correto dimensionamento das instalações, estabelecimento de menus e pleno conhecimento dos custos implicados em cada operação (3).

O ramo de Alimentos e Bebidas é um misto de indústria, de prestação de serviços e, de certa maneira, uma atividade comercial. Como indústria, caracteriza-a pela transformação de matérias primas em produtos vendidos, exemplo: os pratos que são preparados pelos cozinheiros modificando as propriedades organolépticas dos alimentos nos diversos pontos-de-venda (restaurantes, bares, banquetes). Como prestação de serviços caracteriza-se pela venda de mercadoria sem qualquer tipo de transformação no próprio restaurante, entendendo-se como atividade comercial, por exemplo, a venda de refrigerante e cerveja (2).

A maior parte do material disponível sobre gestão de Alimentos e Bebidas foi desenvolvido voltado para a indústria de alimentos e não para restaurantes. A grande diferença é que os restaurantes trabalham não só com os produtos que estão à venda, mas também com os serviços agregados, isso implica a hospitalidade – que é o ato do bem servir –, trabalho fortemente orientado no contato direto com os clientes, ou seja, para as pessoas. Nesse sentido, trabalhar gestão de negócios em restaurantes implica desenvolver estratégias não apenas pensando nos custos, no lucro e na qualidade dos produtos vendidos, mas também estratégias voltadas para a boa qualidade dos serviços, o que inclui um bom atendimento.

Qualquer que seja o tamanho do estabelecimento, se não houver uma administração correta e um conhecimento das tecnologias, o negócio estará destinado ao insucesso. Uma boa administração e manutenção é uma forma de aumentar a qualidade do serviço e reduzir custos, resultando em economia significativa para o empreendedor (4). Portanto, garantir o máximo de qualidade dos serviços prestados, com tratamento diferenciado ao cliente, em um mercado altamente competitivo como o setor de Alimentos e Bebidas, requer esforço, planejamento e a administração da manutenção de instalações, equipamentos, materiais e peças que compõem a estrutura da empresa.

Um dos principais fatores que contribuem para o desempenho e a sobrevivência de uma organização é a qualidade dos serviços prestados e dos produtos oferecidos aos seus clientes. Existe uma tendência mundial no sentido de atender plenamente e até superar às expectativas dos consumidores e clientes em relação à qualidade (5).

Os profissionais do segmento de serviços de alimentação devem gerenciar a produção ao mesmo tempo em que gerenciam a distribuição e as vendas. Há uma exigência superior em relação ao profissional da área de serviços de alimentação relativamente ao que acontece noutras áreas. De fato, quando se atua em restaurantes**,** *buffets*, clubes e

outros locais em que os alimentos são servidos diretamente ao cliente, os consumidores reagem imediatamente à qualidade do produto e do serviço e a todos os outros fatores que afetam a sua experiência.

Antigamente gerenciar um empreendimento gastronômico (restaurante, bar, cafeteria, *buffet*, etc) era tarefa mais simples, pois se tratava simplesmente de gerenciar uma caixa de madeira em que diariamente o proprietário colocava o dinheiro recebido dos clientes. O dinheiro das compras saía da mesma caixa. No final do dia, todo o dinheiro era guardado no bolso do proprietário e levado para casa. Com o passar do tempo, a caixa registradora foi instalada. O dinheiro das vendas era registrado e o dinheiro ia para a gaveta. Era acoplada uma fita que registrava os movimentos e que podia ser retirada no final do dia. Eventualmente, o proprietário percebia que precisava de mais dados para ajudar seu negócio. Buscava então os conceitos de contabilidade para registrar os movimentos e preparar um demonstrativo de entradas e saídas podendo apresentar os resultados do negócio (7).

A maior parte das empresas está procurando por uma fórmula do sucesso, ou seja, a fórmula que garanta a solução de todos os problemas. O sucesso, porém, não está em seguir cegamente as modernas técnicas e teorias administrativas, é preciso que haja habilidade para gerenciar o que se conhece muito, o que se conhece pouco e o que é desconhecido. A gestão em gastronomia está relacionada com planejamento e controle das atividades do referido projeto para atingir os seus objetivos. Todo projeto necessita inter-relacionar fatores relativos à qualidade, custo e tempo (8). Com base nisso percebe-se a extrema relevância, na contemporaneidade, da figura do gestor gastronômico.

O trabalho do gestor gastronômico é amplo e complexo, não podendo ser esmiuçado nos limites de um artigo. Por isso, foram feitas algumas escolhas e decidido apresentar a discussão sobre a complexidade do trabalho de um gestor no ramo de alimentos e bebidas.

Elaboração de Cardápio

O cardápio, ou menu, é o instrumento de informação, venda e publicidade de um restaurante. Através do mesmo o cliente escolhe os alimentos e bebidas que serão consumidos.

Ao elaborar o cardápio, se faz necessário um estudo minucioso e uma ampla pesquisa de mercado. É fundamental lembrar que para a elaboração do cardápio há muitos aspectos importantes a considerar, como por exemplo: o perfil dos clientes atuais e potenciais, dia e horário de funcionamento, condições climáticas da região, sistema de atendimento ao cliente, técnicas de produção, processos de estocagem, disponibilidade de produto, volume e quantidade de produtos a serem produzidos, custos dos materiais, apresentação dos pratos, tipos de cortes dos alimentos, hábitos dos clientes e hábitos regionais, entre outros. Mesmo assim, os resultados dependerão da aceitação dos clientes e isso requer paciência e tempo para assimilarem a estrutura do cardápio. A autoanálise

do restaurante deve ser feita tanto no início das operações, como também no decorrer do funcionamento. Deve ser verificado nessa análise se os produtos e serviços, efetivamente apresentam qualidade, se há muito desperdício e o que deve ser feito para evitá-lo, se os preços estão em nível adequado (9).

O cardápio é uma peça importante para o sucesso do restaurante. Basta pensar que todo cliente, ao entrar no restaurante, solicita imediatamente o cardápio. Ele deve transmitir para o cliente o propósito da casa, deve informar se é uma sanduicheria, um *fast-food*, um *self-service*, um restaurante típico, uma cantina italiana, um restaurante clássico, etc. O cardápio é algo difícil de elaborar, e muito donos de restaurantes não se dão conta disso. Planejar um cardápio exige conhecimento gastronômico para expor o que oferecem os pratos, para que o cardápio apresente variedade de formas de cocção e riqueza de combinação entre pratos e guarnições, apresentando uma seleção de pratos com originalidade, além de combinar as entradas com os pratos principais, com as sobremesas e com as bebidas(3).

Um outro aspeto, nem sempre considerado, é que o cardápio reflete a imagem do restaurante; inconscientemente o cliente está avaliando a qualidade do papel, a impressão e as ilustrações ao escolher seu prato. Como essa escolha é feita pela leitura da relação, a redação e a correção gramatical são elementos que devem nortear quem planeja e redige o cardápio.

Quem elabora o cardápio precisa conhecer os tipos de serviços do restaurante, pois há certos pratos que exigem talheres e *mise-en-place* especiais, podendo o restaurante não estar apetrechado para esse serviço ou, ainda, os funcionários não estarem treinados para o serviço. Precisa também conhecer o público que vai atender, observando idade, sexo, ocupação, poder aquisitivo e hábitos. O cardápio precisa ser renovado com frequência e contemplar a sazonalidade de alguns insumos como caça, frutos do mar, frutas e legumes. Essas atualizações devem levar em consideração as preferências da clientela em relação ao que o restaurante oferece e considerar ainda os pratos mais rentáveis, os que devem ser mais trabalhados e os que devem ser retirados do cardápio.

Um ponto muito importante depois da criação do cardápio é o trabalho de marketing contínuo do mesmo. A função do cardápio é ser uma das principais ferramentas de marketing que um restaurante pode ter. O marketing vai influenciar diretamente a capacidade de captação de clientes e a fidelização dos mesmos. O cardápio é um instrumento de venda, todavia deve ser cuidadosamente pensado e elaborado para atingir o segmento de mercado proposto. Por esse motivo, em uma consultoria realizada em restaurante, um dos pontos importantes para análise é, sem dúvida, o cardápio.

Elaboração de Fichas Técnicas

A ficha técnica é um dos mais importantes documentos do restaurante. Registra todo o processo de elaboração dos pratos, bem como das matérias primas utilizadas, suas

quantidades e o valor total de produção. É dividida basicamente em duas partes: uma parte é a gerencial, identifica todos os custos de matéria prima referentes a uma determinada preparação; e a outra parte identifica todas as etapas da produção do prato, além de exibir uma fotografia do prato montado. A ficha técnica tem como função: *i)* registrar as quantidades de matéria-prima utilizadas nas preparações; *ii)* padronizar quantidades de matéria-prima nas preparações; *iii)* padronizar a montagem e apresentação dos pratos; *iv)* identificar os custos da produção; *v)* registrar os processos da produção; *vi)* manter um histórico das preparações do restaurante; *vii)* permitir a comparação das informações de consumo; *viii)* facilitar as projeções de compras e especificações de mercadorias; *ix)* controlar os volumes de matéria-prima requisitados; *x)* comparar as informações de consumo com as informações de vendas(9).

Existem vários modelos de fichas técnicas na gastronomia, das mais simples às mais elaboradas, apresentando diversas informações. É possível elaborar uma ficha com informações básicas que darão um ótimo padrão tanto no sentido administrativo quanto operacional.

A ficha técnica poderá ser elaborada em planilha de dados, como o Excel e, para mantê-la atualizada, duas de suas colunas, a do Custo Unitário e a do Fator de Correção (FC), não deverão ser digitadas diretamente. Essas informações devem vir, automaticamente, de tabelas correlatadas, elaboradas individualmente. Qualquer alteração nessas informações deve ser feita nessa tabela, pois, dessa forma, todas as fichas técnicas são atualizadas automaticamente. São necessários conhecimentos do software para compreender bem esse processamento. A razão deste explica-se pelo fato dos insumos poderem apresentar variações no fator de correção, no índice de cocção e no custo, devido à safra, à qualidade, ao frete, à barganha com fornecedores, etc. Uma vez que a tabela esteja interligada através de suas células correspondentes, as alterações serão realizadas com racionalidade (3).

Apresenta-se em seguida um modelo de ficha técnica com os campos considerados relevantes para a situação em causa (Tabela 1).

FICHA TÉCNICA
PREPARAÇÃO: Polvo Crocante
SETOR: Prato Principal
RENDIMENTO: 1

PRODUTO	UND	QUANT. LIMPA	VALOR BRUTO	FATOR DE CORREÇÃO	QUANT. BRUTA	VALOR TOTAL	% de parcipação
Mini arroz	kg	0,040	R$29,00	1	0,040	R$ 1,16	4%
Azeite	L	0,080	R$22,00	1	0,080	R$1,76	6%
Polvo	kg	0,200	R$69,00	1,16	0,232	R$13,80	48%
Água de polvo	L	0,155	R$ 0,00	1	0,155	R$ 0,00	0%
Cebola	kg	0,010	R$ 2,00	1,50	0.015	R$ 0,03	0%
Brócolis	kg	0,050	R$11,00	2,53	0,127	R$ 1,39	5%
Camarão	kg	0,060	R$64,00	2,75	0,165	R$10,56	37%
Sal	kg	0,003	R$ 2,00	1	0,003	R$0,01	0%
Alho	kg	0,010	R$13,40	1,08	0,108	R$0,14	0%

MODO DE PREPARO	VLR TOTAL	Total
1. Cozinhe o polvo em água fervente por aproximadamente 30 minutos, corte dois tentáculos, aproximadamente 200 g, e reserve a água do polvo. **2.** Numa panela grande, coloque o azeite, a cebola e o alho cortados em aché. Leve ao fogo alto e deixe fritar até a cebola e o alho murcharem (cerca de 3 minutos). **3.** Acrescente o mini arroz e o sal e mexa com a colher de pau durante 2 minutos. **4.** Junte a água do polvo e deixe cozinhar. **5.** Quando a água do arroz reduzir pela metade acrescente os brócolis cortados em brunoise, tampe, baixe o fogo e deixe cozinhar por mais alguns minutos (cerca de 10 minutos de cozimento). Quando estiver finalizando acrescente os camarões. **6.**Frite o polvo no azeite e sirva juntamente com o mini arroz e decore o prato com uma fatia de limão.	**R$28,85**	**100%**
	CUSTO DA PREPARAÇÃO + 30 %	
	R$ 37,51	
	VLR PARA VENDA	
	R$ 99,00	

Peso Líquido (Quantidade Limpa): Quantidade de produto pronto para ser cozido ou servido. Trata-se de quantidade de produto efetivamente pronto para ser utilizado, isento de perdas do processo de preparação.

Peso Bruto (Quantidade Bruta): É a quantidade de matéria-prima a ser requisitada para compra para o preparo de um prato. Exemplo será necessário de 0,200 kg de polvo para preparação.

Fator de correção: Em alternativa ao rendimento, pode usar-se o fator de correção (como é o caso da ficha apresentada na Tabela 1). Uma grande parte dos insumos utilizados nas preparações dos produtos não estão prontos para o uso e necessitam ser manipulados, o que provoca perdas, as quais precisam ser computadas no cálculo dos custos. É importante, avaliar essas perdas determinando o peso bruto (PB) e o peso líquido (PL) do alimento. Tal como referido acima, compreende-se por peso bruto o peso na forma

em que o insumo é adquirido; e por peso líquido o peso depois de insumo ser limpo e estar pronto para ser utilizado pelo profissional. Com base nestes valores determina-se um fator de correção (FC). Este, como indicado abaixo, é calculado dividindo o peso bruto pelo peso líquido. Se o profissional na cozinha precisa de determinada quantidade de alimento, ele está se referindo a quantidade limpa que irá utilizar na preparação do prato. Logo, é necessário calcular quanto de alimento precisa ser pesado ou medido para que, ao limpá-lo ou deixá-lo pronto para o uso, ele pese o que foi indicado na receita. Este cálculo é feito com base no fator de correção. Este permite ainda obter o peso líquido expectável de determinado produto a partir do seu peso bruto.

Considere-se, por exemplo, a preparação do polvo crocante onde o cozinheiro utiliza 0,127 kg de brócolis e após a limpeza pesou 0,050 kg o fator de correção será 2,54.

Na receita citada indica-se que são necessários 0,060 kg de camarão limpo e que o fator de correção do camarão é 2,75, usando a fórmula anteriormente referida pode calcular-se o peso bruto de camarão necessário – 0,165 kg.

O valor do peso bruto é importante, pois é com base nele que se define a quantidade de insumo que é necessário adquirir e que se calcula o custo do prato. Fundamentar-se nos pesos líquidos da receita para calcular seu custo é deixar de considerar todos os desperdícios envolvidos.

Valor total: É o custo total do item em questão a ser utilizado na preparação. Calcula-se, utilizando o valor unitário e o peso bruto (ou quantidade bruta) que efetivamente será comprado para que seja possível a preparação nas quantidades citadas. Exemplo:

Exemplo: se o valor bruto do arroz é de 0,040 kg e o seu preço por kg fôr R$ 29,00 é com base nestes valores que se determina o custo do arroz.

Valor Total da Preparação: É o somatório dos valores dos custos de todos os ingredientes utilizando na preparação.

Percentual de Participação: É o valor percentual do custo de cada matéria-prima utilizada na preparação em relação ao valor total do custo do prato. Utiliza-se para facilitar a análise dos intens que possuem maior influência no valor da preparação. Isso facilitará algumas decisões quando à redução de custo ou mudança de ingredientes. O cálculo é feito considerando o valor total da preparação e o valor total do item da seguinte forma:

Percentual de Participação = (R$ 13,80 / R$28,85) x 100 = 48%

Exemplo, o percentual de participação do polvo seria dado pelo seguinte cálculo:

Preço de venda: É o valor possível de preço de venda no restaurante, considerando os custos.

2.6. Elaboração de Indicadores no Diagnóstico de Serviços: Garçom e Cozinheiro

O diagnóstico é uma ferramenta importante para o desenvolvimento e crescimento

de um restaurante. Através dele é possível ter um auxílio real na tomada de decisões que possibilitem solucionar problemas, melhorando os resultados e criando condições para o sucesso da empresa. Contudo, os benefícios mais interessantes para o restaurante estão ligados às ações propostas após o diagnóstico, que por sua vez devem estar alinhadas à estratégia.

Cada contato com um cliente num restaurante pode ser considerado como sendo um "momento de verdade", uma oportunidade de satisfazer ou não o cliente. A satisfação do cliente com a qualidade do serviço pode ser definida pela comparação da percepção do serviço prestado com as expetativas relativamente ao serviço desejado. O cliente é a figura importante em todo o processo organizacional num restaurante. É fundamental que as decisões do restaurante e as tarefas operacionais levem em consideração as necessidades e expectativas do consumidor e tentem superá-las, para atender ao requisito de satisfazer completamente o cliente. Tendo em conta estes aspetos, foram elaborados no âmbito deste trabalho indicadores de diagnóstico do perfil profissional do serviço de garçom e de cozinheiro.

Esses indicadores foram inspirados nas características dos bens e serviços descritos,(9), que estão associados: a relação com os clientes, perecibilidade, intangibilidade, inseparabilidade, e uniformidade (Tabela 2).

Característica	Serviços	Bens
Relação com os clientes	Geralmente envolvem uma relação continua com os clientes	Geralmente envolvem uma relação impessoal e breve, embora a força e a duração das relações estejam crescendo.
Perecibilidade	Serviços só podem ser usados no momento em que são oferecidos.	Bens podem ser colocados em estoque e usados em momento posterior.
Intangibilidade	O cliente possui apenas lembranças e resultados (como um cabelo bem cortado ou um maior conhecimento).	O cliente possui objetivos que podem ser usados, revendidos ou dados para outros.
Inseparabilidade	Serviços geralmente não podem ser separados de pessoas que os oferece.	O envolvimento do cliente pode ser limitado a comprar o produto final e usá-lo.
Uniformidade	Devido à inseparabilidade e ao alto envolvimento, cada serviço pode ser único, com uma possibilidade de variação da qualidade.	As variações na qualidade e as diferenças em relação a padrões podem ser corrigidas antes que os clientes comprem os produtos.

Tabela 2 - Características dos bens e serviços (9)

É fundamental reconhecer que os serviços não são atividades meramente periféricas, mas sim, partes integrantes da sociedade que representa a força vital de transição da sociedade rumo a uma economia globalizada. Os autores definem serviço como sendo uma atividade, ou uma série de atividades, de natureza intangível, que ocorre entre consumidores e prestadores de serviços. O serviço é uma experiência perecível, intangível, desenvolvida para um consumidor que desempenha o papel de coprodutor. (5).

Elaboração de Indicadores de Diagnóstico de Serviços de Atendimento Garçom

A percepção da importância em criar um padrão de diagnóstico do atendimento em restaurante surgiu no processo da prestação de serviço de consultoria. Assim, foi decidido criar instrumentos adequados para a realização do diagnóstico do perfil profissional do serviço de garçom e de cozinheiro.

Ao elaborado um manual de garçom com as principais estratégias para conquistar o cliente, pois o garçom está na linha de frente do empreendimento e a sua imagem é um grande cartão de visita. Quanto mais atraente for o perfil e a prática profissional, maiores as chances de sucesso.

A imagem do profissional, além de revelar preocupação estética e apreço pelo cliente, tende a ser responsável pelas primeiras impressões que se tem de um restaurante ou bar. A apresentação pessoal do garçom tem que ser impecável, pois ele representa a empresa perante a clientela e é com ele que o cliente se relaciona durante todo o tempo em que permanece no restaurante. Higiene, tanto pessoal como no trato com produtos, utensílios e praça de trabalho, simpatia, educação, diplomacia, discrição e poder de comunicação na convivência com clientes e companheiros de trabalho, senso de organização, iniciativa e criatividade no desempenho das atividades do dia-dia são itens relevantes na avaliação de seus serviços.

A maneira como se apresenta tem uma grande relação com seu nível técnico. Um dos pontos fortes do seu trabalho tem que ser o marketing promocional e sua boa imagem no mercado. O garçom, por trabalhar em contato com o público, deve obedecer a certas normas condizentes com a profissão e a atividade que desenvolve.

Perante isso, foi feito um modelo de diagnóstico dos serviços realizados pelo garçom, utilizando-se como estratégia a observação prévia em várias situações. No âmbito deste trabalho essa observação foi feita nos restaurantes. Apresenta-se na Tabela 5 o modelo desenvolvido de diagnóstico do garçom. Relativamente aos indicadores de competências: bom, regular e ruim, considerando-se bom quando o profissional atinge totalmente o critério estabelecido, regular quando atinge parcialmente o critério estabelecido e ruim quando não atinge o critério estabelecido.

Características	Bom	Regular	Ruim
Apresentação e postura profissional.			
Recepção e acompanhamento do cliente até a mesa.			
Apresentação os serviços do restaurante.			
Apresentação do cardápio aberto.			
Registro, com clareza, de todos pedidos.			
Apresentação de opções de pratos.			
Oferta de drinks no lugar da cerveja.			
Sugestão de harmonização do prato com a bebida.			
Oferta e sugestões de sobremesa.			
Oferta de digestivo após a refeição.			
Revisão da mesa, evitando que copos sujos, garrafas vazias, etc., permaneçam na mesa.			
Comunicação com os colegas (da maneira mais discreta possível).			
Zelo pela manutenção dos materiais e equipamentos.			
Atenção constante às possíveis solicitações.			
Pega nos copos sempre pela haste.			
Aplicação das técnicas corretas facilitando o serviço e permitindo maior satisfação.			
Despede-se corretamente dos clientes.			

Tabela 5 - Modelo de Diagnóstico do Garçom

É relevante ressaltar que o diagnóstico acima apresentado deve ser, num primeiro momento, utilizado pelo consultor discretamente, de maneira que o garçom o veja como um cliente. Ou seja, o consultor chega ao restaurante com o objetivo de fazer a avaliação do garçom como se fosse um cliente, de forma que o garçom não perceba que está sendo avaliado. Se a situação de diagnóstico/avaliação não for realizada dessa maneira, a mesma

pode ficar comprometida.

Para a complementação do diagnóstico do serviço, um item importante é a questão do tempo destinado à realização dos serviços oferecidos. Para que esse aspecto fosse contemplado no diagnóstico, foi elaborado o indicador apresentado na Tabela 6 para aplicação em consultoria de restaurante. Sendo bom se o serviço atingiu o tempo estimado. Caso passe 1 a 2 minutos o tempo de serviço foi regular e acima de 3 minutos é considerado ruim.

Serviço	Tempo estimado	Bom	Regular	Ruim	Tempo Min
Couvert:	3 a 5 minutos				
Bebidas:	3 a 5 minutos				
Entrada:	10 a 15 minutos				
Prato principal:	15 a 20 minutos				
Sobremesa:	3 a 5 minutos				-
Encerramento da conta	3 minutos				

Tabela 6 - Modelo de avaliação do restaurante em relação ao tempo nos serviços oferecidos.

CONCLUSÃO

A pesquisa levou a concluir que o aumento da competitividade, aliado ao contínuo e acelerado avanço da tecnologia na contemporaneidade, fazem com que as empresas passem a se preocupar com o frequente aperfeiçoamento de seus funcionários visando o sucesso do empreendimento. Essa situação não é diferente em relação aos restaurantes.

As empresas do ramo alimentício são muito importantes para a sociedade, contudo, hoje em dia não existem profissionais qualificados suficientes em relação a gestão, bem como é rara a bibliografia neste setor. Mais do que nunca, em uma época de transição, ruptura e crise, sente-se a necessidade de estudar estas empresas e melhor entendê-las em seus problemas cotidianos, principalmente no que tange à administração de custos. Finaliza-se, reiterando que uma boa gestão, é aquela que desenvolve não apenas o empreendimento no caso, os restaurantes, mas as pessoas enquanto profissionais. Que as nossas vozes possam se unir a outras vozes e que tragam inspirações para novas pesquisas na área.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora professora Paulina Mata, da Universidade Nova de Lisboa e ao Co-orientador Professor Paulo Henrique, da Universidade Federal do Ceará, pelo incentivo. Agradeço também à minha Coordenadora de área Mariana Aguiar Lima Vieira, por me incentivar a escrever este artigo.

REFERÊNCIAS

1.SEBRAE, 10 *Anos de Monitoramento da Sobrevivência e Mortalidade de Empresas*. São Paulo: Editora Sebrae, 2008. Disponível em: www.sebrae.com.br, acesso em Janeiro/2020

2.ASSAD, M. B. & YAMASHITA, Ana Paula. Gestão Financeira para Meios de Hospedagem. 2. Ed. Editora Atlas . São Paulo, 2005.

3.BRAGA, R. M. M. *Gestão da Gastronomia: Custo, Formação de Preços Gerenciamento e Planejamento de Lucros.* 1. Ed. *Editora Senac, São Paulo, 2008.*

4.FONSECA, M. T. *Tecnologia gerenciais de Restaurantes*. 1.Ed. Editora Senac, São Paulo 2014

5.LINZMAYER, E. *Guia Básico para Administração da Manutenção Hoteleira*. 5. Ed. Editora Senac, São Paulo, 2010

6.CHESSER, J. W. & CULLEN, N. C. *Gestão em Serviços de Alimentação: Liderença e Desenvolvimento de Recursos Humanos para a Gastronomia.* 5. Ed. Editora Manole, São Paulo, 2016

7.MARCELINA, Concetta. *Gestão de Empreendimento Gastronomico*. , Edição e Produção Virtual Diagrama, São Paulo, 2008.

8.BRUZZI, Demerval G. *Gerencia de Projetos. 2. Ed. Editora Senac São Paulo, 20*

9. Zanella, Luiz Carlos. “Instalação e Administração de Restaurante”, São Paulo, Editora Metha, 2007.

CAPÍTULO 12

GESTÃO DE PROCESSOS: UM ESTUDO DE CASO EM UM RESTAURANTE *FAST FOOD*

Data de aceite: 04/02/2021
Data de submissão: 08/12/2020

Juliana Damaris Candido de Lima
Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Departamento de Gastronomia
Rio de Janeiro – RJ
http://lattes.cnpq.br/4376782478387743

Annah Bárbara Pinheiro dos Santos
Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Departamento de Gastronomia
Rio de Janeiro – RJ
http://lattes.cnpq.br/2176722270432218

Juliana Feres Castelo
Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Departamento de Gastronomia
Rio de Janeiro – RJ
http://lattes.cnpq.br/5876286857991238

Karla Andréa Dulce Tonini
Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Departamento de Gastronomia
Rio de Janeiro – RJ
http://lattes.cnpq.br/3870545246101231

Paula Albuquerque Penna Franca
Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Departamento de Nutrição
Rio de Janeiro – RJ
http://lattes.cnpq.br/8455643816370732

RESUMO: A alimentação fora de casa é uma prática de consumidores que não têm como retornar a sua residência para realizar suas refeições, por diferentes questões. Contudo, uma vez que as refeições passam a ser realizadas na rua, os consumidores tendem a procurar locais que atendam a critérios de qualidade e baixo custo e tendo como limitador em destaque o tempo, para consumo durante o expediente. Neste cenário, o Brasil se coloca como o quarto país maior consumidor de *fast food*, atrás apenas dos EUA, Japão e China. Este trabalho tem como objetivo analisar as operações internas e externas de produção de alimentos na unidade de restaurante *fast food* pesquisada. A fim de atingir este objetivo, foi realizada a pesquisa qualitativa, de caráter descritivo e explicativo através do método da pesquisa de campo, com entrevistas, aplicação de questionários e observação. A partir dos dados coletados elaborou-se os fluxogramas para mapeamento dos procedimentos operacionais permitindo a análise da velocidade na entrega do produto oferecido, a possibilidade de adequar a rapidez de acordo com opções de pratos que possuem, mudanças pontuais e a identificação dos pontos críticos no serviço. Melhorias na execução dos serviços podem ser realizadas em relação às dimensões de tangibilidade, confiabilidade, responsividade, segurança e empatia. Dentre as dimensões que são sugeridas, a mais crítica é referente a empatia, relacionada a qualidade percebida nas etapas de contato com o cliente durante a prestação de serviço.

PALAVRAS - CHAVE: Empreendedorismo; Gastronomia; Gestão de Processos; Gestão em Serviços.

PROCESS MANAGEMENT: A CASE STUDY IN A *FAST FOOD* RESTAURANT

ABSTRACT: Eating out is a practice for consumers who have no way to return to their homes to eat, due to different issues. However, once the meals started being accomplished outside, the consumers tended to look for places that meet quality and low-cost criteria, with time limiting for consumption during working hours. In this scenery, Brazil ranks as the fourth largest *fast food* consumer country, behind only the USA, Japan and China. This work aims to analyze the internal and external operations of food production in the researched *fast food* restaurant unit. In order to achieve this objective, a qualitative, descriptive and explanatory research was carried out using the field research method, with interviews, questionnaires and observation. From the data collected, flowcharts were drawn up for mapping operational procedures, allowing the analysis of speed in the delivery of the product offered, the possibility of adapting the speed according to the options of dishes they have, occasional changes and the identification of critical points in the service. Improvements in the execution of services can be made in relation to the dimensions of tangibility, reliability, responsiveness, assurance and empathy. Among the dimensions that are suggested, the most critical is related to empathy, related to perceived quality in the contact stages with the customer while providing service.
KEYWORDS: Entrepreneurship; Gastronomy; Processes management; Service Management.

1 I INTRODUÇÃO

O estilo de vida moderno caracterizado pela rapidez e dinamicidade, interfere na busca pela satisfação das necessidades dos clientes ao consumir um produto ou um serviço. A globalização, a industrialização e a urbanização, contribuíram para uma mudança nos hábitos alimentares, por meio da necessidade de uma alimentação cada vez mais rápida e prática (SCHMIDT et al, 2011). Neste contexto, os restaurantes apresentam uma grande importância para suprir esta necessidade do consumo do alimento fora do lar, priorizando o consumo em redes de *fast food*, devido a fatores como gestão do tempo e custo para a realização das principais refeições (LIMA; BORGES, 2020).

Atualmente, a realização de alimentação fora de casa tem sido uma prática de consumidores que não têm como retornar a sua residência para realizar suas refeições, ou que simplesmente não desejam preparar suas refeições (CANDIDO; FREITAS, 2017-b). Nestas condições, as redes de restaurantes *fast food* vêm se expandindo comercialmente e, diante das diversas empresas existentes, estão imersas em um cenário cada vez mais competitivo (FREITAS; CANDIDO DE LIMA, 2020). De acordo com um estudo realizado pela EAE *Business School* (2016), o Brasil é o quarto país que mais consome alimentos, por meio de sistemas de alimentação *fast food,* perdendo apenas para EUA, Japão e China.

Durante o processo de realização dos serviços, os consumidores de restaurantes *fast food* focam pelas suas percepções em relação às instalações físicas, o cardápio, a decoração do ambiente, a confiabilidade, a responsividade, a segurança e a empatia dos colaboradores nos restaurantes *fast food* (DE LIMA, 2020).

O subsistema de produção do restaurante estudado tem como inspiração a base da Administração Científica onde, sendo que todas as etapas de serviço, produção, limpeza e distribuição são calculadas, visando a otimização do serviço (MONTEIRO; 2014). Além disso, os restaurantes *fast food* estão baseados no sistema *franchising* que define a relação de negócios onde se distribui produtos ou serviços produzidos em lugares diferentes seguindo o mesmo modelo de negócio, podendo sofrer algumas adaptações de acordo com a localidade (MARICATO, 2006).

Levando em consideração esses aspectos, os estudos direcionados a gestão de serviços em restaurantes *fast food* vem atraindo pesquisadores interessados em compreender a operacionalização desses serviços. (CANDIDO; FREITAS, 2017-a). Neste contexto, o presente estudo visa analisar as operações internas e externas de produção de alimentos, em uma unidade de restaurante *fast food,* situado na cidade do Rio de Janeiro, assim como, destacar possibilidades de melhorias na qualidade do serviço, por meio da avaliação da qualidade percebida dos serviços, pelos clientes.

2 I GESTÃO DE PROCESSOS EM RESTAURANTES *FAST FOOD*

Uma gestão, por meio da análise de processos tem como finalidade a garantia da qualidade dos serviços em restaurantes *fast food* (CANDIDO; FREITAS, 2017-a). De acordo com Min e Min (2011), os restaurantes *fast food* entraram com sucesso em mercados externos por adaptarem sua operação de acordo com a realidade do novo mercado, identificando as diferenças culturais na percepção da qualidade do serviço. Segundo Yildiz e Yildiz (2015), o padrão estável na qualidade dos serviços, interfere indiretamente na gestão de processos em restaurantes *fast food*.

Segundo Campos (2004), os processos são definidos como um conjunto de causas que provocam um ou mais efeitos, sendo que o efeito é a maneira pela qual esse bem ou serviço é produzido e as causas são os componentes que contribuem para a identificação desses efeitos. De acordo com Slack et al. (2009), processo é um conjunto de atividades interligadas, que recebe um insumo (entrada) e o transforma, a fim de criar um resultado (saída).

A padronização dos processos produtivos tem como objetivo uniformizar o modo mais eficaz de executar uma tarefa, documentar o procedimento de elaboração de um produto, para que seja seguido por todos os profissionais da produção, descrever cada passo do processo de produção para facilitar a correção dos métodos de fabricação (TUBINO, 2009).

A elaboração de um fluxograma interno permite visualizar a velocidade na entrega do produto oferecido, de acordo com as opções de pratos que possuem, dessa forma, mudanças pontuais ou mínimas nos restaurantes podem ser feitas (DE LIMA et al., 2020). De acordo com Oliveira (1998), os fluxogramas têm como objetivo evidenciar a origem, o

processo e destino da informação escrita ou verbal, sendo utilizado como uma ferramenta de um sistema administrativo.

O mapeamento de fluxo de valor pode ser aplicado em restaurantes *fast food,* visando a melhoria contínua, auxiliando na tomada de decisões sobre o fluxo. Decisões essas que podem ser diretamente relacionadas a reprojetar, replanejar, modificar, moldar ou auxiliar o processo produtivo de tal forma a conseguir melhores resultados (BORGES; ROSSI, 2016).

> A coordenação de uma empresa é fundamental para que sejam planejados os objetivos e metas da organização, tendo uma estrutura adequada tanto para a produção quanto para a entrega do serviço prestado. A gestão de processos e serviços possibilita a melhora do desempenho de uma organização prestadora de serviços, pois pode-se identificar a sequência dos processos e compreender todo o esforço neles depositados, então, podemos identificar quais processos agregaram realmente um valor no serviço prestado e quais devem ser retirados do mesmo, sendo um gargalo para o processo completo. (MENDES et al., 2019, p.226)

A gestão de processos está atrelada com o atendimento oferecido ao cliente, no momento da compra em restaurantes *fast food*, pois por meio da percepção do cliente, pode se avaliar toda a operação do serviço produzido, podendo assim, identificar possibilidades de ajustes e melhorias (WIBOWO; TIELUNG; 2016), (SIEW; WAI; HOE, 2016), (KECEK; GURDAL, 2016). Como o consumidor é caracterizado como co-produtor nas atividades de serviços, fazendo com que seja possível identificar os momentos da verdade do serviço (PARASURAMAN; ZEITHAML; BERRY, 1988).

3 I DESENVOLVIMENTO

3.1 Percurso Metodológico

Para este estudo, trabalhou-se a perspectiva do problema de pesquisa de forma qualitativa, com a finalidade de contribuir para uma melhor descrição e explicação dos processos estudados. Para isso, foi necessária uma pesquisa bibliográfica, documental, e elaboração de um estudo de caso.

Foi desenvolvida uma pesquisa de campo, com a realização de entrevista através da aplicação de questionário semi-estruturado aplicado ao gerente do estabelecimento estudado.

O roteiro da entrevista, baseou-se em questões relacionadas aos pedidos de compras, fornecedores, armazenamento, cardápio, operação, loja, e algumas possíveis melhorias no processo.

3.2 Resultados e Discussões à luz da Gestão de Processos do restaurante *fast food* estudado

A partir dos dados coletados foram desenvolvidos os fluxogramas externos e internos, conforme abaixo, considerando possíveis soluções e sugestões de melhorias na execução das atividades que envolvem o processo de produção dos alimentos do estabelecimento.

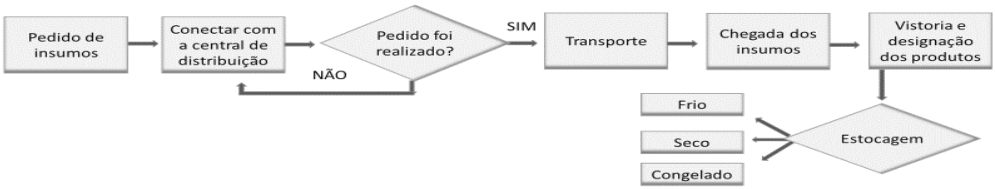


Figura 1: Fluxograma dos Pedidos de Insumos

Fonte: As autoras (2020)

Como a empresa em questão faz parte de uma grande rede de franquias, seus fornecedores são padronizados, o que faz com que o processo seja estendido, tendo obrigatoriamente que passar por uma central de distribuição, o que, embora garanta uma maior padronização e maior controle do fluxo de insumos pedidos, também gera um tempo maior de espera para o recebimento desses, uma vez que é adicionado mais um ponto de desenvolvimento/parada do fluxo.

Após a confirmação desses pedidos, os insumos são encaminhados para a filial que os solicitou, e lá é feita uma nova avaliação desses destes, tanto quanto a forma na qual eles foram transportados (temperatura dos insumos, embalagem em que foram processados, etc) até no estado dos transportes (temperatura do caminhão frigorífico e manutenção do caminhão).

Verificado o estado destes, seguindo sempre os Procedimentos Operacionais Padrão (POP's), os alimentos seguem para uma nova etapa: a de processamento para a venda. Nesse ponto, são feitas as higienizações, os porcionamentos e finalmente a armazenagem destes em seus devidos estoques, como destacados no fluxograma, seco, frio e congelado. Essa fase é de extrema importância na operação, pois é a partir dela que se garantirá a vida útil dos insumos obtidos.

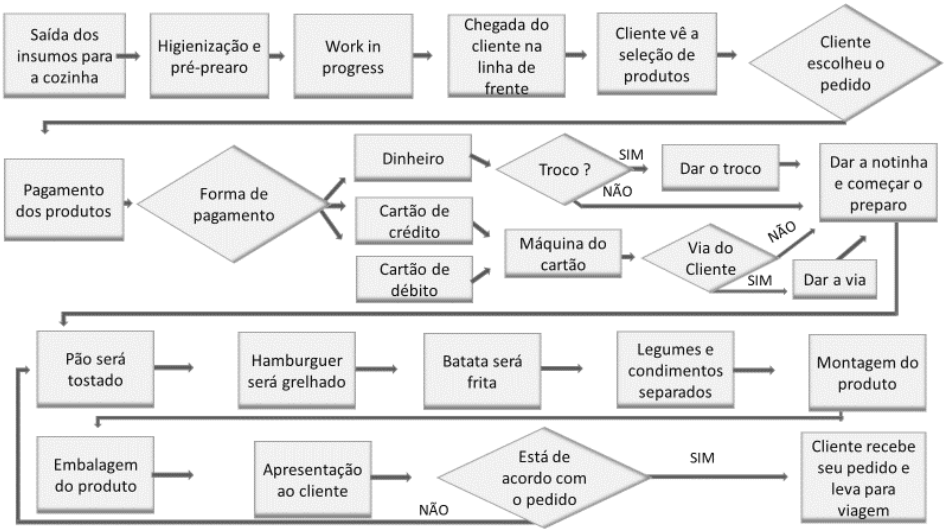


Figura 2: Fluxograma interno

Fonte: As autoras (2020)

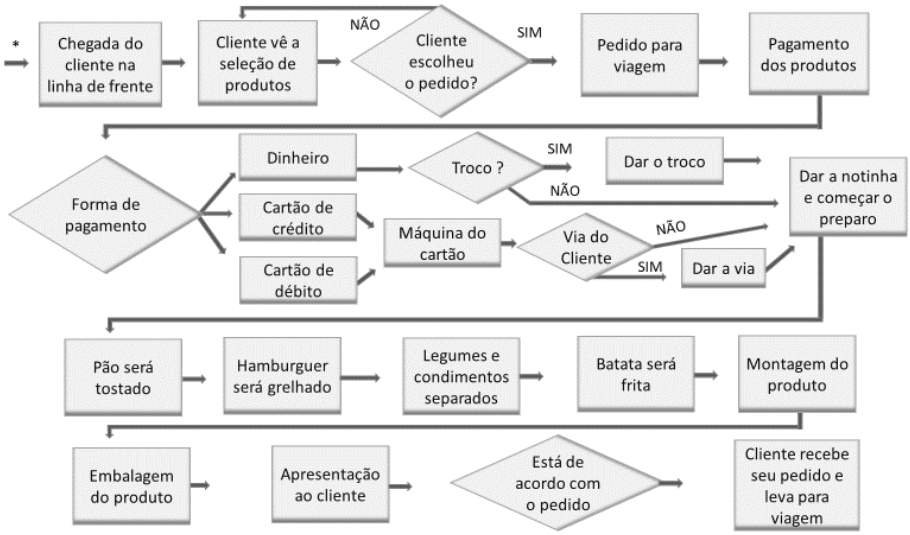


Figura 3: Fluxograma interno pedido para viagem

Fonte: As autoras (2020)

Nos fluxogramas de produção (Figura 2 e 3) detalham o fluxo interno, demonstra como é realizado o processo de entrega dos pratos oferecidos pela rede. Ao começar o expediente os insumos já são processados, sendo produzida a MeP (*mise en place*) de cada estação.

A partir daí, inicia-se o serviço, no qual, após a chegada do cliente é feita a montagem do prato desejado, a de elaboração do produto/promoção (combo de itens do cardápio que são vendidos de forma conjunta com a aplicação de um desconto no preço final).

Como pode-se analisar no fluxograma, a produção da MeP permite que o processo seja muito mais rápido, visto que as etapas já foram previamente iniciadas, o que permite uma otimização do tempo da entrega. De uma maneira específica, na área gastronômica, a MeP é um ótimo exemplo de *work in progress,* (trabalho em progresso), uma vez que ilustra o processo já inicializado e pausado para a sua conclusão posterior.

Dessa forma, a empresa conseguiu alcançar seu principal objetivo, a velocidade na entrega do produto oferecido, para que seu cliente o obtenha de forma rápida, fazendo com que um volume cada vez maior de clientes sejam atendidos.

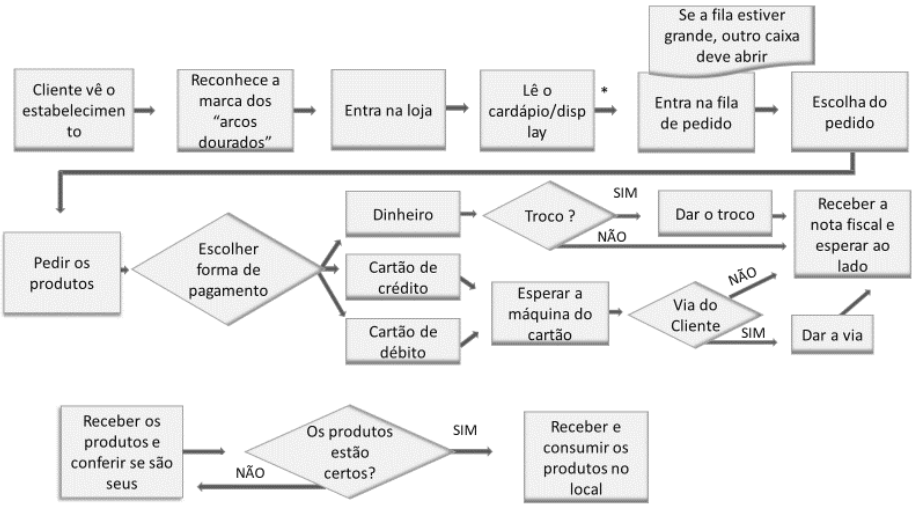


Figura 4: Fluxograma externo - cliente

Fonte: As autoras (2020)

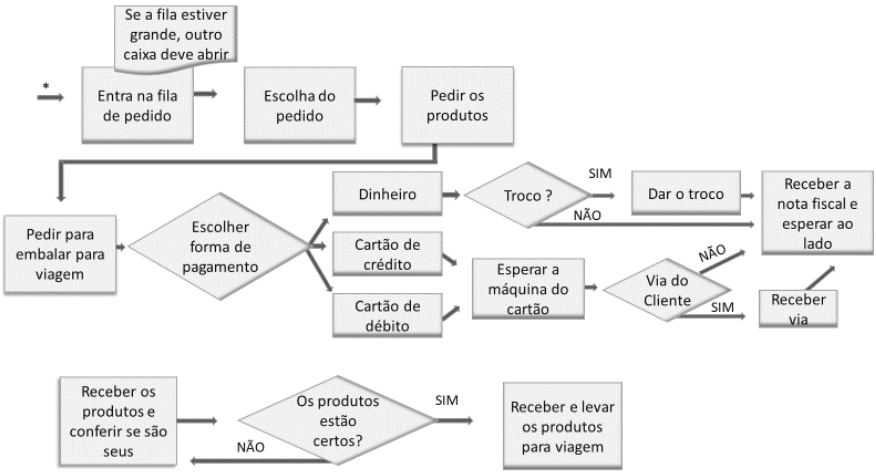


Figura 5: Fluxograma externo - cliente pedido para viagem

Fonte: As autoras (2020)

A análise dos fluxogramas externos (Figura 4 e 5) demonstram o ponto de vista do cliente, e como sua atenção é direcionada para o estabelecimento. Uma vez atraído, o cliente entra o estabelecimento e, executa a escolha da opção, realiza o pedido, dando início a mais um ciclo de serviço. Uma vez que a opção seja o consumo para a viagem, apenas o desenvolvimento final do processo de venda sofre alterações, pois é necessário utilizar uma embalagem extra que permita o cliente levar o produto para consumo posterior a compra e/ou em outro local.

Os restaurantes *fast food* possuem uma rígida padronização do atendimento, bem como de todos os processos externos e internos de operação, caracterizado por perguntas diretas que só obtém “sim” ou “não” como devolutiva, os funcionários interagem o mínimo e a customização do serviço é extremamente baixa a fim de favorecer a otimização do atendimento.

> [...] o funcionário mais importante da organização é o caixa, pois caso ele passe os pedidos incorretos para a produção, haverá o descarte do lanche dando prejuízo à empresa e tempo de espera maior para os clientes. (MENDES et al., 2019, p. 226)

Para que as redes *fast food* possam manter sua padronização, tanto de produção quanto de atendimento, todos os funcionários passam por treinamentos extensos para compreender toda cadeia de produção. O planejamento pode ser considerado o processo mais importante para gestão, mas na atuação dos restaurantes é imprescindível que os funcionários, em destaque para os caixas que as ações sejam imaculadas, aproveitando ao máximo o produto e atendendo as expectativas dos clientes para esse tipo de restaurante.

(MENDES et al., 2019)

4 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos fluxogramas apresentados, é possível compreender como são realizados, passo a passo, as ações de produção do estabelecimento estudado. Por se tratar de um nicho que preza pela rapidez na entrega de seu produto, seu processo de produção é basicamente o mesmo para todas as opções de pratos oferecidos, possuindo mudanças pontuais e/ou mínimas em algum dos pratos. Como pode ser verificado nos fluxogramas, a produção da *Mise em Place* tem resultado direto no processo, visto que todas as etapas já foram iniciadas anteriormente, permitindo a otimização no tempo da entrega.

Quanto à qualidade dos serviços, diversos fatores podem ser levados em consideração, dependendo do local, faixa etária e cultura dos pesquisados. Em referência a análise de redes *fast food*, Campos e Nóbrega (2013) aponta que a velocidade de atendimento, o preço de acordo com o produto, o treinamento dos funcionários, a comunicação visual das instalações do estabelecimento e as fotos dos pratos têm de que condizer com o mais próximo possível do real.

Tal como no estudo (CANDIDO; FREITAS, 2017-a), as dimensões dos aspectos tangíveis, a confiabilidade, presteza e a segurança da rede *fast food* são reconhecidos como regulares na rede. O ponto mais crítico referente à avaliação são aquelas de maior contato com o cliente. A necessidade de manter a uniformização dos serviços faz com os clientes avaliem como ponto crítico do serviço, conforme apontado na entrevista, principalmente em relação à empatia e atenção dos funcionários, o que faz o cliente sentir que suas necessidades e desejo não são atendidos pelo restaurante, uma vez que, existe uma “frieza” por meio do atendimento mecanizado feito ao cliente, já que ele é totalmente padronizado.

Almejando o aumento da qualidade percebida nas redes de *fast food,* a melhora no serviço deve se concentrar, principalmente, na dimensão empatia e atendimento. A fim de reformular o atendimento, mantendo a agilidade característica, mas também atendendo aos critérios de hospitalidade para que assim a qualidade percebida pelo cliente se torne satisfatória.

REFERÊNCIAS

BORGES, F. ROSSI, D.Q. **Aplicação do mapeamento de fluxo de valor em uma linha de produção de sanduíches em um restaurante *fast food*.** VI Congresso de Engenharia de Produção, Ponta Grossa: Associação Paranaense de Engenharia de Produção, 2016.

CAMPOS, D. F.; NÓBREGA, K. C. **Dimensões e fatores essenciais do serviço *fast food*.** Revista de Economia e Administração, v. 12, n.1, 2013. p 32-55.

CAMPOS, Vicente Falconi. TQC: **Controle da Qualidade Total (no estilo japonês)**. 8. Ed. Nova Lima: INDG Tecnologia e Serviços Ltda, 2004.

CANDIDO; J.D.; FREITAS, A. L. P. **Emprego da escala dineserv na mensuração da qualidade dos serviços em redes de *fast food*.** In: XX Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais, 2017, São Paulo. Agenda de Transição para a indústria 4.0, 2017-a.

CANDIDO; J.D.; FREITAS, A. L. P. **Mensuração da qualidade de serviços em restaurantes *fast food*: proposta de integração da análise dos quartis e ciclo de serviços.** In; Simpósio de Engenharia de Produção, 2017-b.

DE LIMA; J.D.C. **Auxílio Multicritério à decisão aplicados a avaliação da qualidade dos serviços em restaurantes *fast food*.** In: Encontro de Gastronomia Cultura e Memória., 2020-a.

DE LIMA, J.; TONINI, K.; SANTOS, A.; CASTELO, J.; ALVES, I.; FRANCA, P. **Gestão de Processos: um estudo de caso em um restaurante *fast food*.** In: Anais do Congresso Brasileiro de Inovação e Tecnologia na Gastronomia e Ciências dos Alimentos, 1. Ed. Ceará: Monferrer, 2020-b.

EAE BUSINESS SCHOOL. ***Fast food*consumption in Spain will rise by 50% over the next five years.**Disponível em: <http://en.eae.es/news/2016/01/11/fast-food-consumption-in-spain-will-rise-by-50-over-the-next-five-years>. Acesso em: 10 de novembro de 2019.

FREITAS, A.L.P; CANDIDO DE LIMA, J.D. **What are the Factors that Most Affect Service Quality in *Fast food* Restaurants? Proceedings on Engineering Sciences**.v.2. n.2, 2020.

LIMA, B. T. A. N.; BORGES, A. F. **Alimentação Fora do Lar: Fatores que Influenciam Consumidores a Optarem por um Restaurante Fast-Food.** Caderno Profissional de Marketing Unimep (CPMark), v. 8, n. 1,2020. Disponível em: https://www.cadernomarketingunimep.com.br/ojs/index.php/cadprofmkt/article/view/115. Acesso em: 07 dez 2020.

KECEK, G. GURDAL, H. **Determination of preference ranking of *fast food* companies with Analytic Hierarchy Process:** An application in Dumlupinar University. European Journal of Business and Management.

MARICATO, P. (2006). **Franquias: bares, restaurantes, lanchonetes, fast-foods e similares.** São Paulo: SENAC.

MENDES, Dayse et al. **Uma visão técnica sobre a maior cozinha *fast food* do mundo: McDonald's**. In: RODRIGUES, Jaqueline Fonseca (ed.). Engenharia de Produção: vetor de transformação do brasil. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019. Cap. 17. p. 222-237

MIN, H; MIN H. **Cross-cultural competitive benchmarking of fast-food restaurant services.** Benchmarking:An International Journal, 20(2): 212-232, 2011.

MONTEIRO, C. A. S. ***Fast food*: as competências necessárias para o trabalhador da McDonald´s.** Revista Elaborar, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 24 - 33, mar. 2014.

OLIVEIRA, R.P.D. **Sistemas, organização e métodos:uma abordagem gerencial.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

PARASURAMAN, A., ZEITHAML, V.A., BERRY, L.L. **SERVQUAL: a multiple- item scale for measuring consumer perceptions of service quality.** Journal of Retailing, vol. 64, nº 1, p.12-40, 1988.

SIEW, L. W. WAI, C. J. HOE, L. W. **An empirical study on the selection of *fast food* restaurant among the undergraduates with AHP Model.** American Journal of Information Science and Computer Engineering, 2 (3): 15-21, 2016

SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R. **Administração da Produção**. 3. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

SCHMIDT M.I.; DUNCAN B.B.; SILVA G.A.; MENEZES A.M.; MONTEIRO C.A.; BARRETO S.M., *et al*. **Chronic non-communicable diseases in Brazil: burden and current challenges.**Lancet 2011; 377:1949-61. [Links]

TUBINO, Dalvio Ferrari.**Planejamento e controle da produção**: teoria e prática. Atlas, 2009.

WIBOWO, S. W. TIELUNG, M. **Analytical Hierarchy Process (AHP) approach on consumer preference on franchise *fast food* restaurant selection in Manado city.**Jurnal EMBA, 4 (2): 022-028, 2016.

YILDIZ, S. YILDIZ, E. **Service quality evaluation of restaurants using the Ahp and Topsis Method.** Journal of Social and Administrative Sciences, 2 (2): 53-61, 2015.

CAPÍTULO 13

FAZENDO POLÍTICA COM O GARFO: POLITIZAÇÃO DO CONSUMO ALIMENTAR EM UM ESPAÇO DE GASTRONOMIA E HOSPEDAGEM NO RIO DE JANEIRO

Data de aceite: 04/02/2021
Data de submissão: 08/12/2020

Paula Albuquerque Penna Franca
Doutoranda em Ciências Nutricionais- INJC/UFRJ
Rio de Janeiro- RJ
http://lattes.cnpq.br/8455643816370732

Juliana Damaris Candido de Lima
Mestre em Engenharia de Produção-INJC/UFRJ
Rio de Janeiro-RJ
http://lattes.cnpq.br/4376782478387743

Nicolle de Souza Venturi
Graduanda em Gastronomia- INJC/UFRJ
Rio de Janeiro-RJ
http://lattes.cnpq.br/2204676962915270

Annah Bárbara Pinheiro dos Santos
Graduanda em Gastronomia- INJC/UFRJ
Rio de Janeiro-RJ
http://lattes.cnpq.br/2176722270432218

Anna Paola Trindade Rocha Pierucci
Doutora em Ciências Nutricionais- INJC/UFRJ
Rio de Janeiro-RJ
http://lattes.cnpq.br/7665122575992914

RESUMO: Às dimensões simbólicas, culturais e sociais tradicionalmente atribuídas à alimentação, pode-se adicionar os conceitos éticos e políticos que hoje permeiam as escolhas alimentares. Dentre os fatores que motivaram a transformação do ato de se alimentar em uma prática consciente e política, pode-se destacar a crescente preocupação com o impacto ambiental da produção de alimentos, os movimentos sociais em prol da agricultura camponesa, os movimentos em defesa dos animais, entre outros. Esses fenômenos podem ser observados tanto na forma de produção e distribuição dos alimentos quanto nos locais de comercialização e aquisição. Por outro lado, vem ocorrendo o fortalecimento de movimentos sociais que procuram organizar a agricultura camponesa em resistência ao agronegócio e permitir o escoamento da produção desses produtores a partir da construção de alianças com consumidores urbanos. Entretanto, são poucas as investigações empíricas que tratam da politização da alimentação no Brasil. Dessa forma, essa pesquisa procurou identificar os fatores associados à implementação de um espaço que, além de comercializar alimentos e refeições, se propõem a estabelecer uma relação entre o movimento social do campo e os consumidores urbanos, aproximando as esferas da produção e do consumo alimentar na cidade do Rio de Janeiro. A pesquisa adotou abordagem qualitativa de coleta e análise de dados, sendo realizado um estudo de caso. Foi realizada entrevista semiestruturada com os gestores do espaço Raízes do Brasil- alimentação saudável, cultura e hospedagem e visita ao referido local. A entrevista foi gravada e transcrita a fim de manter a exatidão do relato obtido. Os resultados demonstram que o espaço Raízes do Brasil nasce com a proposta de ser um entreposto de distribuição dos alimentos e fortalecer o laço campo-cidade e reforçar a posição política que

o consumidor pode adotar ao privilegiar o consumo de produtos da agricultura camponesa.
PALAVRAS - CHAVE: Politização da alimentação; Consumo consciente; Sustentabilidade; Agroecologia

ABSTRACT: Ethical and political concepts that today permeate food choices can be added to the symbolic, cultural, and social dimensions that are traditionally attributed to food. Among the factors that motivate the transformation of the act of eating into a conscious and political practice, we can highlight the growing concern with the environmental impact of food production, social movements in favor of peasant agriculture, movements in defense of animals, among others. These phenomena can be observed both in the form of food production and distribution and in the places of sale and purchase. On the other hand, there has been a strengthening of social movements that seek to organize peasant agriculture in resistance to agribusiness and to allow the production of these producers to flow through the construction of alliances with urban consumers. However, there are few empirical studies investigating the politicization of food in Brazil. Thus, this research sought to identify the factors associated with the implementation of a local that, in addition to selling food and meals, proposes to establish a relationship between the rural social movement and urban consumers, bringing together the spheres of food production and consumption in Rio de Janeiro city. A case study was realized based on qualitative data collection and analysis. A semi-structured interview was conducted with the managers of the Raízes do Brasil- healthy eating, culture and accommodation and the researchers also visited the place. The interview was recorded and transcribed in order to maintain the accuracy of the report. The results demonstrate that the Raízes do Brasil was created with the proposal of being a food distribution warehouse, strengthening the countryside-city link and reinforcing the consumer political position adopted when privileging the consumption of products from peasant agriculture.
KEYWORDS: Food politics, Conscious Consumerism; Sustainability; Agroecology

1 I INTRODUÇÃO

"Comer é um ato político". O acesso à alimentação adequada é um direito garantido pelos Direitos Humanos (ONU, 1999), garantido também pela constituição brasileira (BRASIL, 2010). A realização deste direito – ou seja, o alcance da Segurança alimentar e nutricional (SAN) – é dada pela garantia do acesso a uma alimentação adequada não só no sentido nutricional, mas também evoca o acesso regular e constante a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, que não comprometam o acesso a outras necessidades essenciais, possuindo as práticas promotoras da saúde, o respeito à diversidade cultural e sustentabilidade - social, econômica e ambiental- como fundamentos basilares (BRASIL, 2004).

Os hábitos alimentares são influenciados por diversos fatores, além dos mais evidentes - preferências pessoais e acesso a alimentação. A alimentação pode ser compreendida por sua dimensão cultural (MONTANARI, 2009; 2013) social (BARBOSA, 2007), simbólica (DA MATTA, 1984; COLLAÇO, 2013) refletindo valores e tradições de um

grupo até toda uma sociedade (FREYRE, 2006). Atualmente pode-se também adicionar as influências exercidas pelos conceitos éticos e políticos que também vem influenciando escolhas e hábitos alimentares (BARBOSA, 2007). Dentre os fatores que motivaram a transformação do ato de se alimentar em uma prática consciente e política, pode-se destacar a crescente consciência acerca do impacto ambiental da produção de alimentos, os movimentos sociais de defesa do modo de produzir tradicional, os movimentos em defesa dos animais, entre outros (PORTILHO et al, 2011).

Esses fenômenos podem ser observados tanto na forma de produção e distribuição dos alimentos quanto nos locais de comercialização e aquisição. A comida tem papel complexo no cenário social, de forma material e/ou simbólica, "o consumo de alimentos e os processos sociais e culturais que os sustentam contribuem para a constituição das identidades coletivas, uma vez que são uma expressão de relações sociais e de poder" (ALVAREZ, 2002 apud GIMENES, 2010, p. 195). Segundo PORTILHO (2005), o consumo político é caracterizado pela ação de incorporar ao ato da compra valores e ideias relacionados à ética, direitos, solidariedade e outras razões que não especificamente econômicas.

Nesse contexto, emergem diferentes grupos que buscam expressar suas crenças políticas em torno da construção de uma identidade alimentar (CHUCK et al, 2016). Com isso, se constrói um novo papel para o consumidor, o de consumidor consciente - que pauta suas compras em escolhas políticas e não somente em preferências sensoriais ou de conveniência. Estes consumidores utilizam suas escolhas pessoais como solução para o enfrentamento de problemas sociais, ambientais ou éticos (PORTILHO et al, 2011; TANAKA; PORTILHO, 2019). Ao mesmo tempo, vêm ocorrendo o fortalecimento de movimentos sociais que procuram organizar a agricultura camponesa em resistência ao agronegócio e permitir o escoamento da produção desses produtores a partir da construção de alianças com consumidores urbanos (TANAKA; PORTILHO, 2019).

Movimentos de organização social e politização se apresentam como propositores de debates e de soluções, procurando destacar a importância política da alimentação (PETRINI, 2012), a valorização do campo através da produção artesanal dos alimentos se delegando também aos consumir esse papel de "co-produtor" ao destacar o papel que os mesmos assumem quanto a responsabilidade pela forma como os alimentos são produzidos (AGRILLO et al, 2015).

Segundo Esteve (2017, p. 248), redes de coordenação entre os produtores e consumidores, articulando desde a produção, distribuição e consumo alternativo de alimentos vem se desenvolvendo e adquirindo força nos últimos anos, tendo como principal desafio o aumento da articulação entre estas iniciativas.

Apesar da importância dessa discussão no espaço acadêmico, ainda são poucas as investigações empíricas que tratam da politização da alimentação no Brasil, o que contrasta com o aumento desses movimentos no país (PORTILHO et al, 2011; TANAKA;

PORTILHO, 2019).

Dessa forma, essa pesquisa procurou identificar os fatores associados à implementação de um espaço que, além de comercializar alimentos e refeições, se propõem a estabelecer uma relação entre o movimento social do campo e os consumidores urbanos, aproximando as esferas da produção e do consumo alimentar na cidade do Rio de Janeiro.

2 I MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo utilizou como metodologia o estudo de caso descritivo e exploratório. Segundo Yin (2010) o estudo de caso é um método adequado para investigar em profundidade um fenômeno contemporâneo no seu contexto real. Neste estudo, analisou-se a politização do consumo de um estabelecimento em que as pesquisadoras visitaram o local, entrevistaram os gestores, observaram o espaço e observaram a interação do público com o espaço e com as pessoas que fazem a gestão do mesmo, o que possibilitou a análise no contexto real. A pesquisa é exploratória, pois a partir do estudo desenvolvido pode-se conhecer melhor o fenômeno de politização no local para saber se o espaço atenderia de fato o objetivo proposto. Segundo Theodorson e Theodorson (1970) o estudo exploratório é um estudo preliminar com intuito de familiarizar-se com o fenômeno que se deseja investigar, permitindo definir a questão da pesquisa e formular a hipótese com mais precisão.

A pesquisa possui abordagem qualitativa na coleta e análise dos dados. Segundo Strauss e Corbin (2008) tal método é utilizado para explorar áreas substanciais sobre a qual pouco se conhece e deseja-se ganhar novos entendimentos. O método qualitativo pode ser empregado para coletar dados complexos que são difíceis de extrair utilizando metodologias convencionais. Os dados coletados são provenientes da observação do comportamento no contexto analisado, incluindo registros do que é observado, documentos, diário, gravações e filmagens e a interpretação dos dados não é matemática (STRAUSS, CORBIN, 2008).

Neste trabalho, realizou-se um estudo de caso do Raízes do Brasil Alimentação saudável, Cultura e Hospedagem, localizado no bairro de Santa Teresa – Rio de Janeiro. As pesquisadoras visitaram o local em novembro de 2019 e realizaram uma entrevista semiestruturada com os coordenadores do estabelecimento, ao todo foram 5 entrevistados. Os dados foram coletados por meio de entrevista e observações do local, como a disposição do espaço, objetos de decoração e interações do público e atendentes. As informações relevantes foram registradas pelas pesquisadoras.

A entrevista presencial prezou pelo conforto dos entrevistados, deixando-os à vontade para compartilhar suas vivências e experiências acerca do objeto pesquisado. Segundo Seidman (2006) o objetivo de uma entrevista profunda é compreender a experiência vivida pelo entrevistado e, assim, compreender melhor a produção de sentido sobre um determinado fenômeno. Esta pesquisa foi conduzida para abranger diversas

questões pertinentes ao objetivo do trabalho, dispondo do total de 210 minutos a entrevista com os pesquisados e foi inteiramente transcrita para análise. Elaborou-se um banco de dados para organizar e documentar os dados e relacionar com a bibliografia encontrada referente a temática.

A partir dos dados coletados, foi possível descrever e compreender os acontecimentos que ocorrem no espaço analisado. Os dados analisados foram baseados em proposições teóricas que refletem as questões da pesquisa, a revisão de literatura e as interpretações que surgiram com os dados coletados. As proposições norteiam a análise de dados do estudo de caso e ajudam na organização dos dados, na descrição dos resultados focando nos que estão de acordo com as questões determinadas. A análise foi realizada apoiando-se nas referências bibliográficas previamente realizadas para minimizar o risco de influência dos pesquisadores que estão suscetíveis ao entendimento subjetivo do fenômeno observado (STRAUSS, CORBIN, 2008; YIN, 2010).

A temática de politização de consumo alimentar foi abordada em outros estudos (CASTAÑEDA, 2012; ECHEGARAY, 2012; PORTILHO *et al*, 2011; TANAKA; PORTILHO, 2019;) em que se realizou entrevistas, análise documental e observações dos espaços que comercializam produtos in natura ou processados. Tal discussão, como já mencionada, é de grande importância acadêmica e está em ascensão. A metodologia empregada nos estudos citados e no presente estudo possui convergência entre si, porém não são idênticas.

3 I RESULTADOS E DISCUSSÕES

O espaço Raízes do Brasil é considerado como uma conquista para o movimento dos pequenos agricultores (MPA). Esse movimento social iniciou sua atuação no Rio de Janeiro com as cestas camponesas na Baixada Fluminense. Posteriormente, foram criados núcleos na cidade para entrega das cestas agroecológicas. A inquietação do grupo em relação a estar mais próximo da cidade e a vontade de dialogar com o consumidor da cidade por diferentes formas, além da distribuição da produção, culminou com a organização do espaço Raízes do Brasil.

Foram entrevistados 5 indivíduos que participam ativamente na organização e/ou na gestão operacional do espaço Raízes do Brasil. No primeiro momento fez-se a contextualização histórica sobre o movimento dos pequenos agricultores (MPA), o modo de produção e o impacto na vida dos produtores, as tecnologias desenvolvidas pelo MPA e questões políticas que permeiam todo o movimento. Em seguida os entrevistados explanaram sobre a organização do movimento, explicaram o que é a cesta camponesa, o estabelecimento Raízes do Brasil, a aliança entre campo-cidade e a importância do movimento para todos os atores envolvidos.

O espaço Raízes do Brasil procura fomentar a relação entre alimentação, bem estar social e sustentabilidade através da oferta de diferentes serviços de alimentação. Dessa

forma, a partir da análise dos dados coletados, foi possível identificar três eixos principais a serem discutidos: I- A formação do espaço Raízes, II- implicações sócio ambientais da produção e consumo de alimentos, III- promoção da alimentação saudável.

I- A formação do espaço Raízes

Proposta e construção do Espaço

A proposta do Raízes é ser um espaço de discussão e resistência, além de promover a alimentação saudável. O espaço permitiu ao grupo dialogar de diferentes formas com a sociedade, hoje contam com hospedagem, loja de alimentos processados, café da manhã camponês, almoço e tarde de petiscos no próprio local e feiras agroecológicas em diversos pontos da cidade.

> *"A proposta raízes do brasil nasce em duas condições né, uma de ser um entreposto dentro da cidade para a gente fazer a distribuição dos alimentos. Então aqui na lojinha vocês vão ver os processados, que vêm de diversas partes do país. Então é reunir essa produção, reunir a produção de hortaliças, legumes, frutas e fazer aqui a distribuição pra cesta camponesa e pras feiras dentro da cidade. E aí também nasce a ideia de transformar esse alimento em comida saudável pras pessoas". (Entrevistada 1).*

> *"Então ele (entrevistado x) vem primeiro para organizar os produtores, e aí vem a outra questão, que é: como fazer chegar esse alimento na cidade, pros consumidores da cidade. Que é nossa proposta de aliança campo cidade, por soberania alimentar e poder popular. Então como fazer essa união?" (Entrevistado 2).*

> *"Então a gente conseguiu esse espaço aqui, onde a gente consegue dialogar de outras formas" (Entrevistado 3).*

Logística de distribuição

A dificuldade de distribuição e escoamento dos produtos agroecológicos é apresentada, pelos entrevistados, como um dos grandes entraves à comercialização dos produtos agroecológicos devido à distância, ao custo para trazer esses alimentos até a cidade e a lógica do capital em que o alimento é tido somente como mercadoria. Outro entrave é a dinâmica de compras baseada em hipermercados, onde o consumidor é constantemente estimulado a experimentar novos produtos alimentícios caracterizados como ultraprocessados, hiper palatáveis, de grande durabilidade e baixo preço (MACHADO et al, 2016).

Nesse sentido, os entrevistados relatam as dificuldades enfrentadas pelos agricultores e a importância de fazer essa mediação, auxiliando na logística de distribuição dos alimentos a fim de garantir, a muitas vezes mencionada, aliança campo cidade. O custo do combustível para trazer os alimentos até a cidade, o tempo que o agricultor deixa de

estar na terra trabalhando para estar vendendo os produtos e especialmente, a oscilação das vendas, devido à falta de comprometimento do consumidor com o produtor, dificultam o processo de vendas na cidade. Para o produtor pode se tornar inviável trazer os produtos pagando diesel e ainda correndo o risco de encaminhar à compostagem a produção que não teve saída na cidade.

> *"Então isso tudo é uma logística muito importante, porque tem essa questão da distribuição, porque uma coisa é você ir lá no território dos agricultores comprar, agora você querer que ele tire um dia de trabalho, eles venham para cá, eles fiquem esperando a nossa comodidade, que é a nossa cultura de supermercado, então é importante que tenha um grupo local organizando a logística" (Entrevistado 2).*

> *"Toda essa logística, tem que mobilizar os consumidores. É importante que os consumidores também, eles não fiquem nessa passividade que é o que o capital faz" (Entrevistado 5).*

II- Implicações sócio ambientais das escolhas alimentares

Agroecologia como contraponto ao latifúndio

Segundo Darolt (2002), a agroecologia é uma subdivisão da agricultura orgânica, com recorte específico às questões relacionadas à justiça social. A agroecologia soma às noções bases da agricultura questões ambientais - preservação, conservação e sustentabilidade ambiental- as possibilidade de uso de tecnologia alternativa, além da sustentabilidade econômica e social. Segundo Almeida (2004, p. 89), apoia-se "no uso potencial da diversidade social e dos sistemas agrícolas, especialmente aqueles que os agentes reconhecem como estando mais próximos dos 'modelos' camponês e indígena".

A organização de movimentos sociais de agricultores familiares - sejam ONGs, associações ou cooperativas - experimentam "novas formas de sociabilidade, uma vontade de promover outros modos de desenvolvimento econômico e social que seriam mais 'controláveis' e aceitos, porque estão espacialmente circunscritos, cultural e tecnicamente fundados na 'experiência do tempo'" (ALMEIDA, 2004, p. 89). Os valores e ideais compartilhados definem a identidade do grupo e são incorporados à narrativa da identidade individual, compondo assim, uma narrativa única, neste caso, fortalecem a causa ecológica compartilhada entre os produtores a partir da união do coletivo (HALL, 2000; BAUER, MESQUITA, 2007).

Dessa forma, o bem-estar e dignidade do produtor rural emerge, nas entrevistas, como um dos elementos centrais do discurso. O fortalecimento do pequeno agricultor que já é proprietário de terra, mas é subjugado ao modelo do agronegócio e não consegue escoar sua produção revela-se um dos objetivos principais do MPA.

> *"Além da dignidade do campo, de você manter a vida em comunidade, você conseguir preservar o meio ambiente e manter uma diversidade no campo, que hoje é um problema. Se você anda pelo interior, você vê que às vezes o*

sistema é tão injusto que aquele pequeno produtor acaba indo pro monocultivo, porque ele não consegue manter uma diversidade. Isso impacta inclusive na alimentação dele, você vê uma queda na qualidade da alimentação do povo do campo. Aquela ideia que a gente tem das pessoas comendo uma mesa farta fica cada vez mais difícil, porque ele ganha cada vez menos, e o que tem de acesso tá dentro de um mercadinho da cidade mais próxima que vende produtos industrializados, ultraprocessados. E como ele não consegue manter na terra dele uma diversidade, ele acaba entrando nessa lógica. Então a gente vê inclusive essa queda na qualidade alimentar do povo do campo". (Entrevistado 4).

Soberania alimentar e Segurança alimentar no campo

O conceito de soberania alimentar foi desenvolvido pelo movimento social via Campesina em contraposição a definição de SAN defendida pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), que considerava somente a obtenção do alimento em quantidade suficiente. A via campesina defende o direito dos povos de definir suas próprias políticas de produção e distribuição de alimentos, de acordo com a cultura e diversidade local. Dessa forma, questionam a transformação de produtos agrícolas em commodities, e defendem o direito do agricultor de decidir sua produção (SANTOS, 2016; VIA CAMPESINA, 2008).

O discurso sobre autonomia alimentar e a forma como os povos foram perdendo sua identidade alimentar, a partir do momento que perderam sua capacidade de produção diversificada, surge com bastante veemência. O pequeno produtor que produz um único cultivo é obrigado a comer aquilo que o sistema impõe, comprando seus alimentos no mercado local, onde os produtos são ultrapocessados e não tem relação com a sua cultura alimentar, ou seja, não há garantia de SAN.

"Porque daí começa entrar os ultraprocessados no mercadinho próximo, aí é barato, é barato comprar um saco de nuggets. E aí a pessoa não consegue mais comer, às vezes não consegue nem manter uma galinha, e vai deixando, porque daí tem que entrar a lógica de produção e ela não consegue mais ter galinha no quintal. Em trinta dias você tem frango né. No quintal vai levar 3, 4 meses" (Entrevistado 1).

O modelo de produção e desenvolvimento agroindustrial, adotado no campo principalmente a partir da década de 70 acarretou a concentração de terras e dos recursos naturais, pobreza e precariedade das condições de vida no meio rural. Contribuindo para a Insegurança alimentar e nutricional (IAN) no meio rural e expulsão do trabalhador rural do campo (BARROS, 2020; GONÇALVES, 2011). De fato, dados da Pesquisa Brasileira de Orçamentos Familiares (IBGE, 2018) demonstram que a IAN em todos os níveis é mais prevalente no campo do que no meio urbano, em todas as regiões geográficas brasileiras.

Dessa forma, a fala dos entrevistados contesta a lógica de produção hegemônica, baseada em commodities, voltada ao mercado externo. A produção de biocombustíveis

também é contestada pois não visa a garantia da SAN e soberania alimentar da população.

> *"Então como esse modelo do agrobusiness, que depois traduziram para agronegócio, na verdade não estava produzindo comida, mas sim comodities. É um tipo de agricultura que desperdiça, e que para poder ter seu lucro, ela deixa até estragar, porque se o produtor produzir muito, o preço for baixar e tal, ela joga com essa lógica, é um jogo de xadrez. E isso tudo coloca em risco a nossa saúde, o meio ambiente, questões trabalhistas, direitos humanos" (Entrevistado 2).*

Erosão genética

Para a agricultura camponesa a diversidade genética das espécies é parte intrínseca à forma de produzir, um cultivar equilibra o outro e os conhecimentos milenares de manejo do cultivo são perpetuados, inclusive na manutenção das sementes. A diversidade genética garante a manutenção da agrobiodiversidade, e em última instância o equilíbrio ecológico. A substituição das sementes criolas por variedades modernas, transgênicas, híbridas e cientificamente desenvolvidas acarretou perda da variedade genética e biodiversidade, denominada erosão genética. Estima-se que 75% da agrobiodiversidade foi extinta no século XX, especialmente nos últimos 50 anos (SANTOS et al, 2019).

A menor diversidade da produção implica em perda de soberania alimentar, IAN para o trabalhador rural e perda de qualidade da alimentação do consumidor, acarretando no fenômeno de homogeneização e ocidentalização dos hábitos alimentares (RIBEIRO et al, 2017; MACHADO et al, 2016). Durante a entrevista esses conceitos foram associados à perda da identidade alimentar e diminuição da diversidade da produção observada no campo.

> *"E aí você tem os povos perdendo sua identidade alimentar, deixando de comer o que eles tradicionalmente comiam para comer aquilo que o sistema impõe. (...) eles foram perdendo a capacidade de produzir em diversidade e vão inclusive mudando seus hábitos alimentares" (Entrevistado 3).*

> *"Alguns chamam isso de erosão genética. Vai perdendo nossa variedade devido às assistências técnicas, às políticas de distribuição, e a gente quer por exemplo, algumas sementes que recuperam o solo. Aí você vai nos pontos e não acha para vender" (Entrevistado 4).*

O preço do agronegócio é barato porque está cheio de injustiça

A relação do custo x benefício dos alimentos agroecológicos emerge como uma denúncia de que nos preços praticados pelo agronegócio não estão embutidos os valores da exploração injusta da força de trabalho, degradação do meio ambiente e da produção intensificada. Nem tampouco são calculados o custo do Estado através de subsídios e políticas de financiamento rural destinadas ao agronegócio.

> *"E o valor desse frango ele consegue ser um valor a custo do meio ambiente, questões trabalhistas, uma produção intensificada.*

Na real, se fosse o preço que deveria ser, ninguém comprava" (Entrevistado 2)

Concluem esse tópico realçando o fato de que ao se comprar do agronegócio se financia esse modelo de produção. Porém, quando o consumidor opta pelo agroecológico permite que o pequeno produtor se organize e assegure uma vida mais digna e com melhores condições de trabalho.

> *"Então quando a gente compra do agronegócio e está financiando um modelo de agricultura. Quando a gente compra de um movimento camponês, você dá condição para que esse movimento também sente, organize, faça suas assembleias, as suas reuniões de núcleo, para debater isso aí, essa permanência, essa convivência, essa interação com o campo" (Entrevistado 1).*

Ambientalmente justo

A produção e comercialização de alimentos acarreta inúmeros impactos ambientais. A produção intensiva de monocultura se baseia na exploração de recursos naturais ilimitados, sem considerar os impactos gerados pela produção. O custo ambiental da produção de alimentos, é dessa forma, muito alto. Em consequência, a busca por alternativas de produção que gerem menores impactos, tais como a agroecologia, vêm sendo pensadas e implementadas (CURADO et al, 2017; PINTON et al, 2019). A conscientização sobre o impacto ambiental da produção de alimentos têm influenciado a formação de grupos que pautam suas escolhas alimentares na produção sustentável e evitam alimentos de alto custo ambiental, tais como vegetarianos, flexitarianos, alimentação de baixo carbono, entre outros (CHUCK et al, 2016)

Nesse sentido, os entrevistados durante diversos momentos relacionaram os menores impactos ambientais da agroecologia e relataram as ações de sustentabilidade realizadas pelo Raízes do Brasil. Essas podem ser esquematizadas em: i) forma de produção agroecológica, sem uso de agrotóxico e menor desgaste do solo; ii) a distribuição de alimentos em cadeias curtas, com menor uso de combustível fóssil, iii) soluções inovadoras no campo, que utilizam sobras e partes não comestíveis de alimentos para a geração de energia.

> "Então a ideia são iniciativas locais, a produção de Campos atende a cidades ali da região. Assim como a baixada e a região serrana abastecem a região metropolitana do Rio. Quanto menos você desloca, menos você polui o meio ambiente" (Entrevistado 1).

III- Promoção da alimentação saudável.

O alimento natural e fresco como alimento saudável

A discussão acerca do conceito de alimentação saudável é um campo em permanente disputa e construção. As primeiras recomendações dietéticas datam do século XVIII, desde então o conceito de alimentação saudável foi evoluindo ao longo dos anos,

não havendo uma única recomendação defendida por todas as áreas da saúde. Por muito tempo, a recomendação estava centrada em reduzir o elevado consumo de açúcar, gordura e sódio, sendo considerada uma visão simplista da questão. Uma das visões mais antigas e que perdura é a da alimentação saudável composta por alimentos frescos, baseado em alimentos de origem vegetal e com pouco ou nenhum aditivo alimentar. (AZEVEDO, 2014; KRAEMER et al, 2014; MARTINELLI e CAVALLI, 2019).

No discurso dos entrevistados aparece de forma muito forte a associação da alimentação saudável com o alimento regional, alimento in natura, alimento direto do campo e alimento sem veneno, conceitos esses que são adotados pelo atual Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014).

> *"O que que a gente tem no café da manhã camponês: a batata doce roxa, a batata doce e cenoura, o cuscuz....*
>
> *As diversas formas de você preparar um bolo, e colocar o alimento saudável dentro daquele bolo né...*
>
> *E essa ideia de fazer esse diálogo com a sociedade, dizer: olha, é possível sim comer sem veneno, e aqui a gente mostra como comer né" (Entrevistada 1).*

A associação do conceito de saudável com as safras de produção de alimentos aparece de forma muito presente e reforça uma oposição à concepção do alimento mercadoria que deve estar disponível ao longo do ano todo.

> *".... as frutas variam, os sucos que a gente recebeu. A gente recebeu jabuticaba, agora tá vindo a época da manga. Então por exemplo hoje tinha manga e jabuticaba né. Dá pra ir variando dentro da produção da estação né …*
>
> *É a salada a gente usa com o que tem na feira né, ás vezes é uma salada diferente e tal. Por exemplo agora a gente tá dando muito feijão fradinho, então no almoço, é, invariavelmente aparece o feijão fradinho né" (Entrevistada 1).*

4 I CONCLUSÃO

O espaço proposto, muito além de ser um espaço de comercialização de produtos agroecológicos, se propõe a ser um espaço de reflexão do consumidor. Este ambiente funciona também como um facilitador de possibilidades para exercer escolhas mais complexas, baseadas em questões relacionadas às políticas públicas, dignidade humana, qualidade de vida, proteção da terra e valorização do conhecimento cultural. Tais pontos vão além da simples aquisição de alimento, onde o consumidor pode exercer a reflexão sobre as consequências sociais, ambientais e de saúde das suas escolhas alimentares.

A fim de superar as dificuldades de logística e distribuição dos produtos

agroecológicos, o espaço Raízes do Brasil atua ainda na conscientização do consumidor sobre a relação campo-cidade. Para que esses camponeses possam ter uma vida mais digna, o consumidor urbano precisa ser consciente de suas escolhas e das consequências das mesmas.

A politização da alimentação está presente, tanto pela forma como a alimentação é gerida pelo espaço Raízes do Brasil, quanto pela posição que o consumidor assume ao optar por alimentos e produtos de locais como o referido. A proposta de se aliar alimentação saudável, de qualidade a bem estar social e menores impactos ambientais é revolucionária ao abordar problemas complexos enfrentados pela sociedade e estado brasileiro de forma integrada e com respostas relativamente simples, de baixa tecnologia e baixo investimento.

Ao analisar o discurso dos gestores do espaço fica claro que o simples ato de comprar alimentos pode se constituir em uma forma de expressar vontade política, uma vez que as escolhas têm consequências para além do simples alimento. Os consumidores transformam tal ato também em uma prática política e de autonomia, de forma a escolher conscientemente e com embasamento e conhecimento sua aquisição alimentar. Quando o consumidor prioriza produtos de locais como o relatado não está somente escolhendo uma refeição, está se posicionando politicamente em relação aos modos de produção e políticas relacionadas à alimentação.

REFERÊNCIAS

AGRILLO, C., MILANO, S., ROVEGLIA, P., SCAFFIDI, C. **Slow Food's Contribution to the Debate on the Sustainability of the Food System**. Wageningen: European Association of Agricultural Economists; 2015.

ALMEIDA, J. **Agroecologia: nova ciência, alternativa técnico-produtiva ou movimento social?** In: RUSCHEINSKY, A. (Org) Sustentabilidade: uma paixão em movimento. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 88-101.

AZEVEDO, E. Alimentação saudável: uma construção histórica. **Revista Simbiótica.** n. 7, 2014.

BARBOSA, L. **Feijão com arroz e arroz com feijão: o Brasil no prato dos brasileiros.** Horizontes Antropológicos, v, n. 28, p. 87-116, 2007.

BARROS, I. F. **Agricultura capitalista: ameaças a Agroecologia e a vida humana.** Cadernos de Agroecologia, v. 15, n. 2, 2020.

BAUER, M. A. L; MESQUITA, Z. **As concepções de identidade e as relações entre indivíduos e organizações: um olhar sobre a realidade da agricultura ecológica.** In: RAC-Eletrônica, v. 1, n. 1, p. 16-30, jan./abr. 2007.

BRASIL, **II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional** (Consea), 17 a 20 de março de 2004, Centro de Convenções de Pernambuco, Olinda.

BRASIL, Constituição Federal 1988, Ementa nº 64, Dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo II Dos Direitos Sociais, Art. 6º. **Direito a alimentação**, 2010.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014.

CASTAÑEDA, M. **Ambientalização e politização do consumo nas práticas de compra de orgânicos.** Cad. CRH, Salvador, v. 25, n. 64, p. 147-160, 2012.

CAMPESINA, VIA. **Carta de Maputo: V Conferência Internacional de la Via Campesina**, 2008.

COLLAÇO, J. H. L. **Gastronomia: a trajetória de uma construção recente**. Habitus,Goiânia, v. 11, n. 12, p. 203-22, jul\dez, 2013.

CHUCK, C. et al. **Awakening to the politics of food: Politicized diet as social identity. Appetite**.2016.

CURADO, F. F.; TAVARES, E. D. **Agroecologia: abordagens na busca da autonomia do campesinato brasileiro.** Ciência e Cultura, v. 69, n. 2, p. 26-28, 2017.

DAROLT, M. R. **Agricultura orgânica: inventando o futuro.** Londrina: IAPAR, 2002.

DA MATTA, R. **O que faz o brasil, Brasil?**. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

ECHEGARAY, F. Votando na prateleira: a politização do consumo na América Latina. **Opin. Publica**, Campinas, v. 18, n. 1, p. 44-67, 2012.

ESTEVE, E. V. **O negócio da comida: quem controla nossa alimentação?** Editora Expressão Popular, 1 ed., São Paulo, 2017.

FREYRE, G. **Casa-grande senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51.ed. rev. São Paulo: Global, 2006.

GIMENES, M. H. S. G. **Pensando e Pesquisando Gastronomia: das Pesquisas sobre Gastronomia e Turismo apresentadas durante o VI Seminário da ANPTUR.** VII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. 20 e 21 de setembro de 2010, Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/7/127.pdf>. Acesso em: 02 nov 2020.

GONÇALVES, S. **A globalização do agronegócio e a destruição do campesinato no século XXI**. Ateliê Geográfico, v. 5, n. 2, p. 1-23, 2011.

HALL, S. **Quem precisa de identidade?** In: SILVA, T. T. da (Org) Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018 : primeiros resultados.** Coordenação de Trabalho e Rendimento, Rio de Janeiro, 2019.

KRAEMER, F. B. et. al. **O discurso sobre a alimentação saudável como estratégia de biopoder.** Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 24 [4]: 1337-1359, 2014.

MACHADO, P. P.; OLIVEIRA, N. R. F. de; MENDES, Á. N. **O indigesto sistema do alimento mercadoria.** Saúde e Sociedade, v. 25, p. 505-515, 2016.

MARTINELLI, S. S.; CAVALLI, S. B. **Alimentação saudável e sustentável: uma revisão narrativa sobre desafios e perspectivas**. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 24, n. 11, p. 4251-4262, 2019.

MONTANARI, M. **O mundo na cozinha: historia, identidade, trocas** / Massimo Montanari (org): Tradução Valéria Pereira da Silva – São Paulo : Estação Liberdade : Senac,2009.

MONTANARI, M. **Comida como cultura**. 2a ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Comentário Geral nº 12: O direito humano à alimentação (art. 11)**. Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais do Alto Comissariado de Direitos Humanos, 1999. Disponível em:<https://www.sesc.com.br/mesabrasil/doc/Coment%c3%a1rio-Geral.pdf>. Acesso em: 02 nov 2020.

PETRINI, C. **A centralidade do alimento. Documento do VI Congresso Internacional do Slow Food** (2012 - 2016). Roma, Itália, 2012.

PINTON, F.; YANNICK, S. **Soberania versus segurança alimentar no Brasil: tensões e oposições em torno da agroecologia como projeto**. Estudos Sociedade e Agricultura, v. 27, n. 1, 2019.

PORTILHO, F. **Consumo sustentável: limites e possibilidades de ambientalização e politização das práticas de consumo.** Cadernos EBAPE.BR, v. 3, n. 3, Edição Temática, 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/cebape/v3n3/v3n3a05.pdf. Acesso em: 07 dez 2020.

PORTILHO, F.; CASTANEDA, M.; CASTRO, I. R. R. **A alimentação no contexto contemporâneo: consumo, ação política e sustentabilidade.** Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro , v. 16, n. 1, p. 99-106, 2011.

RIBEIRO, H.; JAIME, P. C.; VENTURA, D. **Alimentação e sustentabilidade**. Estudos avançados, v. 31, n. 89, p. 185-198, 2017.

SANTOS, C. A. B.; BEBÉ, F. V.; GONÇALVES, Z. L. T. **Mudanças no cenário da biodiversidade agrícola, implicações para a nutrição e saúde humana**. Revista Científica da FASETE, p. 95, 2019.

SANTOS, R. M. **A formação do movimento dos pequenos agricultores–mpa: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no brasil/**The formation of the Movement of the Small Farmers-SFM: for food sovereignty, against commodification the field in Brazil. Revista Nera, n. 31, p. 10-31, 2016.

SEIDMAN, I. **Interviewing as qualitative research**. New York, Teachers College Press, 1998.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Pesquisa Qualitativa**: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada. Porto Alegre: Artmed, 2008

TANAKA, J. H.; PORTILHO, F. **Ambiguidades da politização do consumo: Ações do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) na cidade do Rio de Janeiro**, anais: IX Encontro Nacional da ANPPAS, Brasília-DF, p1433-1452, 2019.

THEODORSON, G. A. & THEODORSON, A. G. **A modern dictionary of sociology**. London, Methuen, 1970.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e método.** 4ª Ed. Porto Alegre: Brookman, 2010. 248p.

CAPÍTULO 14

DO FORDISMO AO UBERISMO: REFLEXÕES E NOVOS PARADIGMAS PARA A ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA E DO TRABALHO NA ERA DA INOVAÇÃO

Data de aceite: 04/02/2021
Data de submissão: 13/11/2020

Railson Marques Garcez
Universidade Federal do Maranhão – PPGDSE
São Luís – MA
http://lattes.cnpq.br/7642745674330297

Leandro José Teixeira Barros
Universidade Federal do Maranhão – PPGDSE
São Luís – MA
http://lattes.cnpq.br/7036218078634865

RESUMO: A disrupção gerada por novos modelos de negócios na Era da Inovação tem provocado verdadeiras transformações na forma como as organizações vem se (re)estruturando o que, por sua vez, refletem diretamente na organização produtiva do trabalho e em novos paradigmas organizacionais. No cenário de crise estrutural, emergem novas estruturas de produção de bens e serviços e novas práticas de exploração da força de trabalho, decerto, uma tentativa evidente do sistema capitalista em manter sua hegemonia e perpetuar seu controle sobre o tecido social. Das práticas fordistas, no início do século XX, ao Uberismo, expressão mais recente, que alude à extrema flexibilização e precarização do trabalho, neste século XXI, tem-se a evolução de uma lógica de valorização do capital e, sobretudo, de dominação na relação dialética entre capital-trabalho na geração de mais-valor. A partir de uma pesquisa teórico-bibliográfica de natureza essencialmente qualitativa, buscou-se analisar a evolução histórico-econômica dos sistemas de produção capitalista com vistas a compreender a sistemática e a dinâmica de transformação de tais modelos produtivos considerando cada momento histórico e, principalmente, verificar os principais efeitos no contexto social de bem-estar da força de trabalho. Os resultados permitiram entender que cada sistema produtivo teve sua gênese objetivada na necessidade contínua de valorização do capital e na apropriação de mais-valia, em detrimento de formas mascaradas de exploração do trabalho, discursos inflamados de melhoria na produtividade e na competitividade. O Uberismo, no capitalismo contemporâneo, mostra ser uma "nova estratégia" de acumulação capitalista, cuja face verdadeira encontra-se encoberta pelo discurso do *empowerment,* flexibilidade e autogestão. O sistema encontra-se em incubação nessa Era da Inovação e seu destino e sua sobrevivência parecem ainda serem incertos, porém, seus reflexos já são certos, evidentes e sentidos drasticamente pelo trabalhador e pela sociedade.

PALAVRAS - CHAVE: Fordismo. Uberismo. Inovação. Flexibilização. Precarização.

FROM FORDISM TO UBERISM: REFLECTIONS AND NEW PARADIGMS FOR PRODUCTIVE ORGANIZATION AND WORK IN THE INNOVATION AGE

ABSTRACT: The disruption generated by new business models in the Innovation Age has caused real transformations in the way organizations have (re)structured themselves, which in turn directly reflect on the productive organization of work and new organizational

paradigms. In the scenario of structural crisis, new structures of production of goods and services and new practices of exploitation of the labor force emerge, certainly an evident attempt by the capitalist system to maintain its hegemony and perpetuate its control over the social fabric. From Fordist practices, at the beginning of the 20th century, to Uberism, the most recent expression, which alludes to the extreme flexibilization and precariousness of labor, in this 21st century, there is the evolution of a logic of capital valorization and, above all, of domination in the dialectic relationship between capital and labor in the generation of surplus value. Based on a theoretical-bibliographical research of an essentially qualitative nature, an attempt was made to analyze the historical-economic evolution of capitalist production systems in order to understand the systematic and dynamic transformation of such productive models considering each historical moment and, especially, to verify the main effects in the social context of labor force welfare. The results allowed us to understand that each productive system had its genesis aimed at the continuous need for capital appreciation and the appropriation of surplus value, to the detriment of masked forms of labor exploitation, inflamed discourses of improvement in productivity and competitiveness. Uberism, in contemporary capitalism, shows itself to be a "new strategy" of capitalist accumulation, the true face of which is covered up by the discourse of empowerment, flexibility and self-management. The system is incubating in this Age of Innovation and its fate and survival still seem uncertain, but its reflexes are already certain, evident and drastically felt by the worker and society.
KEYWORDS: Fordism. Uberism. Innovation. Flexibility. Precarization.

1 I INTRODUÇÃO

O cenário intermitente de crise estrutural do sistema capitalista, associado ao intenso progresso do avanço tecnológico na Era da Inovação, à forte competição intercapitalista, ao extensivo apelo e propagação do receituário neoliberal, além da chancela do Estado aos processos de desmonte dos direitos e garantias sociais e trabalhista, dimanam novos debates acerca dos rumos do trabalho na sociedade contemporânea e os destinos dos trabalhadores diante dessa nova sistemática de regulação. A disrupção, palavra proferida com animosidade nos discursos de especialistas e organizações para se referir às profundas transformações geradas pelo avanço das TIC's (Tecnologias de Informação e Comunicação), mostra-se dinâmica e atinge, de formas distintas, dimensões organizacionais, sociais e culturais nesse contexto contemporâneo.

O processo de transição dos diferentes modelos pelos quais o sistema capitalista tem experimentado ao longo de sua existência, refletem, dentre outras razões, a necessidade do próprio sistema em reconfigurar-se e reestruturar-se a fim de sobreviver e perpetuar-se ao longo do tempo e, sobretudo, prolongar sua dominação sob tecido social. A história apresenta os fatos que são incontestes quanto a esse padrão de desenvolvimento do modo de produção capitalista. Do Fordismo, modelo organizacional, praticado desde o início do século XX ao modelo gestado e experimentado mais recentemente, denominado Uberismo, tem-se observado, sobretudo, convergências no que diz respeito à necessidade das organizações em aumentarem sua produtividade e competitividade, com menores custos,

em detrimento de mais custos aos trabalhadores.

É por considerar essa nova forma "sofisticada" de exploração na contemporaneidade, cuja face é representada pelo Uberismo, que este trabalho buscou realizar reflexões a cerca desse novo modelo organizacional em comparação aos modelos desenvolvidos e praticados ao longo do século XX, como o Fordismo e Toyotismo (acumulação flexível), bem como compreender os novos paradigmas impostos à economia do trabalho nesta Era da Inovação, considerando a explosão exponencial de tecnologias de informação e comunicação e sua afetação às dinâmicas organizacionais.

Para alcançar tal intento, utilizou-se uma metodologia de caráter essencialmente qualitativa, subsidiada principalmente em bibliografias referentes à reestruturação produtiva, uberismo/uberização do trabalho e categorias conceituais como flexibilização e precarização do trabalho. Por considerar tais objetivos e o processo metodológico, avaliou-se de forma crítica e analítica, a hipótese de que o Uberismo se apresenta como um experimento capitalista imbricado de vicissitudes que levam à contradições em sua própria essência, gênese e propagação.

Destarte, esse estudo está subdivido nas seguintes seções pensadas de modo a construir o mote reflexivo a que este trabalho se propõe: no segundo capítulo, apresenta-se de forma histórica o processo de reestruturação produtiva no modo de produção capitalista; no terceiro capítulo ensaia-se sobre nuances da Era da Inovação e os novos paradigmas impostos ao mundo do trabalho no que importa à questões como novos modelos de negócios, flexibilização e autogestão; e por fim, no quarto capítulo delinea-se e avalia-se o Uberismo, sob o ponto de vista socioeconômico, e faz-se também uma análise crítica sobre esse novo modelo circunscrevendo-o à uma análise dos seus efeitos precarizantes. Por fim, a última seção traz as principais considerações sobre o estudo.

2 I REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Reestruturação produtiva no capitalismo contemporâneo

A opulência do sistema capitalista pós 2ª guerra mundial se deu principalmente pela combinação de um modelo consumista em massa que se expandiu principalmente nos países centrais (EUA, Japão, Alemanha, Inglaterra e França), no qual as relações de trabalho mantiveram certa estabilidade, combinando produtividade e altas rendas desde o fim da Crise de 1929. Com a crise do capitalismo, devidos a redução dos níveis de produtividade do capital e da queda da taxa de lucro do capital, entra em declínio algun s modelos adotados durante os "trinta anos gloriosos"[1], e com o esgotamento do modelo de acumulação taylorista/fordista os principais países centrais passaram a reestruturar sua produção baseada num modelo mais flexível de produção. Segundo Mattoso e Pochmann

1 Compreende o período que vai do ano 1945 (fim da segunda guerra mundial) até aproximadamente 1975. Durante esse período os países centrais apresentaram taxas de crescimento em diversos setores da economia, combinando alta produtividade e renda altas, além do progresso tecnológico.

(1998, p.213) esse processo pode ser interpretado com efeito de movimentos diferentes da destruição criadora, de um lado vê-se o processo de reestruturação e inserção de novas formas de produção e apropriação e de outro de desestruturação de modelos antes adotados. Assim sendo deve-se observar as condições históricas e os movimentos que esse processo de reestruturação engendra em cada país. Eles (1998, p.213) afirmam que:

> Dessa forma, por um lado, alguns países podem apresentar pujança e dinâmica de crescimento, enquanto outros podem apresentar estagnação ou entrar em decadência. Por outro lado, mas não menos importante, um determinado país pode apresentar um saldo positivo desta destruição criadora em um determinado período de intenso crescimento econômico, dominância dos aspectos reestruturadores da produção e da geração de empregos e um saldo negativo em outro período, com relativamente baixo crescimento e dominância dos aspectos desestruturadores da produção e do emprego.

Esse raciocínio nos leva a pensar sob o contexto sócio-histórico de cada país, pois o saldo de determinada reestruturação, embora positivo em determinado momento do tempo, pode voltar a apresentar-se negativo em outro. Isso corrobora com o que se observou durante os trintas anos mais satisfatórios do sistema capitalista. Mas que acabou declinando em meados da década de 1970, onde o padrão de acumulação capitalista não conseguia mais responder aos caprichos do capital. É justamente a partir desse momento que o padrão de acumulação capitalista taylorista/fordista[2] entram em declínio. Esse mundo em transformação é o reflexo das transformações da relação capital trabalho, uma preparação para o mundo pós-fordismo. Onde existe uma hierarquia de blocos e países que concentram e determinam as relações econômicas internacionais (LIPIETZ, 1997, p.80-81). Ao mesmo tempo, Lipietz (1997, p.81) acrescenta em relação aos países do globo que, "uns privilegiaram a "flexibilidade"; outros a "mobilização dos recursos humanos". A formação de blocos continentais com países que apresentam diferentes regimes salariais e estágios de produção também passou a ter um papel preponderante.

Além disso no modelo fordista, o que se destaca é que havia contratos de longo prazo, que garantiam uma relação salarial, com ganhos indexados ao aumento dos preços e a produtividade, além dos limites de demissões. Isso levava à uma relativa socialização das rendas e alguns ganhos sociais garantidos pelo Estado-Providência.

Um dos principais problemas da mudança, que culminou na reestruturação produtiva foi o declínio desse modelo fordista que se iniciou com uma crise do "lado da demanda". Segundo Lipietz (1997, p.81), os principais países centrais localizados na Europa (Alemanha) e na Ásia, dentre eles principalmente o Japão, começaram a equalizarem sua competitividade à dos EUA, fazendo com que as empresas desses países começasse a internacionalizar seus processos produtivos, essa dinâmica passou a ser induzia por

2 Como princípio geral da organização do trabalho (ou "paradigma industrial"), o fordismo é o taylorismo acrescido da mecanização. Taylorismo significa: uma estrita separação entre a concepção do processo de produção, que é tarefa da equipe de planejamento e organização, e a execução de tarefas estandardízadas e formalmente determinadas. (LIPIETZ, 1992, p.82)

uma intensa busca de economias de escala. Desse modo, pode-se afirmar que os países centrais e periféricos passaram para uma nova etapa da divisão internacional do trabalho, com modificação das relações entre capital e trabalho que se estendia de forma mais intensa para além do mercado interno de cada país. Destarte, com as pressões externas, do ponto de vista macroeconômico, o comércio exterior e a concorrência intercapitalista entre as firmas dos países centrais, ocorreu que:

> O aumento dos preços das matérias-primas importadas do Sul (particularmente o petróleo) atiçou a concorrência para as exportações no início dos anos 70. Finalmente, as firmas dos países fordistas procuraram cada vez mais contornar os problemas salariais, levando, através da subcontratação, a **produção** para os **países não fordistas**, "socialistas" ou em via de desenvolvimento. A regulação do crescimento dos mercados internos através da política salarial via-se, agora, comprometida pela necessidade de equilibrar o comércio exterior. (LIPIETZ, 1997, p. 81)

Dessa forma a integração dos países que não estavam dentro do modelo fordista passaram a integrar na demanda externa, bem como fazer parte dessa nova divisão do trabalho que vinha se estruturando desde meados da década de 1970. Cabe salientar que, durante o auge da mudança do paradigma não somente a queda na demanda foi crucial, mas também um quadro de queda da taxa de lucro, este último apareceu como um limite ainda maior. Lipietz (1997, p.83) afirma que:

> Isso deveu-se a múltiplas causas vindas "do lado da oferta": desaceleração da produtividade, crescimento do preço total do trabalho (inclusive o salário indireto do Estado-providência), crescimento da relação capital-produto, crescimento do preço relativo das matérias-primas. Isso tudo explica a reviravolta rumo às "políticas da oferta", ou seja, rumo às relações capital-trabalho

A característica principal da mudança do paradigma fordista, para outro mais flexível, pode ser sentido com as mudanças do ponto de vista tecnológico. Essas foram implementadas através de inovações técnico-financeiras e revolução das TICs, que também passaram a ser implementadas na gestão das firmas. Para Harvey (2006, p.130), tendo Marx como referência essa mudança tecnológica é fruto de uma concorrência não apenas entre trabalhadores e capitalistas, mas principalmente entre capitalistas que vem sendo o resultado de uma lei tendencial da queda da taxa de lucro entre os capitalistas. Que pode ser definido como:

> A capacidade para produzir mais-valor relativo ao valor total circulante como capital é diminuído com o passar do tempo pelas próprias revoluções tecnológicas que os capitalistas individuais instituem em sua busca pelo mais-valor. No entanto, Marx se refere à lei mais em termos de valores do que em preços de mercado, de modo que as considerações monetárias tanto de longo quanto de curto prazo (como a inflação endêmica ou o pânico financeiro) não podem ser incluídas na análise. Isso significa que a lei não pode ser usada

para descrever a “aparência superficial” da dinâmica capitalista.

Desta forma, os processos de incremento tecnológico no capitalismo direcionam-se para a economia do capital variável em contraposição ao constante. Pois o “impulso da inovação tecnológica dentro da empresa é sempre no sentido de economizar o tempo de trabalho socialmente necessário” (HARVEY, 2006, p.183).

Neste sentido a reestruturação produtiva que vem sendo sistematizada desde meados da década de 1970 tem se aprofunda nesse modelo de economia de tempo de trabalho socialmente necessário para produção das mercadorias ou fornecimento dos serviços. Dentro dessa lógica. Em “El fin del trabajo Nuevas tecnologías contra puestos de trabajo: el nacimiento de una nueva era”(1996)[3], Jeremy Rifkin constata esse processo como sendo o momento em que o trabalho vivo, ou seja, o trabalho humano, passou a ser substituído de forma sistemática do processo de produção, quando não eliminado, passa a exercer qualidades cada vez mais inferiores dentro do modo de produção capitalista, caracterizando-o como precário cada vez mais.

> En menos de un siglo, el trabajo masivo en los sectores de consumo quedará probablemente muy reducido en casi todas las naciones industrializadas. Una nueva generación de sofisticadas técnicas de las comunicaciones y de la información irrumpen en una amplia variedad de puestos de trabajo. Las máquinas inteligentes están sustituyendo, poco a poco, a los seres humanos en todo tipo de tareas, forzando a millones de trabajadores de producción y de administración a formar parte del mundo de los desempleados, o peor aún, a vivir en la miseria4 (RIFKIN, 1996, p.23)

Além disso, Rifkin (1996, p.37) acentua que o processo de mudança tecnológica diferentemente do que se havia defendido pelos teóricos da produtividade, não trouxe maiores níveis de emprego, acentuando além disso o baixo poder aquisitivo que teria se alargado devido aos diferentes níveis de desemprego tecnológico aplicado verificado na maioria dos países industrializados.

Economistas de vertente neoclássica e diretores de empresa continuam defendendo a tese de que, no longo prazo, os benefícios serão mútuos, ou seja, os avanços do que obtidos a partir da terceira revolução tecnológica trariam redução dos custos dos produtos, incremento na demanda de consumo e contraditoriamente, a criação de novos mercados levando a novos postos de trabalho. Associam também que haverá um crescente número de empregos criados nos diversos ramos tecnológicos com melhores rendimentos, no entanto “esse conceito de “efeitos de gestação lenta” não confortará o crescente número de trabalhadores que se encontram sem emprego ou subempregados” (RIFKIN, 1996, p.201)

3 “O fim do trabalho - Novas tecnologias contra empregos: o nascimento de uma nova era”(1996) (tradução nossa)

4 Em menos de um século, o trabalho em massa nos setores de consumo provavelmente será bastante reduzido em quase todas as nações industrializadas. Uma nova geração de sofisticadas técnicas de comunicação e informação divide-se em uma ampla variedade de trabalhos. Máquinas inteligentes estão gradualmente substituindo seres humanos em todos os tipos de tarefas, forçando milhões de trabalhadores em produção e administração a fazer parte do mundo dos desempregados, ou pior, a viver na miséria (tradução nossa)

Essa foi a principal tentativa de reforço do capital na tentativa de reajustar sua realização. A partir da década de 1970, o capital entra em crise estrutural, onde o regime de acumulação fordista passa a enfrentar dificuldades. Para Chesnais (1996, p.298) a internacionalização do capital foi crucial nesse processo "na incapacidade em que os mecanismos associados à regulação em vigor demonstraram em reverter os encadeamentos estruturais desfavoráveis.

No entanto, esse processo de crise do capital irá modificar-se na tentativa de reverter esse processo de realização. A hipertrofia financeira no capitalismo atual e a inserção das tecnologias da informação e comunicação deram fôlego à forma de atuação do capitalismo.

> Essa situação está indissoluvelmente ligada à liberalização e à mundialização do capital, inclusive no que diz respeito à primeira dimensão, relativa à tecnologia e ao emprego. Os efeitos das mudanças tecnológicas recentes, em termos de destruição de postos de trabalho muito acima dos novos empregos que cria, não podem ser dissociados da quase total mobilidade de ação que o capital recuperou graças a liberalização do comércio internacional e à liberdade de estabelecimento e de remessa de lucros. (CHESNAIS, 1996, p.301)

No vanguardismo dessa mundialização e liberalização do capital, o setor produtivo que mais agregavam valor e tecnologia era o automobilístico. Neste setor, o Toyotismo é um dos grandes exemplos, focando principalmente nas novas formas de contrato de trabalho e gestão de trabalho. Alguns direitos e garantias passaram a ser atacados pelo modelo de acumulação, além da crítica a regulamentação e proteção do trabalhador. O caminho da ascensão da produção flexível. Além desse, o Volvismo, que se aprofundou na década de 1990, dentro da indústria automobilística, foi um modelo flexível mais criativo. Algumas de suas características é combinar flexibilidade funcional e organizacional com um elevado grau de automação e informatização. Algumas das mudanças em relação ao modelo Toyotista seria a participação direta dos sindicatos e representantes na definição dos projetos das fábricas (montagens, tempo de montagem, equilíbrio entre tempo de trabalho da máquina e participação dos operários)

No atual cenário mundial, que tem como marco o pós-crise de 2008, representa um novo patamar em escala jamais vista antes de acumulação/financeirização, no qual o trabalho passou a ser terceirizado e precarizado frente às novas tecnologias implementadas. Um modelo Just-in-time versatilizado para o incremento do fornecimento de serviços, no qual a indústria 4.0 e a internet das coisas, nuances da Era da Inovação, revolucionaram as novas formas de punção da geração de valor. Nesse sentido, cria-se um panorama de falso empreendedorismo e facilidades múltiplas de empreender.

2.2 A Era da Inovação e Novos Paradigmas

Na Economia o termo inovação adquiriu popularidade a partir da obra "Teoria do Desenvolvimento Econômico" de Joseph Schumpeter em 1912. Segundo essa teoria, a

inovação não pode se resumir a algo que é novo simplesmente, pelo contrário, na visão dele a inovação é um motor essencial para o desenvolvimento do sistema capitalista. Tanto quanto o termo “inovação”, o termo “empreendedor” também assume importância no processo de entendimento e compressão do capitalismo, como um importante elemento motor do desenvolvimento industrial (SCHUMPETER, 1982).

O mundo, indiscutivelmente, encontra-se em profunda e constante transformação, esta capitaneada nas últimas décadas pelo crescimento exponencial da digitalização na sociedade. A Era da Inovação pode ser entendida como um novo patamar da história da sociedade moderna na qual há grande e significativa conectividade advinda, sobretudo, a partir do crescimento e sofisticação do fenômeno da globalização.

O atual panorama de metamorfoses, em muitos casos radicais, tem provocado inquietudes e a necessidade de acompanhar e compreender os acontecimentos dessa nova Era e seus impactos nas diversas instâncias da vida em sociedade, da economia, da cultura, da política, etc. Pois, entende-se que o fenômeno “novo” da inovação, principalmente no início desse século, tem provocado inúmeras reflexões sobre seus reais benefícios, sobretudo, no caráter socioeconômico.

Novos paradigmas, advindos com a Era da Inovação mudam a relação capital-trabalho e reforçam que o processo de desenvolvimento econômico, está fortemente vinculado às condições em que a força de trabalho busca ajustamentos às necessidades do capital por conta dos processos de inovação tecnológica (KON, 2016).

Segundo Pochmann (2018), é por conta do vazio provocado pela desindustrialização e pelo advento da sociedade do serviço, combinado com atuação e expansão do receituário neoliberal, que se tem nesse século novos dilemas e novas perspectivas de mudança estrutural no mundo do trabalho. As oscilações de mercado, o crescimento econômico de setores específicos, o humor de investidores e acionistas, bem como a dinâmica dos fluxos globais de capitais tornam essas forças incontroláveis pelo trabalho, e que, sobretudo, o enfraquecem, tornando-o suscetível e incerto (BENDASSOLLI, 2007).

O trabalho, nesse sentido, encontra-se em um estado de suscetibilidade ainda mais evidente perante às grandes transformações e às investidas do capitalismo, principalmente financeiro, nas determinações de novos objetivos de dominação e valorização do capital. Parece estar havendo uma transformação do significado do trabalho nesse primeiro quarto de século, na qual evidencia-se a problemática da sua centralidade. Os principais movimentos que estão promovendo a desestabilização do trabalho dentro do desenvolvimento do sistema capitalista assentam-se no elevado progresso técnico observável pelo aumento do acirramento da competição intercapitalista, assim como pelo papel do Estado no que tange à regulação do trabalho frente aos anseios e imposições do capital. (POCHMANN, 2018).

É por considerar a exponencialidade do progresso técnico nesse século que emergem, num discurso naturalista do capitalismo, modelos de negócios e atividades econômicas que põem em xeque as dinâmicas da relação capital-trabalho, a partir de um

contexto estrutural de crise do sistema capitalista. Surgem, nesse sentido, novos contornos econômicos, ajustamentos de reação, como a Economia do Compartilhamento ou Economia da Colaboração, que resgata um conceito histórico e humano, mas que capitaliza em cima da forma natural de compartilhar e colaborar entre as pessoas.

A economia compartilhada (*sharing economy*) ou capitalismo de multidão (*crowd-based capitalism*), expressão que define com mais exatidão esse fenômeno contemporâneo, trata-se de um sistema econômico com cinco caraterísticas principais: é amplamente voltada ao mercado, ou seja, a economia do compartilhamento cria mercados e atiça novas atividades econômicas; possui capital de alto impacto, ou seja, a partir dela novas oportunidades abrem-se com perspectivas de mais plenitude em relação à utilização de recursos (pessoas, objetos, dinheiro, tempo, etc.); atua sob redes de multidão, ou seja, existe oferta de mão de obra para realizarem as trocas; possui fronteiras pouco definidas entre o profissional e o pessoal, ou seja, o *peer-to-peer* torna-se realidade para comercializar e mensurar atividades; e por fim, compromete a fronteira existente entre o emprego pleno e casual, entre relação de trabalho com ou sem dependência, entre trabalho e lazer, ou seja, há uma substituição de empregos integrais por outros mais flexíveis (SUNDARARAJAN, 2018).

Os processos de flexibilização do trabalho consubstanciam outro paradigma advindos com a Era da Inovação e com a explosão das práticas de compartilhamentos em diversas atividades econômicas. Mitos, lançados de forma enérgica, sobre o conceito de emprego sugerem que o trabalhado assalariado, ou seja, trabalhar como empregado, significa desistir de toda uma flexibilidade e que trabalhar como autônomo, significa que de alguma forma o trabalho é flexível, porém, com obrigações aos chefes virtuais (SCHOLZ, 2016).

A atual fase do capitalismo e a utilização do discurso que utiliza a inovação como justificativa, tem delineado uma outra economia. O exército de reserva disponível e o contingente de trabalhadores dispostos a acatar o discurso de inovação, mascaram as práticas flexíveis e precárias, endossando o projeto capitalista de dominação e a ampliação de sua reprodução no espaço supranacional. Tem-se esse cenário como novo padrão de desenvolvimento das formas de trabalho, que se fundam no caráter precário e flexível.

A flexibilidade, condição dominante, é utilizada em virtude dos inúmeros papéis que pode desempenhar, como: trazer solução para algum tipo de problema econômico e assim retirar um entrave que esteja impedindo o desenvolvimento ou o processo de acumulação de capital nas empresas. Porém, enquanto uma estratégia de largo alcance, negligencia indiscriminadamente a discussão e os impactos da flexibilização dos tempos de trabalho (DAL ROSSO, 2017).

Muitos empregos de tempo integral estão sendo substituídos por contratos de prestação de serviços com variação nos níveis de carga horária, granularidade, dependência econômica e empreendedorismo (SUNDARARAJAN, 2018). O progresso técnico e as

inovações tecnológicas tem sido considerados elementos determinantes de todo esse processo de transformação e gestação de uma nova economia e, consequentemente, novas relações de trabalho.

A introdução das TIC's não objetivam abolir o trabalho, mas, pelo contrário, discipliná-lo e barateá-lo, dando forma a um novo de tipo de fenômeno social e feição a esse trabalhador da Era da Inovação denominado de cybertariado[5] (HUWS, 2017). Nesse sentido, é preciso entender que a economia do compartilhamento é uma força global que conecta pessoas a partir de pontes digitais e que, sobretudo, que esse trabalho digital não é um fenômeno de nicho (SCHOLZ, 2016).

As pontes digitais, foram e são possíveis, e se intensificam, graças ao notável desenvolvimento técnico que está por trás da digitalização da economia cujos fatores que moldam a nova economia são principalmente: a metamorfose de coisas em informações, ou seja, a representação digital da informação; o crescimento exponencial do hardware, da banda larga, do armazenamento e a miniaturização dos dispositivos digitais; e por fim, o aumento sustentado da programabilidade (SUNDARARAJAN, 2018).

Dentro dessa perspectiva, o capital utiliza as tecnologias como instrumento para trazer mais e mais áreas da vida da sociedade para a sua órbita e, caso isso não seja confrontado, haverá cada vez mais uma intensificação da opressão daquele ao trabalhador (HUWS, 2017). E assim, segundo Antunes (2019, p.20) "esses contingentes mais proletarizados, especialmente no setor de serviços, participam cada vez mais (direta ou indiretamente) do processo de valorização do capital". O progresso técnico e a globalização dos mercados neoliberais também endossam esse panorama cujos interesses do capital financeiro são evidentes, pois:

> No âmbito do verdadeiro salto tecnológico percebido, as principais alterações transcorridas no interior do padrão de competição intercapitalista têm sido protagonizadas por parte da formação de grandes corporações transnacionais em meio ao avanço da globalização neoliberal, acompanhada da transição de modelos organizacionais (taylorismo, fordismo, kalmarismo, toyotismo e outros) na produção e, por consequência, no trabalho. (POCHMANN, 2018, p. 68)

Destarte, a Era Inovação, reflexo do processo transitório de modelos organizacionais, traz novas perspectivas para o mundo do trabalho e muitos paradigmas, a exemplo do Uberismo enquanto modelo organizacional, que se expressam contemporaneamente sob a égide da valorização e ampliação do capital informacional-digital-financeiro.

2.3 Uberismo e Precarização do Trabalho

A Era da acumulação flexível endossada pelo advento da Era da Informação e Inovação, trouxe verdadeiras transformações a partir da ruptura com o padrão fordista vigente intensamente até a década de 1970. Além dessa ruptura e diante de um cenário

5 Ou Infoproletários na visão de Ruy Braga e Ricardo Antunes (2009).

de crise e de eminente esgotamento de formas de valorização do capital, outras formas de acumulação surgiram e geraram outro modo de trabalho e vida subsidiado em dois elementos que são os escopos de estudo desse trabalho: a flexibilização e a precarização do trabalho – estes exigências do processo de financeirização e mundialização do capital, apoiado pelo Estado gestor dos negócios da burguesia atuando como apoiador e chanceler da desregulamentação do trabalho (DRUCK, 2011).

A dominância do sistema capitalista ainda permanece assentada no poder empreendido ao seu principal fator de geração de mais-valor e mais-valia, o trabalho. Este vive um novo processo de cataclismo na nova dinâmica do sistema e busca fugir e resistir das investidas perversas do capitalismo, em uma eterna e histórica luta de classes. O que se observa com maior intensidade no cenário e nessa Era da Inovação e das TIC's é um novo momento de uso e de depreciação da força de trabalho que tem sido nomeado de uberismo[6] ou mais, corriqueiramente, de uberização do trabalho.

O capitalismo contemporâneo, um capitalismo informacional-digital-financeiro (ANTUNES, 2019), é resultado de um processo contínuo de ajustamento e reconfiguração, com o intuito de buscar formas diversas de produção, acumulação de capital e dominação global. Da hegemonia do taylorismo- fordismo, nas décadas de 1960 e 1970, até a sua substituição pelo modo de acumulação flexível como alternativa ao período de deflação e recessão da economia e, principalmente, a partir da década de 1980 com a expansão do ideário neoliberal, houve muitas mudanças nas formas de acumulação do capital.

Desde então, assiste-se, a partir de sua força intrínseco-dinâmica, sucessivas investidas do capitalismo em aumentar e perpetuar sua hegemonia dentro do processo de globalização. O sistema busca insaciavelmente novas mercadorias e novos mercados, para extrair mais-valia, com intuito de alimentar sua voracidade, o que provoca alterações sísmicas na divisão do trabalho (HUWS, 2017). Pochmann (2018, p. 70) categoricamente reforça que:

> Em relação a isso, identifica-se a experimentação de formas de maior exploração capitalista do trabalho humano por meio do avanço da terceirização e 'Uberismo' do trabalho. Simultaneamente, percebe-se o avanço da degradação das conquistas dos trabalhadores no ambiente de flexibilização e desregulação do sistema de proteção social e trabalhista que desafiam o formato tradicional de organização e representação dos interesses dos ocupados ante a explosão sucessiva de manifestações sociais de natureza espontânea, desconectadas e desarticuladas de um projeto maior de transformação do capitalismo.

O que se percebe, portanto, é uma verdadeira avalanche de transformações e um desmonte exponencial da legislação trabalhista, da seguridade do trabalho e da unicidade dos trabalhadores, em termos de organização classista, no limiar dessa Era da Inovação.

6 Trata-se de um neologismo que usa, como raiz, a denominação da empresa de serviços de transporte, UBER, para fazer referência a um novo padrão de reorganização produtiva e do trabalho que é apoiado em tecnologias digitais móveis que diminuem distancia, desintermediam relações de negócios, tornando o processo mais direto e fácil possível.

O aprofundamento do padrão de exploração, as novas centralidades e o novo padrão de divisão internacional do trabalho configuram-se como elementos do pêndulo maior da exploração do trabalhador a partir de tenros e sofisticados mecanismos de dominação e subsunção da classe trabalhadora em cenário obscuro (POCHMANN, 2016).

É observável, portanto, um crescimento do trabalho alienado, estranhado, nesse capitalismo contemporâneo. Assim, o que se verifica no mundo do trabalho diante do capitalismo nesta fase, na Era informacional-digital, é uma alteração na forma como o trabalho é visto e na sua manifestação enquanto atividade social, a qual sofre um processo contínuo flexibilização e, consequentemente, precarização. O trabalhador encontra-se à mercê e à própria sorte diante do enfraquecimento de diversos instrumentos e entidades historicamente construídas pela luta de classes. Trata-se, portanto, de uma agenda absoluta de desconstrução das garantias e direitos dos trabalhadores cuja perspectiva e prioridade é o aumento da liberdade empresarial no manejo da força de trabalho e da redução dos custos de produção/operação (KREIN, 2016).

A classe trabalhadora, configurada como uma classe superexplorada, vem sofrendo profundas mutações e investidas do capitalismo, tanto nos países do Norte, quanto nos países do Sul. Essa realidade que além do desemprego, amplia a informalidade, a terceirização e a precarização, pode ser entendida como nova polissemia do trabalho, ou seja, uma nova morfologia, uma nova forma de ser, cujo elemento mais visível é seu desenho multifacetado, resultado das mutações e metamorfoses do capitalismo que, "em escala global, redesenha novas e velhas modalidades de trabalho – o trabalho precário – com o objetivo de recuperar as formas econômicas, políticas e ideológicas da dominação burguesa"[7] nas últimas décadas (ANTUNES, 2015; 2018; 2019).

Esse novo movimento da economia, que reorganiza a produção e a acumulação de capital, apoiado por tecnologias da informação e comunicação, fruto das demandas socioeconômicas, políticas e culturais, e, sobretudo, da voracidade capitalista de geração e acumulação de mais-valia, tem sido vendido como uma válvula de escape para uma realidade de desemprego estrutural. Nessa etapa mais flexível (Sennett, 2011) do capitalismo contemporâneo também caracterizado como de acumulação flexível (Harvey, 2012), continua a predominar o *modus operandi* na determinação das relações sociais, assentado no trabalho assalariado, cujo eixo de comando funda-se prioritariamente na concorrência intercapitalista no plano mundial (DRUCK, 2011).

O uberismo, enquanto modo de acumulação exponencialmente flexível e de superexploração do trabalhador, por conseguinte, dentro da fenomenologia dos modos de ser da informalidade, demonstra ser, uma nova forma ainda mais racional do sistema capitalista de promover e exercer sua hegemonia dentro dessa relação social. Este usa um discurso mais amigável e "humanizado" e apoia-se na ideia do compartilhamento, cooperativismo e colaboração para ofertar uma solução para a situação de desemprego

7 Id. Infoproletários. Boitempo Editora (2009. p.233)

estrutural, a partir do bico, da viração[8], ou até mesmo da falácia do empreendedorismo e da autogestão. Slee (2017) refere-se a esse processo de uberização da economia e do trabalho como uma experiência que esconde verdadeiras fortunas acumuladas, provoca erosão de comunidades e intensifica o trabalho tornando-o mais precarizado.

É preciso compreender que:

> As formas de intensificação do trabalho, a burla dos direitos, a superexploração, a vivência entre a formalidade e a informalidade, a exigência de metas, a rotinização do trabalho, o despotismo dos chefes, coordenadores e supervisores, os salários degradados, o trabalho intermitente, os assédios, os adoecimentos e as mortes indicam um forte processo de proletarização e de explosão desse novo proletariado de serviços que se expande em escala global, diversificando e ampliando a classe trabalhadora. (ANTUNES, 2019, p. 22)

O processo precarizante, pelo qual o trabalho sofre historicamente no sistema capitalista, vem assumindo cada proporções cada vez maiores nessa fase contemporânea, sendo o trabalho informal, a sua principal manifestação, sobretudo, nos países do terceiro mundo, em que, em muitos casos, mostram-se prevalentes sobre o trabalho formal (PRIEB, 2005). Nesse sentido, a moderna precarização social do trabalho é então entendida, ao mesmo tempo, como um velho e novo fenômeno, metamorfoseado e reconfigurado, de caráter macro e microssocial (DRUCK, 2011).

3 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças estruturais exponenciadas pela desregulamentação numa sociedade informacional em rede é o sintoma de uma nova divisão internacional do trabalho. Essa lógica, coloca em xeque boa parte dos direitos e contratos ainda assegurados em alguns modelos preexistentes organizacionais (fordista/taylorista, Toyotismo e Volvismo). Os modelos organizacionais com base na informação em rede dominam o processo produtivo no sistema capitalista, esse modelo dá certa centralidade aos países mais industrializados e que, portanto, dominam os meios de produção.

A transição de modelos organizacionais desde o século XX até o século presente, refletem uma necessidade constante do sistema capitalista em perpetuar o seu processo de expansão e dominação. A exponencialidade do progresso técnico e as alterações no padrão de competição intercapitalista, resultados de uma agenda neoliberal praticada e imposta pelos países desenvolvidos, provocaram muitas transformações significativas e profundas no processo de produção, no qual gera-se e extrai-se mais-valor. Do padrão fordista/taylorista, passando por modelos mais flexíveis, como o Toyotismo e Volvismo e, mais recentemente, o Uberismo, que ainda se encontra em fase de experimentação nessa nova fase do capitalismo, os trabalhadores presenciaram e sofreram com as investidas

8 Há uma denominação contemporânea para a economia dos bicos chamada de Gig Economy.

capitalistas na tentativa de aumentar o níveis de produtividade e retomar a taxa de lucro que estava em declínio.

O advento da Era da Inovação trouxe em seu bojo novos paradigmas, principalmente na relação capital-trabalho. O capitalismo contemporâneo, informacional-digital-financeiro, é reflexo das metamorfoses e do projeto de dominação do sistema sob o tecido social e que encontra fôlego na disponibilidade de capital humano, exército de reserva, e no progresso técnico, representado pelas TIC's que provocam sistêmicas transformações na organização produtiva e social do trabalho.

Paradigmas como a flexibilidade, a autogestão e o empowerment do trabalhador são ainda mais presentes no discurso desse capitalismo pós-moderno, que busca, a partir, da subsunção e exploração do proletariado digital, exercer mecanismos de geração de mais-valor, em detrimento da alienação e transformação do trabalho vivo em morto. Práticas como a Economia do Compartilhamento ou capitalismo de multidão, colocam em xeque os benefícios e trazem para a arena de debate as verdadeiras intenções por trás desse discurso mais humanizado e que prometem "liberdade" ao trabalhador nesse novo capitalismo. O Uberismo tem se mostrado uma opção verdadeiramente cruel de um sistema que cresce, se impõe e ganha terreno em cima de uma classe trabalhadora ainda mais sujeita aos ataques capitalistas, endossados pela atuação estatal, e desintegrada socialmente.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Riqueza e miséria no Brasil IV: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida: o mosaico da exploração**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

ANTUNES, R**. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital.** São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mudo do trabalho.** São Paulo: Cortez, 2015.

ANTUNES, R. Século XXI: Nova era da precarização estrutural do trabalho? In: ANTUNES, R.; BRAGA, R. (org). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual.** São Paulo: Boitempo, 2009.

BENDASSOLLI, P. F. **Trabalho e identidade em tempos sombrios: insegurança ontológica na experiência atual com o trabalho**. São Paulo: Ideias & Letras, 2007.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

DAL ROSSO, S. **O ardil da flexibilidade: os trabalhadores e a teoria do valor.** 1ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

DRUCK, G. Trabalho, precarização e resistências: velhos e novos desafios? **Caderno CRH, Salvador**, v. 24, n.spe 01, p. 37-57, 2011. Disponível em: < http://ref.scielo.org/q2rqjs > Acesso em: 03.jan.2020

HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2006.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna.** 22º Edição. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HUWS. U. **A formação do cibertariado: trabalho virtual em um mundo real**. São Paulo: Editora Unicamp, 2017.

KON, A. A Economia do Trabalho: qualificação e segmentação no Brasil. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

KREIN, J.D. Regulação do trabalho no contexto de crise: Brasil, 2015. In: MOURA, F.D.A.; TEIXEIRA, T.G.; KELLER, P.F. (orgs). **Trabalho em contexto de crise: regulação, informalidade e tendências setoriais**. São Luís: EDUFMA, 2016.

LIPIETZ, A. **O Mundo do Pós-Fordismo.** Fundação de Economia e Estatística, Indicadores Econômicos, Porto Alegre, v. 24, nº. 4, , 1997. Disponível em: https://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/download/1256/1613. Acesso em: 09.jan. 2020

MATTOSO, J.; POCHMANN, M. **Mudanças estruturais e trabalho no Brasil**. Economia e Sociedade, Campinas, nº 10, p. 213-43, Jun. 1998, Instituto de Economia, Unicamp. Disponível em: << https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/download/8643152/10701/ >> Acesso em : 10.jan.2020

POCHMANN, M. **A crise capitalista e os desafios dos trabalhadores.** Cadernos do CEAS, Salvador, n. 239, p. 698-712, 2016.

POCHMANN, M. **Desestabilização do trabalho**. Saúde Debate. Rio De Janeiro, V. 42, n. especial 3, p. 67-77, novembro 2018 Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v42nspe3/0103-1104-sdeb-42-spe03-0067.pdf.> Acesso em: 08.jan.2020.

PRIEB, S. **O trabalho à beira do abismo: uma crítica marxista à tese do fim da centralidade do trabalho**. Ijuí: Edit. Unijuí, 2005.

RIFKIN, Jeremy. **El fin del trabajo.** Nuevas tecnologías contra puestos de trabajo: el nacimiento de una nueva era. Revista Chilena de Derecho Informático, n. 2, 2003.

SCHOLZ, T. **Cooperativismo de plataforma: contestando a economia do compartilhamento corporativa**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Editora Elefante, Autonomia Literária, 2016.

SCHUMPETER, J. A. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucro, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1982.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo.** 16 ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SLEE, T. **Uberização: a nova onda do trabalho precarizado**. São Paulo: Elefante, 2017.

SUNDARARAJAN, A. **Economia compartilhada: o fim do emprego e a ascensão do capitalismo de multidão.** São Paulo: Editora Senac, 2018.

CAPÍTULO 15

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NA GESTÃO MUNICIPAL POR MEIO DA PLATAFORMA DE ACOMPANHAMENTO DE LICITAÇÕES PÚBLICAS (PALP)

Data de aceite: 04/02/2021
Data de submissão: 07/12/2020

Victor Gomes Jorge
Universidade de São Paulo
Ribeirão Preto - São Paulo
http://lattes.cnpq.br/0582438359284588

Renan Antonio da Rocha
Universidade de São Paulo
Ribeirão Preto - São Paulo
http://lattes.cnpq.br/5572818166671227

José Augusto Lopes Costa
Universidade de São Paulo
Ribeirão Preto - São Paulo
http://lattes.cnpq.br/8642232761458851

Vinícius Storolli Santos
Universidade de São Paulo
Ribeirão Preto - São Paulo
http://lattes.cnpq.br/8977641927179494

Caroline Ferreira Gonçalves
Universidade de São Paulo
Ribeirão Preto - São Paulo
http://lattes.cnpq.br/8977464490862835

Cláudia Souza Passador
Universidade de São Paulo
Ribeirão Preto - São Paulo
http://lattes.cnpq.br/9233921283764542

RESUMO: O projeto tem como objetivos a realização de pesquisas para determinar os principais modelos da Inovação na Gestão Pública, nas licitações e na transparência dos gastos públicos, bem como a realização de pesquisas para verificar a possível efetividade da Plataforma de Acompanhamento de Licitações Públicas (PALP) como instrumento de inovação tecnológica na gestão municipal e ferramenta de participação popular e de controle social.

PALAVRAS - CHAVE: Licitação, Contratos Públicos, Transparência Pública, Tecnologia na Gestão Pública

TECHNOLOGICAL INNOVATION IN MUNICIPAL MANAGEMENT THROUGH THE PLATFORM FOR ACCOMPANYING PUBLIC BIDDING (PALP)

ABSTRACT: The project's objectives is conduct research to determine the main models of innovation in public management, in bidding and in the transparency of public spending. In addition, conduct a research to verify the possible effectiveness of Platform for Monitoring Public Bids (PALP) as an instrument of technological innovation in municipal management and a tool for popular participation and social control.

KEYWORDS: Bidding, Public Procurement, Public Transparency, Technology in Public Management

1 I INTRODUÇÃO

Prestes a completar 30 décadas de existência, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conhecida popularmente como "Constituição Cidadã", provocou diversas significativas mudanças no contexto nacional, principalmente na dinâmica

da vida social e na recuperação/garantia de direitos civis e políticos.

Esta mesma Constituição Federal permitiu estruturar e consolidar princípios altamente importantes à prática e à forma em se conceber Gestão Pública no Brasil nos três níveis da Federação, quais sejam, Municipal, Estadual/Distrital e União. Atualmente os princípios norteadores da Gestão Pública Brasileira, são "Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência" (CF, 2017). Mesmo atrelada a estes princípios constitucionais a Gestão Pública é passível de disfunções ilegais como Improbidade Administrativa, Peculato, Desvio de Conduta/Dinheiro Público, Enriquecimento Ilícito e Corrupção.

No Brasil, uma das principais causas da corrupção – em ranking divulgado sobre a percepção de corrupção em 2016, o país é apontado como o 76° colocado, dentre 175 nações participantes (ONU, 2017) – é a falta de transparência em contratos de compra de produtos e de obras públicas. Apesar de os contratos serem divulgados em sites, conhecidos como portais da transparência, o acesso à informação é complicado, devido ao excesso de termos técnicos, desconhecidos pela maioria da população e a falta de funcionalidade desses portais.

Além disso, após o fechamento dos contratos, não há nenhuma forma de a população acompanhar o andamento das obras. Esses problemas, facilitam o desenvolvimento da corrupção, pois os contratos, em geral, não são investigados, e as obras podem ter superfaturamento, atrasos e não atenderem às especificações do contrato, o que prejudica a população, que poderia usufruir de uma obra com qualidade.

O contexto político do Brasil, atualmente, abre oportunidades para que projetos relacionados à transparência sejam desenvolvidos. Nos últimos anos, devido à exposição na mídia, nacional e internacional, de escândalos de corrupção, muitos deles envolvendo as principais empreiteiras brasileiras, percebeu-se a falta de ferramentas para acompanhar e investigar contratos de licitação, pois em caso de suspeitas de fraudes, a população poderia se mobilizar e cobrar explicações dos órgãos competentes.

Diante deste cenário e do contexto da transparência no Brasil, a PALP – Plataforma de Acompanhamento de Licitações Públicas – um site em desenvolvimento surge como uma solução inovadora, sendo uma ferramenta em potencial de fiscalização para a população exercer a sua cidadania.

2 I METODOLOGIA

A pesquisa bibliográfica descritiva por expor as características que a compõe (VERGARA, 2000) foi realizada com o objetivo de compreender os principais modelos de licitação no setor público. A escolha da pesquisa descritiva, teve como objetivo analisar minuciosamente o objeto de estudo, e a pesquisa bibliográfica feita, juntamente com o estudo exploratório possibilitou ao bolsista uma imersão no tema estudado, a fim de que

este tivesse uma sólida base de conhecimentos prévios sobre o assunto. A combinação dos dois modelos são as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais atenciosos com a atuação na prática. (GIL, 1999).

A pesquisa feita durante o primeiro semestre envolveu a busca por artigos em bases de dados, a saber: Scielo, Scopus, Google Scholar e Periódicos CAPES. A busca por índices, envolveu palavras chave como “licitações” e combinações, a saber: “licitações + contratos administrativos”, “licitações + transparência”, e “licitações + pregão”. Desta pesquisa, foi elaborada uma lista de dez referências entre artigos, livros e leis para compor o referencial teórico do projeto com restrição de períodos compreendidos entre 2010 a 2017 umas vez que o referido período nos permite uma compreensão atualizada do tema em pesquisa, sendo os mesmos escolhidos por gerar conhecimento sobre a finalidade do contrato administrativo, seus princípios e formas de execução, além de detalhar o procedimento licitatório juntamente com conceito, princípios, modalidades e processo de elaboração.

A abordagem utilizada para a investigação da questão-problema e do alcance dos objetivos almejados foi a abordagem quantitativa, uma vez que os resultados estatísticos ajudarão a entender o volume de licitações no período selecionado no processo de pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, levando em conta que a realidade é melhor compreendida com base na análise de dados brutos sendo coletados com a utilização de equipamentos padronizados e neutros. (Fonesca, 2002).

A pesquisa quantitativa utiliza um instrumento estatístico como base de análise do processo, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados. Este tipo de pesquisa, para Malhotra (2004, p. 154) “procura quantificar os dados e, normalmente, aplica alguma forma de análise estatística”, e se centra na objetividade, sem que esses dados tenham uma aplicação mecânica.

3 I REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Administração Pública, Contratos Administrativos e Licitação

Segundo Filho (2014) a administração pública assume vários sentidos, uma vez que se atribui diversas atividades como objetivo do Estado, a numerosa quantidade de órgãos e agentes incumbido de executar essas tarefas.

> *Há um consenso entre os autores no sentido de que a expressão “administração pública” é de certo modo duvidosa, exprimindo mais de um sentido. Uma das razões para o fato é a extensa gama de tarefas e atividades que compõem o objetivo do Estado. Outra é o próprio número de órgãos e agentes públicos incumbidos de sua execução. Exatamente por isso é que, para melhor precisar o sentido da expressão, devemos dividi-lo sob a ótica dos executores da atividade pública, de um lado, e da própria atividade, de outro. (Filho, 2014, p.11)*

Ainda segundo Filho (2014), no sentido objetivo da administração pública, essa exerce o papel de gestora dos interesses públicos executada pelo Estado, seja por sua prestação de serviço ou organização interna. No entanto, seja qualquer situação de administração da coisa pública (*res publica*) é irrefutável que o objetivo final seja o atendimento dos anseios da sociedade. Já no sentido subjetivo, o conjunto de agentes, órgãos e personalidades jurídicas têm a responsabilidade de executar as funções administrativas, não se confundindo com a atividade de um único do poder do Estado, como o Poder Executivo, que na sua essência exerce papel de administrador, sendo que todo agente ou órgão que executa algum tipo de atividade administrativa dentro de qualquer um dos poderes está sobre a égide da Administração pública.

Segundo Neto (2014) nem todo contrato com a administração se caracteriza contrato administrativo, tendo algumas características que os diferenciam. Sendo o contrato com a administração o pacto contratual com união de vontades bilaterais e que a Administração Pública compões umas das partes com as características subjetiva. Portanto, para que se componha um contrato administrativo de fato é necessário que exista a finalidade do objeto e ou do agente delegado de atender meramente o interesse público atendendo às características objetivas da Administração Pública.

No contrato, figura da Teoria Geral do Direito, há uma manifestação recíproca de vontades entre dois entes, conformando uma relação jurídica bilateral em que os respectivos interesses das partes se compõem e instituem uma vontade comum nascida do consenso, autônoma e diferenciada das vontades individuais originais, que, a ambas subordinando, passará a reger a relação assim formada. O contrato administrativo, como espécie de contrato, embora apresente os mesmos elementos deste gênero, se distingue com relação a um deles – o interesse – por ser qualificado pela ordem jurídica como da natureza pública, submetendo-o, assim, ao regime do Direito Administrativo. Portanto, para que se caracterize um contrato administrativo, não será necessário que uma das partes seja a própria Administração Pública atuando por uma de suas personificações constitucionais (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) ou infraconstitucionais (autarquias e figuras assemelhadas), bastando que seja um ente delegado que, nesta condição, esteja a cargo da satisfação de interesses públicos específicos (Neto, 2014, p. 253).

Na esfera privada, os particulares dispõem de ampla liberdade para contratar serviços e adquirir bens, já o Poder Público necessita de um procedimento rigoroso, preliminar e estabelecido em lei para realizar tais atos (MELLO, 2013).

Licitação é a designação geral de um conjunto de procedimentos que antecedem os contratos entre o setor público e os particulares.

Marçal Justen Filho (2005, p.309) define, de maneira sintética, licitação como sendo o procedimento administrativo disciplinado por lei e por um ato administrativo prévio, que determina critérios objetivos de seleção da proposta de contratação mais vantajosa, com observância do princípio da isonomia, conduzido por um órgão dotado de competência

específica (JUSTEN FILHO, 2005, p.309).

Di Pietro conceitua licitação como: procedimento administrativo pelo qual um ente público, no exercício da função administrativa, abre a todos os interessados, que se sujeitem às condições fixadas no instrumento convocatório, a possibilidade de formularem propostas dentre as quais selecionará e aceitará a mais conveniente para a celebração de contrato (DI PIETRO, 2013, p.370).

Existem registros históricos de "procedimentos licitatórios" na Europa medieval. Um sistema chamado "vela e pregão" resumia-se em um processo no qual uma desejada obra era apregoada enquanto uma vela queimava, os construtores faziam suas ofertas e quando a chama se apagasse o construtor detentor da melhor oferta era o vencedor (MEIRELLES, 2006).

No Brasil, a ideia de que as compras públicas deveriam ser reguladas sob um crivo legislativo não é recente, desde a muito se reconhece que os administradores da coisa pública não poderiam ter liberdade total para dispor dos bens e valores a ela ligados (SCARPINELLA, 2003).

A origem das licitações é muito anterior a atual regulação existente, sendo alguns dos diplomas mais relevantes na sua estruturação:

Decreto nº 2926, de 14 de maio de 1862, o qual já regulamenta "as arrematações dos serviços a cargo do Ministério da Agricultura, Comercio e Obras Públicas" e já fixava princípios norteadores das Compras Públicas: a publicidade, o sigilo das propostas e a igualdade entre os participantes (SPRICIGO; FONSECA, 2008);

Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, o qual estabeleceu as diretrizes da Reforma Administrativa do Estado de 1967 e já criava algo similar ao modelo contemporâneo de licitações, com propostas lacradas e exigência mais complexa de documentação (BRASIL, 1967);

Constituição Federal, de 22 de setembro de 1988, que conferiu competência privativa para a União legislar sobre as normas gerais de licitações e contratos. Definindo um novo patamar ético para as aquisições de bens e serviços pela Administração Pública, no seu art. 37 (BRASIL, 1988); na contemporaneidade, o diploma legal mais relevante para o regime de licitações é a Lei 8.666, de 21 de janeiro de 1993, conhecida popularmente como a Lei de Licitações e Contratos (BRASIL, 1993). Em sua primeira seção dispõe sobre o dever e a amplitude do ato de licitar, o qual abrange os poderes: Legislativo, Judiciário e Executivo, o Ministério Público, os Tribunais de Conta, seja no âmbito da União, Estados, Municípios e do DF, em suas administrações direta e indireta. Todas as autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas públicas estão sujeitas ao dever de licitar.

A Lei de Licitações é extensa e complexa, em seus 126 artigos ela praticamente esgota a matéria referente aos procedimentos licitatórios, além de tratar também dos contratos administrativos e de toda uma miríade de procedimentos correlatos e sanções (MUKAI, 1999).

Dentro do entendimento do processo licitatório existem vários procedimentos contemplados, conhecidos como modalidades de licitação.

A expressão modalidade é utilizada para designar as espécies do gênero licitação, as quais diferem entre si quanto à estrutura e finalidades. Não sendo simplificadamente resumidas as suas características formais, como o prazo de publicidade ou o teto de valor ao qual se aplicam (JUSTEN FILHO, 2005, p. 320).

Na Lei nº 8.666 / 93, o dispositivo responsável pela definição das modalidades é o art. 22, o qual prevê cinco modalidades: concorrência, tomada de preços, convite, leilão e concurso. Como sexta modalidade, o pregão foi adicionado posteriormente no ordenamento jurídico pela Lei nº 10.520 / 02.

3.2 Transparência Pública

O Estado brasileiro é estruturado com base nos pressupostos do Estado de Direito, nascido no apagar das luzes do século XVIII e consolidado no último século. Na contemporaneidade, esse ipo de estrutura sofre os efeitos das alterações profundas na ordem social e econômica, atreladas às reconfigurações da geopolítica mundial ocorridas na última metade do século XX e início do século XXI.

As diretrizes da Administração Pública nacional, consolidadas com a Constituição de 1988, acabaram tornando-se anacrônicas em alguns aspectos, em meio às mudanças promovidas pela globalização, em especial no que se refere aos novos paradigmas tecnológicos impostos nas últimas décadas. Neste ponto, o resultado prático dessas conjecturas.

> consiste na uniformização cultural dos diversos países, na redução dos poderes políticos estatais, na revisão do conceito de soberania, na intensificação do comércio mundial, na predominância das empresas transnacionais e na preponderância de concepções econômicas para organização da vida individual e coletiva. Nesse cenário, é muito difícil continuar a conceber o Estado e suas relações com a sociedade de acordo com os modelos difundidos em meados do século XX. Há a redução da atuação estatal, com a convocação da sociedade e da empresa privada para promover a satisfação de necessidades de cunho coletivo (JUSTEN FILHO, 2005, p.16).

Existe uma demanda popular crescente por mais eficiência na gestão dos recursos públicos, as transformações sociais, políticas e econômicas, bem como o advento das tecnologias de informação, aumentam essa pressão para que a administração pública faça cada vez mais com menos. A avaliação geral dos serviços públicos é negativa, em especial no que se refere a moralidade e eficiência, as compras públicas são especial expoente dessa crítica, por serem um dos principais meios pelo qual a administração pública aloca os recursos arrecadados.

A transparência, decorrente do princípio administrativo da publicidade, previsto no Art. 37 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), é uma das questões mais

abordadas; podendo ser considerada um pilar fundamental para o equilíbrio do sistema de pesos e contrapesos do Estado de Direito dentro do paradigma tecnológico atual de conectividade e onipresença das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

De acordo com ALVES (2015, p. 23), segundo a Controladoria-Geral da União (CGU), a transparência e o acesso à informação estão previstos como direito do cidadão e dever do Estado na Constituição Federal e em diversos normativos, como a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (Lei Complementar n.o 101/00), a Lei da Transparência (Lei Complementar no 131/09) e, mais recentemente, a Lei de Acesso à Informação - LAI (Lei no 12.527/11).

Visto que pedir e ter acesso a dados públicos é direito de todo cidadão brasileiro, a CGU lançou em janeiro de 2013 o programa Brasil Transparente para auxiliar na implementação das diretrizes previstas na Lei de Acesso à Informação (LAI) em Estados e Municípios. Tal programa tem como objetivo juntar esforços no incremento da transparência pública e na adoção de medidas de governo aberto.

Sancionada em 2011 pela então presidente Dilma Rousseff, a Lei de Acesso à Informação (LAI), que entrou em vigor em 2012, é um avanço no que tange a transparência e tratamento de dados referente às informações públicas e do serviço de informações ao cidadão, ao possibilitar que "qualquer interessado" possa ter acesso rápido e fácil a informações oriundas de órgãos públicos. (Site CGU: http://www.cgu.gov.br/assuntos/transparencia-publica/brasil-transparente).

Vale ressaltar, contudo, que o não cumprimento da Lei de Acesso à Informação (LAI) é considerada infração administrativa e os servidores públicos estão sujeitos a serem processados por improbidade administrativa e, até mesmo, à suspensão da função exercida.

Na última década, a onipresença e a conectividade constantes proporcionadas pelo alto volume e variedade de aparelhos de telefonia móvel, criou novas formas de interação entre pessoas e entre pessoas as instituições.

A maneira de ensinar nas escolas foi alterada, as empresas investem cada vez mais em Internet móvel para aumentar o consumo de seus produtos e os governos redefinem as formas de interagir com os cidadãos, que agora têm novos canais e oportunidades para o exercício da cidadania e participação na vida política (DE LIMA, 2017).

De acordo com TAVARES *et al* (2011, p. 2), as atuais transformações sociais que se processam a partir de inserção cada vez maior na vida cotidiana de tecnologias comunicativas digitais demonstram importantes diferenças entre esses meios de comunicação e os anteriores. Vale ressaltar que, ao longo da década, o rápido desenvolvimento da internet e seus aplicativos engendraram novos padrões de tratamento da informação pública e, por conseguinte, de novas possibilidades de ações da sociedade civil (TAVARES *et al*, 2011).

Em conformidade com CRUZ *et al* (2011, p. 155), diante dessa realidade, os códigos internacionais de boas práticas de governança na gestão pública, com destaque para os

códigos elaborados pela *Organisation for Economic Cooperation and Development* (OECD), pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pela *International Federation of Accounts* (Ifac), além de sugerirem as ações que se traduzem em boas práticas, também têm apontado a internet como meio de comunicação com potencialidade de disponibilizar informações de forma tempestiva e transparente aos diversos atores sociais.

Conforme dito por FIGUEIREDO E SANTOS (2014), a sociedade deve participar no acompanhamento e controle da gestão pública, interagindo com o governo, podendo solicitar deste informações de seu interesse, a qualquer momento.

No entanto, ainda nas palavras de CRUZ *et al*:

> Ressalta-se que dar publicidade não significa necessariamente ser transparente. É necessário que as informações disponibilizadas sejam capazes de comunicar o real sentido que expressam, de modo a não parecerem enganosas (2011, p. 157)

Segundo ALVES (2015, p. 16) a transparência e o controle social são conceitos indissociáveis, considerando o objetivo comum de bem-estar social e o interesse coletivo (apud Santos, 2013, p. 40). Além do mais, a participação da sociedade, atualmente, conceituada como controle social, prescinde de informações precisas que a auxiliem no dimensionamento de suas demandas e na correção de rumos das decisões adotadas pelos agentes delegados. Aplicando a transparência nas informações, o gestor público possibilita à sociedade o efetivo controle de seus destinos.

Transparência governamental traduz-se perfeitamente no Movimento de *Open Government Data (OGD)* ou Dados Abertos Governamentais, uma tendência de caráter mundial que, em síntese, significa o compartilhamento, com toda a sociedade, de informações governamentais indisponíveis ou somente acessíveis internamente. O movimento propõe ainda que tais informações tenham o mínimo necessário de restrições para seu uso e reuso (JANSSEN, CHARALABIDIS, ZUIDERWIJK, 2012).

Uma das manifestações chave do movimento de *Open Data* é a promoção dos *hackathons* cívicos (HEAD, 2017), maratonas de programação onde o ponto chave é influenciar a transparência governamental, de modo que se desenvolvam *softwares* voltados a resolução de problemáticas da cidadania.

Um *hackathon* cívico promovido pela Universidade de São Paulo (USP) foi responsável pela idealização embrionária da Plataforma de Acompanhamento de Licitações Públicas (PALP), um sistema voltado para fiscalização do andamento das licitações públicas.

Instrumentos como a Plataforma de Acompanhamento de Licitações Públicas (PALP) podem auxiliar a mudar um panorama todo em um país como o Brasil, visto que essa ferramenta se encontra na rede mundial de computadores (Internet) que tem, segundo CRUZ *et al* (2012, p. 155, apud OLIVEIRA E MARTINEZ, 2007) papel preponderante como meio de propagação de informação e conhecimento em diversas áreas, além de acesso

múltiplo e massivo, já permite que o mesmo seja utilizado complementarmente, inclusive por recomendação legal (Lei Complementar nº 101/2000, Lei Complementar nº 131/2009 e lei nº 9.755/1998) para divulgação de informações de atos da administração pública.

3.3 Investimento público

Em se tratando de investimento público no Brasil, existem diversas áreas em que o capital pode ser aplicado de forma a obter um retorno eficiente para o governo frente à população. Os maiores destaques neste texto serão para a relação do público-privado, infraestrutura e educação.

Para começar a análise sobre o investimento público, bem como seu impacto em setores diferenciados da economia, é necessário compreender a importância de se investir nesse meio. Para Rodrigo Octávio Orair (2016), em um estudo realizado no Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), é preciso desmistificar a questão de que investimento e despesa pública possuem as mesmas características, posto que, o primeiro, constitui geração de fluxo futuro de receita e amplia o patrimônio líquido do país. Com isso, acumulando ativos fixos que contribuirão para reduzir flutuações econômicas da economia capitalista, pois em momentos de instabilidade, os investidores optam por ativos mais líquidos (títulos públicos). O autor complementa afirmando que o investimento público é uma variável macroeconômica que estimula tanto a demanda como a oferta, no curto e médio/longo prazo, respectivamente. Além de ser uma fonte de sustentação da economia, se mantida em níveis estáveis, contra as crises e influenciador do crescimento econômico. Diante desses fatores, destaca-se a importância do investimento público para geração de resultados eficientes na economia. Nessa linha, a PALP surge como resultado da demanda oferecida pelo setor público e com o objetivo de gerar soluções concretas que não permitam flutuações, mantendo os níveis de estabilidade e bem-estar social.

No que tange o tema corrupção e em se tratando de países subdesenvolvidos, a área de licitação de bens e serviços é uma das mais expostas a esse risco, bem como os setores de infraestrutura onde normas e leis de execução são frágeis, no entanto, uma ínfima parcela da população possui conhecimento acerca disso (Shakantu, 2003). Tal fato implica que qualquer método que diminua a corrupção no sistema de licitações, afetará substancialmente os outros setores da economia e, consequentemente, os resultados do país, aumentando a eficiência dos gastos e diminuindo as despesas (Mawenya, 2007-2008). Uma pesquisa global sobre corrupção mostrou que o volume de subornos dentro do campo das licitações está estimado em torno de $390-400 bilhões de dólares por ano (Lengwiler and Wolfstetter, 2006), salientando, então, a importância do investimento público em ferramentas que possibilitem o gerenciamento/monitoramento de práticas abusivas dos órgãos públicos, bem como a fomentação da capacidade dos governos e cidadãos em usá-las, incluindo garantia de acesso às tecnologias e ao conjunto mínimo de saberes necessários ao seu manuseio (OGP, 2011).

No que cerne, ainda, a corrupção, o estudo pioneiro foi o *paper* de Rose-Ackerman (1975) que faz uma análise econômica da corrupção, a partir disso, percebeu-se a importância da relação entre corrupção e o crescimento da economia, já que a associação entre ambas é inversamente proporcional. Rose-Ackerman (1978), Murphy et al. (1991, 1993) e Shleifer e Vishny (1993) desenvolveram argumentos teóricos para explicitar que a alocação incorreta de recursos e serviços causam a deterioração da economia, que, em conjunto com a literatura empírica, utilizaram de dados cruzados para estimar a corrupção, além de refletir as diferentes implicações da teoria. Com base nesse estudo, Mauro (1995), encontrou uma relação inversamente proporcional entre os elevados níveis de corrupção com baixos níveis de investimento, prejudicando o crescimento econômico. Diante disso, a PALP aflora como uma ferramenta de investimento público complementar no combate à corrupção, influenciando positivamente o desenvolvimento da economia.

3.4 Tecnologia

Trabalhos manuais, há muito tempo, sofrem reduções, pois com a introdução de tecnologia existem inúmeras ferramentas disponíveis, as quais promovem agilidade no desempenho das necessidades diárias.

Os governos brasileiros têm realizado, desde os anos 60, esforços consideráveis de informatização dos seus processos. Mais recentemente, a partir da década de 90, verifica-se ênfase na melhoria da prestação de serviços ao cidadão utilizando os meios eletrônicos, principalmente a Internet (Cunha e Reinhard, 2001).

A Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – Sistema BEC/SP – tem como objetivo negociar preços de bens e serviços que a Administração Pública adquire por meios eletrônicos, fomentando a ampla competitividade e igualdade na participação para os usuários. De acordo com Figueiredo (2002, p.29), o Pregão consiste na “disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns em sessão pública, por meio de propostas de preços escritas e lances verbais”.

Contudo, quando a tecnologia está associada diretamente com a administração pública, há a dinamização dos resultados, podendo gerar serviços com maior valor associado e menor custo.

Na esfera mundial, existe métodos para quantificar e avaliar a eficiência do governo eletrônico, pois existe a necessidade e preocupação de avaliar e quantificar os melhores profissionais dos governos. Segundo Potnis (2010) a relevância do estudo está em avaliar a qualidade dessas pesquisas para informar seus usuários, entre os quais estão acadêmicos e profissionais dos governos. A Plataforma de Acompanhamento de Licitações Públicas (PALP) possui a característica de promover a transparência, eficiência e a qualidade nos governos, pois nela há a extração de informações, as quais são alimentadas pela população, serve de embasamento para pesquisas sobre licitações e podendo ser método de fiscalização das obras públicas.

No cenário político do Brasil atual, existe oportunidades para o desenvolvimento de projetos que relacionam transparências e inovação na Gestão Pública. Segundo Schumpeter (1982) a inovação é descrita como novas combinações entre materiais e forças produtivas a fim de viabilizar novos produtos e o desenvolvimento econômico, e esse processo dinâmico de substituição de antigas tecnologias por novas é denominado "destruição criadora". A PALP se propõe a atacar um grave problema brasileiro: a transparência dos gastos públicos.

No estudo de caso a Implementação do ERP – *Enterprise Resource Planning* – em Lençóis Paulistas (SP), o sistema teve como objetivo administrar o volume de recursos e demandas da população. Segundo Moreno; Junior e Cavenaghi (2007) conclui-se que o projeto de implantação de um sistema de informações integradas da Prefeitura Municipal de Lençóis Paulista ainda está em andamento, mas algumas conclusões preliminares podem ser levantadas.

Atualmente, existe uma preocupação de como as inovações tecnológicas impactarão os Estados, uma vez que, o que se pensa, é que esse impacto tornaria a população mais presente nas grandes decisões de uma nação e, consequentemente, promoveria uma maior transparência das ações favoráveis ou contrárias a população.

Entretanto, o que se espera é que as ondas da inovação não atinjam os Estados de maneira uniforme e organizada. Ao contrário, pensamos que práticas inovadoras podem ocupar a agenda de pequenas prefeituras, escolas, hospitais, creches, ou de qualquer unidade governamental que, tocada pela vontade de mudar, mobilize pessoas, servidores e cidadãos, para esse esforço (AGUNE e CARLOS, 2017).

Assim sendo, é necessário fazer mais com menos, uma vez que a os desafios enfrentados pelo setor público vêm se multiplicando e se tornando mais complexos a cada instante. Desta forma, para solucionar os problemas do mundo moderno, a sociedade espera do setor público soluções tão, ou mais efetivas, quanto as providas pelas melhores empresas do setor privado. (Vieira, 2015).

4 I CONCLUSÃO

Os princípios norteadores da Gestão Pública Brasileira, são "Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência" (CF, 2017), mas esses princípios por si só não são capazes de solucionar os problemas que surgem ao longo do tempo, é preciso a ação dos agentes públicos e da população para fazer valer esses princípios. A Transparência Pública no Brasil teve significativo progresso após a sanção da Lei de Acesso à Informação (LAI), em 2011, pela então presidente Dilma Rousseff; sendo considerado por muitos um avanço no que diz respeito a transparência de dados públicos, possibilitando a qualquer cidadão o acesso rápido e fácil às informações vindas de diversos setores públicos.

Contudo, mesmo que a transparência seja fruto do princípio administrativo da

publicidade, é importante ressaltar que nem sempre a solicitação por informações é atendida de maneira integral; as informações desejadas muitas vezes não são encontradas de maneira rápida e fácil, visto que no Brasil ainda há uma grande névoa no que diz respeito a liberação de dados públicos para a população; mesmo que o não cumprimento da LAI seja considerado infração pública, sinalizando uma percepção de que o ato de dar publicidade, por si só, não implica, necessariamente, em ser transparente.

Como poder acessar dados públicos é direito de todo e qualquer cidadão brasileiro, várias entidades, como a Controladoria Geral da União (CGU), lançaram programas que prometem amparar a implementação das diretrizes da LAI e, para tanto, o surgimento de novos instrumentos capazes de promover conectividade ajudou a criar novas maneiras para que os cidadãos possam interagir e cobrar o poder público.

Por fim, apesar da PALP ser uma plataforma inovadora e que promova transparência, ela ainda não é o suficiente para alcançarmos um padrão de excelência em eficiência, transparência e participação popular nos gastos públicos. Ademais, a plataforma necessita de ajustar-se a pontos levantados na pesquisa para que consiga chegar ao patamar desejado; além de conseguir fisgar o engajamento popular, essência para a alimentação e controle das informações dispostas.

REFERÊNCIAS

AGUNE, R., CARLOS, J. A. **Radar da Inovação – O que os governos precisam enxergar**. *Estudos Avançados*, v. 31, n. 90, 2017

ALVES, Márcia Dornelas. Transparência e Controle Social no Acompanhamento da Aplicação de Recursos Públicos: Atuação do Observatório Social (OS). Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2015

BRASIL. Constituição (1988). Institui a Constituição da República Federativa do Brasil. Constituição Federal do Brasil. Brasília, 1988.

CRUZ, Cláudia Ferreira; FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa; SILVA, Lino Martins da and MACEDO, Marcelo Álvaro da Silva. Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. **Rev. Adm. Pública [online]**. 2012, vol.46, n.1, pp.153-176. ISSN 0034-7612.

CUNHA, Maria Alexandra Viegas Cortez da; REINHARD, Nicolau. Portal de serviços públicos e de informação ao cidadão: estudo de casos no Brasil. **Anais..** Rio de Janeiro: ANPAD, 2001.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo.** 30º ed. Forense 2017.

FIGUEIREDO, J. R**. Licitações públicas**. Florianópolis: Insular, 2002.

FIGUEIREDO, V. S; SANTOS, W. J. L. Transparência e Participação Social da Gestão Pública: Análise Crítica das Propostas Apresentadas na 1ª Conferência Nacional Sobre Transparência Pública. **Revista de Contabilidade e Controladoria, Universidade Federal do Paraná**, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 73-88, jan/abr. 2014. ISSN 1984-6266

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007**.**

HEADD, Mark. Open government hackathons matter. Govfresh, 2011. Available at: <http://govfresh.com/2011/08/open-government-hackathons-matter/>. Acess in 20.dec. 2017. http://www.cgu.gov.br/assuntos/transparencia-publica/brasil-transparente

JANSSEN, Marijn; CHARALABIDIS, Yannis; ZUIDERWIJK, Anneke. Benefits, adoption barriers and myths of open data and open government. **Information systems management**, v. 29, n. 4, p. 258-268, 2012.

JUSTEN FILHO, Marçal**. Curso de Direito Administrativo.** 7. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2005. 1308 p.

Lei 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 22 jun. 1993. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm>. Acesso em 15 de maio de 2017.

Lengwiler, Yvan and Wolfstetter, Elmar, Corruption in Procurement Auctions (January 10, 2006). **Handbook of Procurement**. Ed. by N. Dimitri, G. Piga, and G. Spagnolo. Cambridge University Press, 2006.

MALHOTRA, Naresh K. Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada. 4ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

MAURO, Paolo. “Corruption and Growth.” The Quarterly Journal of Economics. Oxford University Press. Ago. 1995.

MAWENYA, A. S. **“Challenges of delivering value for money [from] Consulting engineering services in corruption prone sub-Saharan African Countries”**. Paper presented at the 14th GAMA conference, Botswana. 2007.

MEIRELLES, H L. (2007) **Direito Administrativo Brasileiro**. Atualizada por: Eurico de Andrade Azevedo, Délcio Balestero Aleixo e José Emmanuel Burle Filho. 33ª ed. – São Paulo: Malheiros Editores.

MELLO, C A B. (2008) **Curso de Direito Administrativo**. 25ª Edição. Revista e atualizada até a Emenda Constitucional 56, de 10.12.2007, 2ª tiragem. São Paulo: Malheiros Editores. x

MORENO, J.; JUNIOR, J.; CAVENAGHI, V. **Tecnologia da informação na gestão de cidades: um estudo de caso de implementação de ERP em um município paulista**. *Revista Gestão Industrial*. Janeiro, 2007.

MUKAI, T. **Licitações e contratos públicos**; comentários à Lei n.º 8.666/93, com as alterações da Lei n.º 9.648, e análise das licitações e contratos na EC n.º 19/98 (Reforma Administrativa). 5ª. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

MURPHY, Kevin M.; SHLEIFER, Andrei; VISHNY, Robert W. **"The Allocation of Talent: Implications for Growth"**. Quarterly Journal of Economics, United States, v. 108, n. 03, p. 599-617, 1991.

MURPHY, Kevin M.; SHLEIFER, Andrei; VISHNY, Robert W. **"Why is Rent-Seeking so Costly to Growth?"**. American Economic Review, Papers and Proceedings. United States, 1993.

NETO, D F M. **Curso de Direito Administrativo**. 16º edição. Forense 2014

OPEN GOVERNMENT PARTNERSHIP (OGP). **Plano de ação brasileiro**. Disponível em: <www.opengovpartnership.org/countries/brazil>. 2011.

ORAIR, Rodrigo Octávio. **Investimento público no Brasil: trajetória e relações com o regime fiscal**. Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2016.

POTNIS, D.D. **Measuring e-Governance as an innovation in the public sector.** *Government Information Quaterly***,** n. 27, p. 41-48, 2010.

ROSE-ACKERMAN, Susan; "The Economics of Corruption". **Journal of Public Economics**, IV (1975), 187-203.

SCARPINELLA, Vera. **Licitação na modalidade de pregão**:(Lei 10.520, de 17 de julho de 2002). São Paulo: Malheiros, 2003

SHAKANTU, W.M.W. **"Corruption in the construction industry: Forms, susceptibility and possible solutions"**. CIDB. South Africa. 2003.

SHLEIFER, Andrei; VISHNY, Robert W. "**Corruption"**. The Quarterly Journal of Economics, United States, v. 108, n. 03, 1993.

SPRICIGO, Paulo Sergio; FONSECA, Sergio Azevedo. Innovations in the proceedings for purchases and contracts in the public administration: short-term evaluation of the contributions of the new kinds of auction (public auction, electronic auction). Temas de Administração Pública, Araraquara, v. 2, n. 3, 2008.

TAVARES, L, D; PEREIRA, N. B. A Transparência Pública na Era Digital. In: SIMPÓSIO NACIONAL ABCIBER, 5., 2011, Florianópolis,.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

VIEIRA, F. **Portal TCU**. **Inovação no setor público**. Disponível em: < portal.tcu.gov.br/inovatcu/noticias/inovacao-no-setor-publico.htm> Acesso em 25 de maio de 2018.

CAPÍTULO 16

O PARQUE TECNOLÓGICO DE MARÍLIA/SP NA INSERÇÃO DA AGENDA GOVERNAMENTAL LOCAL SOB A ÓPTICA DOS MÚLTIPLOS FLUXOS

Data de aceite: 04/02/2021

Data de submissão: 18/12/2020

Nathália Gonçalves Zaparolli

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos.

São Carlos – São Paulo

http://lattes.cnpq.br/5536148150473000

https://orcid.org/0000-0002-9209-1194

Esse artigo foi desenvolvido, graças ao financiamento da CAPES, a partir da revisão de um artigo intitulado: *O Parque Tecnológico de Marília/SP na inserção da agenda governamental local*, publicado nos anais do evento intitulado: *VIII Seminário de Ciência Política e Relações Internacionais da UFPE*, em 2019.

RESUMO: Esse artigo analisa a inserção do Parque Tecnológico de Marília na agenda governamental do município, por meio do modelo de múltiplos fluxos de Kingdon. Metodologicamente, faremos um breve panorama histórico para situar o leitor sobre as Políticas de Ciência e Tecnologia no país, especificamente os parques tecnológicos. E informações a respeito do próprio Parque Tecnológico do município. Os elementos que trazemos para compreendermos como a ideia se inseriu na agenda são trabalhar com os três fluxos presentes no modelo, fluxo de problemas, fluxo de soluções e o fluxo político, que ao convergirem (*coupling*) geram a chamada janela de oportunidades, por meio disso que o projeto entra da agenda. Os fluxos e a janela serão analisados de forma qualitativa a partir de secundários (leis, documentos oficiais e reportagens), quanto primários (entrevistas), assim como identificar os chamados *policy makers* e *policy entrepeneurs*.

PALAVRAS - CHAVE: Parques Tecnológicos; Política de Ciência e Tecnologia; Agenda Governamental; *Multiple Streams*.

THE MARÍLIA/SP TECHNOLOGICAL PARK IN THE INSERT OF THE LOCAL GOVERNMENTAL AGENDA UNDER THE OPTICS OF MULTIPLE STREAMS

ABSTRACT: This article analyzes the insertion of the Marília Technological Park in the governmental agenda of the city, using Kingdon's multiple streams model. Methodologically, we will make a brief historical overview to situate the reader on Science and Technology Policies in the country, specifically the technology parks. And, information about the Municipal Technology Park itself. The elements we bring to understand how the idea entered the agenda are to work with the three streams present in the model, problem stream, solution stream and political stream, which, when converging, named coupling, generate the so-called policy window, through which the project gets off the agenda. The streams and the window will be analyzed qualitatively from secondary data (laws, official documents and reports), as well as primary data (interviews), as well as identifying the so-called policy makers and policy entrepeneurs.

KEYWORDS: Technology Parks; Science and Technology Policy; Government Agenda; Multiple

Streams.

1 I INTRODUÇÃO

O trabalho se propõe a estudar a criação do Parque Tecnológico (ParqTec) de Marília/SP, analisando o processo pré-decisório que o engloba, a formação da agenda governamental, por meio da abordagem dos múltiplos fluxos de Kingdon (1984)[1].

A política de criação e implementação de ParqTec é relativamente recente no âmbito brasileiro. Só foi possível emergir, primeiramente, pela consolidação das Políticas de Ciência e Tecnologia (PCT). No Brasil, elas se institucionalizaram a partir da década de 1950, com a criação de diversas instituições de pesquisas, instituições de fomento e políticas nacionais específicas para o desenvolvimento de ciência e tecnologia (CT), cujos propósitos de fomento era – e é – o desenvolvimento econômico. Uma política de Estado voltada para superação do atraso e o desenvolvimento de uma nova era industrial, com intuito de altas taxas de crescimento econômico.

Intimamente atrelado ao desenvolvimento econômico, uma política específica que enquadra ciência, tecnologia e inovação (CTI) é o incentivo a criação de Parques Tecnológicos. Foi uma política de influência estadunidense, onde havia se implementado esses tais parques, os primeiros por volta de 1970, um dos grandes propósitos é favorecer empresas pequenas ou nos seus primeiros estágios. Isso repercutiu positivamente no desenvolvimento local, por conseguinte, acabou por repercutir globalmente, ou seja, essa política foi implementada em diversos países, o primeiro ParqTec brasileiro é de 1984. Apenas a partir de 2000, houveram leis e incentivos agindo de forma mais abrangente e direta no desenvolvimento desses parques.

E é nesse ambiente de CTI, políticas de incentivos aos ParqTec, desenvolvimento local, que se enquadra a criação do ParqTec de Marília. Município relativamente novo, 91 anos, no interior do estado de São Paulo, que buscou em suas vocações, como o próprio projeto dos parques acentua, juntamente com os gestores públicos, acadêmicos e empresários, um impulso para produção de CTI.

O artigo se apresenta da seguinte forma: discutiremos a metodologia empregada; posteriormente um breve panorama histórico para situar o leitor sobre as Políticas de Ciência e Tecnologia no país, afunilando para os parques tecnológicos; informações a respeito do próprio Parque Tecnológico de Marília; depois aplicamos o modelo dos múltiplos fluxos a partir dos dados coletados; por fim, as considerações finais.

1 Importante ressaltar que a maior parte dos dados é derivada de uma pesquisa em seu estágio inicial, são dados para tese de doutorado da autora desse artigo. A utilização do modelo de Kingdon orientou na compilação dos dados obtidos até o momento.

2 | METODOLOGIA

Essa pesquisa se utiliza de métodos qualitativos de análise, em específico o modelo dos múltiplos fluxos, para conseguimos mapear os atores envolvidos no empreendimento do ParqTec de Marília, além de captar acontecimentos internos e externos ao processo, cujas influências se mostram preponderante para entrada desse tema na agenda governamental.

Começamos com os atores (internos e externos), que mobilizam recursos institucionais, financeiros, atuando nos processos. E fluxo de soluções, fluxo de problemas e fluxo político, conseguimos observar a convergências desses (fenômeno chamado *coupling*). E, assim, como geram a chamada janela de oportunidades (*policy windows)*, por meio disso que o projeto, a criação do ParqTec, entra da agenda. Os fluxos e a janela serão analisados de a partir de secundários (leis, documentos oficiais e reportagens), quanto primários (entrevistas), assim como identificar os chamados *policy makers* e *policy entrepreneurs.*

Esse artigo diz respeito a análise de uma política pública que abrange o período da inserção na agenda governamental, ou seja, os processos pré-decisórios, cujos dados são produto de uma pesquisa preliminar realizada pela autora em sua tese de doutorado sobre os parques tecnológicos no interior paulista.

3 | POLÍTICA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO BRASIL

A PCT no Brasil começou seu processo de institucionalização principalmente a partir de 1950. Os marcos legais se constituíram na criação da CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa, depois Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) em 1951 e CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) em 1952. Em especial essas duas instituições foram as primeiras tentativas do Governo Federal em pensar de forma estratégica a respeito do fomento em pesquisa e formação científica (BAUMGARTEN, 2008).

Ao longo das décadas de 1960, 1970 e sucessivamente outras instituições foram sendo criadas no Brasil com o intuito de fomento à pesquisa, ciência e formação tecnocientífica. Outro marco importante de nossa história de CT se trata da criação do Ministério da Ciência e Tecnologia em 1985, afinal se refere a um órgão do governo ligado aos assuntos de CT, de forma a sistematizar, elaborar planos, editais para fomento. Novas possibilidades se abrem e diretrizes padronizadas são realizadas – no sentido de planos nacionais com aplicabilidade em estados e municípios.

Desde a época da ditadura militar (1964-1985) a lógica mercantil da PCT tem vigorado em grande medida. As alianças entre empresa, Estado e universidades receberam incentivos governamentais. As empresas tiveram estímulo para produção de Pesquisa e Desenvolvimento (PD) e como mão de obra (qualificada) aquela formada nas Universidades (DIAS, 2012). Já sabemos que essa aliança ainda não alavancou – ou não quanto se

esperava – mas a lógica do capital dentro da produção técnico científica nitidamente ganhou espaço, tanto é que o termo inovação assumiu esse papel de relação quase intrínseca com o mercado, advinda de um processo crescente de globalização, abertura de marcado e aumento da competitividade internacional.

Ao longo da década de 1990, os debates a respeito de inovação, processo produtivo, desenvolvimento econômico foram se fazendo cada vez mais presentes na agenda governamental. Com o avanço da informática aliada aos processos tecnológicos de aceleração e modernização da produção industrial, métodos fabris até então em uso foram rapidamente substituídos por formas inovadoras de fabricar bens e equipamentos de maior qualidade, maior produtividade e menor custo, formando o tripé tão indispensável a economia capitalista.

O pensar inovador teve fundamental importância nesse novo momento da economia e da ciência a partir da formulação de teorias e práticas inovadoras, pois é inquestionável que se passou a conceber o desenvolvimento muito mais calcado na eficácia do que por si e tão somente na efetividade do processo produtivo. Buscou-se o fazer mais do que o como fazer. E nas décadas de 1990 e 2000, tal explosão de inovação teve assombrosa curva de crescimento.

Em 2004, temos significativo avanço na indústria brasileira e, portanto, um marco assecuratório do desenvolvimento nacional. Temos o exemplo da criação da Lei da Inovação Tecnológica, de número 10.973, de 02/12/2004[2], assentada sobre três pilares: a constituição de ambiente propício a parcerias estratégicas entre universidades, institutos tecnológicos e empresas; o estímulo à participação de institutos de ciência e tecnologia no processo de inovação; e o estímulo à inovação na empresa. Inclusive, época na qual os Parques ganham maior visibilidade, devido sua funcionalidade, como veremos a seguir.

3.1 Parques Tecnológicos

Os Parques Tecnológicos (ou Science Parks) se iniciaram a partir de 1949, nos Estados Unidos, por meio do interesse da Universidade de Stanford desenvolver uma área próxima ao campus, considerada uma área de privilégios, por estar perto de uma instituição que desenvolve pesquisa e conhecimento (Torkomian, 1996). O governo brasileiro se interessou por essa iniciativa, foram feitos intercâmbios entre esses países, culminando na iniciativa do CNPQ, em 1984, com projeto específico para implementação dos Parques.

Eles consistem em espaços voltados para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação, onde buscam aproximar institutos de pesquisas e universidades com o setor produtivo para produção de mercadorias comercializáveis e difusão da CT. Muitas dessas empresas são conhecidas como Empresas de Base Tecnológica (EBT), atividades de inovação relacionadas a difusão, adaptação e melhoria de tecnologias já existentes, ao invés de desenvolvimento de tecnologias novas ou de inovação significativa (BELL;

2 Lei na íntegra: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm - Acesso em 10 dez. 2020.

PAVITT, 1993). Esses parques são instalados em cidades consideradas pólos tecnológicos, tratam-se de uma tradição e cultura industrial, espírito empresarial e competitivo, existência de escolas boas fundamentais, médias, tecnológicas, industriais, instituições de educação superior e pesquisa e empresas que utilizam tecnologia (BUFFA; NOSELLA, 2003).

Em nível regional, o governo do Estado de São Paulo possui o Sistema Paulista de Parques Tecnológicos, primeiro decreto de nº. 50504/2006[3], a fim de dar suporte, atrair investimentos e gerar EBTs para promover o desenvolvimento econômico. Outra iniciativa chama-se Pró-Parques, que concede incentivos às empresas que se instalarem em ParqTec, decreto nº. 53826/2008[4]. A partir desse sistema que o Parque Tecnológico de Marília criou forma. A gestão pública, juntamente com empresários e universidade se mobilizaram para concretizá-lo.

3.2 Parque Tecnológico de Marília

Primeiramente, o município de Marília se localiza no centro-oeste do Estado de São Paulo, de porte médio e fundada em 1929. Era uma região extensa de fazendas de café, tanto que seu desenvolvimento urbanístico, industrial inicial se deve aos barões de café, em especial a família Matarazzo. Ao longo dos anos 1950, 1960, universidades se instalaram e, em 1970, indústrias alimentícias e metalúrgicas, boa parte de imigrantes japoneses e italianos. Tanto que ficou conhecida como "Capital do Alimento"[5]. Empresas que se destacam no setor: Marilan S/A, Nestlé Brasil Ltda., Indústria e Comércio de Biscoitos Xereta, Dori Produtos Alimentícios, Bel Produtos Alimentícios. Apenas a partir dos anos 2000, vem descobrir a ciência, tecnologia e inovação como fomentos para o desenvolvimento econômico e social[6].

O embrião de uma estrutura física e de recursos humanos para a criação do ParqTec em Marília se iniciou dentro de uma universidade particular da cidade, a UNIVEM, em 2000, com o Centro Incubador de Empresas. Assim, juntamente com a formação de uma estrutura municipal, na qual questões a respeito de Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI) passaram a ter tamanha relevância e importância para o desenvolvimento da cidade, se criou o Conselho Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação (COMCITI) desse município, em 2014, pela lei no. 7677[7], sob a coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turístico.

Na junção de interesses entre universidades, sob o comando de dois coordenadores,

3 Lei na íntegra: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2006/decreto-50504-06.02.2006.html - Acesso em: 10 dez. 2020.

4 Lei na íntegra: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2008/decreto-53826-16.12.2008.html - Acesso em: 10 dez. 2020.

5 A partir do projeto de lei no. 2229-A/2011, aprovado pelo Congresso nacional em de setembro de 2011. Informações disponíveis em: http://www.camara.gov.br/sileg/integras/923096.pdf/, http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=917022 – Acesso em: 10 dez. 2020.

6 Dados extraídos de: https://desenvolvemarilia.wordpress.com/nossa-historia/ - Acesso em 10 dez. 2020.

7 Lei na íntegra: https://sapl.camar.sp.gov.br/pysc/download_norma_pysc?cod_norma=20887&texto_original=1 – Acesso em 10 dez. 2020.

professores da UNIVEM, Elvis Fusco e Fábio Dacenio Pereira, órgãos municipais, funcionários da secretaria em questão, como o secretário Cássio Luiz Pinto e subsecretário da Secretaria de Ciência e Inovação do governo do Estado de São Paulo Marcelo Strama, e no tocante as instituições representadas no conselho, como Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), Associação Comercial e Industrial de Marília (ACIM), Associação de Empresas de Serviços de Tecnologia da informação (ASSERTI), faz-se estudos e culminou no projeto para o pedido de credenciamento do ParqTec de Marília, no começo de 2017[8] .

O credenciamento é um processo prévio a instalação do ParqTec, no qual certas exigências são colocadas, principalmente pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, como estruturais, políticas e recursos humanos, para posteriormente se inserir ao Sistema Paulista de Parques Tecnológicos. Assim, culminou na lei complementar no. 788, de 07 de julho de 2017[9], na qual se estrutura o Sistema Local de Inovação do município de Marília (SLIM). Diversas instituições e órgãos, envolvendo empresas, governo municipal e universidades criam redes no propósito de desenvolver CTI, além de medidas de incentivo à inovação, desenvolvimento e pesquisas tecnológicas e científicas. Também se cria um Fundo Municipal de Apoio à Ciência e Tecnologia e Inovação de Marília, chamado como "Fundo Inova Marília"[10].

A junção de estruturas já existentes no município, elaboradas pela UNIVEM, como o Centro de Inovação Tecnológica de Marília (CITEC-Marília), o Centro Incubador de Empresas de Marília (CIEM), Arranjo Produtivo Local de Tecnologia da Informação de Marília (APL TI Marília), mais o "Espaço de Coworking" concretizado no espaço físico da UNIVEM, como um local de incubação e criação de startups. E estrutura universitária de ensino, onde se formam profissionais qualificados e capacitados para trabalhar nesses empreendimentos, possibilitaram a reivindicação de se criar um ParqTec em Marília, uma vez que são modelos de estruturas exigidas pelo governo estadual para se inserir no quadro de credenciamento supracitado.

O ParqTec de Marília inicialmente se instalará no distrito de Lácio, numa área de 200 mil m^2, principalmente com instalação de incubadora. Na gestão anterior do prefeito Vinícius Camarinha (mandato 2013-2016), essa área se destinava a concentrar todas as instituições de ensino profissionalizantes, como Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), entre outros[11]. Atualmente, nos encontramos na gestão de Daniel Alonso, prefeito responsável pelo credenciamento. Assim, esse município por meio de leis e parcerias montou o quadro institucional, legal e estrutural para instalar seu

8 Dados extraídos de: http://www.inovamarilia.com.br/2017/08/29/prefeitura-e-univem-apresentamprojeto-de-credenciamento-do-parque-tecnologico-de-marilia/ - Acesso em: 10 dez. 2020.

9 Lei na íntegra: https://sapl.camar.sp.gov.br/pysc/download_norma_pysc?cod_norma=22176&texto_original=1 – Acesso 10 dez. 2020.

10 Dados extraídos de: http://www.inovamarilia.com.br/2017/08/29/prefeitura-e-univem-apresentamprojeto-de-credenciamento-do-parque-tecnologico-de-marilia/ - Acesso em: 10 dez. 2020.

11 Dados extraídos de: http://portalmariliense.com/portal/senai-de-marilia-ganhara-nova-sede-em-parquetecnologico--em-lacio/ - Acesso em: 10 dez. 2020.

ParqTec.

4 | MODELO DOS MÚLTIPLOS FLUXOS

O modelo dos múltiplos fluxos (*multiple streams*, no termo original) de Kingdon (1984), trata-se de um estudo a respeito da *agenda-setting*, assim como as ideias chamam a atenção dos governantes e entram para a agenda. Essa perspectiva de fluxos para formulação de problemas em políticas públicas possui influências no modelo desenvolvido por Cohen, March e Olsen (1972) chamado de modelo da lata de lixo (*garbage can*, no termo original). A ideia principal contida aqui é que as decisões realizadas por atores dentro de organizações, conhecidas como anarquias organizadas, não se devem a escolha racional ou necessariamente intencional. As decisões são realizadas muitas vezes por processos complexos. Apresenta uma análise alternativa de políticas à *rational choice* (escolha racional).

Chamam-se múltiplos fluxos justamente por envolver a análise de três fluxos. O primeiro é composto pelos problemas. Como os problemas chamam a atenção dos tomadores de decisão? Por meio de indicadores, enventos-focais ou *feeback*, informações que chegam aos políticos como avaliação de alguma política pública, pela mídia, etc. O segundo fluxo envolve políticas ou soluções para os problemas. Nessa abordagem, a discussão de soluções está mais atrelada ao interesse individual se comparado a resolução de problemas em si. Por fim, o terceiro fluxo se trata dos processos políticos relacionados com a definição da agenda. Tais processos envolvem “humor nacional”, opinião pública, eleições ou mudanças de governo (KINGDON, 1984).

Há momentos críticos em dois ou nos três fluxos se convergem abrindo uma *policy windows* (janela de oportunidades), sobretudo devido aos fluxos político e de problemas, formando *coupling* (acoplamento de fluxos). E os *policy entrepreneurs* (empreendedores de políticas) são fundamentais para mudanças na agenda, investem recursos para promover uma ideia contando com a antecipação de ganhos futuros. Eles são especialistas, tendo influências sobre grupos ou indivíduos (CAPELLA, 2006).

Esse acoplamento ou janela de oportunidades não são gerados de forma espontânea. Kingdon divide os agentes entre os internos e externos ao governo. Os primeiros incluem membros do Executivo, técnicos em cargos de confiança, burocratas e parlamentares. Os segundos podem ser movimentos sociais, acadêmicos, mídia, partidos e opinião pública. Esses agentes atuam conforme as decisões tomadas, portanto não necessariamente agem durante todo o processo de políticas públicas (PINTO, 2008).

No caso do objeto em questão, o Parque Tecnológico de Marília, e para analisar a problemática inserida: a inserção da criação do ParqTec dentro da agenda governamental do município de Marília, adotamos desenvolver os três fluxos e o papel dos atores internos e externos ao governo, incluindo o empreendedor de políticas.

4.1 Os Atores

4.1.1 Atores Internos

No modelo original dos múltiplos fluxos, o papel do presidente era preponderante para que alguma questão entrasse na agenda, uma vez que concentra recursos institucionais, organizacionais e mobiliza a atenção pública (CAPELLA, 2006). Isso se observou parcialmente no caso desse estudo. O tema da criação do ParqTec de Marília foi apresentado pelo então prefeito desse município Vinícius Camarinha (do Partido Socialista Brasileiro) em 2014. No período de seu governo houve a criação do COMCITI, em 2014. Também ocorreu a confecção de um projeto que foi encaminhado à Secretaria de Ciência e Tecnologia do Governo de São Paulo. Assim, o tema entrou na agenda, no entanto em pouco tempo já não era mais o foco das políticas municipais. Em 2017, assumiu o prefeito Daniel Alonso (do Partido da Social Democracia Brasileira).

Um ator interno ao governo que permaneceu antes da formulação do projeto, atualmente o ParqTec de Marília já possui o credenciamento (provisório) do Sistema Paulista de Parques Tecnológicos[12], foi o secretário (da época) da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo Cássio Luiz Pinto Júnior – hoje, 2020, ocupa o cargo de Secretário da Saúde. Ele foi um ator chave para a elaboração do projeto e para mobilização de grupos nessa empreitada, reunir especialistas a respeito do tema, assim como a permanência do interesse da criação do ParqTec apesar da mudança de governo municipal, essa ideia, graças em grande medida ao secretário, voltou a agenda governamental. Juntamente com o secretário, em conjunto, o subsecretário Marcelo Strama. Tanto os prefeitos, quanto o secretário e subsecretário podem ser compreendidos como *policy makers* (fazedores de política), como difusores dessa ideia.

4.1.2 Atores Externos

Um dos atores é um grupo de empresas privadas chamado ASSERTI. Essa Associação contém quase 100 empresas filiadas, englobam as áreas de automação industrial, desenvolvimento web, e-commerce, fábrica e serviços de software, infraestrutura, mobile, outsourcing, sistema de gestão[13]. Essas empresas foram responsáveis pela contratação de pesquisadores, pela pesquisa, sistematização de dados e elaboração do projeto para o credenciamento do ParqTec de Marília no Sistema Paulista de Parques Tecnológicos, em 2017.

Outro ator é a UNIVEM, a gestão da faculdade mobilizou recursos humanos e materiais para elaboração de estruturas que complementam o projeto do ParqTec, como CITEC-Marília, CIEM, APL TI, “Espaço Coworking”. Com essas estruturas temos todos os

12 Conferir:http://www.inovamarilia.com.br/2018/01/04/parque-tecnologico-de-marilia-recebe-credenciamento-do-governo-de-sao-paulo/ - Acesso em: 14 dez. 2020.

13 Mais informações acessar: http://asserti.org/pages/associados.aspx?tp=full – Acesso em: 14 dez. 2020.

processos para o processo de desenvolvimento de inovação. O espaço representa um local livre para ideias novas e possível criação de *startups*; as incubadoras para quando a empresa está no início e precisa de apoio para ser uma competidora em potencial no mercado; o arranjo e o centro de inovação dão suporte institucional e governamental para inovação; por último o ParqTec, no qual as empresas e universidades possam transformar pesquisa em produto. Além de que muitos profissionais da tecnologia da informação, ciência e engenharia da computação se formam nessa universidade.

O empreendedor de políticas aqui trata-se do Prof. Dr. Elvis Fusco. Desde o começo, lá em 2014, ele está envolvido no projeto de implementação do ParqTec. Como professor universitário e dentro de uma instituição de ensino renomada na cidade vem mobilizando recursos para todos os empreendimentos supracitados. Realizou diversas palestras, circulou em diversas feiras e congressos pelo Brasil e mundo para se inteirar dos sistemas de inovação e Parques Tecnológicos[14]. Como o próprio modelo antecipa, ele é doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Marília. A atuação profissional nos mostra a circulação em diversas redes, evidenciando seu potencial de influenciar grupos ou indivíduos, uma vez que justamente as redes das quais participa estão envolvidas no projeto do ParqTec, presidente da ASSERTI, coordenador do curso de bacharelado em ciência da computação e sistemas de informação da UNIVEM, também ocupa o cargo de pró-reitor de Inovação e Desenvolvimento da UNIVEM[15].

4.2 Fluxos

4.2.1 Fluxo dos Problemas

O município de Marília se destaca, há algumas décadas, no setor industrial voltado para a produção de alimentos. Tanto que uma das vocações, como é assim chamado, ou principais clusters de empresas do ParqTec de Marília são indústrias do setor alimentício. Mas com o advento da UNIVEM, outra faculdade particular chamada Universidade de Marília (UNIMAR) e a Faculdade de Tecnologia de São Paulo (FATEC, a mais recente entre elas, criada em 2006) começaram a abrir cursos como, tecnologia de alimentos, ciência da computação, engenharia da computação, tecnologia da informação, análise e desenvolvimento de sistemas, sistemas da informação. Enfim, cursos voltados para área industrial, com enfoque para o desenvolvimento de tecnologia e inovação, o município se deparou com profissionais qualificados, no entanto sem grandes possibilidades de atuação localmente.

A partir, especialmente de 2000, algumas empresas foram sendo formadas com objetivo dessas áreas de atuação. Apenas em 2016, eram mais de 100 empresas abertas

14 Mais informações: http://www.apltimarilia.org.br/2018/06/05/apl-ti-marilia-marca-presenca-em-evento-internacional/ ; http://www.jornaldamanhamarilia.com.br/exibe.php?id=11928 – Acesso em: 14 dez. 2020.
15 Maiores detalhes: https://www.univem.edu.br/cursos/docente.php?curso=30&id=25 – Acesso em: 14 jul. 2018.

em Marília e região, um crescimento de 13% em relação ao ano anterior[16]. Lembrando que neste ano já tínhamos reconhecido a CITEC e CIEM, ocorrido em 2015, além de reconhecido a APL TI apenas em 2016 também[17].

Assim, antes desse período, da elaboração do projeto do ParqTec, antes de 2014, haviam profissionais para atuar na área de tecnologia e inovação, porém poucos incentivos. Além disso, mostravam um potencial para a cidade se tornar destaque estadual no desenvolvimento de empresas de bases tecnológicas, somando a outras que há décadas estão nesse rol, por exemplo São Carlos, Campinas, São Paulo, São José dos Campos.

Portanto, um problema se localizava, inserir, e se tornar destaque, Marília entre as cidades com desenvolvimento de tecnologias, principalmente inovação, e aumento da geração de emprego. Ainda mais por possuir uma vocação industrial diferenciada de outras regiões, como a alimentícia e metalúrgica, como pontua o próprio professor Elvis Fusco:

> A inovação hoje é um requisito essencial para as empresas terem força de competitividade. Isso vai proporcionar para Marília um novo cenário tecnológico visando o desenvolvimento industrial e de serviços, proporcionando um aumento imediato do nível de emprego. Isso, é claro, vai exigir também a qualificação da mão de obra constante no município.[18].

Podemos notar que Marília não se encontrava em posição tão desprivilegiada assim. Temos desde 2014, ano quando se inicia a pauta da criação do ParqTec e os debates para implementar o Sistema de Inovação, aumento da geração de emprego, um aumento de 23,5% em relação ao ano anterior[19].

Somado a isso, o desenvolvimento econômico da cidade tem crescido ao longo dos anos, baseado no valor do Produto Interno Bruto, o que mostrava também possibilidades de investimento. Em 2010, eram aproximadamente, 4 bilhões e 500 mil reais, em 2015, quase 7 bilhões de reais correntes.

4.2.2 Fluxo das Soluções

Em 2014, o então prefeito Vinícius Camarinha apresentou uma proposta para a criação do ParqTec de Marília, projeto amplamente acolhido pelo secretário Cássio e pelo professor Elvis. Há indícios da ideia do ParqTec já estar presente antes mesmo de se pensar no problema, a inserção de Marília entre as cidades produtoras de inovação tecnológica; Indícios uma vez que os decretos de leis supracitados se mostram como canais para atrair visibilidade e investimentos para o município – apenas com entrevistas que serão realizadas ao longo do doutorado, poderíamos fazer essa inferência com maior precisão. E se esse fosse realmente o caso, as soluções antes dos problemas se mostrariam correlatas

16 Dados extraídos de: https://www.univem.edu.br/noticias/?id=4295 – Acesso em: 14 dez. de 2020.

17 Dados extraídos de: http://www.inovamarilia.com.br/sistema-local-de-inovacao/legislacao/ - Acesso em: 14 dez. 2020.

18 Trecho extraído de: http://www.inovamarilia.com.br/sistema-local-de-inovacao/comciti/ - Acesso em: 14 dez. 2020.

19 Dados extraídos de: https://desenvolvemarilia.wordpress.com/2014/11/19/desenvolvimento-marilia-e-destaque-no--estado-em-geracao-de-empregos/ - Acesso em: 14 dez. 2020.

de acordo com o modelo proposto.

Ainda em 2014, o Sistema Paulista de Ambiente de Inovação (SPAI) foi institucionalizado com o decreto nº. 60286. Esse sistema, juntamente com o Sistema Paulista de Parques Tecnológicos (última atualização é o decreto no. 61909/2016[20]), tratam-se de uma ótima oportunidade de investimento e angariar recursos públicos para o desenvolvimento local.

Para a implementação efetiva do ParqTec, antes o município teria que cumprir série de exigências para primeiro conseguir o credenciamento. São elas: elaboração do Centro de Inovação Tecnológica, cadastrado na Rede Paulista de Centros de Inovação Tecnológica; Incubadora de empresas, integrante da Rede Paulista de Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica; comprovante de uma área de no mínimo 200 mil m^2 para construção do empreendimento; centros e instituições de pesquisa manifestando oficialmente apoio à implementação do Parque; projeto do empreendimento, viabilidade econômica e técnico-científica.

Grande parte desses requisitos já existia no município, a estrutura física principalmente, importante para implementação do Sistema Local de Inovação, facilitando o desenvolvimento da proposta[21] e diminuindo os dispêndios de despesas governamentais no momento. A maior energia seria gasta na elaboração e aprovação de leis para institucionalizar os sistemas e empreendimentos envolvidos para o credenciamento do Parque. O baixo custo, a viabilidade técnica e ainda os valores compartilhados dos *policy makers* são cruciais nesse fluxo, critérios que encontramos no caso estudado.

4.2.3 Fluxo Da Política

Em relação a esse terceiro fluxo, com os dados disponíveis, conseguimos identificar elementos como o humor nacional e a questão da mudança de governo para que a criação do ParqTec de Marília entrasse na *agenda*-setting. Inicialmente a partir de uma perspectiva global, afinal a inovação, na forma que nos inspiramos em realizar hoje no país, se difundiu a partir dos Estados Unidos, assim como a ideia de Parques Tecnológicos (ANDRADE, 2004; TORKOMIAN, 1996). O humor nacional se evidencia com a questão de a inovação passar a ser pauta central para o desenvolvimento econômico, científico e tecnológico a partir dos anos 2000. Em Marília, notamos a influência dessa pauta principalmente a partir de 2010.

O desenvolvimento local também ganha significado. A nível internacional, nichos de desenvolvimento, valorização territorial de produção local passam a ser um modo relevante de produção de produtos e desenvolvimento de inovações, apesar da internacionalização de produtos, empresas e profissionais. Os condicionantes globais estão inseridos nas

20 Lei na íntegra: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2016/decreto-61909-06.04.2016.html - Acesso em: 10 jul. 2018.

21 Maiores informações: http://www.inovamarilia.com.br/sistema-local-de-inovacao/comciti/ - Acesso em: 10 dez. 2020.

capacidades e potencialidades locais (GAVA, 2010). A nível nacional, a partir da federalização do Brasil concretizada pela Constituição Federal de 1988, na qual federação, estados e municípios passam a ser entes federados, com responsabilidades e direitos específicos de acordo com cada política pública elaborada, apesar de se notar a centralização de políticas (devido diversas vulnerabilidades municipais e estaduais) (ARRETCHE, 1996).

O empreendimento Parque Tecnológico abrange desenvolvimento local visando desenvolvimento regional, nacional. É pilar para desenvolver inovação, pois aproxima universidades e centros/instituições de pesquisa com empresas, ou seja, o setor produtivo, no intuito de aumentar a competitividade do mercado. E o ambiente do município de Marília estava favorável para esse tipo de iniciativa.

Além disso, no momento da proposta de criação do ParqTec de Marília, a lei do SPAI (ambas em 2014) pode ter sido catalizadora para chamar a atenção dos *policy makers*, mas como salientado a pauta ficou latente. Em 2017, com a posse de um novo prefeito, a proposta da criação ganha notoriedade e prioridade, tanto que em um ano o projeto de credenciamento foi elaborado, submetido à aprovação e concedido o credenciamento provisório. No caso, a mudança de governo se mostrou importante para a elaboração dessa *agenda-setting*.

4.3 Abertura da Janela de Oportunidades

A partir dos dados expostos e dentro da abordagem dos múltiplos fluxos, podemos observar que em 2014, o fluxo da política e o fluxo das soluções principalmente se convergem, e o fluxo dos problemas condiz com a compreensão de todo cenário para a entrada da criação do ParqTec na agenda governamental. Essa confluência de fluxos, juntamente com a atuação do empreendedor de políticas, que consegue identificar o momento adequado dessa junção (*timing)*, geraram uma janela de oportunidades. O resultado foi a elaboração da proposta, submetida à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo.

O curioso que o projeto ficou latente por três anos, esse período de latência ainda não foi investigado, no entanto, podemos supor justamente a falta de grupos de pressão para que permanecesse na agenda e se desenvolvesse a proposta. De todo modo, em 2014, o ParqTec entrou para agenda governamental. E em 2017, mesmo com a mudança de governo, o projeto segue a diante, pois a decisão da construção do Parque é tomada.

5 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um ponto interessante de se observar no modelo, pela lente de Akrill e Kay (2011), é que por vezes não basta a janela de oportunidades abrir, mas o tempo que ela fica aberta pode influenciar no aumento ou diminuição de uma decisão ser tomada. No caso da pesquisa, isso se apresenta, com o governo estadual de 2018 as condições políticas se apresentavam mais favoráveis para investimentos e implementação efetiva do ParqTec,

com as eleições, essa janela rapidamente fecha, ou seja, não houve tempo para repasse da verba pública, abrindo caminho apenas para se buscar novas soluções.

Com isso, conseguimos concluir a respeito do processo de formulação da agenda no caso do ParqTec de Marília ainda é extremamente incipiente. Apesar disso, ao analisarmos os processos, atores e instituições envolvidas conseguimos delinear o papel de cada um, os fluxos envolvidos, como se convergiram e como se desenvolveu o projeto desse empreendimento. E é nessa perspectiva que ao adotarmos o modelo dos múltiplos fluxos como método de análise, ele mostra seu potencial de compreensão de políticas que se elaboram num curto a médio período de tempo – mesmo tendo limitações como todo modelo.

Podemos observar também, segundo o objeto analisado, que o interesse do professor Elvis Fusco, no fluxo das soluções, atrelado ao humor nacional, no fluxo político, foram fatores de inflexão para inserção da criação do ParqTec na agenda. Claramente, com negociações e apoio dos gestores municipais, sem os quais também se apresentaria dificuldades a pauta, principalmente do secretário municipal Cássio e subsecretário estadual Marcelo Strama.

As questões dos problemas, soluções e política levam anos para se delinearem, é nesse sentido que os fazedores de política e, no caso do modelo, o empreendedor de políticas, são cruciais para alavancar a política proposta e o momento propício para sugerir inseri-la na agenda. Ajuda-nos a compreender tanto o ambiente envolto, ou seja, uma visão mais macro, quanto na visão micro dos atores.

REFERÊNCIAS

ACKRILL, R.; KAY, A. Multiple streams in EU policy-making: the case of the 2005 sugar reform. **Journal of European Public Policy***,* 18(1): 72–89, 2011.

ANDRADE, T. H. N. Inovação Tecnológica e Meio Ambiente: a Construção de Novos Enfoques. **Ambiente & Sociedade**, vol. VII, nº. 1, 2004.

ARRETCHE, M. Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 31, ano 11, pp. 44-66, 1996.

BAUMGARTEN, M. **Conhecimento e Sustentabilidade: Politicas De Ciência, Tecnologia e Inovação No Brasil Contemporâne***o.* Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

BELL, M.; PAVITT, K. Technological accumulation and industrial growth: contrasts between developed and developing countries. In: **Industrial and Corporate Change**, 2(2):157-210, 1993.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BUFFA, E.; NOSELLA, P. **O parque de alta tecnologia de São Carlos**. São Carlos: EDUFSCar, 2003.

CAPELLA, A. C. Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas. **Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais (BIB)**, n° 61. São Paulo, ANPOCS, 2006.

COHEN, M. D.; MARCH, J. G.; OLSEN, J. P. A Garbage Can Model of Organizational Choice. **Administrative Science Quarterly**, **17**, pp.1-25, 1972.

DIAS, R. B. **Sessenta anos de política científica e tecnológica no Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2012.

GAVA, R. O Local e o Global no Contexto do Desenvolvimento. **APGS**, Viçosa, v. 2, n. 3, pp. 298-316, 2010.

KINGDON, J. W. 1984. **Agendas, Alternatives, and Public Policies**. Boston: Harper Collins Publishers, 1984.

PINTO, I. C. M. Mudanças nas políticas públicas: a perspectiva do ciclo de política. **Revista de Políticas Públicas**, 12, pp.27-36, 2008.

SALLUM JR., B. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. **Tempo Social***; Rev. Sociol. USP*, São Paulo, 11(2): 23-47, 1999.

TORKOMIAN, A. L. V. **Estrutura de Pólos Tecnológicos**. São Carlos: EDUFSCar, 1996.

SOBRE O ORGANIZADOR

ELÓI MARTINS SENHORAS - Professor associado e pesquisador do Departamento de Relações Internacionais (DRI), do Programa de Especialização em Segurança Pública e Cidadania (MJ/UFRR), do Programa de MBA em Gestão de Cooperativas (OCB-RR/UFRR), do Programa de Mestrado em Geografia (PPG-GEO), do Programa de Mestrado em Sociedade e Fronteiras (PPG-SOF), do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Amazônia (PPG-DRA) e do Programa de Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFNIT) da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Graduado em Economia. Graduado em Política. Especialista pós-graduado em Administração - Gestão e Estratégia de Empresas. Especialista pós-graduado em Gestão Pública. Mestre em Relações Internacionais. Mestre em Geografia - Geoeconomia e Geopolítica. Doutor em Ciências. *Post-Doc* em Ciências Jurídicas. *Visiting scholar* na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), na University of Texas at Austin, na Universidad de Buenos Aires, na Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, México e na National Defense University. *Visiting researcher* na Escola de Administração Fazendária (ESAF), na Universidad de Belgrano (UB), na University of British Columbia e na University of California, Los Angeles. Professor do quadro de Elaboradores e Revisores do Banco Nacional de Itens (BNI) do Exame Nacional de Desempenho (ENADE) e avaliador do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASis) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC). Professor orientador do Programa Agentes Locais de Inovação (ALI) do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/RR) e pesquisador do Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais (CENEGRI). Organizador das coleções de livros Relações Internacionais e Comunicação & Políticas Públicas pela Editora da Universidade Federal de Roraima (UFRR), bem como colunista do Jornal Roraima em Foco. Membro do conselho editorial da Atena Editora.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administrador 7, 83, 91, 93, 94, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 185

Agenda Governamental 8, 196, 197, 198, 199, 202, 203, 207

Agroecologia 153, 158, 161, 163, 164, 165

Alimentação 96, 130, 140, 141, 142, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 193

Aprendizagem 6, 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 18, 48, 49, 53, 54, 57, 58, 61, 65

Autogestão 167, 169, 179, 180

Avaliação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 10, 11, 20, 30, 34, 38, 79, 103, 104, 109, 137, 138, 139, 143, 145, 149, 150, 187, 202, 209

C

Capitalismo 15, 18, 96, 98, 167, 169, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 180, 181

Cidadania 7, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 101, 102, 103, 104, 105, 183, 188, 189, 209

Ciência 38, 47, 55, 56, 59, 99, 100, 101, 102, 163, 164, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 207, 208

Comportamento 19, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 99, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 120, 121, 122, 155

Consumo 7, 34, 133, 141, 142, 148, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 162, 164, 165, 166, 172, 188

Contrato 9, 173, 183, 184, 185, 186

D

Design 22, 56, 58, 65

Discurso 7, 57, 66, 67, 68, 71, 72, 73, 76, 77, 78, 79, 80, 87, 89, 90, 158, 159, 162, 163, 165, 167, 174, 175, 178, 180

Doença de Parkinson 35, 36, 38, 44, 45

Doenças Neurodegenerativas 35, 43

E

Empreendedor 7, 106, 107, 108, 109, 110, 121, 122, 130, 174, 202, 204, 207, 208

Empreendedorismo 7, 106, 107, 109, 110, 120, 121, 128, 130, 141, 173, 175, 179

Empresa 26, 31, 77, 82, 83, 88, 89, 97, 109, 130, 136, 137, 144, 145, 147, 148, 172, 177, 187, 198, 199, 204

F

Farmacêutico 6, 35, 41, 42, 43, 44

Fast food 7, 141, 142, 143, 144, 145, 148, 149, 150, 151

Flexibilização 11, 167, 169, 175, 177, 178

Fordismo 8, 167, 168, 169, 170, 176, 177, 181

G

Gastronomia 7, 128, 129, 130, 131, 133, 140, 141, 150, 152, 164

Gênero 6, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 34, 57, 58, 63, 64, 65, 111, 113, 123, 185, 187

Gestão 6, 7, 8, 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 41, 51, 55, 99, 102, 103, 108, 128, 129, 130, 131, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 148, 150, 155, 156, 171, 173, 182, 183, 187, 188, 189, 192, 193, 194, 200, 201, 203, 209

H

Hospedagem 7, 140, 152, 155, 157

Hospitalar 41, 42, 43, 44

I

Imagem 7, 28, 72, 77, 78, 82, 84, 89, 132, 137

Infância 7, 48, 66, 67, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76

Inovação 8, 7, 11, 62, 77, 94, 107, 108, 109, 110, 150, 167, 168, 169, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 180, 182, 192, 193, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 204, 205, 206, 207, 208, 209

J

Jogo pedagógico 6, 56, 57

L

Licitações Públicas 8, 182, 183, 189, 191, 193

Linguagem 67, 68, 76

M

Medicamento 39, 40, 41, 42, 43

Mulher 6, 14, 16, 18, 21, 22, 23, 24, 27, 57, 59

O

Oportunidade 7, 18, 56, 106, 108, 109, 110, 113, 120, 121, 127, 136, 206

Organização 8, 4, 5, 8, 10, 12, 17, 21, 42, 53, 70, 71, 74, 82, 84, 87, 89, 98, 100, 108, 109, 129, 130, 137, 144, 148, 150, 154, 156, 158, 159, 165, 167, 170, 177, 180, 185, 187

P

Parque Tecnológico 8, 196, 197, 200, 202, 207

Planejamento 3, 5, 6, 87, 106, 108, 109, 110, 113, 120, 122, 125, 126, 129, 130, 131, 140, 148, 151, 166, 170

Precarização 167, 169, 176, 177, 178, 179, 180

Presídio 51

Processos 7, 6, 52, 57, 69, 100, 108, 109, 131, 133, 141, 143, 144, 145, 148, 150, 154, 168, 170, 172, 174, 175, 191, 198, 199, 202, 204, 208

Produção 2, 16, 24, 26, 27, 53, 57, 58, 61, 73, 78, 79, 80, 82, 84, 98, 102, 130, 131, 133, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 176, 177, 178, 179, 197, 198, 199, 204, 206

R

Relações étnico-raciais 6, 56, 57, 58, 60, 62, 63, 64

Restaurante 7, 128, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 145, 148, 149, 150

S

Serviços 15, 21, 26, 38, 41, 52, 108, 109, 128, 129, 130, 132, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 149, 150, 156, 167, 172, 173, 175, 176, 177, 179, 180, 185, 186, 187, 190, 191, 193, 201, 203, 205

Serviço Social 6, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 23, 24, 25

Sexualidade 19, 25, 58, 63, 65

Sustentabilidade 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 153, 156, 158, 161, 163, 165, 208

T

Tecnologia 56, 59, 87, 128, 129, 139, 140, 150, 158, 163, 173, 182, 191, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 205, 207, 208, 209

Teoria 6, 6, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 24, 46, 47, 48, 55, 67, 68, 73, 81, 84, 89, 98, 100, 108, 110, 113, 117, 119, 120, 151, 165, 173, 180, 181, 185, 191

Terapia Ocupacional 6, 26, 34, 40

Trabalhador 26, 27, 31, 34, 72, 98, 150, 159, 160, 167, 173, 176, 178, 180

Transformação social 6, 1, 3, 4, 5, 8, 9, 70

Transparência 182, 183, 184, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 195

Tratamento 6, 22, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 50, 70, 75, 88, 93, 130, 184, 188

U

Uberismo 8, 167, 168, 169, 176, 177, 178, 179, 180

V

Violência 6, 14, 15, 16, 18, 21, 22, 23, 24, 51

Pesquisas Interdisciplinares Estimuladas por Problemas Concretos das Ciências Sociais Aplicadas 2

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena Editora
Ano 2021

Pesquisas Interdisciplinares Estimuladas por Problemas Concretos das Ciências Sociais Aplicadas 2

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena Editora
Ano 2021